

Mensagem nº 519

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 83,250,000.00 (oitenta e três milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza – Cidade com Futuro”, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, interino.

Brasília, 15 de dezembro de 2017.

Brasília, 20 de Julho de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Fortaleza-CE requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para contratação de operação de crédito externo a ser celebrada com a Corporação Andina de Fomento-CAF, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza - Cidade com Futuro”.

2. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante o artigo 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a Resolução nº 43, de 2001, e alterações, todas do Senado Federal.

3. O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEEX, de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, e o Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento provisório da operação.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, informando que o Ente recebeu classificação “B” quanto à sua capacidade de pagamento, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito e, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificada a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas, o cumprimento substancial das condições de primeiro desembolso, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

5. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação dos documentos requeridos na legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o cumprimento das condições estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional acima descritas.

6. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o envio de Mensagem ao Senado Federal a fim de submeter à apreciação daquela Casa o pedido de contratação e de concessão da garantia da União ao Município em tela referente à operação financeira descrita nesta Exposição de Motivos, observadas as ressalvas acima.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Eduardo Refinetti Guardia***

Aviso nº 618 - C. Civil.

Em 15 de dezembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 83,250,000.00 (oitenta e três milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza – Cidade com Futuro”.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República



DOCUMENTOS PARA O SENADO

**MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE**

**X**  
**CAF**

“Programa de Fortaleza – Cidade com Futuro”

**PROCESSO Nº 17944.000355/2014-55**



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União

**PARECER PGFN/COF/Nº 1008/2017**

Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de Fortaleza e a Corporação Andina de Fomento-CAF, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza - Cidade com Futuro”.

Exame preliminar, sob o aspecto de legalidade, da minuta contratual. Operação sujeita à autorização do Senado Federal.

Constituição Federal, art. 52, V e VII; Decreto-Lei nº 1.312, de 1974; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Resoluções do Senado Federal nºs 48, de 2007, e 43, de 2001, ambas com alterações.

Processo nº 17944.000355/2014-55

**I**

Trata-se de pedido de concessão de garantia da União para operação de crédito externa, de interesse do Município de Fortaleza, com as características a seguir:

**MUTUÁRIO:** Município de Fortaleza;

**MUTUANTE:** Corporação Andina de Fomento-CAF;

**GARANTIDOR:** República Federativa do Brasil;

**NATUREZA DA OPERAÇÃO:** empréstimo externo;

**VALOR:** até US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

**FINALIDADE:** financiar parcialmente o “Programa Fortaleza - Cidade com Futuro”.

  
Luiz Henrique  
PGFN/COF



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União

Processo nº 17944.000355/2014-55

2

2. Os requisitos normativos para a contratação encontram-se estabelecidos em dispositivos da Constituição Federal sobre Finanças e Orçamento Públicos; nas Resoluções do Senado Federal nº 48, de 2007, e nº 43, de 2001, ambas com alterações; no Decreto-Lei (DL) nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; na Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 4 de maio de 2000; na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento; e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes. Tais requisitos, conforme se observa nos parágrafos a seguir, foram obedecidos.

## II

### Análises da STN

3. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN emitiu o Parecer nº 812/2016/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 29 de julho de 2016, às fls. 952/958-v e o Parecer Complementar nº 163/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 28 de junho de 2017, às fls. 1207/1213, em que consta:

- (a) verificação dos limites de endividamento das Resoluções nº 40 e 43, ambas de 2001, do Senado Federal;
- (b) análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União.

4. Segundo informa a STN nos mencionados Pareceres, o Ente prestou informações e apresentou comprovações por meio documental e por meio de formulário eletrônico, efetuado em 28 de junho de 2017 (fls. 1190/1206), mediante o Sistema de



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União

Processo nº 17944.000355/2014-55

3

Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIMPEM, instituído pela Portaria nº 199/2015, da Secretaria do Tesouro Nacional.

5. Os mencionados Pareceres apresentam conclusão favorável à concessão da garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia:

- (a) seja verificada a adimplência do Ente com a União e suas entidades vinculadas;
- (b) seja verificado o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso do empréstimo; e
- (c) seja formalizado o contrato de contragarantia entre o Ente e a União.

**Aprovação do projeto pela COFIEX**

6. Foi autorizada a obtenção de financiamento externo para o projeto pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, mediante a Recomendação nº 15/0106, de 29 de agosto de 2014, homologada pela Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 2 de outubro de 2014 (fls. 265).

**Existência de autorização legislativa para a contratação de operação de crédito externo e oferta de contragarantia à garantia a ser prestada pela União**

7. Conforme análise realizada pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI/STN, e informada mediante a Nota Técnica nº 88/2017/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 22/06/2017 (fls. 1160/1163), as



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União

Processo nº 17944.000355/2014-55

4

contragarantias oferecidas pelo Ente, de acordo com a Lei nº 10.149, de 20 de dezembro de 2013 (fls. 293), alterada pela Lei nº 10.511, de 30 de junho de 2016 (fls. 907), ambas do referido Ente, são suficientes para ressarcir a União em caso de acionamento da garantia concedida. As mencionadas leis autorizaram o Poder Executivo do Município a contratar a operação de crédito em tela e a oferecer, em contragarantia à garantia da União, as receitas tributárias relativas aos arts. 156, 158 e 159 incisos I, "a", e II, da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do art. 167 da mesma Carta, bem como outras garantias em direito admitidas.

8. Em cumprimento ao art. 40, §1º, da LRF, o Ente em tela deverá assinar contrato de contragarantia com a União **previamente** à celebração do contrato de empréstimo ora analisado.

#### **Previsão no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária**

9. Consta do processo a Declaração do Chefe do poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEN, em 28/06/2017 (fls. 1199/1202), informando que o Programa em questão está inserido no Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2014-2017.

10. A supramencionada Declaração informa, ainda, que constam da Lei nº 10.554, de 28/12/2016 (fls 1200-v), que estima a receita e fixa a despesa do Ente para o exercício de 2017, dotações em valores suficientes quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos do empréstimo e ao aporte de contrapartida.

#### **Análise da STN acerca da capacidade de pagamento do Ente**



11. Informa a STN, no Parecer acima citado, que, segundo análise de capacidade de pagamento consignada na Nota nº 84/2017/COREM/SURIM/STN/MF-DF, de 23.5.2017, às fls. 1055/1069, elaborada pela Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM, daquela Secretaria, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Portaria MF nº 306, de 2012, a análise da capacidade de pagamento do Ente resultou em classificação na categoria “B”, o que, segundo aquela Secretaria, em termos de situação fiscal e de risco de crédito, equivale a uma situação fiscal forte e risco de crédito baixo.

**Análise da STN quanto ao atendimento, pelo Ente, dos requisitos da Resolução nº 43 do Senado Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal**

12. No seu Parecer já citado, a COPEM/STN informou que o Ente atendeu aos requisitos mínimos para contratação da operação de crédito, conforme previstos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

13. No tocante à validade da verificação dos limites de endividamento constantes dos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43/2001, e em conformidade com a Portaria STN nº 694, de 2010, o Parecer supramencionado indicou que, para fins da apreciação do Senado Federal, o **prazo de validade da análise é de 270 dias**.

**Situação de adimplência do Ente em relação ao garantidor e ao SISBACEN**

14. Segundo informa a STN no item 18 do supramencionado Parecer nº 163/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 28 de junho de 2017, a fls.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União

Processo nº 17944.000355/2014-55

6

1207/1213, consulta efetuada em 31 de janeiro de 2017, ao sítio mantido por aquela Secretaria no endereço <http://www.sahem.tesouro.gov.br> (Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios – SAHEM), o Ente encontra-se adimplente com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como quanto a garantias concedidas a operações de crédito, a teor do art. 10, a, da Resolução nº 48, de 2007, e do art. 21, VI, do art. 21 da Resolução nº 43, de 2001 (fls. 945). Tal certidão foi atualizada por este Procurador em consulta ao sítio eletrônico supra até a data de 13.7.2017 (em anexo), e deverá ser novamente atualizada quando da emissão do Parecer desta PGFN para fins de autorização de assinatura dos instrumentos jurídicos, conforme o art. 10, § 4º, da RSF nº 48/2007.

15. Consulta realizada na data de hoje (13.7.2017) ao sítio eletrônico do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, mantido pela STN, indica comprovação de regularidade por parte do Município com relação aos CNPJs de ‘todos os órgãos da Administração Direta do ente’ (anexo), salvo no item ‘regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União’, cuja situação aparece como ‘A Comprovar’ com a explicação de que *“as exigências não comprovadas por meio deste serviço deverão ser comprovadas documentalmente diretamente ao órgão concedente”* (anexo). O Município, instado a comprovar este último item, juntou a **“certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União”** (fls. 1.219), emitida na data de 5.7.2017 e válida até 1.1.2018.

16. A propósito, consta na Declaração do Chefe do Poder Executivo do SADIPEM, de que todos os CNPJs da Administração Direta do Município estão incluídos no CAUC, às fls. 1202.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União

Processo nº 17944.000355/2014-55

7

17. Consulta efetuada em 7 de julho de 2017 ao Sistema SISBACEN/CADIP (fls. 1214/1216), em atendimento ao art. 16 da Resolução SF nº 43, de 2001, informou que o Município encontra-se adimplente ("A") com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme detalhado no extrato da consulta ao SISBACEN (em anexo).

18. Registre-se que a situação de inadimplência do Mutuário deverá estar comprovada por ocasião da análise jurídica para fim de autorização de assinatura do contrato, conforme determina o art. 25, IV, a, c/c art. 40, §2º, da LRF e o art. 10, §4º, da Resolução nº 48, de 2007.

**Certidão do Tribunal de Contas do Ente**

19. O Ente apresentou, na forma do art. 21 da Resolução nº 43 do Senado, as Certidões nº 232/2017, de 2 de junho de 2017, a fls. 1085/1091, nº 295/2017, de 14 de junho de 2017, a fls. 1123/1124 e a nº 375/2017, de 27 de junho de 2017, a fls. 1185/1187, do Tribunal de Contas do Estado, em que atesta:

a) quanto ao último exercício analisado (2009): relativamente à LRF, o cumprimento dos arts. 11 (cumprimento das competências tributárias), 23 (limites de despesa com pessoal), 33 (operações de crédito com instituições financeiras), 37 (operações vedadas), 52 (publicações do RREO), 55, §2º (publicações do RGF) da LRF; o atendimento aos arts. 198 § 2º (limite de Saúde), 212 (limite de Educação) e 167, III (Regra de Ouro) da CF;

ps-fortaleza-caf-2017.doc

  
Luiz Henrique  
PGFN/COF





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União

Processo nº 17944.000355/2014-55

8

b) quanto aos exercícios não analisados (2010 a 2016): relativamente à LRF, o cumprimento dos arts. 11 (cumprimento das competências tributárias), 23 (limites de despesa com pessoal), 33 (operações de crédito com instituições financeiras), 37 (operações vedadas), 52 (publicações do RREO) e 55, §2º (publicações do RGF) da LRF; o atendimento aos arts. 198 § 2º (limite de Saúde), 212 (limite de Educação) e 167, III (Regra de Ouro) da CF;

c) quanto ao primeiro quadrimestre do exercício em curso (2017): o cumprimento pelo Ente dos requisitos dos arts 11 (cumprimento das competências tributárias), 23 (limites de despesa com pessoal), 52 (publicações do RREO) e 55, §2º (publicações do RGF), da LRF.

### Limite de Restos a Pagar

20. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante arts. 40, §2º e 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF, combinados com o disposto na alínea c do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, do Senado Federal, este limite só é aferível nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato do titular do Poder Executivo, não se aplicando, portanto, na presente data a este Ente.

### Limite de Parcerias Público-Privadas

21. Conforme declaração do Chefe do Poder Executivo no SADIPEM, a fls. 1202, o Ente não tem contrato na modalidade Parceria Público-Privada.



**Declaração do chefe do Poder Executivo do Ente quanto ao exercício não analisado e ao em curso**

22. Consta Declaração do Chefe do Poder Executivo, efetuada no SADIPEM, quanto ao exercício de 2009, já analisado pelo TCE, e quanto aos exercícios não analisados e o em curso, que o Ente cumpriu todos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos em que determina o art. 21, IV, 'c', da Resolução nº 43, do Senado Federal, a fls. 1199/1200.

**Obrigações Financeiras**

23. Relativamente à conveniência e oportunidade da contratação, a Secretaria do Tesouro Nacional informa, no supramencionado Parecer nº 812/2016/COPEM/SURIM/STN/MF-DF, de 29.07.2016, seu entendimento de que as obrigações contratuais constantes das minutas do Contrato de Empréstimo, bem como do Contrato de Garantia, não atribuem ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com organismos multilaterais de crédito.

24. Entende, aquela Secretaria, que, previamente à celebração do contrato, faz-se necessária a verificação do cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso do empréstimo.

**Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Ente**

25. A Procuradoria-Geral do Município emitiu o Parecer nº 18/2016/GPG, de 18 de agosto de 2016, para fim do disposto na Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União

Processo nº 17944.000355/2014-55

10

pela Portaria MEFP nº 650, de 1º de outubro de 1992, em que conclui pela regularidade da contratação e legalidade das obrigações constantes da minuta contratual.

### **Certidão de Regularidade do Ente quanto ao Pagamento de Precatórios**

26. Para efeito do art. 97, § 10, inciso IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com a redação da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE) emitiu “**certidão positiva com efeito de negativa**”, datada de 6 de julho de 2017, em favor do Município de Fortaleza (fls.1.220-1.225), na qual certifica (i) que o Município está, até aquela data, “amparado por liminar proferida pela Corregedoria Nacional de Justiça, nos autos do Pedido de Providência n. 0001947-26.2017.2.00.0000, em trâmite perante o Conselho Nacional de Justiça”, segundo a qual o TJ/CE “deverá se abster de exigir do município requerente o pagamento de quaisquer parcelas do regime especial de precatórios, vencidas ou vincendas, sem antes autorizar, mês a mês, a transferência à conta única do tesouro municipal de montante de recursos oriundos dos depósitos judiciais no exato valor da parcela descrita no plano de pagamento apresentado pelo ente (...)”; e (ii) que o Município “está sujeito ao regime especial de pagamentos, nos termos do art. 101 do ADCT, cujos aportes deverão ocorrer mensalmente, tendo como prazo final para liquidação de seus débitos de precatórios, vencidos e a vencer durante o período da moratória, a data de 31.12.2020”<sup>1</sup>.

### **Credenciamento da Operação no Banco Central do Brasil**

<sup>1</sup> Com efeito, aquilo que a certidão do TJ/CE certifica está de acordo com os termos da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça em favor do Município de Fortaleza (decisão às fls. 1.222-1.225).



27. O Banco Central do Brasil, mediante o Ofício nº 801/2016-Depec/Dicin-Surec, de 26.7.2016, informou que credenciou a presente operação de crédito sob o número TA722498 (fls. 959).

### III

28. O empréstimo será concedido pela Corporação Andina de Fomento-CAF, organismo internacional integrado pelo Brasil, e as cláusulas estipuladas são as usualmente utilizadas por esse organismo (minutas contratuais, fls. 638/670).

29. Foi, no mais, observado o disposto no art. 8º, da Resolução nº 48/2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

30. O mutuário é o Município de Fortaleza, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente. Compete-lhe, ainda, fazer constar, oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos.

31. A concessão da garantia da União para a operação de crédito em exame depende de autorização do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, inciso V da Constituição Federal, pelo que se propõe o encaminhamento do assunto à consideração do Senhor Ministro da Fazenda para que, entendendo conveniente e cabível, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal, sob a ressalva de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam tomadas as seguintes providências: (a) comprovação do atendimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso; (b) verificação de adimplência do Ente para



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União

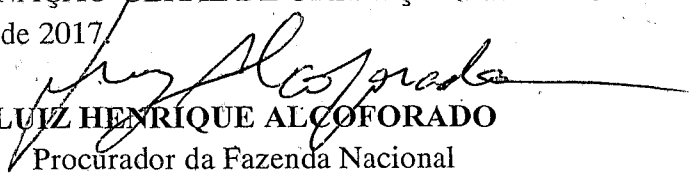
Processo nº 17944.000355/2014-55

12

com a União e suas entidades controladas; e (c) formalização do contrato de contragarantia.

À consideração superior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA  
UNIÃO, em 13 de julho de 2017.

  
**LUIZ HENRIQUE ALCOFORADO**  
Procurador da Fazenda Nacional


À Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA  
UNIÃO, em 14 de julho de 2017.

  
**MAURÍCIO CARDOSO OLIVA**  
Coordenador-Geral

Aprovo o parecer. À consideração do Sr. Procurador-Geral Substituto.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 14 de julho de 2017.

  
**ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT**  
Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira

Aprovo o parecer. À Secretaria Executiva deste Ministério para posterior encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro da Fazenda.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em  
14 de julho de 2017.

  
**CLÁUDIO XAVIER SEIFELDER FILHO**  
Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Substituto



## BANCO CENTRAL DO BRASIL



Ofício nº 802/2016–Depec/Dicin/Surec  
Pt. 1601618194

Brasília, 26 de julho de 2016.

A Sua Senhoria o Senhor  
MAURÍCIO CARDOSO OLIVA – Coordenador-Geral  
Coordenadoria de Operações Financeiras da União – COF  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN  
Esplanada dos Ministérios – Bloco “P” – 8º Andar – Sala 803  
70048-900 – Brasília – DF Fax: 61 3412-1740

Assunto: **Credenciamento – ROF TA722498 – Prefeitura Municipal de Fortaleza**  
**Corporacion Andina de Fomento – Caf**  
**Processo MF nº 17944.000355/2014-55.**

Senhor Coordenador-Geral,

Referimo-nos ao ROF TA722498, de 03/03/2015, por meio do qual a Prefeitura Municipal de Fortaleza solicita credenciamento para negociar a operação de crédito externo com a Corporacion Andina de Fomento – Caf, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 83.250.000,00, destinados ao financiamento do Programa Fortaleza Cidade com Futuro.

2. A propósito, informamos que, por meio do Ofício nº 800/2016–Depec/Dicin/Surec, o Banco Central do Brasil, com base no Art. 98 do Decreto 93.872, de 23.12.1986 e na Portaria 497, de 27.8.1990, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, credenciou a Prefeitura Municipal de Fortaleza para negociar a referida operação, nas condições constantes do citado ROF.

Atenciosamente,

Fernando Antonio de Moraes Rego Caldas  
Chefe Adjunto

**URGENTE**

952  
ml

Ministério da Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais  
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Parecer nº 812/2016/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 29 de Julho de 2016.

Parecer Público. Ausência de informação classificada como de acesso restrito pelos arts. 23 e 31 da Lei Nº 12.527 de 18/11/2011 - LAI.

Processo nº 17944.000355/2014-55

Operação contratual externa (com garantia da União) entre o Município de Fortaleza - CE e a Corporação Andina de Fomento, no valor de US\$ 83.250.000,00.

Recursos destinados ao financiamento do Programa Fortaleza - Cidade com Futuro.

#### VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES E CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

### I. RELATÓRIO

1. Trata o presente parecer da solicitação feita pelo Município de Fortaleza para a verificação do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação de operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento e de pedido de concessão de garantia da União, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 (RSF nº 43/2001) e da Resolução do Senado Federal nº 48/2007 (RSF nº 48/2007), com as seguintes características (fls. 854/855):

- a. **Valor da operação:** US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos EUA), equivalentes a R\$ 287.229.150,00 (duzentos e oitenta e sete milhões, duzentos e setenta e nove mil e cem reais, pela taxa de câmbio de 3,4502, posição em 29/04/2016 (fl. 881);
- b. **Destinação dos recursos:** Execução do Programa Fortaleza - Cidade com Futuro;
- c. **Juros:** Libor (6 meses) + 2,05% a.a. Por um período de 8 anos contados a partir da data do início da vigência do presente contrato, a CAF se obriga a reduzir 20 (vinte) pontos básicos da taxa de juros que corresponderá a 1,85%. Essa redução será realizada com recursos do Fundo de Financiamento Compensatório;
- d. **Atualização monetária:** Variação cambial
- e. **Liberação:** US\$ 34.317.700,00 em 2016, US\$ 30.504.666,67 em 2017, US\$ 12.257.566,66 em 2018 e US\$ 6.170.066,67 em 2019, equivalentes a R\$ 118.402.928,54, R\$ 105.247.200,94, R\$

42.291.056,49 e R\$ 21.287.964,02 respectivamente, pela taxa de câmbio de 3,4502, posição em 29/04/2016 (fls. 855v, 881);

- f. **Contrapartida:** US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos EUA), equivalentes a R\$ 287.229.150,00 (duzentos e oitenta e sete milhões, duzentos e setenta e nove mil e cem reais, pela taxa de câmbio de 3,4502, posição em 29/04/2016 (fls. 855v, 881 e 946);
- g. **Prazo total:** 192 (cento e noventa e dois) meses;
- h. **Prazo de carência:** 48 (quarenta e oito) meses;
- i. **Prazo de amortização:** 144 (cento e quarenta e quatro) meses;
- j. **Leis autorizadoras:** 10149, de 20/12/2013 e 10.511, de 30/06/2016 (fls. 293 e 907);
- k. **Prazo de desembolso:** Até 6 (seis) meses para o primeiro desembolso e até 48 (quarenta e oito) meses para o último desembolso;
- l. **Demais encargos e comissões:** Comissão de compromisso: 0,35% a.a., aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo (fl. 476v). Custo de avaliação no valor de US\$ 50.000,00 no momento do primeiro desembolso (fl. 477). Comissão de financiamento de 0,85% sobre o montante total do empréstimo (fl. 477).

2. Por intermédio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), de que trata a Portaria nº 199/2015, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram submetidas a esta STN informações para comprovação do contido nos arts. 21 a 25 da RSF nº 43/2001, sob a forma de formulário eletrônico disponibilizado ao Ente no SADIPEM, datado de 15/06/2016, os quais encontram-se juntados aos autos a folhas 854/866, exceto os seguintes documentos que foram devidamente protocolados nesta Secretaria por meio físico: a. Lei Autorizadora (fls. 293 e 907); b. Parecer do Órgão Jurídico (fl. 634); c. Parecer do Órgão Técnico (fls. 704/721); d. Certidão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (fls. 874/877v).

## II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

3. O ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, encaminhou Parecer do Órgão Técnico (fls. 704/721), em que atestou a relação custo-benefício e o interesse econômico social da operação. A propósito, conforme a Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/6/2013 (fl. 899), é possível entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos que apresentem os benefícios de forma qualitativa.

4. O ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, mediante o Parecer do Órgão Jurídico (fl. 634) e Declaração do Chefe do Poder Executivo efetuada no SADIPEM (fls. 859v/863), atestou que cumpre os requisitos para contratação do empréstimo e concessão da garantia da União prescritos na citada Resolução e na Lei Complementar nº 101/2000. Ademais, tendo em vista a alteração introduzida pela RSF nº 19/2011, que, entre outras, modifica o inciso III do art. 21 da RSF nº 43/2001, a comprovação do cumprimento do inciso II do § 1º do art. 32 da LRF foi realizada por meio dos citados Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo (fls. 634 e 859v/863), atestando a inclusão no orçamento vigente dos recursos provenientes da operação pleiteada.

5. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, foram verificados os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

- a. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício anterior. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

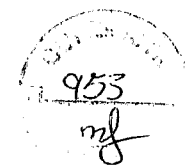
Exercício anterior

Despesas de capital executadas do exercício anterior (fl. 675v)

586.458.927,93

*m*





"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada	586.458.927,93
Receitas de operações de crédito do exercício anterior (fl. 675)	81.378.531,06
ARO, contratada e não paga, do exercício anterior	0,00
Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada	81.378.531,06

- b. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso II da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício corrente. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Exercício corrente	
Despesas de capital previstas no orçamento (fl. 943v)	1.332.472.309,00
"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesa de capital do exercício ajustadas	1.332.472.309,00
Liberações de crédito já programadas (fl. 946)	468.714.747,74
Liberação da operação pleiteada (fl. 946)	118.402.928,54
Liberações ajustadas	587.117.676,28

- c. Limite referente ao art. 7º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **montante global das operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à receita corrente líquida (RCL). Enquadrado**, conforme quadro abaixo (fls. 947v/948):

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do limite de endividamento (%)
	Operação pleiteada	Liberações programadas			
2016	118.402.928,54	468.714.747,74	5.440.533.656,39	10,79	67,45
2017	105.247.200,94	497.663.677,64	5.557.279.934,18	10,85	67,81
2018	42.291.056,49	165.687.305,58	5.676.531.424,56	3,66	22,90
2019	21.287.964,02	58.514.701,96	5.798.341.885,89	1,38	8,60
2020	0,00	13.800.800,00	5.922.766.230,14	0,23	1,46
2021	0,00	10.405.803,20	6.049.860.547,58	0,17	1,08

Projeção da RCL pela taxa média de 2,14586078% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos. O ano de 2021 é o último para o qual há liberações informadas.

953 V  
mg

- d. Limite referente ao art. 7º Inciso II da RSF nº 43/2001 - **comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo (fls. 948/948v):

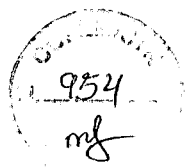
Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação pleiteada	Demais Operações		
2016	2.341.436,00	136.668.530,88	5.440.533.656,39	2,56
2017	6.987.864,54	174.866.177,71	5.557.279.934,18	3,27
2018	8.993.676,95	188.222.071,31	5.676.531.424,56	3,47
2019	9.585.475,30	189.650.380,82	5.798.341.885,89	3,44
2020	21.808.830,64	188.012.948,26	5.922.766.230,14	3,54
2021	33.134.764,72	180.157.574,16	6.049.860.547,58	3,53
2022	32.316.926,24	192.607.275,27	6.179.682.132,14	3,64
2023	31.499.087,79	188.339.361,60	6.312.289.507,16	3,48
2024	30.896.036,24	178.983.456,93	6.447.742.451,82	3,26
2025	30.215.200,09	159.811.850,96	6.586.102.028,10	2,89
2026	29.348.825,20	156.264.823,85	6.727.430.608,25	2,76
2027	28.482.450,34	129.988.561,44	6.871.791.902,97	2,31
2028	27.626.756,82	99.326.105,81	7.019.250.990,09	1,81
2029	26.749.700,59	92.839.500,03	7.169.874.343,93	1,67
2030	25.883.325,74	87.353.500,32	7.323.729.865,24	1,55
2031	25.016.950,88	84.979.506,41	7.480.886.911,83	1,47
2032	12.183.881,57	83.016.587,95	7.641.416.329,84	1,25
Média até 2027 :				3,18
Percentual do Limite de Endividamento até 2027 :				27,63
Média até o término da operação :				2,70
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação :				23,46

Projeção da RCL pela taxa média de 2,14586078% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

- e. Limite referente ao art. 7º, Inciso III da RSF nº 43/2001 - **relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Receita Corrente Líquida (RCL)	5.322.862.698,27
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	400.482.550,67
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	1.214.787.036,12
Valor da operação pleiteada	287.229.150,00
Saldo total da dívida líquida	1.902.498.736,79
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,36
Limite da DCL/RCL	1,20
Percentual do limite de endividamento	29,79%

6. Salientamos que a projeção da RCL constante nas alíneas "c" e "d" do item anterior tem como base a RCL do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RREO - 3º Bimestre de 2016), homologado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi (fl. 944).



Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL (alínea "e" do item anterior) têm como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (RGF - 1º Quadrimestre de 2016), homologado no Siconfi (fl. 870).

7. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o limite a que se refere o item "d" foi calculado para (i) todos os exercícios financeiros em que há pagamentos previstos da operação pretendida; e, quando o prazo de amortização supera 2027, para (ii) os exercícios financeiros em que há pagamentos até 31 de dezembro de 2027, sendo considerado para fins de verificação de limites o período que resultou no cálculo mais benéfico para o Ente. Dessa forma, considerou-se o comprometimento anual de média de 2,70%, relativo ao período de 2016-2032.

8. Em conclusão, no que diz respeito aos requisitos mínimos aplicáveis à operação, o Município de Fortaleza atendeu a todas as exigências previstas nos artigos 6º, 7º e 21 da RSF nº 43/2001. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas RSF nº 40 e 43, de 2001, registramos:

- a. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício anterior): **Enquadrado**;
- b. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício corrente): **Enquadrado**;
- c. MGA/RCL < 16%: **Enquadrado**;
- d. CAED/RCL < 11,5%: **Enquadrado**;
- e. DCL/RCL < 1,2: **Enquadrado**.

9. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, a Certidão do Tribunal de Contas competente (fls. 874/877v) atestou o cumprimento pelo Ente do disposto na LRF, relativamente ao último exercício analisado (2009), aos exercícios ainda não analisados (2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015) e ao exercício em curso (2016).

10. Em consonância com o disposto na Portaria STN nº 743, de 15/12/2015, a qual estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação por meio do Siconfi, verificamos mediante o Siconfi (fl. 942) que foram homologados os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) relativos aos dois últimos exercícios, em conformidade com a referida Portaria e a Nota COPEM/STN nº 41, de 14/01/2008 (fls. 903/904).

11. Em atendimento aos preceitos da Portaria STN nº 756, de 18/12/2015, o ente inseriu e finalizou as informações relativas às dívidas públicas interna e externa de que tratam o §4º do art. 32 da LRF e o art. 27 da RSF nº 43/2001, mediante o preenchimento do Cadastro da Dívida Pública (CDP) no SADIPEM (fls. 736/736v). Observa-se ainda que, para fins de verificação de limites e condições, a análise do cadastro não evidenciou erros ou inconsistências que comprometam a qualidade da informação publicada.

12. Quanto ao atendimento do art. 51 da LRF, verificou-se que o Município encaminhou suas contas ao Poder Executivo do Estado (fls. 84, 273/275v e 941/941v) e da União (fl. 941/941v).

13. Em relação à adimplência financeira junto à União, quanto aos financiamentos e refinanciamentos concedidos e às garantias honradas, não constam, nesta data, pendências em relação ao ente, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios (SAHEM), instituído por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 106, de 28/03/2012, em sahem.tesouro.gov.br (fls. 945).

### III. VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS E INSTRUÇÃO DE RISCOS REFERENTES À CONCESSÃO DA GARANTIA DA UNIÃO

14. Este parecer técnico, no que diz respeito à garantia da União, trata estritamente:

- a. da verificação do cumprimento, pelo interessado, dos requisitos legais e normativos obrigatórios para a obtenção da garantia da União indicados na seção III.1; e

mf

- b. da instrução do processo relativamente a seus riscos e demais informações indicadas nas seções III.2 e IV, consideradas subsídios necessários para que a Sra. Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF se manifeste expressa e conclusivamente, de acordo com sua avaliação, sobre a oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional.

15. A instrução processual relativa aos riscos aqui realizada aborda os seguintes itens:

- a. Avaliação do contrato de financiamento no que diz respeito aos riscos assumidos pelo Tesouro Nacional, na qualidade de garantidor da operação, realizada por esta Coordenação-Geral;
- b. Avaliação da capacidade de pagamento e classificação da situação fiscal, realizada pela COREM;
- c. Verificação no atraso dos pagamentos de empréstimos garantidos pela União, realizada pela CODIV;
- d. Indicação das deliberações do Comitê de Garantia relacionadas à operação.

16. Ademais, como itens necessários para avaliação de oportunidade e conveniência da Sra. Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF, constam no parecer: (i) a avaliação do custo da operação, realizada pela CODIP (fls. 896/896v) e (ii) uma descrição da operação e sua relevância para o Município de Fortaleza, com as informações extraídas do parecer técnico (fls. 704/721).

### **III.1 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA A CONCESSÃO DA GARANTIA DA UNIÃO**

17. Entende-se que a verificação do cumprimento dos art. 10, II, c, e 11, parágrafo único, j e l, da RSF nº 48/2007, foi realizada e atendida no item II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO deste parecer.

### **RECOMENDAÇÃO DA COFIEIX**

18. A Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), por meio da Recomendação nº 15/0106 (fl. 265), de 29 de agosto de 2014, homologada em 02/10/2014, recomendou a preparação do programa no valor de até US\$ 83.250.000,00, provenientes da Corporação Andina de Fomento, com contrapartida de até US\$ 83.250.000,00.

### **INCLUSÃO NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI ORÇAMENTÁRIA**

19. A Declaração do Chefe do Poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEM em 15/06/2016 (fls. 854/866v), informa que o Programa em questão está inserido no Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2014-2017, estabelecido pela Lei nº 10.095, de 27/09/2013.

20. A Declaração citada informa que constam na Lei nº 10.435, de 28/12/2015, que estima a receita e fixa a despesa do Ente para o exercício de 2016, dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida.

### **AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA**

21. A Lei nº 10.149, de 20/12/2013 (fl. 293), alterada pela Lei nº 10.511, de 30/06/2016 (fl. 907) autoriza o Poder Executivo a contratar a presente operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

mf

## GASTOS MÍNIMOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

22. O Tribunal de Contas competente, mediante Certidão de 16/06/2016 (fls. 874/877v), atestou para os exercícios de 2014 e 2015 o cumprimento do artigo 198 (Gastos com Saúde) da Constituição Federal. Adicionalmente, a mesma Certidão atestou para o exercício de 2015 o cumprimento do artigo 212 (Gastos com Educação) da Constituição Federal.

## EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

23. O Tribunal de Contas competente, mediante Certidão de 16/06/2016 (fls. 874/877v), atestou para o exercício de 2015 o pleno exercício da competência tributária do ente.

## DESPESAS COM PESSOAL

24. Relativamente às despesas com pessoal, entende-se atendido o requisito legal conforme análise constante no parágrafo 19 deste parecer.

## RESTOS A PAGAR

25. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante artigos 40, § 2º e 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF, combinados com o disposto na alínea c do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, o Chefe do Poder Executivo declarou no SADIPEM que o ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres de seu mandato, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito (fls. 854/866).

## PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

26. A Lei nº 11.079/2004, alterada pela Lei nº 12.766/2012, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais entes caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 5% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

27. A esse respeito, cumpre esclarecer que o ente atesta no SADIPEM, por meio da Declaração do Chefe do Poder Executivo já citada, que não assinou contrato na modalidade de PPP (fls. 854/866), o que corrobora a informação do Município constante em seu RREO relativo ao 3º bimestre deste exercício (fl. 951).

## LÍMITE PARA A UNIÃO CONCEDER GARANTIAS

28. Quanto à observância do limite para a União conceder garantias, é de se informar que há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da RSF nº 48/2007. As informações contidas no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do último Relatório de Gestão Fiscal da União encontram-se no processo (fls. 916/916v).

## LÍMITE DA DÍVIDA MOBILIÁRIA

29. Relativamente à observância do limite da dívida mobiliária do ente a ser garantido, conforme estabelecido no Art. 10, inciso II, alínea c da RSF nº 48/2007, é de se informar que até a presente data o Senado Federal, no âmbito de sua competência constitucional, ainda não dispôs sobre os limites da referida dívida mobiliária dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Entretanto, conforme definido nas

955 ✓

mg

RSF nº 40/2001 e 43/2001, a dívida pública consolidada inclui a dívida mobiliária, tendo sido o limite da primeira atestado na seção II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO deste parecer.

## CAPACIDADE DE PAGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

30. Para que se cumpra o art. 23, parágrafo I da RSF nº 43/2001, foi realizada a análise da situação financeira do pleiteante à garantia. Conforme consignado na Nota nº 94/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 06/06/2016 (fls. 838/852v), e de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Portaria MF nº 306/2012, que dispõe sobre a capacidade de pagamento de entes subnacionais, a classificação do Estado resultou em B (fl. 839).

## CONTRAGARANTIAS À GARANTIA DA UNIÃO

31. Em cumprimento ao art. 40, parágrafo I da LRF, e art. 10, inciso III, da RSF 48, foi realizada, pela COAFI e segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 306/2012, a análise da suficiência das contragarantias à garantia da União. Conforme informação consignada na Nota Técnica nº 111/2016/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 19/07/2016 (fls. 892/894), as garantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

32. Assim, deverá ser formalizado o contrato de contragarantia com a União, podendo o Governo Federal reter as importâncias necessárias para satisfação dos compromissos assumidos diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do ente. O contrato de contragarantia deverá obedecer ao padrão já estabelecido pela PGFN e ser celebrado previamente ao contrato de empréstimo.

## CUSTO-BENEFÍCIO, CONDIÇÕES FINANCEIRAS e FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO

33. Entende-se que o Parecer Técnico (fls. 704/721), juntamente com o cronograma financeiro da operação (fl. 855v) e a Nota nº 436/2013 - STN/COPEM (fl. 899/899v), atendem ao disposto nos incisos V e VI do art. 3º da Portaria MF 497/1990, além do disposto no art. 11, parágrafo único, alíneas c, h e i da RSF nº 48/2007.

## ADIMPLÊNCIA COM O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

34. A verificação de adimplência com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), em atendimento ao art. 16 da RSF nº 43/2001, deverá ser feita mediante consulta ao Sistema do Banco Central (SISBACEN/CADIP), tendo por base a lista de CNPJ constante do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC). Tendo em vista que o Chefe do Poder Executivo declarou no SADIPEM (fls. 854/866) que estão incluídos no CAUC todos os CNPJs da administração direta do Município, verificou-se que o mesmo encontra-se adimplente com as instituições integrantes do SFN, conforme resultado de consulta ao SISBACEN/CADIP, realizada nesta data (fl. 935).

## ADIMPLÊNCIA COM A UNIÃO

35. Em relação à adimplência financeira com a União, cumpre informar que, na presente data, o ente se encontra adimplente, conforme já mencionado no parágrafo 13 deste parecer.

## PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

36. Quanto à adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 62, de 06/12/2009 e observada a Portaria Interministerial CGU/MPOG/MF

507/2011, art. 38, XVI, não foi possível a verificação da adimplência do ente, pois as emissões de certidões e as consultas ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (CEDIN) foram suspensas (fl. 934).

37. Dessa forma, o cumprimento deste requisito deverá ser verificado pela PGFN. Para tanto, foi solicitado ao ente, por correio eletrônico (fl. 769), que envie àquele órgão o comprovante alternativo de cumprimento do requisito.

#### REGISTRO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - ROF

38. Em cumprimento ao art. 98, § 2º, do Decreto 93.872/86, verificou-se que o Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF do RDE) nº TA722498 (fls. 909/913) está em conformidade com o contrato de financiamento (fls. 638/665).

#### MINUTAS DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

39. Acerca das minutas contratuais, cabe registrar que a CAF enviou minutas atualizadas dos contratos de financiamento e de garantia, anexos às fls. 638/670. Tendo sido elaborada a Nota Complementar nº 26/2016/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 23/02/2016 (fls. 671/672v), que alterou a Nota de Conclusão de Negociação, nº 257/2014/COPEM/STN/MF, de 12/12/2014 (fls. 266/266v).

40. Em atendimento ao art. 3º, VIII, da portaria MEFP nº 497/1990, estão presentes no processo as minutas do contrato de financiamento (fls. 638/665) e de garantia (fls. 666/670).

### III.2 INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS PARA O TESOIRO NACIONAL

#### ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

41. Encontra-se às fls 638/665 as minutas negociadas do contrato de empréstimo.

42. Em relação aos riscos para o Tesouro Nacional, destacam-se, da minuta do contrato de empréstimo os pontos abaixo, os quais refletem disposições normal aceitas pelo Tesouro Nacional em operações com organismos multilaterais:

#### Prazo e condições para o primeiro desembolso

43. As condições prévias ao primeiro desembolso estão estabelecidas na Clausula Oitava das Condições Particulares de Contratação, às fls 639/640 e na Clausula 5 das Condições Gerais de Contratação, às fls 654.

44. O Município terá um prazo de até 6 meses para solicitar o primeiro desembolso e de até 48 meses para solicitar o último desembolso do empréstimo. Esses prazos serão contados a partir da data de entrada em vigência do Contrato (fl. 639).

45. Por sua vez, o Governo Federal exige que a CAF informe o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso pelo Município de Fortaleza. Essa exigência constitui condicionante à assinatura do contrato de garantia entre o Governo Federal e esse organismo multilateral. A condicionante minimiza os riscos para o Tesouro Nacional, uma vez que o Município não incorrerá em pagamento desnecessário de comissão de compromisso e estará apto a iniciar a execução do projeto logo após a formalização do contrato de empréstimo.

#### Vencimento antecipado da dívida e cross default

46. A minuta do contrato prevê circunstâncias em que a CAF terá o direito de declarar o vencimento antecipado do empréstimo por razões financeiras e não-financeiras, conforme estabelecido na Clausula 18 das Condições Gerais de Contratação (fls. 658/659). Cumpre informar que o Município dispõe de 120 dias (prazo de cura) para adotar as medidas necessárias para sanar o inadimplemento a fim de reestabelecer o curso normal do contrato.

47. Adicionalmente a minuta prevê o *cross-default* com outros contratos do ente com a CAF, conforme estabelecido na alínea c da Cláusula 16 das Condições Gerais (fl 658).

Adicionalmente a minuta prevê o cross default com outros contratos do ente com a CAF, conforme as Cláusulas 16 e 18 do Anexo A (fls. 238v/239), a CAF poderá suspender a execução de suas obrigações ou declarar o vencimento antecipado do empréstimo caso haja o descumprimento, pelo Mutuário, de qualquer obrigação estipulada em outro contrato de empréstimo celebrado entre o próprio Mutuário e a CAF

48. A respeito destas hipóteses, cumpre informar que a Secretaria do Tesouro Nacional acompanha o pagamento de todos os empréstimos garantidos pela União, de forma a evitar que seja declarado o vencimento antecipado de uma dívida pelo não pagamento de uma obrigação financeira.

49. Adicionalmente, a CAF acompanha periodicamente a execução dos Projetos a fim de assegurar-lhes o desenvolvimento satisfatório. Também exige que o Município apresente relatórios (semestrais, anuais e final) com relação à execução do Projeto em seus aspectos técnicos e financeiros, assim como a realização de auditoria externa.

50. Por fim, até o presente momento, a STN não tem conhecimento da ocorrência de declaração de vencimento antecipado de nenhum contrato garantido pela União.

#### Prazo para honra da garantia

51. A minuta do contrato dispõe que o Garantidor terá um prazo máximo de 30 dias, contados a partir da comunicação da CAF ao Garantidor, para realizar o pagamento da quantia devida pelo Mutuário no caso de atraso no pagamento de qualquer parcela de principal ou juros por parte do Mutuário, conforme a Cláusula Terceira do Anexo C (fls. 666/670).

#### ANÁLISE DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO E ASPECTOS FISCAIS

52. Conforme consignado na Nota nº 94/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 06/06/2016 (fls. 838/852v), e de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Portaria MF nº 306/2012, a análise da capacidade de pagamento do pleiteante à garantia indicou classificação B, o que em termos de situação fiscal e de risco de crédito equivale a uma situação fiscal forte e risco de crédito baixo (fl. 917).

53. Registre-se que a capacidade de pagamento do Município de Fortaleza em 2014, constante na Nota nº 117/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF (fls. 219/231v), foi classificada em B. Em 2015 a capacidade de pagamento do Município, constante na Nota nº 205/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF (fls. 574/575v), também foi classificada em B. Nota-se que ao longo das três últimas análises de Capacidade de Pagamento, a nota atribuída manteve-se inalterada em B.

#### HONRA DE AVAL

54. Segundo acompanhamento desta Secretaria realizado desde 2005 até junho/2016, não há, em nome do Município de Fortaleza, nenhum registro referente a honra de garantia pela União a operações de crédito por este realizadas (fls. 936).



## **AVALIAÇÃO DO COMITÊ DE GARANTIAS**

55. Em 21/12/2015, mediante a Portaria STN nº 763 (fls. 918/920), foi instituído, no âmbito do Tesouro Nacional, o Comitê de Garantias, fórum colegiado interno que tem como objetivo subsidiar a atuação da STN no que se refere à concessão de garantias da União.

56. A Portaria STN nº 109 (fls. 921/925v), de 25/02/2016, aprovou o regimento interno do referido Comitê, atribuindo a seus Grupos Técnicos a avaliação técnica e a deliberação acerca da admissibilidade dos pleitos de concessão de garantia.

57. O Grupo Técnico de Entes Subnacionais deliberou, em sua 2ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 28/03/2016, que, até que haja definição sobre procedimentos em atendimento ao Art. 40 do RI-CGR, as operações externas, financiadas por Organismos Multilaterais, que tenham contragarantias suficientes, tenham Capacidade de Pagamento A ou B e cumpram os demais limites e condições da legislação, conforme análise da COPEM, estão recomendadas, condicionadas a manifestação favorável da CODIP quanto ao custo de cada operação individualmente (fls. 761/762).

58. A CODIP manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação conforme informação consignada às fls. 896/896v.

59. Assim, a operação é elegível à garantia da União nos termos da deliberação da 2ª Reunião Extraordinária do Grupo Técnico.

## **IV. DEMAIS SUBSÍDIOS PARA MANIFESTAÇÃO DE OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA**

### **CUSTO DA OPERAÇÃO**

60. A CODIP manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação conforme informação consignada às fls. 896/896v, destacando que a taxa interna de retorno da operação encontra-se abaixo do custo de captação soberano.

### **DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO**

61. Segundo Parecer Técnico encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo, destaca-se a importância do tema sustentabilidade urbana das metrópoles e sua grande importância para o futuro da humanidade. Em busca do desenvolvimento urbano sustentável, diversas cidades estão revitalizando áreas abandonadas ou degradadas. Nas últimas décadas, metrópoles do mundo inteiro têm despertado para o novo paradigma do desenvolvimento sustentável, onde seja possível a reutilização do patrimônio instalado, a requalificação de espaços degradados, o desenvolvimento econômico que concretamente objetiva melhorar a qualidade de vida das comunidades locais e a melhoria das infraestruturas sociais.

62. Seguindo a ótica apresentada e dada a estreita relação do processo de renovação urbana com o desenvolvimento do turismo, o Programa Fortaleza Cidade com Futuro está em concordância com o exposto, na medida em que tem como objetivo geral impulsionar o potencial turístico e a competitividade da cidade de Fortaleza, criando as condições para melhorar o desenvolvimento social e econômico da população, por meio de investimentos em determinados eixos.

63. O Programa é fortalecido, à medida que se coaduna com planejamentos federais para o desenvolvimento do Turismo no país, apresentados principalmente pelo Ministério do Turismo, tais como o Plano Nacional de Turismo 2013-2016 e Plano Aquarela 2020.

## **V. CONCLUSÃO**

mj

64. Tomando por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001, o ente CUMPRE os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.

65. Considerando o disposto na Portaria STN nº 694, de 20/12/2010, o prazo de validade da verificação dos limites e condições é de 270 dias, uma vez que o cálculo dos limites a que se referem os incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43/2001 resultou em percentual de comprometimento inferior a 80%.

66. Entretanto, ressalta-se que a operação de crédito não poderá ser contratada sem que haja nova verificação junto a esta Secretaria do cumprimento do disposto no inciso VI do art. 21 da RSF nº 43/2001, que deverá ser efetuada em [sahem.tesouro.gov.br](http://sahem.tesouro.gov.br), na data da contratação.

67. Em relação à garantia da União, tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, entende-se que o ente cumpre com os requisitos legais e normativos apontados na seção III.1, necessários para a obtenção da garantia da União.

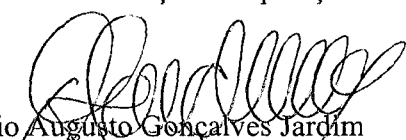
68. Ainda em relação à garantia da União, a instrução dos riscos para o Tesouro Nacional foi feita na seção III.2 e estes não são superiores aos riscos usualmente assumidos em operações de crédito com organismos multilaterais.

69. Adicionalmente, foram apresentadas na seção IV informações complementares como subsídios para a manifestação de oportunidade e conveniência pela Sra. Secretária do Tesouro Nacional.

70. Tendo em vista o acima disposto, nada tenho a opor à concessão da garantia da União.

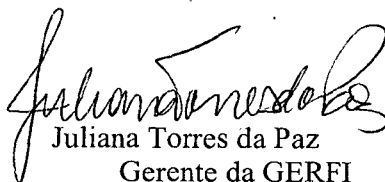
71. Encaminhe-se o presente pleito para manifestação conclusiva da Sra. Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF, acerca da oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, nos termos do art. 6º, I, a da Portaria MEFP nº 497/90.

À consideração superior, no que tange às manifestações exaradas quanto à verificação dos limites e condições para a contratação da operação de crédito.


  
Otávio Augusto Gonçalves Jardim  
Analista de Finanças e Controle

  
Taina Silva Carneiro Moreira  
Gerente da GEAPE IIII, Substituta

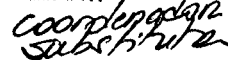
À consideração superior, no que tange às manifestações quanto aos requisitos relacionados à concessão da garantia da União.

  
Juliana Torres da Paz  
Gerente da GERFI

Considerando as manifestações exaradas acima quanto à verificação dos limites e condições, bem como quanto à análise da concessão da garantia da União, manifesto o meu de acordo. À consideração da Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF.

  
Cinthia de Fátima Rocha  
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Ana Cristina Bittar de Oliveira  
Gerente da GEAPE I  
COPEM/STN

  
coordenadora  
substituta

938  
mf

De acordo. Em relação à garantia da União, nos termos da Portaria STN nº 501/2012 e considerando o exposto, entendo ser a garantia da União oportuna e conveniente ao Tesouro Nacional relativamente à presente operação. Encaminhe-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN/COF para as providências de sua alçada. Em     /     /



Pricilla Maria Santana  
Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF

Ministério da Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais  
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Parecer Complementar nº 163/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 28 de junho de 2017.

Parecer Público. Ausência de informação classificada como de acesso restrito pelos arts. 23 e 31 da Lei nº 12.527 de 18/11/2011 – LAI.

Processo nº 17944.000355/2014-55.

Operação contratual externa (com garantia da União) entre o Município de Fortaleza - CE e a Corporação Andina de Fomento, no valor de US\$ 83.250.000,00. Recursos destinados ao financiamento do Fortaleza Cidade com Futuro (Antigo PROGRAMA ALDEIA DA PRAIA).

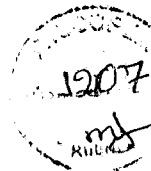
VERIFICAÇÃO DE LIMITES E  
CONDIÇÕES E CONCESSÃO DE  
GARANTIA DA UNIÃO.

## I. RELATÓRIO

1. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/COF, por meio do despacho de 27/03/2017, constante à fl. 995, solicita manifestação complementar desta Secretaria, para atualização das informações fiscais, do Orçamento 2017 e pronunciamento, para a operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Município de Fortaleza - CE e a Corporação Andina de Fomento - CAF, no valor de US\$ 83.250.000,00, com recursos destinados ao financiamento do Programa Fortaleza - Cidade com Futuro.

2. Inicialmente, cabe mencionar que esta Secretaria, mediante Parecer nº 812/2016/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 29/07/2016 (fls. 952/958), manifestou-se de forma conclusiva e favorável quanto ao cumprimento dos limites e condições para a contratação da operação de crédito, bem como quanto à concessão da garantia da União à operação pleiteada pelo Município de Fortaleza.

3. Considerando que a validade do Parecer nº 812/2016/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 29/07/2016 (fls. 952/958), encontra-se vencida, passamos à reanálise dos limites e condições da operação, bem como à análise complementar dos itens atinentes à garantia da União.



Handwritten signatures and initials.

4. Tendo em vista a mudança de exercício, o município de Fortaleza atualizou as informações necessárias para a verificação do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação de operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento e de pedido de concessão de garantia da União, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 (RSF nº 43/2001) e da Resolução do Senado Federal nº 48/2007 (RSF nº 48/2007), com as seguintes características (fls. 1190/1193):

- **Valor da operação:** US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos EUA), equivalente a R\$ 266.266.800,00 pela taxa de R\$ 3,1984/US\$ em 28/04/2017.
- **Destinação dos recursos:** execução do Programa Fortaleza - Cidade com Futuro;
- **Juros:** Libor USD de 6 meses mais SPREAD a ser definido no momento da assinatura do contrato de empréstimo, de acordo com as políticas de gestão da Corporação Andina de Fomento - CAF;
- **Atualização monetária:** Variação cambial;
- **Liberação:** US\$ 4.162.500,00 em 2017, US\$ 16.650.000,00 em 2018, US\$ 20.812.500,00 em 2019, US\$ 24.975.000,00 em 2020, US\$ 16.650.000,00 em 2021 correspondentes respectivamente a R\$ 13.313.340,00, R\$ 53.253.360,00, R\$ 66.566.700,00, R\$ 79.880.040,00 e R\$ 53.253.360,00 todos pela taxa de R\$ 3,1984/US\$ em 28/04/2017.
- **Contrapartida:** US\$ 4.162.500,00 em 2017, US\$ 16.650.000,00 em 2018, US\$ 20.812.500,00 em 2019, US\$ 24.975.000,00 em 2020, US\$ 16.650.000,00 em 2021 correspondentes respectivamente a R\$ 13.313.340,00, R\$ 53.253.360,00, R\$ 66.566.700,00, R\$ 79.880.040,00 e R\$ 53.253.360,00 todos pela taxa de R\$ 3,1984/US\$ em 28/04/2017.
- **Prazo total:** 192 (cento e noventa e dois) meses;
- **Prazo de carência:** 48 (quarenta e oito) meses;
- **Prazo de amortização:** 144 (cento e quarenta e quatro) meses;
- **Lei(s) autorizadora(s):** Lei 10.149, de 20/12/2013, alterada pela Lei 10.511, de 30/06/2016;
- **Modalidade:** Investimento;
- **Prazo de desembolso:** Até 6 (seis) meses para o primeiro desembolso e até 48 (quarenta e oito) meses para o último desembolso;
- **Demais encargos e comissões:** Comissão de Compromisso: Equivalente a 0,35% (zero vírgula trinta e cinco por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo. Comissão de Financiamento: 0,85% sobre o montante financiado em pagamento único, no mais tardar, até a realização do primeiro desembolso. Gastos de avaliação no valor de US\$ 50.000,00 em pagamento único no momento da realização do primeiro desembolso.

5. Por intermédio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), de que trata a Portaria nº 199/2015, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram submetidas a esta STN informações para comprovação do contido nos arts. 21 a 25 da RSF nº 43/2001, sob a forma de formulário eletrônico disponibilizado ao Ente no SADIPEM, datado de 28/06/2017, os quais encontram-se juntados aos autos às folhas 1190/1206. Também foram enviados os seguintes documentos: a. Lei Autorizadora (fls. 293, 907); b. Parecer do Órgão Jurídico (fls. 634, 1032, 1074); c. Parecer do Órgão Técnico (fls. 1075/1084v);

d. Certidão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (fls. 1085/1091, 1123/1124, 1185/1187); e. Comprovante de encaminhamento das contas ao Poder Executivo do Estado (fls.1142/1144v).

## II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

6. O ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, encaminhou Parecer do Órgão Técnico (fls. 1075/1084v), em que atestou a relação custo-benefício e o interesse econômico social da operação. A propósito, conforme a Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/6/2013 (fl. 899), é possível entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos que apresentem os benefícios de forma qualitativa.

7. O ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, mediante o Parecer do Órgão Jurídico (fl. 1074) e Declaração do Chefe do Poder Executivo efetuada no SADIPEM (fls. 1199/1202), atestou que cumpre os requisitos para contratação do empréstimo e concessão da garantia da União prescritos na citada Resolução e na Lei Complementar nº 101/2000. Ademais, tendo em vista a alteração introduzida pela RSF nº 19/2011, que, entre outras, modifica o inciso III do art. 21 da RSF nº 43/2001, a comprovação do cumprimento do inciso II do § 1º do art. 32 da LRF foi realizada por meio dos citados Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo, atestando a inclusão no orçamento vigente dos recursos provenientes da operação pleiteada.

8. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, foram verificados os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

- a. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício anterior. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Exercício anterior	
Despesas de capital executadas do exercício anterior (fl. 1033v)	554.993.094,85
"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada (fl. 1033v)	554.993.094,85
Receitas de operações de crédito do exercício anterior (fl. 1033)	240.080.756,28
ARO, contratada e não paga, do exercício anterior	0,00
Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada	240.080.756,28

- b. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso II da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício corrente. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Exercício corrente	
Despesas de capital previstas no orçamento (fl. 1096v)	1.122.166.669,00
"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesa de capital do exercício ajustadas (fl. 1096v)	1.122.166.669,00
Liberações de crédito já programadas (fl. 1203v)	357.275.208,13
Liberação da operação pleiteada (fl. 1203v)	13.313.340,00
Liberações ajustadas	370.588.548,13

- c. Limite referente ao art. 7º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **montante global das operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à receita corrente líquida (RCL). Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do limite de endividamento (%)
	Operação pleiteada	Liberações programadas			
2017	13.313.340,00	357.275.208,13	5.558.167.806,78	6,67	41,67
2018	53.253.360,00	374.814.132,61	5.620.298.756,79	7,62	47,60
2019	66.566.700,00	381.759.906,19	5.683.124.226,12	7,89	49,30
2020	79.880.040,00	272.162.512,13	5.746.651.978,34	6,13	38,29
2021	53.253.360,00	279.655.296,19	5.810.889.863,77	5,73	35,81
2022	0,00	187.300.432,11	5.875.845.820,52	3,19	19,92
2023	0,00	167.276.320,00	5.941.527.875,41	2,82	17,60

\* Projeção da RCL pela taxa média de 1,117831490% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

- d. Limite referente ao art. 7º Inciso II da RSF nº 43/2001 - **comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação pleiteada	Demais Operações		



2017	758.031,99	109.216.093,59	5.558.167.806,78	1,98
2018	3.406.473,96	163.111.767,10	5.620.298.756,79	2,96
2019	5.840.358,84	174.380.571,69	5.683.124.226,12	3,17
2020	9.578.823,87	199.446.320,65	5.746.651.978,34	3,64
2021	22.772.488,76	236.357.432,64	5.810.889.863,77	4,46
2022	33.550.661,53	258.323.432,13	5.875.845.820,52	4,97
2023	32.540.542,68	289.074.573,37	5.941.527.875,41	5,41
2024	31.973.989,17	282.264.059,44	6.007.944.144,98	5,23
2025	30.891.414,31	272.058.901,46	6.075.102.836,54	4,99
2026	29.836.301,30	256.123.732,31	6.143.012.249,10	4,66
2027	28.781.188,29	230.487.754,23	6.211.680.774,45	4,17
2028	27.741.974,23	214.965.550,52	6.281.116.898,21	3,86
2029	26.670.962,26	199.669.526,57	6.351.329.200,82	3,56
2030	25.615.849,25	194.992.752,14	6.422.326.358,66	3,44
2031	24.560.736,24	191.974.319,38	6.494.117.145,09	3,33
2032	23.509.959,30	188.222.279,56	6.566.710.431,53	3,22
2033	11.356.060,22	145.204.109,59	6.640.115.188,59	2,36
Média até 2027 :				4,15
Percentual do Limite de Endividamento até 2027 :				36,08
Média até o término da operação :				3,85
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação :				33,46

*\* Projeção da RCL pela taxa média de 1,117831490% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.*

- e. Limite referente ao art. 7º, Inciso III da RSF nº 43/2001 - **relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Receita Corrente Líquida (RCL) (fl. 1095)	5.517.129.222,53
Dívida Consolidada Líquida (DCL) (fl. 1095)	532.493.577,94
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	2.020.243.807,36
Valor da operação pleiteada	266.266.800,00
Saldo total da dívida líquida	2.819.004.185,30
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,51
Limite da DCL/RCL	1,20
Percentual do limite de endividamento	42,58%

9. Salientamos que a projeção da RCL constante nas alíneas "c" e "d" do item anterior tem como base a RCL do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RREO - 2º Bimestre de 2017), homologado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi (fl. 1097). Adicionalmente, assinalamos que os dados



referentes à relação DCL/RCL (alínea "e" do item anterior) têm como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (RGF - 1º Quadrimestre de 2017), homologado no Siconfi (fl. 1095/1095v).

10. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o limite a que se refere o item "d" foi calculado para (i) todos os exercícios financeiros em que há pagamentos previstos da operação pretendida; e, quando o prazo de amortização supera 2027, para (ii) os exercícios financeiros em que há pagamentos até 31 de dezembro de 2027, sendo considerado para fins de verificação de limites o período que resultou no cálculo mais benéfico para o Ente. Dessa forma, considerou-se o comprometimento anual de 3,85%, relativo ao período de 2017-2033.

11. Em conclusão, no que diz respeito aos requisitos mínimos aplicáveis à operação, o Município de Fortaleza atendeu a todas as exigências previstas nos artigos 6º, 7º e 21 da RSF nº 43/2001. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas RSF nº 40 e 43, de 2001, registramos:

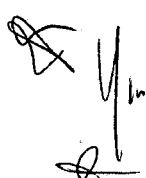
- a. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício anterior): **Enquadrado;**
- b. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício corrente): **Enquadrado;**
- c. MGA/RCL menor que 16%: **Enquadrado;**
- d. CAED/RCL menor que 11,5%: **Enquadrado;**
- e. DCL/RCL menor que 1,2: **Enquadrado.**

12. No que concerne ao art. 11 e ao § 2º do art. 40, da LRF, e ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, as Certidões do Tribunal de Contas competente (fls. 1085/1091, 1123/1124, 1185/1187) atestaram o cumprimento pelo Ente do disposto na LRF, relativamente ao último exercício analisado (2009), aos exercícios ainda não analisados (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016) e ao exercício em curso (2017) até o 1º quadrimestre.

13. Por não haver limite temporal para o último exercício analisado estabelecido na RSF nº 43/2001, esta STN consultou a PGFN, por meio da Nota nº 987/2005/COPEM/STN, de 24/06/2005, sobre o procedimento a ser adotado nesses casos. Quando a certidão indicar um aparente descumprimento do art. 57 da LRF por aquela Corte de Contas, sendo inconclusiva quanto à regularidade do ente perante a LRF em exercícios relevantes à presente análise. Em resposta à citada consulta, a PGFN manifestou o seguinte entendimento (Parecer PGFN/CAF/nº 1.175/2005):

*"Diante da impossibilidade de recusar autorização para operação de crédito cujo pedido esteja com a documentação e demais requisitos em ordem, apenas por causa do atraso na análise das Contas do ente federativo por parte do Tribunal de Contas competente, sem que haja provas de irregularidades do ente à LRF, parece que a opção deva ser autorizar a operação de crédito."*

14. Adicionalmente ao posicionamento externado pela PGFN no parágrafo anterior, cumpre destacar que a eficácia do art. 57 da LRF encontra-se suspensa, em virtude de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.238. Deste modo, esta Secretaria entende que fica impossibilitada em exigir dos Tribunais de Contas o cumprimento deste dispositivo legal.





15. Em consonância com o disposto na Portaria STN nº 841, de 21/12/2016, a qual estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação por meio do Siconfi, verificamos mediante o Siconfi que foram homologados os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) relativos aos dois últimos exercícios e do exercício em curso (fls. 1143/1144v), em conformidade com a referida Portaria e a Nota COPEM/STN nº 41, de 14/01/2008 (fls. 1171/1172).

16. Em atendimento aos preceitos da Portaria STN nº 756, de 18/12/2015, o ente inseriu e finalizou as informações relativas às dívidas públicas interna e externa de que tratam o §4º do art. 32 da LRF e o art. 27 da RSF nº 43/2001, mediante o preenchimento do Cadastro da Dívida Pública (CDP) no SADIPEM (fls. 1013/1013v). Observa-se ainda que, para fins de verificação de limites e condições, a análise do cadastro não evidenciou erros ou inconsistências que comprometam a qualidade da informação publicada.

17. Quanto ao atendimento do art. 51 da LRF, verificou-se que o Município de Fortaleza encaminhou suas contas ao Poder Executivo do Estado (fls. 1166/1169, 1142) e da União (fls. 1142).

18. Em consulta à relação de Mutuários da união - situação em 31/01/2017 (fls. 1047/1048v), verificou-se que o Ente não consta na relação de haveres controlados pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI). Adicionalmente, em relação à adimplência financeira com a União, quanto aos financiamentos e refinanciamentos concedidos e às garantias honradas, não constam, nesta data, pendências em relação ao ente, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios (SAHEM), instituído por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 106, de 28/03/2012, em sahem.tesouro.gov.br (fl. 1189).

19. Relativamente às despesas com pessoal, na forma disciplinada pela LRF, destaca-se que, na presente análise, os limites referentes às mencionadas despesas foram considerados como atendidos até o 1º Quadrimestre de 2017, com base nas certidões emitidas pelo Tribunal de Contas competente (fls. 1085/1091, 1123/1124, 1185/1187), na Declaração do Chefe do Poder Executivo (fls. 1199/1202) e nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Executivo e do Poder Legislativo presentes nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 1º Quadrimestre de 2017 homologados no Siconfi (fls. 1094, 1119).

#### **OBSERVAÇÕES**

20. Foi constatada divergência entre o valor total das amortizações da Dívida Consolidada na seção "Cronograma de Pagamentos" no SADIPEM e o valor da Dívida Consolidada preenchida no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do RGF do 3º quadrimestre de 2016, homologado no Siconfi.

21. O município de Fortaleza, por meio das Notas explicativas 2 e 3, às fls. 1202v, informou que a diferença no valor diz respeito ao Contrato de Prestação de Serviços Financeiros celebrado entre o município e o Banco do Brasil, em 2014. Ressaltou que o contrato seria literalmente, de Receita, não gerando, em princípio, nem obrigação financeira nem fluxo de pagamentos finitos, nem tampouco fixação de juros. O valor de

R\$ 46.133.296,50 deverá ser eliminado, mediante lançamento entre Contas Patrimoniais até o final do Contrato em referência.

22. No entanto, ao considerar um cenário mais conservador, conforme cálculo desta STN, ao incluirmos o valor de R\$ 45.261.234,73, no exercício de 2017, o percentual de comprometimento anual sobre a RCL passou de 1,98% para 2,79% e o percentual do limite de endividamento até o término da operação passou de 33,46 para 33,91, permanecendo nos limites previstos no artigo 7º, inciso II da RSF nº 43/2001.

### **III. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA CONCESSÃO DA GARANTIA DA UNIÃO**

23. No que se refere aos aspectos atinentes à concessão da garantia da União, dispostos na LRF, nas Resoluções do Senado Federal nº 40/2001, 43/2001 e 48/2007 e na Portaria MEFP nº 497/1990, consideramos que:

#### **INCLUSÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA E NO PLANO PLURIANUAL**

24. A Declaração do Chefe do Poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEM em 28/06/2017 (fls. 1199/1202), informa que o Programa em questão está inserido no Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2014-2017 (fl. 1201), estabelecido pela 10.095, de 27/09/2013. A declaração citada informa ainda que constam da Lei Orçamentária nº 10.554, de 28/12/2016 (fl. 1200v), que estima a receita e fixa a despesa do ente para o exercício de 2017, dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida.

#### **GASTOS MÍNIMOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO**

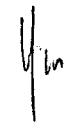


25. O Tribunal de Contas competente, mediante Certidão nº 232/2017, de 02/06/2017 (fls. 1085/1092), atestou para os exercícios de 2015 e 2016 o cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal. Adicionalmente, a mesma Certidão atestou para o exercício de 2016 o cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal.

#### **EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA**

26. O Tribunal de Contas competente, mediante a referida Certidão nº 232/2017, de 02/06/2017, e Certidão nº 295/2017, de 14/06/2017 (fls. 1123/1124), atestou para o último exercício analisado, 2009, aos exercícios ainda não analisados, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, bem como até o 1º quadrimestre do exercício em curso (2017) o cumprimento do artigo 11 da LRF.

#### **DESPESAS COM PESSOAL**

27. Relativamente às despesas com pessoal, entende-se atendido o requisito legal conforme análise constante no parágrafo 19 deste parecer.





## RESTOS A PAGAR

28. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante artigos 40, §2º e 25, inciso IV, alínea "c", ambos da LRF, combinados com o disposto na alínea c do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, tendo em vista que esse limite é aferível somente nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato do titular de Poder Executivo, a exigência de comprovação de obediência do limite de restos a pagar não se aplica, na presente data, ao município de Fortaleza.

## PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

29. A Lei nº 11.079/2004, alterada pela Lei nº 12.766/2012, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais entes caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 5% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

30. A esse respeito, cumpre esclarecer que o ente atesta no SADIPEM, por meio da Declaração do Chefe do Poder Executivo já citada, que não assinou contrato na modalidade de PPP (fl. 1202), o que corrobora a informação do ente constante em seu RREO relativo ao 2º bimestre deste exercício (fls. 1098/1098v).

## LIMITE PARA A UNIÃO CONCEDER GARANTIAS

31. Quanto à observância do limite para a União conceder garantias, é de se informar que há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da RSF nº 48/2007. As informações contidas no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do último Relatório de Gestão Fiscal da União encontram-se no processo à fl. 1145.

## LIMITE DA DÍVIDA MOBILIÁRIA

32. Relativamente à observância do limite da dívida mobiliária do ente a ser garantido, conforme estabelecido no Art. 10, inciso II, alínea c da RSF nº 48/2007, é de se informar que até a presente data o Senado Federal, no âmbito de sua competência constitucional, ainda não dispôs sobre os limites da referida dívida mobiliária dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Entretanto, conforme definido nas RSF nº 40/2001 e 43/2001, a dívida pública consolidada inclui a dívida mobiliária, tendo sido o limite da primeira atestado na seção "II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO" deste parecer.

*[Handwritten signature and initials]*

## CAPACIDADE DE PAGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

33. Para que se cumpra o art. 23, parágrafo I da RSF nº 43/2001, foi realizada a análise da situação financeira do pleiteante à garantia. Conforme consignado na Nota nº 84/2017/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 23/05/2017 (fls. 1055/1069):

*“Considerando o atendimento do requisito referente à 1ª Etapa da análise, cuja classificação da situação fiscal correspondeu a “B” e o atendimento do enquadramento referente à 2ª Etapa da metodologia da capacidade de pagamento, incisos II e III do art. 8º da Portaria MF nº 306/12, a operação de crédito é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para a concessão da garantia da União, nos termos do art. 10 da referida Portaria.”*

## CONTRAGARANTIAS À GARANTIA DA UNIÃO

34. Em cumprimento ao art. 40, parágrafo I da LRF, e art. 10, inciso III, da RSF 48, foi realizada, pela COAFI e segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 306/2012, a análise da suficiência das contragarantias à garantia da União. Conforme informação consignada na Nota Técnica nº 88/2017/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 22/06/2017 (fls. 1160/1163), as garantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

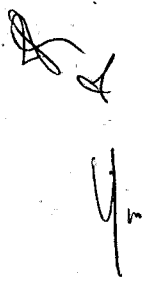
35. Assim, deverá ser formalizado o contrato de contragarantia com a União, podendo o Governo Federal reter as importâncias necessárias para satisfação dos compromissos assumidos diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do ente. O contrato de contragarantia deverá obedecer ao padrão já estabelecido pela PGFN e ser celebrado previamente ao contrato de empréstimo.

## ADIMPLÊNCIA COM O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

36. A verificação de adimplência com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), em atendimento ao art. 16 da RSF nº 43/2001, deverá ser feita mediante consulta ao Sistema do Banco Central (SISBACEN/CADIP), tendo por base a lista de CNPJ constante do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC). Cabe ressaltar que o Chefe do Poder Executivo declarou no SADIPEM (fl. 1202) que estão incluídos no CAUC todos os CNPJs da administração direta do município. Dessa forma, a verificação de adimplência deverá ser realizada posteriormente pela PGFN, conforme disposto no art. 16 supracitado.

## ADIMPLÊNCIA COM A UNIÃO

37. Em relação à adimplência financeira com a União, cumpre informar que, na presente data, o ente se encontra adimplente, conforme já mencionado no parágrafo 18 deste parecer.





## PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

38. Quanto à adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 62, de 06/12/2009 e observada a Portaria Interministerial CGU/MPOG/MF 507/2011, art. 38, XVI, não foi possível a verificação da adimplência do ente, pois as emissões de certidões e as consultas ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (CEDIN) foram suspensas (fl. 1188). Dessa forma, o cumprimento deste requisito deverá ser verificado pela PGFN. Para tanto, enviamos e-mail ao Ente (fls. 1146/1146v), orientando-o a encaminhar à PGFN documentação que comprove a adimplência do Ente com o pagamento de precatórios.

## HONRA DE AVAL

39. Segundo acompanhamento desta Secretaria, por meio do Relatório Semanal de Honras de Aval, emitido pela Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária (GEROR) da Coordenação Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV), com posição de 23/06/2017, não há, em nome do Município de Fortaleza, nenhum registro referente a honra de garantia pela União a operações de crédito por este realizadas (fls. 1175/1176).

## DO SOBRESTAMENTO TEMPORÁRIO DOS DEFERIMENTOS

40. Em face da tutela provisória concedida pelo Supremo Tribunal Federal - STF em 02/01/2017 em favor do Estado do Rio de Janeiro, nos autos da ACO nº 2.972, a qual fixou procedimento complementar às regras contratuais para fins de execução das contragarantias referentes às honras de aval atinentes aos contratos a que se refere, esta STN emitiu a Nota-Conjunta nº 05/COAFI/CODIV/STN/MF-DF (fls. 1148/1153), que traz a análise sobre as consequências da referida decisão do STF para o sistema de garantias da Federação.

41. Diante do cenário que se delineou, e com fundamento na citada Nota-Conjunta nº 05, considerou-se o possível risco de crédito gerado pela mencionada decisão, sobrestando-se a concessão da garantia para contratação de novas operações de crédito e anuência de aditivos contratuais de operações vigentes (aditivos). Nesse contexto, condicionou-se a retomada da concessão de garantias da União à realização das consultas jurídicas necessárias à real avaliação dos riscos representados pela liminar concedida nos autos da ACO nº 2.972, com fins a conferir a segurança jurídica entendida como indispensável à normalização do sistema de garantias da União.

42. Nessa conjuntura, e com fundamento nos posicionamentos jurídicos apresentados no Parecer PGFN/CAF nº 231/2017, Parecer PGFN/CAF nº 314/2017, Parecer nº 8/2017/GAB/SGCT/AGU e Parecer nº 70/2017/GAB/SGCT/AGU, por meio da Nota-Conjunta nº 24/2017/COPEM/COAFI/CODIV/STN/MF-DF (fls. 1154/1157v), as instâncias superiores desta STN entenderam substancialmente dirimidos os riscos que impediam a União de executar as contragarantias ofertadas nas operações de crédito de entes subnacionais, de forma que, considerados os efeitos adversos da paralisação do sistema de garantias, por ora não mais se justifica a manutenção do sobrestamento da concessão de garantia da União a novas operações de crédito ou a aditivos contratuais.

## V. CONCLUSÃO

43. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001, o Ente **CUMPRE** os requisitos prévios à contratação da operação de crédito.

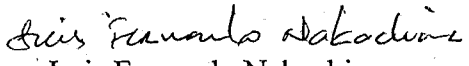
44. Considerando o disposto na Portaria STN nº 694, de 20/12/2010, o prazo de validade da verificação dos limites e condições é de 270 dias, uma vez que o cálculo dos limites a que se referem os incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43/2001 resultou em percentual de comprometimento abaixo de 80%.

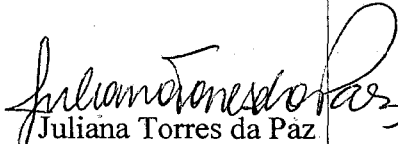
45. Ressalte-se que deverão ser observados o disposto no inciso VI do artigo 21 da RSF nº 43/2001 e no § 4º do artigo 10 da RSF nº 48/2007.

46. Em relação à garantia da União, tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, entende-se que o ente cumpre com os requisitos legais e normativos apontados na seção III, necessários para a obtenção da garantia da União.

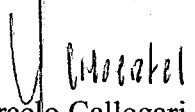
47. Tendo em vista o disposto nas seções II e III, nada temos a opor à concessão da garantia da União, desde que (i) as condições prévias ao primeiro desembolso, dispostas na Cláusula 3.02 das Disposições Especiais, sejam substancialmente cumpridas, (ii) o Ministério da Fazenda verifique a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas, (iii) seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia.

48. Encaminhe-se o presente pleito para manifestação conclusiva da Sra. Subsecretária do Tesouro Nacional, acerca da oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, nos termos do art. 6º, I, "a" da Portaria MEFP nº 497/90.

  
Luis Fernando Nakachima  
Auditor Federal de Finanças e Controle

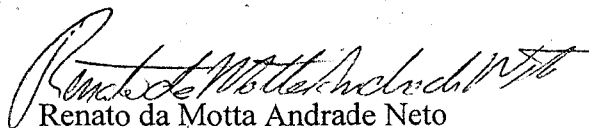
  
Juliana Torres da Paz  
Gerente da GEPEX/COPEM

De acordo. À consideração do Sr. Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

  
Marcelo Callegari Hoertel  
Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios




De acordo. À consideração da Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF.

  
Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

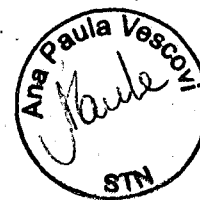
De acordo. Considerando a delegação atribuída pela Portaria MF nº 501, de 17/08/2012, em relação à manifestação sobre oportunidade, conveniência e viabilidade, **relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional**, da garantia ora analisada, entendo que a presente operação de crédito deva receber a garantia da União.

Encaminhe-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN/COF para as providências de sua alçada.

  
Pricilla Maria Santana

Renato da Motta Andrade Neto  
Subsecretário de Relações Financeiras  
Intergovernamentais do Tesouro Nacional Substituto

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF







Nota Técnica nº 88/2017/COAFI/SURIN/STN/MF-DF

**Assunto: STN OOC Operações Oficiais Crédito Tesouro Nacional 450 - Análise de contragarantias. Município de Fortaleza (CE).**

Senhor Coordenador-Geral

Referimo-nos ao Memorando nº 250/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 20/6/2017, que trata de solicitação de reanálise da suficiência das contragarantias oferecidas pelo Município de Fortaleza (CE), devido a alterações nos demonstrativos de receitas e despesas, para as seguintes operações de crédito por ele pleiteadas:

I) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 65.475.000,00 (sessenta e cinco milhões quatrocentos e setenta e cinco mil dólares norte-americanos), destinados ao Programa PROREDES Fortaleza; e

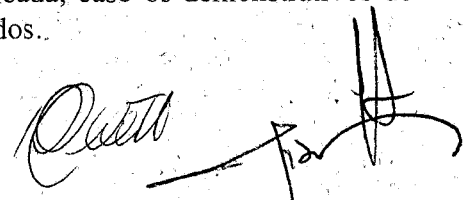
II) Cooperação Andina de Fomento (CAF), no valor de US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), destinados ao Programa Fortaleza Cidade com Futuro.

2. Informamos que os respectivos artigos 2º das Leis Municipais nº 10.149, de 20/12/2013, e nº 10.297, de 22/12/2014, autorizaram o Município de Fortaleza (CE) a oferecer como contragarantia à garantia da União, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

3. De acordo com os estudos elaborados por esta Coordenação-Geral acerca do comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Município de Fortaleza (CE) nos termos da Portaria nº 306 de 10/09/2012, as garantias oferecidas por aquela entidade federativa são consideradas **suficientes** para ressarcir a União, conforme demonstrativos anexos, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação de que se trata.

4. Ademais, cabe salientar que a atual análise está posicionada nesta data, sendo subsidiada por dados de receitas pertencentes ao Balanço Orçamentário do Município, constante do Balanço Anual, referente ao ano de 2016, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, e de despesas pertencentes ao Cronograma Financeiro da Operação e demais Operações Contratadas obtidas do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios - SADIPEM.

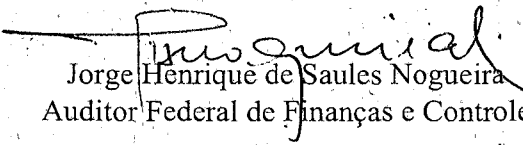
5. Da mesma forma, registramos que para fins de nova avaliação de suficiência de contragarantias, esta Coordenação-Geral deverá ser comunicada, caso os demonstrativos de receitas e despesas utilizados na presente análise sejam atualizados.



6. Isso posto, e se de acordo, sugerimos o encaminhamento da presente nota e dos quadros anexos à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM.

À consideração superior.

Brasília, 22 de junho de 2017.

  
Jorge Henrique de Saules Nogueira  
Auditor Federal de Finanças e Controle

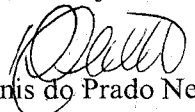
De acordo. Encaminhe-se ao Coordenador-Geral de Haveres Financeiros.

Brasília, 22 de junho de 2017.

  
Hilton Ferreira dos Santos  
Gerente de COAFI/STN

De acordo. Encaminhe-se ao Coordenador-Geral da COPEM.

Brasília, 22 de junho de 2017.

  
Denis do Prado Netto  
Coordenador-Geral de Haveres Financeiros

Documento elaborado no COMPROT.

Ministério da Fazenda - MF  
Secretaria do Tesouro Nacional - STN  
Coordenação-Geral de Haveres Financeiros - COAFI

ANÁLISE DE CONTRAGARANTIAS

Ente: Município de Fortaleza - CE  
Ref.: Memorando 250/COPEM de 20/6/2017  
Programa Fortaleza Cidade com Futuro

Itens	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
(A) Total das Receitas Próprias	1.182	1.217	1.254	1.291	1.330	1.370	1.411	1.453	1.497	1.542	1.588
(B) Total das Receitas de Transferências	2.115	2.179	2.244	2.311	2.381	2.452	2.526	2.602	2.680	2.760	2.843
(C) = (A) + (B) Total das Receitas para Garantia	3.297	3.396	3.498	3.603	3.711	3.822	3.937	4.055	4.177	4.302	4.431
(D) Total do Serviço da Dívida	—	110	167	183	215	273	315	355	352	345	331
(E) = (C) - (D) Margem de Garantia	—	3.286	3.330	3.420	3.495	3.549	3.622	3.700	3.825	3.957	4.100

Valores em R\$ milhões

Resultado da Análise:

Atende ao critério de suficiência de garantias.

Margem Média: 3,628

Hipóteses Consideradas (conforme previsto na Portaria MF nº 306, de 10/09/2012):

- a. taxa média de crescimento anual das receitas igual a 3% a.a.
- b. valores constantes.

Receitas Consideradas:

Próprias  
IPTU  
ITBI  
ISSQN  
de Terceiros  
IRRF  
FPM  
ITR

ANÁLISE DE CONTRAGARANTIAS

Ente: **Município de Fortaleza - CE**  
Ref: **Memorando 250/COPEM de 20/6/2017**  
**Programa PROREDES Fortaleza**

Item	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
(A) Total das Receitas Próprias	1.182	1.217	1.254	1.291	1.330	1.370	1.411	1.453	1.497	1.542	1.588
(B) Total das Receitas de Transferências	2.115	2.179	2.244	2.311	2.381	2.452	2.526	2.602	2.680	2.760	2.843
(C) = (A) + (B) Total das Receitas para Garantia	3.297	3.396	3.498	3.603	3.711	3.822	3.937	4.055	4.177	4.302	4.431
(D) Total do Semção da Dívida	—	110	167	183	215	273	315	355	352	345	331
(E) = (C) - (D) Margem de Garantia	—	3.286	3.330	3.420	3.495	3.549	3.622	3.700	3.825	3.957	4.100

Valores em R\$ milhões

Resultado da Análise:

Atende ao critério de suficiência de garantias.

Margem Média: 3.628

Hipóteses Consideradas (conforme previsto na Portaria MF nº 306, de 10/09/2012):

- a. taxa média de crescimento anual das receitas igual a 3% a.a;
- b. valores constantes.

Receitas Consideradas:

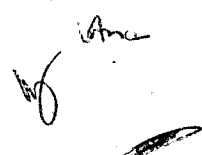
Próprias  
IPTU  
ITBI  
ISSQN  
de Terceiros  
IRRF  
FPM  
ITR

Em 23 de maio de 2017.

**Assunto:** Município de Fortaleza/CE. Análise da Capacidade de Pagamento de Operações de Crédito de Estados e Municípios – Portarias MF nº 306, de 10 de setembro de 2012, STN nº 543, de 18 de setembro de 2012, STN nº 763, de 21 de dezembro de 2015 e STN nº 106, de 25 de fevereiro de 2016.

1. O Município de Fortaleza/CE solicitou concessão de garantia da União para contratar as operações de crédito externas com a Corporação Andina de Fomento (CAF), (i) destinada ao Programa Fortaleza Cidade com Futuro, no valor de US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América); (ii) destinada ao Programa de Valorização e Ampliação da Infraestrutura e Atividade Turística de Fortaleza - PROVATUR, no valor de US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América); e (iii) destinada ao Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento de Fortaleza, no valor de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América); (iv) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao Programa de Fortalecimento de Inclusão Social e Redes de Atenção - PROREDES, no valor de US\$ 65.475.000,00 (sessenta e cinco milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América); (v) com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao Programa Fortaleza Cidade Sustentável, no valor de US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América); e (vi) com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), destinada também ao Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento de Fortaleza, no valor de € 89.760.160,85 (oitenta e nove milhões, setecentos e sessenta mil, cento e sessenta euros e oitenta e cinco centavos); e (vii) para contratar a operação de crédito interna com a Caixa Econômica Federal (CEF), destinada à complementação de contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa de Transporte Urbano de Fortaleza II, no valor de R\$ 48.885.559,47 (quarenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

2. A Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM), por meio dos Memorandos nº 984/2016/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 28 de dezembro de 2016, nº 81/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 21 de março de 2017, nº 84/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 21 de março de 2017, nº 165/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 02 de maio de 2017, e



nº 184/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 08 de maio de 2017, solicitou a análise da capacidade de pagamento do Município para as operações em referência, a fim de subsidiar deliberação do Comitê de Análise de Garantias da Secretaria do Tesouro Nacional acerca da concessão de aval ou garantia da União às operações de crédito de interesse do Município.

3. Assim, foi realizada a análise para as operações de crédito pleiteadas, considerando também, conforme item 7.1 do Anexo I da Portaria da STN nº 543/12, as demais operações de crédito que foram objeto de pleito de verificação de limites e condições previstos nas Resoluções nos 40 e 43 do Senado Federal, ambas de 2001 ou Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000. O quadro a seguir elenca todas as operações de crédito a contratar consideradas na presente análise:

Em R\$ de 31/12/2016

Projetos/Programas	Entidade Financeira	Total
Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento	Corporação Andina de Fomento	488.865.000,00
Programa de Valorização e Ampliação da Infraestrutura e Atividade Turística de Fortaleza - PROVATUR	Corporação Andina de Fomento	407.387.500,00
Programa Fortaleza – Cidade com Futuro	Corporação Andina de Fomento	271.320.075,00
Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento	Agencia Francesa de Desenvolvimento	308.631.337,06
Programa Fortaleza Cidade Sustentável	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	238.892.030,00
Programa de Fortalecimento de Inclusão Social e Redes de Atenção - PROREDES	Banco Interamericano de Desenvolvimento	213.389.572,51
Complementação de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa de Transporte Urbano de Fortaleza II	Caixa Econômica Federal	48.885.559,47
<b>Total</b>		<b>1.977.371.074,04</b>

## I - DA METODOLOGIA DE ANÁLISE E RESULTADOS DECORRENTES

4. A análise da Capacidade de Pagamento segue a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 306/12, com fundamento nos conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 543/12. De acordo com o art. 2º da Portaria MF nº 306/12 a metodologia de análise está estruturada em duas etapas:

1ª Etapa – classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito, tendo como parâmetros indicadores econômico-financeiros; e

2ª Etapa – enquadramento das operações pleiteadas em sua correspondente situação fiscal, tendo como parâmetros o indicador de endividamento e o indicador de serviço da dívida.

5. Para a 1ª Etapa foram utilizados dados referentes aos exercícios de 2014 a 2016 dos balanços consolidados publicados, conforme a abrangência definida no art. 1º da Lei Complementar nº 101/00. Como fonte subsidiária, foram consultados dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, relativo ao 6º bimestre do ano, o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 3º quadrimestre do ano, bem como as informações constantes do Sistema de Coleta de Dados

*Handwritten signatures and initials.*

1056

1056

Contábeis de Estados e Municípios – SISTN – e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

6. A situação fiscal do Município foi obtida pela pontuação resultante da média ponderada dos indicadores Endividamento, Serviço da Dívida na Receita Corrente Líquida, Resultado Primário Servindo a Dívida, Despesa com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida, Capacidade de Geração de Poupança Própria, Participação dos Investimentos na Despesa Total, Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias e Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio, conforme fórmulas e ponderações explicitadas no art. 3º da Portaria MF nº 306/12.

7. É oportuno ressaltar que a pontuação citada no parágrafo anterior corresponde ao diagnóstico da situação fiscal do Município tendo por base as informações obtidas dos balanços dos três últimos exercícios.

8. A pontuação apurada na 1ª Etapa foi de **2,33** e a classificação da capacidade de pagamento correspondente a esta pontuação é **“B”**, conforme o art. 4º da Portaria MF nº 306/12. Assim, o Fator de Ponderação (FP) a ser utilizado na 2ª Etapa da análise de capacidade de pagamento será 40%, conforme estabelece o parágrafo único do art. 6º da Portaria MF nº 306/12.

9. A 2ª Etapa busca verificar o enquadramento das operações pleiteadas nos indicadores de endividamento e de serviço da dívida. O citado enquadramento deve atender ao previsto nos incisos II e III do art. 8º da Portaria MF nº 306/2012, a saber:

Inciso II:  $\text{Endividamento}_{\text{AUMENTO PLEITEADO}} \leq (1 - \text{Endividamento}_{\text{ATUAL}}) \times \text{FP}$

Inciso III:  $\text{Serviço da Dívida}_{\text{AUMENTO PLEITEADO}} \leq (10\% - \text{Serviço da Dívida}_{\text{ATUAL}}) \times \text{FP}$

10. Com base na metodologia definida na Portaria MF nº 306/12 e nos conceitos e procedimentos estabelecidos na Portaria STN nº 543/12, foram utilizados os dados do demonstrativo do cronograma de compromissos da dívida consolidada vincenda e das demais condições contratuais para realizar projeções das relações: (i) serviço da dívida pública consolidada e receita corrente líquida; e (ii) saldo devedor da dívida pública consolidada e receita corrente líquida.

11. Foram utilizadas médias aritméticas das projeções desses dois indicadores para os próximos cinco exercícios financeiros, com o objetivo de determinar o enquadramento das operações de crédito aos incisos II e III do art. 8º da Portaria MF nº 306/12.

12. O detalhamento do cálculo do enquadramento dos citados indicadores está no Anexo desta nota. O quadro abaixo apresenta o resultado:

ENQUADRAMENTO	APURAÇÃO	RESULTADO
Inciso II – Endividamento	$\text{Endividamento}_{\text{AUMENTO PLEITEADO}} \leq (1 - \text{Endividamento}_{\text{ATUAL}}) \times \text{FP}$ $0,15 \leq (1 - 0,20) \times 40\%$ $0,15 \leq 0,32$	Enquadrada
Inciso III – Serviço da Dívida	$\text{Serviço da Dívida}_{\text{AUMENTO PLEITEADO}} \leq (10\% - \text{Serviço da Dívida}_{\text{ATUAL}}) \times \text{FP}$ $1,42\% \leq (10\% - 3,65\%) \times 40\%$ $1,42\% \leq 2,54\%$	Enquadrada

1056

1056

## II - DA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO

13. Considerando o atendimento do requisito referente à 1ª Etapa da análise, cuja classificação da situação fiscal correspondeu a “B” e o atendimento do enquadramento referente à 2ª Etapa da metodologia da capacidade de pagamento, incisos II e III do art. 8º da Portaria MF nº 306/12, a operação de crédito é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para a concessão de garantia da União, nos termos do art. 10 da referida Portaria.

## III - DA FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA PARA SUBSIDIAR AS DELIBERAÇÕES DO CGR



14. Compete ao Comitê de Análise de Garantias (CGR) as avaliações técnicas dos pleitos de concessão de garantia conforme Portaria STN nº 763/15.

15. Nos termos do regimento interno do Comitê de Análise de Garantias (CGR), art. 28 da Portaria STN nº 109, de 25 de fevereiro de 2016, cabe às coordenações-gerais “*apresentar fundamentação técnica, de acordo com suas atribuições, que subsidie as decisões*”.

16. Nos termos do art. 6º da Portaria STN nº 109/16, compete à COREM a “*análise da capacidade de pagamento e do risco de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*”.

17. Além disso, conforme as atribuições válidas para todos os membros do CGR, art. 17 da Portaria STN nº 109/16, compete também à COREM manifestar voto e posicionar-se em relação aos itens da pauta do CGR.

18. Visando subsidiar deliberação do CGR, o posicionamento (ou voto) da COREM é que a operação de crédito pleiteada é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para concessão de garantia da União, nos mesmos termos do disposto no art. 10 da Portaria MF nº 306/12, desde que observados todos os demais requisitos legais para a concessão de garantia da União.





1057  
Fila. Nº  
Rota

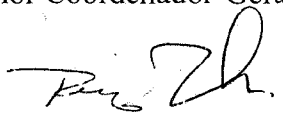
#### IV - ENCAMINHAMENTO

19. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento desta Nota à COPEM com vistas à deliberação do Grupo Técnico do CGR.

À consideração superior.

  
**ANA LUISA MARQUES FERNANDES**  
Auditora Federal de Finanças e Controle

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral da COREM.

  
**RUY TAKEO TAKAHASHI**  
Gerente da GEREM

De acordo. Encaminhe-se à COPEM.




  
**LEONARDO LOBO PIRES**  
Coordenador-Geral da COREM

**1ª Etapa - CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL**

Cálculo dos Indicadores Fiscais

ESTADO: CE - MUNICÍPIO: FORTALEZA

Discriminação	2014	2015	2016
I - Endividamento	0,2	0,2	0,2
- Dívida Pública Consolidada	1.087.294.155,36	1.306.981.769,86	1.339.106.683,87
- Receita Corrente Líquida	4.549.938.271,61	5.229.991.502,10	5.363.994.044,87
II - Serviço da Dívida na Receita Corrente Líquida	1,3%	1,4%	2,1%
- Serviço da Dívida	60.148.030,58	73.349.863,60	110.100.538,31
- Receita Corrente Líquida	4.549.938.271,61	5.229.991.502,10	5.363.994.044,87
III - Resultado Primário servindo a Dívida	(4,6)	(1,2)	(1,0)
Resultado Primário	-279.062.999,35	-91.121.961,94	-108.963.521,94
Serviço da Dívida	60.148.030,58	73.349.863,60	110.100.538,31
IV - Despesa com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida	50,0%	48,3%	50,3%
- Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	2.276.976.471,86	2.524.233.031,71	2.697.081.009,63
- Receita Corrente Líquida	4.549.938.271,61	5.229.991.502,10	5.363.994.044,87
V - Capacidade de Geração de Poupança Própria	4,1%	9,4%	7,3%
- Receitas Correntes	5.057.313.145,92	5.797.018.962,89	5.917.082.189,39
- Despesas Correntes	4.847.583.718,51	5.253.391.364,79	5.484.194.476,46
VI - Participação dos Investimentos na Despesa Total	9,7%	9,3%	8,0%
- Investimentos	523.972.125,46	542.787.216,49	483.468.349,59
- Despesa Total	5.414.958.046,03	5.847.827.663,35	6.045.848.856,99
VII - Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias	91,1%	85,5%	88,7%
- Contribuições e Remunerações RPPS	408.945.188,73	465.008.321,82	546.680.774,71
- Despesas Previdenciárias	448.784.256,18	544.040.109,32	616.633.149,77
VIII - Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio	27,2%	27,6%	26,8%
- Receitas Tributárias	1.324.893.495,59	1.458.404.685,10	1.490.635.995,25
- Despesas de Custeio	4.866.498.441,48	5.283.889.468,78	5.557.184.246,69
ESTRUTURA DE PESOS ANUAIS			
	20%	30%	50%

1058  
 112. Nº  
 1058  
 1058

**1ª Etapa - CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL**

Classificação e Média dos Indicadores

ESTADO: CE - MUNICÍPIO: FORTALEZA

Discriminação	Lado Esquerdo	Lado Direito	2014	2015	2016	Média
I - Endividamento	0,5	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0
II - Serviço da Dívida nas Receitas Correntes Líquidas	8,0%	15,0%	0,0	0,0	0,0	0,0
III - Resultado Primário servindo à Dívida	1,0	0,0	6,0	6,0	6,0	6,0
IV - Despesa com Pessoal e Encargos Sociais nas Receitas Correntes Líquidas Ajustadas	40,0%	70,0%	2,0	1,7	2,1	1,9
V - Capacidade de Geração de Poupança Própria	25,0%	5,0%	6,0	4,7	5,3	5,3
VI - Participação dos Investimentos na Despesa Total Ajustada	20,0%	5,0%	4,1	4,3	4,8	4,5
VII - Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias	90,0%	40,0%	0,0	0,5	0,2	0,2
VIII - Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio	80,0%	30,0%	6,0	6,0	6,0	6,0

Nota atribuída		Estrutura de pesos dos balanços		
0	6	20%	30%	50%

1058  
 1058  
 1058

**1ª Etapa - CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL****Cálculo dos Indicadores Fiscais****ESTADO: CE - MUNICÍPIO: FORTALEZA**

Discriminação	Peso	Média	Média*Peso
I - Endividamento	10	0,00	0,00
II - Serviço da Dívida nas Receitas Correntes Líquidas	9	0,00	0,00
III - Resultado Primário servindo à Dívida	8	6,00	48,00
IV - Despesa com Pessoal e Encargos Sociais nas Receitas Correntes Líquidas Ajustadas	7	1,93	13,48
V - Capacidade de Geração de Poupança Própria	4	5,26	21,03
VI - Participação dos Investimentos na Despesa Total Ajustada	3	4,51	13,54
VII - Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias	2	0,24	0,49
VIII - Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio Ajustadas	1	6,00	6,00
	44		102,54

Pontuação	2,33
-----------	------

<b>RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL</b>	<b>B</b>
<b>Córrrespondente ao Item 'e' do Inciso I do Art. 8º da Portaria nº 306/2012</b>	

18/05/2017 10:19

Wf Lnc

A

1059  
 12/05/2017  
 12/05/2017

**2ª Etapa - ENQUADRAMENTO DA NOVA OPERAÇÃO DE CRÉDITO****Cálculo do Enquadramento aos Indicadores****ESTADO: CE - MUNICÍPIO: FORTALEZA**

ENQUADRAMENTO AO INDICADOR DO ENDIVIDAMENTO			
Média da relação DB/RCL projetada = MédiaEndt	0,20		
Impacto da Operação de Crédito na Média da relação DB/RCL projetada (Endoc)	0,15		
Fator de Ponderação (FP)	40,00%		
Indicador para Endividamento = (1 - MédiaEndt) x FP	0,32		
Operação de Crédito ENQUADRADA SE Endoct ≤ (1-MédiaEndt)xFP	0,15	≤	0,32
ENQUADRAMENTO ao Indicador do Endividamento		, ENQUADRADA	
Conforme disposto no Inciso II do Art. 8º da Portaria nº 306/2012			

ENQUADRAMENTO AO INDICADOR DO SERVIÇO DA DÍVIDA			
Média da Relação SD/RCL projetada = MédiaSDt	3,65%		
Impacto da Operação de Crédito na Média da Relação SD/RCL projetada = SDoc	1,42%		
Fator de Ponderação (FP)	40,00%		
Indicador para Serviço da Dívida = (10% - MédiaSDt) x FP	2,54%		
Operação de Crédito ENQUADRADA SE SDoc ≤ (1 - MédiaSDt) x FP	1,42%	≤	2,54%
ENQUADRAMENTO ao Indicador do Serviço da Dívida	-	ENQUADRADA	
Conforme disposto no Inciso III do Art. 8º da Portaria nº 306/2012			

RESULTADO DO ENQUADRAMENTO	ENQUADRADO
----------------------------	------------

COMPETÊNCIA FINAL PARA PRONUNCIAMENTO FAVORÁVEL	COREM
Conforme disposto no Art. 8º da Portaria nº 306/2012	

10/05/2017 10:52

WJ VAm

0

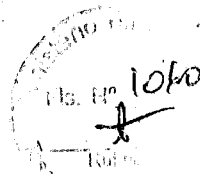
ANEXO À NOTA Nº 84/2017/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 23/05/2017

1. Este Anexo apresenta os procedimentos adotados no cálculo da classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito (1ª Etapa) bem como no enquadramento das operações em sua correspondente situação fiscal, tendo por base os indicadores de endividamento e de serviço da dívida (2ª Etapa), conforme dispõem a Portaria MF nº 306/12, e a Portaria STN nº 543/12, e as orientações, conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

**1ª Etapa – Cálculo da Classificação da Situação Fiscal**

2. O cálculo da situação fiscal associada ao risco de crédito do Município foi realizado tendo por base os balanços consolidados publicados dos últimos três exercícios e, subsidiariamente, os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e outras informações constantes do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).
3. A apuração final dos valores que compõem os indicadores estabelecidos na Portaria MF nº 306/12, para fins da análise de capacidade de pagamento, está sujeita a eventuais ajustes em observância às orientações, aos conceitos e aos procedimentos estabelecidos nos manuais acima referidos. Esses ajustes são aplicados nos dados obtidos dos balanços apresentados e podem gerar divergências em relação às informações publicadas nos RGFs e nos RREOs decorrentes de interpretação conceitual. Na eventualidade de divergências não passíveis de conciliação será utilizado o princípio da prudência, ou seja, prevalecerão os valores que representem maior restrição à capacidade de pagamento.
4. Cabe destacar que em 27 de janeiro de 2016 o Tribunal de Contas da União proferiu, nos autos do processo nº TC 025.203/2015-0, o Acórdão nº 128/2015 que determinou no item 9.1 que a STN aprimore a metodologia de análise prevista na Portaria MF nº 306/12, *“de forma a contemplar a adoção não apenas de indicadores fiscais para avaliação da capacidade de pagamento dos entes, mas também de indicadores baseados na análise dos respectivos demonstrativos contábeis, tendo em vista que foi constatado, no caso do Balanço Geral Consolidado de 2014 do Estado do Tocantins, passivo de mais de R\$ 700 milhões, relativos a despesas com folha de pagamento e de fornecedores que não haviam sido sequer empenhadas, podendo provocar distorção em indicadores fiscais do Estado, a exemplo do resultado primário e do resultado nominal”*.
5. Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional iniciou um plano de trabalho visando mapeamento das contas patrimoniais que impactam a análise de capacidade de pagamento dos entes da federação, com apoio da Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicada à Federação – CCONF. O levantamento servirá de base para a proposta a ser encaminhada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Enquanto não concluídas as tratativas em curso, os procedimentos da COREM irão considerar análises dos demonstrativos contábeis visando identificação de eventuais despesas contraídas e não empenhadas. Em havendo, as despesas serão consideradas segundo os respectivos elementos de despesas que as caracterizam, na forma de ajustes, nos indicadores utilizados para fins da análise de capacidade de pagamento.

*Handwritten signature*

**Indicador I - Endividamento:****Dívida Pública Consolidada/ Receita Corrente Líquida****Aspectos Considerados na Apuração****Quanto à Dívida Pública Consolidada**

6. A **Dívida Pública Consolidada** corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, incluindo-se os precatórios.
7. A Dívida Pública Consolidada apurada diverge daquela apresentada no RGF do 3º quadrimestre para os três exercícios analisados conforme quadro a seguir:

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA APURADA (A)	DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA – RGF (B)	DIFERENÇA (B) - (A)
2014	1.087.294.155,36	975.206.479,14	-112.087.676,22
2015	1.306.981.769,86	1.202.081.337,88	-104.900.431,98
2016	1.339.106.683,87	1.219.302.592,65	-119.804.091,22

8. Foram acrescentados os valores de R\$ 112.087.676,22, R\$ 104.900.431,98 e R\$ 119.804.091,22 à Dívida Contratual Interna do Município nos anos de 2014, 2015 e 2016, respectivamente. Esses ajustes foram realizados em decorrência de divergência existente no valor da dívida de parcelamento do INSS constante dos RGFs e os valores fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
9. Os valores da Dívida Pública Consolidada para os anos de 2014, 2015 e 2016 foram calculados conforme quadros a seguir:

R\$ 1,00

2014				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Dívida Pública Consolidada	975.206.479,14	0,00	112.087.676,22	1.087.294.155,36
(+) Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	693.204.524,09	0,00	112.087.676,22	805.292.200,31
Dívida Contratual Interna	224.627.372,47	0,00	112.087.676,22	336.715.048,69
Dívida Contratual Externa	468.577.151,62	0,00	0,00	468.577.151,62
(+) Precatórios a partir de 05/05/2000	179.101.265,85	0,00	0,00	179.101.265,85
(+) Demais Dívidas	102.900.689,20	0,00	0,00	102.900.689,20
(+) Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00

R\$ 1,00

2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Dívida Pública Consolidada	1.202.081.337,88	0,00	104.900.431,98	1.306.981.769,86
(+) Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	974.849.387,77	0,00	104.900.431,98	1.079.749.819,75
Dívida Contratual Interna	236.557.417,85	0,00	104.900.431,98	341.457.849,83
Dívida Contratual Externa	738.291.969,92	0,00	0,00	738.291.969,92
(-) Precatórios a partir de 05/05/2000	160.591.510,10	0,00	0,00	160.591.510,10
(+) Demais Dívidas	66.640.440,01	0,00	0,00	66.640.440,01
(+) Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00

R\$1,00

Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Dívida Pública Consolidada	1.219.302.592,65	0,00	119.804.091,22	1.339.106.683,87
(+) Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	1.003.196.799,41	0,00	119.804.091,22	1.123.000.890,63
Dívida Contratual Interna	291.636.725,73	0,00	119.804.091,22	411.440.816,95
Dívida Contratual Externa	711.560.073,68	0,00	0,00	711.560.073,68
(+) Precatórios a partir de 05/05/2000	169.972.496,74	0,00	0,00	169.972.496,74
(+) Demais Dívidas	46.133.296,50	0,00	0,00	46.133.296,50
(+) Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00

Fontes: Relatórios de Gestão Fiscal, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Demonstrativo I, do Anexo II da Portaria STN nº 543/2012, apresentado pelo Município.

10. A Dívida Pública Consolidada do Município apresentou trajetória crescente no período analisado. O aumento foi de R\$ 219.687.614,50 em 2015 e de R\$ 32.124.914,01 em 2016, o que representa um crescimento nominal de 20,2% e 2,5%, respectivamente.

#### Quanto à Receita Corrente Líquida - RCL

11. A **Receita Corrente Líquida** corresponde às receitas correntes (somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do Município) deduzidas a Contribuição para Plano de Previdência do Servidor, da Contribuição para Custeio das Pensões dos Militares, da Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários e Dedução da Receita para Formação do FUNDEB.

12. Não foram constatadas divergências entre as RCLs apresentadas nos RREOs dos 6<sup>os</sup> bimestres e as apuradas a partir dos Balanços para os anos de 2014, 2015 e 2016, conforme o quadro a seguir:

R\$1,00			
EXERCÍCIO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA APURADA (A)	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RREO 6º BIMESTRE (B)	DIFERENÇA (B) - (A)
2014	4.549.938.271,61	4.549.938.271,61	0,00
2015	5.229.991.502,10	5.229.991.502,10	0,00
2016	5.363.994.044,87	5.363.994.044,87	0,00

13. Os valores apurados para a Receita Corrente Líquida nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

W0 *unc*  
A

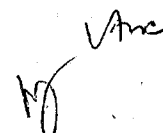


R\$1,00

2014				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receita Corrente Líquida	4.549.938.271,61	0,00	0,00	4.549.938.271,61
(+) Receita Corrente	5.036.004.266,69	0,00	0,00	5.036.004.266,69
(-) Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Contrib. p/Plano de Previdência do Servidor	144.093.994,29	0,00	0,00	144.093.994,29
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	142.688.482,05	0,00	0,00	142.688.482,05
Contribuição do Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	1.181.974,72	0,00	0,00	1.181.974,72
Contribuição do Servidor Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Pensionista Civil	223.537,52	0,00	0,00	223.537,52
Contr. p/Custeio Pensões Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários (RGPS ==> RPPS)	1.949.986,71	0,00	0,00	1.949.986,71
(-) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	340.022.014,08	0,00	0,00	340.022.014,08

R\$ 1,00

2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receita Corrente Líquida	5.229.991.502,10	0,00	0,00	5.229.991.502,10
(+) Receita Corrente	5.743.054.514,74	0,00	0,00	5.743.054.514,74
(-) Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Contrib. p/Plano de Previdência do Servidor	160.808.518,56	0,00	0,00	160.808.518,56
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	160.808.518,56	0,00	0,00	160.808.518,56
Contribuição do Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contr. p/Custeio Pensões Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários (RGPS ==> RPPS)	1.672.392,86	0,00	0,00	1.672.392,86
(-) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	350.582.101,22	0,00	0,00	350.582.101,22



R\$ 1,00

2016				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receita Corrente Líquida	5.363.994.044,87	0,00	0,00	5.363.994.044,87
(+) Receita Corrente	5.927.671.197,19	0,00	0,00	5.927.671.197,19
(-) Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Contrib. p/Plano de Previdência do Servidor	188.099.962,22	0,00	0,00	188.099.962,22
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	188.099.962,22	0,00	0,00	188.099.962,22
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contr. p/Custeio Pensões Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários (RGPS ==> RPPS)	2.488.277,97	0,00	0,00	2.488.277,97
(-) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	373.088.912,13	0,00	0,00	373.088.912,13

Fonte: Balanço Orçamentário e Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

14. Não foram realizados ajustes nesse item.

**Indicador II - Serviço da Dívida na Receita Corrente Líquida:****Serviço da Dívida / Receita Corrente Líquida****Aspectos Considerados na Apuração****Quanto ao Serviço da Dívida**

15. O Serviço da Dívida corresponde ao somatório dos pagamentos de juros e encargos (despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos relativos à dívida) e amortizações (despesas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida).

16. Os valores apurados para o cálculo do Serviço da Dívida nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

R\$ 1,00

2014				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Serviço da Dívida	60.148.030,58	0,00	0,00	60.148.030,58
(+) Juros e Encargos da Dívida	16.967.735,20	0,00	0,00	16.967.735,20
(+) Amortizações da Dívida	43.180.295,38	0,00	0,00	43.180.295,38

R\$ 1,00

2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Serviço da Dívida	73.349.863,60	0,00	0,00	73.349.863,60
(+) Juros e Encargos da Dívida	22.022.987,66	0,00	0,00	22.022.987,66
(+) Amortizações da Dívida	51.326.875,94	0,00	0,00	51.326.875,94

10

ma

11

Fis. No 1062

R\$ 1,00

RS 1,00

2016				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
( = ) Serviço da Dívida	110.100.538,31	0,00	0,00	110.100.538,31
( + ) Juros e Encargos da Dívida	32.152.703,63	0,00	0,00	32.152.703,63
( + ) Amortizações da Dívida	77.947.834,68	0,00	0,00	77.947.834,68

Fonte: Balanço Orçamentário.

17. Não foram realizados ajustes nesse item.

**Quanto à Receita Corrente Líquida**

18. Os procedimentos utilizados na apuração da Receita Corrente Líquida neste indicador são idênticos aos adotados quando do cálculo dessa variável no indicador I.

**Indicador III - Resultado Primário Servindo a Dívida:****Resultado Primário / Serviço da Dívida****Aspectos Considerados na Apuração****Quanto ao Resultado Primário**

19. A apuração do **Resultado Primário** considerou a receita total, deduzida da parcela destinada à formação do FUNDEB, excluídas as receitas de valores mobiliários, as operações de crédito, a amortização de empréstimos e a alienação de bens, menos as despesas correntes e de capital, excluídos os juros e encargos da dívida, a concessão de empréstimos, a aquisição de títulos de capital já integralizado, a amortização de dívidas, a reserva de contingência e a Reserva do RPPS.
20. Segundo o art. 35 da Lei nº 4.320/64, foram consideradas as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício financeiro.
21. Para fins de apuração do Resultado Primário, foram computadas todas as receitas e despesas, incluindo as intra-orçamentárias, visto que estas se anulam quando consideramos apenas as despesas pagas, não influenciando no resultado.
22. As receitas de valores mobiliários (receitas financeiras) compreendem as receitas de juros de títulos de renda, fundos de investimentos, remuneração de depósitos bancários, remuneração de depósitos especiais, remuneração de saldos de recursos não desembolsados e outras receitas de valores mobiliários.
23. Foram constatadas divergências entre os resultados primários apurados a partir dos Balanços e os apresentados pelo Município nos RREOs do 6º bimestre de 2014, 2015 e 2016, conforme quadro a seguir:

R\$1,00

EXERCÍCIO	RESULTADO PRIMÁRIO APURADO (A)	RESULTADO PRIMÁRIO – RREO 6º BIMESTRE (B)	DIFERENÇA (B) - (A)
2014	-279.062.999,35	-167.535.549,08	111.527.450,27
2015	-91.121.961,94	53.272.512,39	144.394.474,33
2016	-108.963.521,94	38.827.659,03	147.791.180,97

24. Para os anos de 2014, 2015 e 2016, optou-se, prudencialmente, por se considerar os valores do resultado primário apurado.

25. Os valores apurados para o cálculo do Resultado Primário nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

R\$ 1,00

2014				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Resultado Primário	-279.062.999,35	0,00	0,00	-279.062.999,35
(+) Receitas Correntes	5.036.004.266,69	0,00	0,00	5.036.004.266,69
(-) Receitas Financeiras	115.114.380,31	0,00	0,00	115.114.380,31
Remuneração dos Investimentos do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros de Títulos de Renda	62.028.247,38	0,00	0,00	62.028.247,38
Remuneração de Depósitos Bancários	53.086.132,93	0,00	0,00	53.086.132,93
Remuneração de Depósitos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Saldos de Recursos não Desembolsados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Receitas de Capital	262.476.848,98	0,00	0,00	262.476.848,98
(-) Operações de Crédito	128.711.060,71	0,00	0,00	128.711.060,71
(-) Amortização de Empréstimos	117.214,63	0,00	0,00	117.214,63
(-) Alienação de Bens	322.229,83	0,00	0,00	322.229,83
(-) Despesas Correntes	4.847.583.718,51	0,00	0,00	4.847.583.718,51
(+) Juros e Encargos da Dívida	16.967.735,20	0,00	0,00	16.967.735,20
(-) Despesas de Capital	567.374.327,52	0,00	0,00	567.374.327,52
(+) Concessão de Empréstimos	221.906,68	0,00	0,00	221.906,68
(+) Aquisição de Título de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	340.022.014,08	0,00	0,00	340.022.014,08
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	361.330.893,31	0,00	0,00	361.330.893,31
(+) Receitas de Capital Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Amortização de Dívidas	43.180.295,38	0,00	0,00	43.180.295,38

R\$ 1,00

2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Resultado Primário	-91.121.961,94	0,00	0,00	-91.121.961,94
(+) Receitas Correntes	5.743.054.514,74	0,00	0,00	5.743.054.514,74
(-) Receitas Financeiras	146.145.740,68	0,00	0,00	146.145.740,68
Remuneração dos Investimentos do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros de Títulos de Renda	84.419.742,47	0,00	0,00	84.419.742,47
Remuneração de Depósitos Bancários	61.725.998,21	0,00	0,00	61.725.998,21
Remuneração de Depósitos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Saldos de Recursos não Desembolsados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Receitas de Capital	114.228.641,12	0,00	0,00	114.228.641,12
(-) Operações de Crédito	81.378.531,06	0,00	0,00	81.378.531,06
(-) Amortização de Empréstimos	93.222,79	0,00	0,00	93.222,79
(-) Alienação de Bens	583.000,75	0,00	0,00	583.000,75
(-) Despesas Correntes	5.253.391.364,79	0,00	0,00	5.253.391.364,79
(+) Juros e Encargos da Dívida	22.022.987,66	0,00	0,00	22.022.987,66
(-) Despesas de Capital	594.436.298,56	0,00	0,00	594.436.298,56
(+) Concessão de Empréstimos	308.729,08	0,00	0,00	308.729,08
(+) Aquisição de Título de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	350.582.101,22	0,00	0,00	350.582.101,22
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	404.546.549,37	0,00	0,00	404.546.549,37
(+) Receitas de Capital Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Amortização de Dívidas	51.326.875,94	0,00	0,00	51.326.875,94

45

Amc

AP

R\$ 1,00

Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
<b>(=) Resultado Primário</b>	<b>-108.963.521,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-108.963.521,94</b>
(+) Receitas Correntes	5.927.671.197,19	0,00	0,00	5.927.671.197,19
(-) Receitas Financeiras	186.830.124,78	0,00	0,00	186.830.124,78
Remuneração dos Investimentos do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros de Títulos de Renda	114.125.214,05	0,00	0,00	114.125.214,05
Remuneração de Depósitos Bancários	72.704.910,73	0,00	0,00	72.704.910,73
Remuneração de Depósitos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Saldos de Recursos não Desembolsados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Receitas de Capital	324.763.840,43	0,00	0,00	324.763.840,43
(-) Operações de Crédito	240.080.756,28	0,00	0,00	240.080.756,28
(-) Amortização de Empréstimos	49.053,66	0,00	0,00	49.053,66
(-) Alienação de Bens	705.042,50	0,00	0,00	705.042,50
(-) Despesas Correntes	5.484.194.476,46	0,00	0,00	5.484.194.476,46
(+) Juros e Encargos da Dívida	32.152.703,63	0,00	0,00	32.152.703,63
(-) Despesas de Capital	561.654.380,53	0,00	0,00	561.654.380,53
(+) Concessão de Empréstimos	238.196,26	0,00	0,00	238.196,26
(+) Aquisição de Título de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	373.088.912,13	0,00	0,00	373.088.912,13
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	362.499.904,33	0,00	0,00	362.499.904,33
(+) Receitas de Capital Intraorçamentárias	12.365.547,88	0,00	0,00	12.365.547,88
(+) Amortização de Dívidas	77.947.834,68	0,00	0,00	77.947.834,68

Fonte: Balanço Orçamentário e Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

26. Na análise realizada por meio da Nota n.º 170/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 26 de outubro de 2016, haviam sido feitos ajustes relativos a despesas contraídas e não empenhadas. No entanto, constatou-se que tais despesas referiam-se a Despesas de Exercícios Anteriores. Conforme declaração emitida pelo Secretário Municipal de Finanças de Fortaleza, não há despesas a regularizar relativas aos exercícios de 2014, 2015 e 2016, sendo o Passivo Circulante composto de obrigações oriundas da execução orçamentária, todas devidamente empenhadas, e de valores restituíveis oriundos de receitas extraorçamentárias. Dessa forma, esses ajustes foram excluídos da análise.

27. O Déficit Primário do Município apresentou redução de 2014 para 2015 de R\$ 187.941.037,41, o que representa uma redução nominal de 67,3%. Por outro lado, de 2015 para 2016 houve um aumento do Déficit em R\$ 17.841.560,00, o que representa um crescimento nominal de 19,6%.

### Quanto Ao Serviço da Dívida

28. Os procedimentos utilizados na apuração do Serviço da Dívida neste indicador são idênticos aos adotados quando do cálculo dessa variável no indicador II.

mg

Ume

**Indicador IV - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida:**

**Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Receita Corrente Líquida**

**Aspectos Considerados na Apuração**

**Quanto às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais**

29. A **Despesa com Pessoal e Encargos Sociais** compreende o somatório dos gastos com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos os seguintes itens, desde que tenham sido inicialmente considerados (MDF, 6ª edição, pág. 501 a 510):
- a) indenizações por Demissão e com Programas de Incentivos à Demissão Voluntária, elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas;
  - b) decorrentes de decisão judicial da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais;
  - c) demais despesas da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores; e
  - d) com inativos, considerando-se também os pensionistas, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos vinculados, ou seja, provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.
30. Foram constatadas divergências entre as despesas com pessoal e encargos sociais apuradas a partir dos Balanços e as apresentadas pelo Município nos RGFs do 3º quadrimestre para todos os anos analisados, conforme quadro a seguir:

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	DESPESA COM PESSOAL – BALANÇO (A)	DESPESA COM PESSOAL – RGF 3º QUADRIMESTRE			DIFERENÇA (B) - (A)
		PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO	SOMA DOS PODERES (B)	
2014	2.276.976.471,86	2.140.490.432,78	98.098.481,23	2.238.588.914,01	-38.387.557,85
2015	2.524.233.031,71	2.342.538.575,70	103.486.572,10	2.446.025.147,80	-78.207.883,91
2016	2.697.081.009,63	2.513.406.309,69	115.129.768,95	2.628.536.078,64	-68.544.930,99

31. Optou-se, prudencialmente, por se considerar os valores apurados para todos os exercícios analisados.
32. Os valores apurados para o cálculo da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

*Uma*

R\$ 1,00

2014				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=)Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	2.276.976.471,86	0,00	0,00	2.276.976.471,86
(+)Pessoal e Encargos Sociais	2.664.698.722,47	0,00	0,00	2.664.698.722,47
(+)Contratação por tempo determinado (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+)Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (ODC)	57.802.439,45	0,00	0,00	57.802.439,45
(+)Aposentadorias e Reformas (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+)Pensões (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+)Outros Benefícios Previdenciários (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Sentenças Judiciais	24.265.572,41	0,00	0,00	24.265.572,41
d/q Sentenças Judiciais (relativo a pessoal)	24.265.572,41	0,00		
(-)Despesas de Exercícios Anteriores	12.313.928,92	0,00	0,00	12.313.928,92
d/q Despesas de Exercícios Anteriores (relativo a pessoal)	12.306.251,73	0,00		
(-)Indenizações e restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Inativos e pensionistas custeados com recursos vinculados	408.945.188,73	0,00	0,00	408.945.188,73
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	142.688.482,05	0,00	0,00	142.688.482,05
Contribuição do Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	1.181.974,72	0,00	0,00	1.181.974,72
Contribuição do Servidor Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Pensionista Civil	223.537,52	0,00	0,00	223.537,52
Contribuição do Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Patronais (Intra)	262.901.207,73	0,00	0,00	262.901.207,73
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários (RGPS ==> RPPS)	1.949.986,71	0,00	0,00	1.949.986,71

R\$ 1,00

R\$ 1,00

2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=)Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	2.524.233.031,71	0,00	0,00	2.524.233.031,71
(+)Pessoal e Encargos Sociais	2.956.540.699,05	0,00	0,00	2.956.540.699,05
(+)Contratação por tempo determinado (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(*)Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (ODC)	63.772.493,22	0,00	0,00	63.772.493,22
(+)Aposentadorias e Reformas (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+)Pensões (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+)Outros Benefícios Previdenciários (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Sentenças Judiciais	20.828.771,95	0,00	0,00	20.828.771,95
d/q Sentenças Judiciais (relativo a pessoal)	20.828.771,95	0,00		
(-)Despesas de Exercícios Anteriores	10.221.724,55	0,00	0,00	10.221.724,55
d/q Despesas de Exercícios Anteriores (relativo a pessoal)	10.221.724,55	0,00		
(-)Indenizações e restituições Trabalhistas	21.342,24	0,00	0,00	21.342,24
(-) Inativos e pensionistas custeados com recursos vinculados	465.008.321,82	0,00	0,00	465.008.321,82
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	160.808.518,56	0,00	0,00	160.808.518,56
Contribuição do Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Patronais (Intra)	296.877.791,28	0,00	0,00	296.877.791,28
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	5.649.619,12	0,00	0,00	5.649.619,12
Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários (RGPS ==> RPPS)	1.672.392,86	0,00	0,00	1.672.392,86

10/10/17

R\$ 1,00

Discriminação	Dados publicados A	2016 Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	2.697.081.009,63	0,00	0,00	2.697.081.009,63
(+) Pessoal e Encargos Sociais	3.201.509.414,34	0,00	0,00	3.201.509.414,34
(+) Contratação por tempo determinado (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (ODC)	59.124.126,70	0,00	0,00	59.124.126,70
(+) Aposentadorias e Reformas (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pensões (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outros Benefícios Previdenciários (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Sentenças Judiciais	4.958.064,45	0,00	0,00	4.958.064,45
d/q Sentenças Judiciais (relativo a pessoal)	4.958.064,45	0,00		
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	10.315.092,18	0,00	0,00	10.315.092,18
d/q Despesas de Exercícios Anteriores (relativo a pessoal)	10.313.147,60	0,00		
(-) Indenizações e restituições Trabalhistas	1.598.600,07	0,00	0,00	1.598.600,07
(-) Inativos e pensionistas custeados com recursos vinculados	546.680.774,71	0,00	0,00	546.680.774,71
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	188.099.962,22	0,00	0,00	188.099.962,22
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Patronais (Intra)	293.550.203,08	0,00	0,00	293.550.203,08
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes RPPS	62.542.331,44	0,00	0,00	62.542.331,44
Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários (RGPS ==> RPPS)	2.488.277,97	0,00	0,00	2.488.277,97

Fonte: Balanço Orçamentário e Relatório de Gestão Fiscal.

33. Não foram realizados ajustes nesse item.

34. As Despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Município apresentaram trajetória crescente no período analisado. O aumento foi de R\$ 247.256.559,85 em 2015 e de R\$ 172.847.977,92 em 2016, o que representa um crescimento nominal de 10,9% e 6,8%, respectivamente.

### Quanto à Receita Corrente Líquida

35. Os procedimentos utilizados na apuração da Receita Corrente Líquida neste indicador são idênticos aos adotados quando do cálculo dessa variável no indicador I.

### Indicador V - Capacidade de Geração de Poupança:

(Receitas Correntes - Despesas Correntes) / Receitas Correntes

### Aspectos Considerados na Apuração

### Quanto às Receitas Correntes e às Despesas Correntes

36. O item **Receitas Correntes**, conforme especificado no indicador I, registra os ingressos de recursos financeiros oriundos das seguintes subcategorias econômicas: "receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes." (MDF; 6ª edição, pag. 128 a 133).



1065  
 13. 1065  
 13. 1065

37. O item **Despesas Correntes** refere-se às despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, como as despesas de pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes. (ver MDF, 6ª edição, pág. 145)

38. Para fins de apuração deste indicador, foram também consideradas as receitas e despesas intra-orçamentárias e as outras deduções da receita corrente.

39. Os valores apurados para o cálculo das **Receitas Correntes** nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

R\$ 1,00.

2014				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Correntes	5.057.313.145,92	0,00	0,00	5.057.313.145,92
(+) Receitas Correntes	5.036.004.266,69	0,00	0,00	5.036.004.266,69
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	361.330.893,31	0,00	0,00	361.330.893,31
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	340.022.014,08	0,00	0,00	340.022.014,08

R\$ 1,00

2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Correntes	5.797.018.962,89	0,00	0,00	5.797.018.962,89
(+) Receitas Correntes	5.743.054.514,74	0,00	0,00	5.743.054.514,74
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	404.546.549,37	0,00	0,00	404.546.549,37
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	350.582.101,22	0,00	0,00	350.582.101,22

R\$ 1,00

2016				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Correntes	5.917.082.189,39	0,00	0,00	5.917.082.189,39
(+) Receitas Correntes	5.927.671.197,19	0,00	0,00	5.927.671.197,19
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	362.499.904,33	0,00	0,00	362.499.904,33
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	373.088.912,13	0,00	0,00	373.088.912,13

Fonte: Balanço Orçamentário.

40. Os valores apurados para o cálculo das **Despesas Correntes** nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

R\$ 1,00

2014				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Despesas Correntes	4.847.583.718,51	0,00	0,00	4.847.583.718,51

R\$ 1,00

2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Despesas Correntes	5.253.391.364,79	0,00	0,00	5.253.391.364,79

1065  
 13. 1065  
 13. 1065

R\$ 1,00

2016				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Despesas Correntes	5.484.194.476,46	0,00	0,00	5.484.194.476,46

Fonte: Balanço Orçamentário.

41. Não foram realizados ajustes nesse item.

**Indicador VI - Participação dos Investimentos na Despesa Total:****Investimentos / Despesa Total****Aspectos Considerados na Apuração****Quanto aos Investimentos**

42. O item **Investimentos** registra as despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. (MDF, 6ª edição, pág. 146)

43. Os valores apurados relativos a **Investimentos** nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

R\$ 1,00

2014				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Investimentos	523.972.125,46	0,00	0,00	523.972.125,46

R\$ 1,00

2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Investimentos	542.787.216,49	0,00	0,00	542.787.216,49

R\$ 1,00

2016				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Investimentos	483.468.349,59	0,00	0,00	483.468.349,59

Fonte: Balanço Orçamentário.

44. Não foram realizados ajustes nesse item.

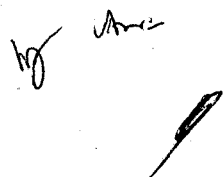
**Quanto às Despesas Totais**

45. As **Despesas Totais** correspondem à soma entre as Despesas Corrente e de Capital.

46. As despesas intra-orçamentárias estão incluídas nas Despesas Totais.

47. Os valores apurados para o cálculo da Despesa Total nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

by Amc



R\$ 1,00

2014				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesa Total	5.414.958.046,03	0,00	0,00	5.414.958.046,03
(+) Despesa Corrente	4.847.583.718,51	0,00	0,00	4.847.583.718,51
(+) Despesa de Capital	567.374.327,52	0,00	0,00	567.374.327,52

R\$ 1,00

2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesa Total	5.847.827.663,35	0,00	0,00	5.847.827.663,35
(+) Despesa Corrente	5.253.391.364,79	0,00	0,00	5.253.391.364,79
(+) Despesa de Capital	594.436.298,56	0,00	0,00	594.436.298,56

R\$ 1,00

2016				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesa Total	6.045.848.856,99	0,00	0,00	6.045.848.856,99
(+) Despesa Corrente	5.484.194.476,46	0,00	0,00	5.484.194.476,46
(+) Despesa de Capital	561.654.380,53	0,00	0,00	561.654.380,53

Fonte: Balanço Orçamentário.

48. Não foram realizados ajustes nesse item.

**Indicador VII - Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias:****(Contribuições + Remunerações do RPPS) / Despesas Previdenciárias****Aspectos Considerados na Apuração****Quanto às Contribuições e Remunerações do RPPS**

49. As **Contribuições e às Remunerações do RPPS** correspondem à soma das contribuições patronal e do servidor para o RPPS, acrescida das remunerações e das compensações previdenciárias entre regimes. Não devem ser considerados como contribuições os recursos aportados pelo Tesouro do Município a título de cobertura de déficit financeiro ou atuarial do RPPS.

50. Os valores apurados para o cálculo das Contribuições e das Remunerações do RPPS nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:




by Anc

R\$ 1,00

Discriminação	2014			
	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Contribuições e Remunerações do RPPS	408.945.188,73	0,00	0,00	408.945.188,73
(+) Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	144.093.994,29	0,00	0,00	144.093.994,29
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	142.688.482,05	0,00	0,00	142.688.482,05
Contribuição do Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	1.181.974,72	0,00	0,00	1.181.974,72
Contribuição do Servidor Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Pensionista Civil	223.537,52	0,00	0,00	223.537,52
Contribuição do Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Contribuições Intraorçamentárias	262.901.207,73	0,00	0,00	262.901.207,73
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	262.901.207,73	0,00	0,00	262.901.207,73
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Patronais Intraorçamentárias para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Remuneração dos Investimentos do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Compensação Financeira do RGPS para o RPPS	1.949.986,71	0,00	0,00	1.949.986,71

R\$ 1,00

Discriminação	2015			
	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Contribuições e Remunerações do RPPS	465.008.321,82	0,00	0,00	465.008.321,82
(+) Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	160.808.518,56	0,00	0,00	160.808.518,56
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	160.808.518,56	0,00	0,00	160.808.518,56
Contribuição do Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Contribuições Intraorçamentárias	296.877.791,28	0,00	0,00	296.877.791,28
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	296.877.791,28	0,00	0,00	296.877.791,28
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Patronais Intraorçamentárias para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	5.649.619,12	0,00	0,00	5.649.619,12
(+) Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Remuneração dos Investimentos do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Compensação Financeira do RGPS para o RPPS	1.672.392,86	0,00	0,00	1.672.392,86

1067  
 113. Nº 1067  
 1067  
 R\$ 1,00

2016				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Contribuições e Remunerações do RPPS	546.680.774,71	0,00	0,00	546.680.774,71
(+) Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	188.099.962,22	0,00	0,00	188.099.962,22
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	188.099.962,22	0,00	0,00	188.099.962,22
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Contribuições Intraorçamentárias	293.550.203,08	0,00	0,00	293.550.203,08
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	293.550.203,08	0,00	0,00	293.550.203,08
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Patronais Intraorçamentárias para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Receitas Correntes RPPS	62.542.331,44	0,00	0,00	62.542.331,44
(+) Remuneração dos Investimentos do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Compensação Financeira do RGPS para o RPPS	2.488.277,97	0,00	0,00	2.488.277,97

Fonte: Balanço Orçamentário.

51. Não foram realizados ajustes nesse item.

**Quanto Às Despesas Previdenciárias**

52. Para fins de análise da capacidade de pagamento, as **Despesas Previdenciárias** correspondem às despesas de aposentadorias e reformas, de pensões, de outros benefícios previdenciários e de compensação financeira do RPPS para o RGPS.

53. Os valores apurados para o cálculo das Despesas Previdenciárias nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

2014				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesas Previdenciárias	448.784.256,18	0,00	0,00	448.784.256,18
(+) Aposentadorias e Reformas	367.966.200,62	0,00	0,00	367.966.200,62
(+) Pensões	79.896.219,25	0,00	0,00	79.896.219,25
(+) Outros Benefícios Previdenciários	921.836,31	0,00	0,00	921.836,31
(+) Aposentadorias e Reformas (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pensões (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outros Benefícios Previdenciários (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Compensação Financeira do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00

1067  
 113. Nº 1067  
 1067  
 R\$ 1,00

R\$ 1,00

2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesas Previdenciárias	544.040.109,32	0,00	0,00	544.040.109,32
(+) Aposentadorias e Reformas	453.937.994,68	0,00	0,00	453.937.994,68
(+) Pensões	89.240.982,51	0,00	0,00	89.240.982,51
(+) Outros Benefícios Previdenciários	861.132,13	0,00	0,00	861.132,13
(+) Aposentadorias e Reformas (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pensões (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outros Benefícios Previdenciários (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Compensação Financeira do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00

R\$ 1,00

2016				
Discriminação	Dados publicados. A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesas Previdenciárias	616.633.149,77	0,00	0,00	616.633.149,77
(+) Aposentadorias e Reformas	517.254.630,39	0,00	0,00	517.254.630,39
(+) Pensões	98.509.606,66	0,00	0,00	98.509.606,66
(+) Outros Benefícios Previdenciários	868.912,72	0,00	0,00	868.912,72
(+) Aposentadorias e Reformas (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pensões (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outros Benefícios Previdenciários (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Compensação Financeira do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário.

54. Não foram realizados ajustes nesse item.

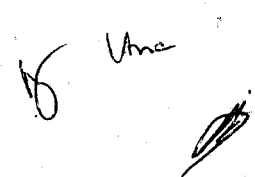
55. As Despesas Previdenciárias do Município apresentaram trajetória crescente no período analisado. O aumento foi de R\$ 95.255.853,14 em 2015 e de R\$ 72.593.040,45 em 2016, o que representa um crescimento nominal de 21,2% e 13,3%, respectivamente.

**Indicador VIII - Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio:****Receitas Tributárias / Despesas de Custeio****Aspectos Considerados na Apuração****Quanto às Receitas Tributárias**

56. As **Receitas Tributárias** compreendem as receitas com impostos, taxas, contribuição de melhoria, receitas de dívida ativa tributária e de multas e juros de mora desses tributos e da dívida ativa tributária.

57. Os valores apurados para o cálculo das Receitas Tributárias nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

15 Uma



R\$ 1,00

2014				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Tributárias	1.324.893.495,59	0,00	0,00	1.324.893.495,59
(+) Receita Tributária	1.260.584.517,94	0,00	0,00	1.260.584.517,94
(+) Multas e Juros de Mora dos Tributos	3.289.697,39	0,00	0,00	3.289.697,39
(+) Receita da Dívida Ativa Tributária	61.019.049,27	0,00	0,00	61.019.049,27
(+) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa Tributária	230,99	0,00	0,00	230,99

R\$ 1,00

2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Tributárias	1.458.404.685,10	0,00	0,00	1.458.404.685,10
(+) Receita Tributária	1.350.459.804,99	0,00	0,00	1.350.459.804,99
(+) Multas e Juros de Mora dos Tributos	11.228.903,26	0,00	0,00	11.228.903,26
(+) Receita da Dívida Ativa Tributária	96.715.976,85	0,00	0,00	96.715.976,85
(+) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00

R\$ 1,00

2016				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Tributárias	1.490.635.995,25	0,00	0,00	1.490.635.995,25
(+) Receita Tributária	1.448.218.893,77	0,00	0,00	1.448.218.893,77
(+) Multas e Juros de Mora dos Tributos	11.731.219,94	0,00	0,00	11.731.219,94
(+) Receita da Dívida Ativa Tributária	30.404.694,43	0,00	0,00	30.404.694,43
(+) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa Tributária	281.187,11	0,00	0,00	281.187,11

Fonte: Balanço Orçamentário.

58. Não foram realizados ajustes nesse item.

**Quanto às Despesas de Custeio**

59. Para efeito da apuração deste indicador, consideraram-se como **Despesas de Custeio** as despesas correntes, excluídas as sentenças judiciais e adicionadas as amortizações de dívidas. A perda líquida do FUNDEB não foi considerada na despesa de custeio.

60. Os valores apurados para o cálculo das Despesas de Custeio nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

R\$ 1,00

2014				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesas de Custeio	4.866.498.441,48	0,00	0,00	4.866.498.441,48
(+) Despesas Correntes	4.847.583.718,51	0,00	0,00	4.847.583.718,51
(-) Sentenças Judiciais	24.265.572,41	0,00	0,00	24.265.572,41
Sentenças Judiciais (relativo a pessoal)	24.265.572,41	0,00	0,00	24.265.572,41
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Amortizações de Dívidas	43.180.295,38	0,00	0,00	43.180.295,38

R\$ 1,00

2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesas de Custeio	5.283.889.468,78	0,00	0,00	5.283.889.468,78
(+) Despesas Correntes	5.253.391.364,79	0,00	0,00	5.253.391.364,79
(-) Sentenças Judiciais	20.828.771,95	0,00	0,00	20.828.771,95
Sentenças Judiciais (relativo a pessoal)	20.828.771,95	0,00	0,00	20.828.771,95
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Amortizações de Dívidas	51.326.875,94	0,00	0,00	51.326.875,94

R\$ 1,00

2016				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesas de Custeio	5.557.184.246,69	0,00	0,00	5.557.184.246,69
(+) Despesas Correntes	5.484.194.476,46	0,00	0,00	5.484.194.476,46
(-) Sentenças Judiciais	4.958.064,45	0,00	0,00	4.958.064,45
Sentenças Judiciais (relativo a pessoal)	4.958.064,45	0,00	0,00	4.958.064,45
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Amortizações de Dívidas	77.947.834,68	0,00	0,00	77.947.834,68

Fonte: Balanço Orçamentário.

61. Não foram realizados ajustes nesse item.

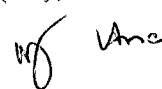
### Quanto à Classificação Fiscal do Município

62. Com os dados coletados e os ajustes realizados nas variáveis que compõem cada um dos indicadores econômico-financeiros, procedeu-se ao cálculo da situação fiscal do Município, conforme dispõem os artigos 3º, 4º e 5º, da Portaria MF nº 306, de 10/09/2012. Ao final do cálculo, o Município obteve a pontuação “2,33”, que corresponde à classificação “B”.

### 2ª Etapa – Enquadramento das Operações Pleiteadas aos Indicadores de Endividamento e Serviço da Dívida

#### Aspectos Considerados na Apuração

63. A verificação do enquadramento das operações de crédito pleiteadas foi feita em razão de o Município ter obtido classificação B na 1ª Etapa da análise, e teve por base as informações fornecidas nos quadros demonstrativos do Anexo II da Portaria STN nº 543, de 18/09/2012, e os procedimentos definidos nos artigos 6º e 7º da Portaria MF nº 306, de 10/09/2012.
64. A projeção do cronograma de desembolso e de serviço da dívida teve como base a Dívida Pública Consolidada acrescida dos efeitos das operações de crédito já contratadas e a contratar que foram objeto de pleito de verificação de limites e condições previstos nas Resoluções nºs 40 e 43 do Senado Federal, ambas de 2001 ou Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000.
65. A projeção dos saldos devedores e do serviço da Dívida Pública Consolidada foi realizada de acordo com as condições contratuais informadas pelo Município no Demonstrativo Anual do Cronograma de Compromisso da Dívida Consolidada Vincenda e das Demais Condições Contratuais (IIa), do Demonstrativo do Cronograma de Compromissos da Dívida Consolidada Vincenda e das Demais Condições Contratuais - Cronograma de Liberações (IIb), e do






1069  
A

Demonstrativo do Estoque e Pagamento de Precatórios (IIC), todos da Portaria STN nº 543, de 18/09/2012.

### Quanto ao Indicador de Endividamento

66. Para realizar o enquadramento das operações de crédito pleiteadas no Indicador de Endividamento, foram considerados:

- média aritmética, dos primeiros cinco exercícios, da relação saldo devedor das operações de crédito pleiteadas e a Receita Corrente Líquida projetados, posicionados no mês de dezembro de cada ano ( $End_{oc} = 0,15$ );
- média aritmética, dos primeiros cinco exercícios, da relação saldo devedor da Dívida Pública Consolidada e a Receita Corrente Líquida projetados, posicionados no mês de dezembro de cada ano ( $MédiaEnd_t = 0,20$ ); e
- fator de ponderação (FP) de 40%, em razão de a classificação fiscal obtida ter sido B.

Apuração:

Memória de Cálculo do Indicador de Endividamento

Exercício	RCL projetada	Endividamento ATUAL	D/RCL	Endividamento AUMENTO PLEITEADO	D/RCL
2017	5.524.913.866,22	1.352.478.890,28	0,24	201.122.530,31	0,04
2018	5.690.661.282,20	1.302.457.883,83	0,23	551.858.671,26	0,10
2019	5.861.381.120,67	1.164.807.978,58	0,20	1.001.692.213,74	0,17
2020	6.037.222.554,29	996.123.180,40	0,16	1.323.198.251,08	0,22
2021	6.218.339.230,92	891.414.358,63	0,14	1.525.798.950,54	0,25
-	MediaEndt = Media(D/RCL)		0,20	EndOC = Media(d/RCL)	0,15
		Margem Máxima = (1-MédiaEndt)xFP			0,32

### Indicador de Endividamento

Indicador de Endividamento = $(1 - MediaEndt) \times FP$	= $(1 - 0,20) \times 40\%$	= 0,32
--	----------------------------	--------

### Condição de enquadramento ao requisito do Indicador de Endividamento

End <sub>oc</sub>	0,15	≤	0,32	$(1 - MediaEndt) \times FP$	Enquadrado
-------------------	------	---	------	-----------------------------	------------

67. Diante da constatação de que a média da relação saldo devedor das operações de crédito pleiteadas e a Receita Corrente Líquida projetados ( $End_{oc} = 0,15$ ) foi menor que  $(1 - MédiaEnd_t) \times FP$ , ou seja, menor que 0,32, as operações **atendem** ao disposto no art. 6º da Portaria MF nº 306, de 10/09/2012.

### Quanto ao Indicador de Serviço

68. Para realizar o enquadramento das operações de crédito pleiteadas no Indicador de Serviço da dívida, foram considerados:

10  
me

- a) média aritmética, dos primeiros cinco exercícios, da relação serviço da dívida das operações de crédito pleiteadas e a Receita Corrente Líquida, posicionados no mês de dezembro de cada ano ( $SD_{oc} = 1,42\%$ );
- b) média aritmética, dos primeiros cinco exercícios, da relação serviço da Dívida Pública Consolidada e a Receita Corrente Líquida projetados, posicionados no mês de dezembro de cada ano ( $MédiaSD_t = 3,65\%$ ); e
- c) fator de ponderação (FP) de 40%, em razão de a classificação fiscal obtida ter sido B.

Apuração:

Memória de Cálculo do Indicador de Serviço da Dívida

Exercício	RCL projetada	Serviço da Dívida ATUAL	SD/RCL	Serviço da Dívida AUMENTO PLEITEADO	SD/RCL
2017	5.524.913.866,22	205.835.974,36	3,73%	14.899.888,95	0,27%
2018	5.690.661.282,20	229.822.377,24	4,04%	30.163.293,21	0,53%
2019	5.861.381.120,67	234.802.230,05	4,01%	70.468.119,00	1,20%
2020	6.037.222.554,29	237.066.911,01	3,93%	129.392.444,71	2,14%
2021	6.218.339.230,92	159.921.810,84	2,57%	182.521.935,69	2,94%
-	MediaSDt = Media(SD/RCL)		3,65%	SDoc = Media (SD/RCL)	1,42%
		Margem Máxima = (10% - MédiaSDt) x FP			2,54%

Indicador de Serviço da Dívida

Indicador de Serviço da Dívida = $(10\% - MédiaSD_t) \times FP$	= $(10\% - 3,65\%) \times 40\%$	= 2,54%
---	---------------------------------	---------

Condição de enquadramento ao requisito do Indicador de Serviço da Dívida

$SD_{oc}$	1,42%	$\leq$	2,54%	$(10\% - MédiaSD_t) \times FP$	Enquadrado
-----------	-------	--------	-------	--------------------------------	------------

69. Diante da constatação de que a média da relação serviço da dívida das operações de crédito pleiteadas e a receita corrente líquida projetados ( $SD_{oc} = 1,42\%$ ) foi menor que  $(10\% - MédiaSD_t) \times FP$ , ou seja, menor que 2,54%, as operações **atendem** ao disposto no art. 7º da Portaria MF nº 306, de 10/09/2012.

*Wj. Vane*



## CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

ENTRE A

### CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO

E O

### MUNICÍPIO DE FORTALEZA

### CONDIÇÕES PARTICULARES DE CONTRATAÇÃO

Pelo presente instrumento de Contrato de Empréstimo que celebram a **Corporação Andina de Fomento**, doravante denominada CAF, representada neste ato por seu Diretor Representante no Brasil, Senhor Victor Rico Frontaura, de nacionalidade boliviana, maior de idade e identificado com Passaporte Boliviano Nº. D000413, devidamente habilitado para tal ato por procuração especial conferida pelo Senhor Luis Enrique García na qualidade de Presidente Executivo da CAF, perante a Embaixada da República Federativa do Brasil em Caracas, na data de 11 de fevereiro de 2014; por uma Parte; e por outra parte, o **Município de Fortaleza**, Estado do Ceará, da República Federativa do Brasil, doravante denominado “Mutuário”, representado neste ato pelo(a) Senhor(a) [•], de nacionalidade brasileira, Identidade Nº [•], CPF Nº [•], na qualidade de Chefe do Poder Executivo, devidamente autorizado(a), nos termos e condições a seguir expostos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: Declarações**

1. Mediante Resolução No. 2050/2013, de 3 de dezembro de 2013, a Diretoria da CAF aprovou o “Programa Aldeia da Praia – Fortaleza Cidade com Futuro” (Programa Fortaleza Cidade com Futuro), destinado a incrementar o potencial turístico e a competitividade da cidade de Fortaleza, promovendo o desenvolvimento social e econômico da população, por meio de um conjunto de investimentos em diferentes setores. Estes investimentos estão reunidos em torno dos seguintes eixos: i) uma política de gestão e requalificação urbana de longo prazo que inclui o acesso aos serviços básicos e ao espaço público; ii) a integração social e territorial do litoral da cidade; iii) a promoção do investimento produtivo e do emprego; iv) a melhoria ambiental e a preservação de recursos naturais; e v) a segurança dos cidadãos.

As Partes concordam que tanto os desembolsos, quanto as amortizações, somente poderão ser feitos em Dólares, de acordo com o estabelecido nas Cláusulas 8 e 9 das Condições Gerais de Contratação incluídas no Anexo “A” do presente Contrato.

2. O Mutuário solicitou à CAF um empréstimo para financiar parcialmente o “Programa Aldeia da Praia – Fortaleza Cidade com Futuro” (Programa Fortaleza Cidade com Futuro), doravante denominado Programa.

3. A CAF considerou que o Programa é elegível para o financiamento e, conseqüentemente, consentiu em aprovar o empréstimo em favor do Mutuário, sujeito aos termos e condições estipulados no presente documento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: Objeto do Empréstimo**

De acordo com as cláusulas do presente Contrato de Empréstimo e sujeito às condições nelas estabelecidas, a CAF se compromete a emprestar ao Mutuário, sob a forma de mútuo, o montante indicado na Cláusula Terceira, e o Mutuário o aceita com a obrigação de utilizá-lo exclusivamente para financiar o Programa a ser executado no Município de Fortaleza, bem como a amortizá-lo nas condições pactuadas neste Contrato de Empréstimo.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: Montante do Empréstimo**

De acordo com as cláusulas do presente Contrato, o empréstimo que a CAF concede ao Mutuário será de até US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e cinquenta mil Dólares ).

#### **CLÁUSULA QUARTA: Prazo do Empréstimo**

O empréstimo terá um prazo de até 16 (dezesseis) anos, incluído o Prazo de Carência de até 4 (quatro) anos, contado a partir da data da assinatura do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA: Aplicação dos Recursos**

O Mutuário concorda expressamente que os recursos do empréstimo serão destinados a financiar unicamente os seguintes itens: (i) obras; (ii) equipamentos; (iii) estudos; (iv) consultorias; (v) supervisão de obras; (vi) supervisão ambiental, conforme estabelecido nos componentes constantes do Quadro 1 – Usos e Fontes do Programa – Anexo “B”.

O Programa está descrito de forma detalhada no Anexo “B”, parte integrante do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA: O “Órgão Executor”**

As funções do “Órgão Executor”, conforme indicadas no Anexo “A”, ficarão sob a responsabilidade do Gabinete do Prefeito, por intermédio da Coordenação de Programas Integrados (COPIFor), mediante a estrutura técnico-administrativa coordenada pela Unidade de Coordenação do Programa (UCP).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: Prazo para Solicitar e Prazo para Desembolsar o Empréstimo**

O Mutuário terá um prazo de até 6 (seis) meses para solicitar o primeiro desembolso, e de até 48 (quarenta e oito) meses para solicitar o último desembolso do empréstimo. Esses prazos serão contados a partir da data de assinatura do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: Condições Especiais:**



Os desembolsos do empréstimo estarão sujeitos ao cumprimento, por parte do Mutuário, de forma que a CAF considere satisfatórias, das condições estabelecidas na Cláusula 5 do Anexo "A", e das seguintes condições:

**Prévias ao primeiro desembolso:**

1. Apresentar evidência de que a UCP foi criada e está em operação no Órgão Executor e que o Coordenador Geral foi empossado.
2. Apresentar um relatório inicial que contenha a situação dos componentes e a atualização dos custos dos investimentos do Programa, incluídas as ações ambientais e sociais, o cronograma de execução e a previsão de desembolsos por fonte de financiamento.

**Aos 90 (noventa) dias da assinatura do Contrato de Empréstimo:**

Apresentar evidência de que o Manual Operacional do Programa (MOP) foi adotado, com o estabelecimento de regras, mecanismos e procedimentos para a execução, controle e supervisão. O MOP deverá conter, entre outros aspectos:

- (i) Os procedimentos de contratação, acompanhamento, supervisão, administração, matriz de responsabilidades do arranjo institucional e demais atividades necessárias para o adequado desempenho, coordenação e execução do Programa.
- (ii) Uma proposta de indicadores, metas e mecanismos de gestão específicos para cada intervenção e gerais para o Programa, de modo que seja possível o monitoramento e a medição de resultados e impactos.
- (iii) O Plano de Comunicação Social, com o objetivo de difundir a informação, contemplando os seguintes pontos: (a) o escopo das obras abrangidas pelo Programa e seus benefícios; (b) os mecanismos para o atendimento e a gestão de reclamações e outras solicitações da população; (c) os eventuais impactos sobre os serviços públicos (comunicações, mobilidade, energia, etc.); (d) as medidas de gestão ambiental e de segurança de trabalho que serão implantadas para minimizar os transtornos gerados pelas obras; e (e) a contratação de mão de obra local e serviços locais.
- (iv) Para as obras de infraestrutura viária, a descrição dos serviços de supervisão, quanto aos aspectos de segurança viária, realizado pelo órgão de trânsito correspondente, para acompanhar as mudanças que possam ocorrer nos aspectos de engenharia e gestão de tráfego durante a obra.

**Prévias à licitação de cada obra ou grupo de obras:**

O Órgão Executor, conforme a matriz de responsabilidade descrita no MOP, por intermédio da UCP, deverá enviar à CAF:

1. Um relatório que resuma: a) a descrição dos projetos de engenharia das obras, orçamento e prazo, escopo, localização, situação atual, benefícios esperados e cronograma de execução; b) quando for o caso, as medidas de sustentabilidade incorporadas, tanto no projeto como as previstas para as fases de construção; c) os estudos de tráfego utilizados para a elaboração do projeto; e d) as recomendações de segurança viária realizadas pelo órgão de trânsito competente, quando for o caso.
2. O edital de licitação para a contratação da obra, incluindo as especificações técnicas e licenças ambientais.
3. O edital de licitação para a supervisão técnica, ambiental e social da obra. Caso a supervisão seja realizada por algum órgão do Mutuário, apresentar descrição da estrutura organizacional e da equipe proposta para executar as respectivas tarefas.
4. Para o caso do projeto de despoluição da orla, apresentar cópia do convênio assinado entre o Órgão Executor e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) para a elaboração do projeto de acompanhamento de obras e, posterior, operação e manutenção do sistema.

**Prévia à assinatura dos contratos de obra e supervisão de cada obra ou grupo de obras:**

O Órgão Executor, conforme a matriz de responsabilidade descrita no MOP, por intermédio da UCP, deverá enviar à CAF evidência de que o processo licitatório de seleção e contratação das empresas envolvidas na construção e/ou supervisão de cada obra financiada pela CAF respeitou as normas brasileiras para tal efeito e as políticas de gestão da CAF, descritas no anexo A, incluindo, em cada caso, informação sobre: montante do contrato, editais de licitação, avisos de licitação, ofertas recebidas, países de origem, pré-qualificação e critérios de seleção final e cópia das atas de avaliação de ofertas e adjudicação (conclusão do processo licitatório de obras e supervisão).

**Prévias ao início de cada uma das obras ou grupo de obras:**

O Órgão Executor, conforme a matriz de responsabilidade descrita no MOP, por intermédio da UCP, deverá enviar à CAF, para sua consideração:

1. Cópia dos contratos de obra e supervisão, de acordo com as Atas de Adjudicação.
2. Apresentar, quando aplicável, o Plano de Desapropriações e Reassentamentos que garanta às pessoas ou grupos afetados condições de vida similares ou melhores às que tinham anteriormente. O Plano deverá conter, no mínimo: (i) a quantificação e avaliação dos imóveis impactados; (ii) as compensações e/ou indenizações a pagar; (iii) a estratégia

para a realização dos reassentamentos; (iv) o mecanismo para a atenção e gestão de reclamações; e (v) o cronograma e o orçamento de execução.

3. Apresentar: (i) o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para cada obra ou grupo de obras, quando exigido por órgão ambiental competente, que poderá conter as medidas socioambientais suficientes e adequadas para controlar, mitigar e/ou compensar os impactos e riscos ambientais da obra; e (ii) as respectivas licenças ambientais de instalação para cada obra, conforme a legislação ambiental vigente.

#### **Prévias ao início da execução das ações de Segurança Cidadã:**

1. Apresentar um relatório de atualização que contenha: (a) a lista dos locais onde serão instaladas as Bases Comunitárias de Segurança Cidadã (b) o orçamento atualizado do componente; (c) o cronograma de execução; (d) os indicadores de monitoramento, de modo que seja possível o acompanhamento e a avaliação de impactos do componente dentro do Programa.

#### **Durante o período de desembolsos:**

1. Apresentar (i) no segundo semestre de cada ano o projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do Município de Fortaleza para o ano seguinte que inclua a contrapartida local para a execução do Programa; e (ii) dentro dos primeiros 60 (sessenta) dias do ano a dotação orçamentária referente à contrapartida local Lei Orçamentária Sancionada.
2. Apresentar:
  - (i) Relatórios semestrais: em versão eletrônica, em até 45 (quarenta e cinco) dias após o dia 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano, durante todo o período de desembolsos. Estes relatórios deverão conter:
    - a. Avanço físico- financeiro dos investimentos financiados com recursos do Programa.
    - b. Avanço físico- financeiro da execução orçamentária na implantação: (i) das medidas de manejo ambiental e social para controlar, mitigar e/ou compensar os impactos e riscos ambientais de cada projeto, estabelecidas nos EIA, assim como as medidas adicionais estabelecidas pelas autoridades ambientais dentro das respectivas licenças, caso haja; (ii) do Plano de Desapropriações e/ou Reassentamentos; e (iii) do Plano de Comunicação Social para o Programa.
    - c. Matriz atualizada das metas definidas no Manual Operacional do Programa (MOP).
    - d. Cópia dos relatórios periódicos emitidos pela supervisão das obras do Programa.
  - (ii) Relatórios de Auditoria: Até 60 (sessenta) dias após o início do exercício, apresentar um relatório de auditoria externa do Programa, correspondente ao ano

imediatamente anterior, verificando, com base no Contrato de Empréstimo, os seguintes aspectos: a) a utilização dos recursos do empréstimo da CAF, incluindo um parecer sobre a movimentação financeira da conta individualizada do Programa; e b) os procedimentos de contratação utilizados com base no contrato de empréstimo e na legislação local.

- (iii) Relatório de Meio Termo: apresentar, após o desembolso de 50% dos recursos do empréstimo e dois meses antes da Missão de Meio Termo acordada com a CAF, um relatório que permita avaliar o progresso geral do Programa, em relação aos cronogramas acordados inicialmente e os indicadores de monitoramento estabelecidos no MOP, identificando as causas e correções necessárias para atingir os objetivos propostos dentro dos prazos estabelecidos. Esse relatório deverá conter: (a) medição de avanços do Programa em função dos indicadores de monitoramento estabelecidos; (b) avaliação do progresso de cada componente quanto às licitações realizadas, montantes comprometidos e desembolsados; (c) plano para a gestão, operação e manutenção das intervenções do Programa, incluindo a quantificação dos recursos necessários e sua fonte de financiamento; (d) revisão e discussão do cumprimento das condições estabelecidas para o Programa e análise de alterações acordadas; (e) problemas relevantes detectados durante a execução do Programa e sugestões para resolvê-los; e (f) propostas de ajustes para o Programa, caso necessário, para cumprir seus objetivos.
  - (iv) Relatório Final: dentro de 180 (cento e oitenta) dias após a data do último desembolso, contendo: (a) o avanço na execução das ações financiadas; (b) os mecanismos adotados para dar sustentabilidade financeira e institucional às intervenções do Programa; e (c) o impacto socioeconômico evidenciado pelos projetos; e as lições aprendidas no processo de execução do Programa.
  - (v) Outros Relatórios: Apresentação de qualquer outro relatório específico que a CAF solicitar durante a execução do Programa.
3. Alterações: O Órgão Executor deverá informar à CAF, para avaliação e aprovação, qualquer mudança significativa nas características das intervenções do Programa, incluindo aspectos técnicos e ambientais.

#### **CLÁUSULA NONA: Reconhecimento de Investimentos e Gastos**

A CAF, a pedido do Mutuário, poderá realizar o reembolso de investimentos e gastos do Programa efetuados com recursos próprios a partir de 3 de dezembro de 2013 até a data de cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso. Esse reembolso não poderá exceder 20% (vinte por cento) do total do empréstimo, e será utilizado exclusivamente para reembolsar investimentos e gastos elegíveis pela CAF, correspondentes a obras executadas que sejam parte do Programa, de acordo com o estabelecido no orçamento do Programa. (Quadro 1- Usos e Fontes do Programa – Anexo “B”).



O Mutuário e/ou o "Órgão Executor" poderão solicitar à CAF o reconhecimento de investimentos e gastos considerados elegíveis como recursos de contrapartida local no período compreendido entre 27 de agosto de 2010 e o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso do empréstimo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: Amortização do Empréstimo**

O empréstimo será amortizado pelo Mutuário mediante o pagamento de 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais, consecutivas e preferencialmente iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas. O pagamento da primeira parcela semestral de amortização do principal efetuar-se-á após 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data da assinatura do presente Contrato.

Havendo qualquer atraso no pagamento das parcelas de amortização antes mencionadas, a CAF terá direito a cobrar Juros de Mora, sem prejuízo de suspender as obrigações a seu cargo e/ou declarar vencimento antecipado do presente empréstimo, de acordo com o disposto nas Cláusulas 16 e 18 do Anexo "A".

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Juros<sup>1</sup>**

a) O Mutuário obriga-se a pagar semestralmente à CAF os juros sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma da taxa LIBOR para empréstimos de 6 (seis) meses, aplicável ao período de juros, mais a margem de 2,05% (dois vírgula zero cinco por cento).

Do mesmo modo, será aplicado o estabelecido na Cláusula Décima Segunda das Condições Particulares de Contratação e no item 6.1, da Cláusula 6, do Anexo "A".

(b) Para o caso de mora, o Mutuário obriga-se a pagar à CAF, além dos juros estabelecidos no item anterior, 2,0% (dois por cento) anuais.

Do mesmo modo, será aplicado o estabelecido no item 6.2, da Cláusula 6, do Anexo "A".

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Financiamento Compensatório<sup>2</sup>**

Durante o período de 8 (oito) anos contados a partir da data de início da vigência do presente Contrato, a CAF se obriga a reduzir 20 (vinte) pontos básicos da taxa de juros estabelecida na Cláusula Décima Primeira. Dessa forma, a margem citada no item (a) da Cláusula anterior corresponderá a 1,85% (um vírgula oitenta e cinco por cento), pelo período de 8 (oito) anos. Essa redução será realizada com recursos do Fundo de Financiamento Compensatório. O prazo mencionado poderá ser ampliado, sujeito às disponibilidades desse Fundo e a critério da CAF.

<sup>1</sup> As condições financeiras poderão ser alteradas de acordo com as políticas de gestão da CAF. (essa nota será retirada antes da assinatura do contrato).

<sup>2</sup> As condições financeiras poderão ser alteradas de acordo com as políticas de gestão da CAF. (essa nota será retirada antes da assinatura do contrato).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Comissão de Compromisso<sup>3</sup>**

a) O Mutuário pagará à CAF uma comissão denominada “Comissão de Compromisso”, por colocar à sua disposição o crédito especificado na Cláusula Terceira. Essa comissão será equivalente a 0,35% (zero vírgula trinta e cinco por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo. O pagamento dessa comissão será efetuado em Dólares, no vencimento de cada parcela semestral, até o momento em que cesse tal obrigação, segundo o disposto no último parágrafo desta Cláusula.

A comissão será calculada em dias corridos, com base num período de 360 (trezentos e sessenta) dias por ano.

A comissão será devida a partir do vencimento do primeiro semestre de vigência do presente Contrato de Empréstimo e cessará, no todo ou em parte, na medida em que:

- (i) tenha sido desembolsada parte ou a totalidade do empréstimo; ou
- (ii) tenha ficado total ou parcialmente sem efeito a obrigação de desembolsar o empréstimo, de acordo com as Cláusulas 4, 14 e 16 do Anexo “A”; ou
- (iii) tenham sido suspensos os desembolsos por causas não imputáveis às Partes, conforme a Cláusula 17 do Anexo “A”.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Comissão de Financiamento<sup>4</sup> e Gastos de Avaliação**

a) O Mutuário pagará à CAF somente uma vez uma comissão denominada “Comissão de Financiamento” pela concessão do empréstimo. Essa comissão será equivalente a 0,85% (zero vírgula oitenta e cinco por cento) do montante indicado na Cláusula Terceira do presente Contrato, e será devida a partir do início da vigência deste Contrato de Empréstimo. O pagamento dessa comissão será efetuado, em Dólares, no mais tardar, quando se realize o primeiro desembolso do empréstimo.

b) Além disso, o Mutuário pagará diretamente à CAF a soma de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil Dólares) a título de custo de avaliação. O pagamento dos custos de avaliação deverá ser efetuado em Dólares no momento em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Publicidade**

O Mutuário assume a obrigação de divulgar que o Programa está sendo executado com financiamento parcial da CAF e, para tanto, deverá coordenar com a CAF a colocação do nome

<sup>3</sup> As condições financeiras poderão ser alteradas de acordo com as políticas de gestão da CAF. (essa nota será retirada antes da assinatura do contrato).

<sup>4</sup> As condições financeiras poderão ser alteradas de acordo com as políticas de gestão da CAF. (essa nota será retirada antes da assinatura do contrato).





CEP-70040-906 Brasília - Distrito Federal- Brasil  
Fax no. + 55 (61) 2020-5006

A CAF e o Mutuário enviarão cópia de toda correspondência relativa à execução financeira do Programa para:

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P", 8º Andar  
CEP-70040-900 Brasília - Distrito Federal - Brasil  
Fax no. + 55 (61) 3412 1740

A CAF enviará cópia de toda correspondência relativa à execução do Programa para:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE FORTALEZA  
Rua Leonardo Mota, 2700 – Dionísio Torres  
Fortaleza – Ceará – Brasil  
CEP: 60.170-176  
Telefone no. + 55 (85) 3105-1535

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Modificações**

Toda modificação que se incorpore às disposições deste Contrato deverá ser feita de comum acordo entre a CAF, o Mutuário e o Garantidor, por meio de carta ou por meio de aditivo, a critério da CAF.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: Arbitragem**

Toda controvérsia que surja entre as Partes, decorrentes da interpretação ou da aplicação do presente Contrato, e que não se solucione por acordo entre as Partes, deverá ser submetida à decisão do Tribunal Arbitral, na forma estabelecida na Cláusula 29 do Anexo "A" deste Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Estipulações Contratuais e Jurisdição Competente**

O presente Contrato de Empréstimo reger-se-á pelas estipulações contidas neste documento e pelo estabelecido nos Anexos "A" e "B", que são partes integrantes deste Contrato. Os direitos e obrigações estabelecidos nos referidos instrumentos são válidos e exigíveis de acordo com os termos nele contidos.

As Partes se submetem à jurisdição do país do Mutuário, cujos juízes e tribunais poderão conhecer de todo assunto que não seja de competência exclusiva do Tribunal Arbitral, de acordo com o disposto na Cláusula 29 do Anexo "A" deste Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Prevalência entre os Documentos do Empréstimo**

Em caso de discrepância, as condições estabelecidas no presente documento ou em suas posteriores modificações prevalecerão sobre aquelas contidas nas Condições Gerais de Contratação do Anexo "A".

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Vigência**

As Partes concordam que o presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e encerrar-se-á com o cumprimento de todas as obrigações estipuladas no presente Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Anexos**

São partes integrantes do presente Contrato, os seguintes anexos:

- Anexo "A" : Condições Gerais de Contratação.
- Anexo "B" : Descrição do Programa.
- Anexo "C" : Contrato de Garantia.

As Partes, em comum acordo, assinam o presente Contrato de Empréstimo em 3 (três) vias originais no idioma português (Brasil) e 3 (três) vias originais no idioma espanhol, sendo ambas de igual teor e forma, na cidade de [•], no dia [•] de [•] de 201[•].

p. MUNICIPIO DE FORTALEZA

p. CAF

[•]  
[•]

\_\_\_\_\_  
Victor Rico Frontaura  
Diretór-Representante da CAF

## ANEXO "A"

condições estabelecidos no Anexo "C", parte integrante das Condições Particulares de Contratação.

**Data de Pagamento de Juros**

Dia Útil que corresponda ao vencimento de cada um dos pagamentos de juros.

**Desembolso**

Ato pelo qual a CAF transferirá ao Mutuário uma determinada quantia de dinheiro, a pedido deste e a débito do crédito disponibilizado a seu favor.

**Dia Útil**

Dia no qual os bancos estão abertos ao público nas cidades de Nova York (Estados Unidos da América), e Caracas (República Bolivariana da Venezuela), Londres (Inglaterra) e Brasília (República Federativa do Brasil). Porém, tratando-se da determinação da LIBOR, a expressão Dia Útil terá o significado definido pela LIBOR.

**Dias / Semestre**

Toda referência a "dias", sem especificar se são dias corridos ou dias úteis, será entendida como dias corridos. Qualquer prazo cujo vencimento corresponda a um dia não útil (sábado, domingo ou qualquer feriado considerado como tal nas cidades de Caracas, Brasília, Londres ou Nova York) será prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente posterior. Essa regra não se aplica quando o dia útil imediatamente posterior corresponda a outro exercício anual da CAF, caso em que o vencimento será no último dia útil do exercício anual da CAF.

Toda referência a semestre ou período semestral corresponderá a um período ininterrupto de 6 (seis) meses. Se o período semestral vencer em um dia inexistente, este se entenderá como prorrogado para o primeiro dia útil do mês posterior.

**Documentos do Empréstimo**

Documentos que formalizam a relação jurídica entre a CAF e o Mutuário, entre os quais se incluem principalmente as Condições Particulares e as Condições Gerais de Contratação.

**Dólares (US\$)**

Moeda corrente nos Estados Unidos da América.

**Força Maior ou Caso Fortuito**

Causa natural ou provocada que produza um evento extraordinário, imprevisível e inevitável, não imputável ao Mutuário ou à CAF, que impeça a execução de alguma obrigação distinta das obrigações de pagamento estabelecidas neste Contrato em

favor da CAF, ou que determine seu cumprimento parcial, tardio ou incompleto, ou a impossibilidade de cumprimento para quem está obrigado a realizar uma prestação.

**Garantidor**

República Federativa do Brasil.

**LIBOR**

Taxa interbancária de Juros, em qualquer período de juros, sobre empréstimos definidos em Dólares dos Estados Unidos da América no período de 6 (seis) meses, determinada pela British Bankers Association (BBA) é publicada pela Reuters em sua página LIBOR01, por Bloomberg, em sua página "BBAM" ou por qualquer outro sistema de informação de reputação internacional similar e que realize a prestação de serviços de informação de taxas correspondentes, expressa como taxa anual às 11h de Londres, Inglaterra, e com 2 (dois) dias úteis antes do início do período de juros.

Se por algum motivo, na data determinada para fixação da taxa de juros, a taxa LIBOR não for fornecida pela BBA, a CAF notificará ao Mutuário que, neste caso, a LIBOR referente a esta data será determinada através do cálculo da média aritmética das taxas oferecidas e informadas às 11h, ou próximo às 11h, de Nova York, 2 (dois) dias úteis antes do período de juros, para empréstimos em Dólares dos Estados Unidos da América, através de dois ou mais dos principais bancos situados na cidade de Nova York, Estados Unidos da América, selecionados pela CAF.

**Mutuário**

Beneficiário da operação de empréstimo contratada com a CAF, que assume os direitos e as obrigações detalhadas nas Condições Particulares e nas Condições Gerais de Contratação.

**Período de Juros**

Cada período de 6 (seis) meses que começa em uma Data de Pagamento de Juros e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Juros do período seguinte. O primeiro Período de Juros significará o período que começa na data do primeiro desembolso e termina no dia anterior à primeira Data de Pagamento de Juros.

**Prazo de Carência**





Período de tempo transcorrido entre a assinatura do Contrato e seis meses antes do vencimento da primeira parcela de amortização do empréstimo. Durante esse período o Mutuário pagará à CAF os juros e comissões pactuados.

- 1.2 Nos casos em que o contexto permitir, as palavras grafadas no singular incluem o plural e vice-versa.
- 1.3 Os títulos das cláusulas foram estabelecidos para facilitar sua identificação, sem que eles possam contradizer o estabelecido no texto da cláusula.
- 1.4 O atraso da CAF no exercício de qualquer de seus direitos, ou a omissão de seu exercício, não poderá ser interpretado como uma renúncia a tais direitos, nem como aceitação de acontecimentos ou das circunstâncias em virtude das quais não puderam ser exercidos.

## **CLÁUSULA 2.- CONTRATO DE EMPRÉSTIMO**

Mediante a celebração deste Contrato de Empréstimo, a CAF se compromete a desembolsar uma determinada quantia em dinheiro em favor do Mutuário, e este se obriga a recebê-la, utilizá-la e repagá-la nas condições pactuadas.

O Mutuário deverá utilizar os recursos provenientes do empréstimo, conforme o estabelecido nas cláusulas das Condições Particulares de Contratação intituladas: "Objeto do Empréstimo" e "Aplicação dos Recursos".

Diante do descumprimento dessa obrigação, a CAF poderá declarar o vencimento antecipado da dívida, sem necessidade de notificação judicial ou extrajudicial. Caso a CAF não opte por declarar o vencimento antecipado da dívida, poderá exigir do Mutuário a devolução dos referidos recursos, os quais serão restituídos dentro de 3 (três) dias após o requerimento, aplicando-se o pagamento de juros a partir do momento em que foi efetuado o desembolso correspondente.

A CAF poderá requerer, a qualquer momento, os documentos e informações que considere necessários à comprovação de que os recursos tenham sido utilizados de acordo com o estipulado no Contrato de Empréstimo.

## **CLÁUSULA 3.- MODALIDADES DOS DESEMBOLSOS**

O Mutuário poderá solicitar à CAF que os desembolsos do empréstimo sejam efetuados nas seguintes modalidades:

- (a) **Transferências diretas**

A CAF transferirá os recursos diretamente para a conta ou para onde o Mutuário solicitar, de acordo com os procedimentos utilizados pela CAF para este tipo de desembolso, sempre que as referidas transferências sejam superiores ao montante de US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares).

(b) **Emissão de Cartas de Crédito**

A CAF emitirá uma ou várias cartas de crédito para a aquisição de bens e prestação de serviços, em valor igual ou superior a US\$ 100.000,00 (cem mil dólares) por fornecedor de bens ou prestador de serviços. Esse montante poderá ser modificado pela CAF, de acordo com o estabelecido na sua política normativa interna.

A solicitação para a emissão das referidas cartas de crédito deverá ser efetuada segundo o modelo que a CAF coloque à disposição do Mutuário.

As comissões e custos cobrados pela CAF e pelos bancos correspondentes, utilizados para este efeito, serão repassados ao Mutuário, que assumirá o custo total destes.

(c) **Fundo Rotativo**

A CAF colocará à disposição do Mutuário recursos equivalentes a até 20% (vinte por cento) do montante do empréstimo, sujeitos a uma posterior comprovação de sua utilização. Os recursos desse Fundo somente poderão ser utilizados para financiar: i) gastos locais, ii) importação de insumos, iii) ativos fixos, peças e partes de ativos fixos e serviços técnicos até US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares) por fornecedor de bens ou prestador de serviços. Esse montante poderá ser modificado pela CAF, de acordo com o estabelecido em suas normas internas.

A CAF poderá renovar total ou parcialmente esse Fundo, na medida em que for utilizado e se solicitado pelo Mutuário, desde que seja justificado dentro do prazo e cumpridas as condições estipuladas no Contrato de Empréstimo.

Os recursos deverão ser utilizados dentro dos 90 (noventa) dias seguintes ao recebimento destes, e justificados pelo Mutuário, dentro dos 120 (cento e vinte) dias posteriores ao seu recebimento, a critério da CAF. Para todos os efeitos do presente Contrato, o desembolso será entendido como efetuado na data em que os recursos forem colocados à disposição do Mutuário.

(d) **Outras modalidades**

Qualquer outra modalidade acordada entre as Partes.

**CLÁUSULA 4.- PRAZO PARA SOLICITAR O DESEMBOLSO DO EMPRÉSTIMO**

O Mutuário deverá solicitar à CAF o desembolso do empréstimo e a CAF deverá torná-lo efetivo, nos prazos estabelecidos na Cláusula das Condições Particulares de Contratação intitulada "Prazo para Solicitar e Prazo para Desembolsar o Empréstimo".

Nenhum pedido de desembolso e nenhuma complementação de documentação pendente, referente ao desembolso, poderão ser apresentados pelo Mutuário à CAF após vencidos os prazos estipulados para o primeiro e último desembolsos. Nesses casos, a CAF se reserva o direito de não efetuar o respectivo desembolso, enviando ao Mutuário uma comunicação por escrito. Com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do vencimento dos referidos prazos, poder-se-á solicitar uma prorrogação, a qual será devidamente fundamentada, facultado à CAF o direito de deferi-la ou não, levando em consideração as razões expostas.

#### **CLÁUSULA 5.- CONDIÇÕES PRÉVIAS AOS DESEMBOLSOS**

Os desembolsos do empréstimo estarão sujeitos ao cumprimento das seguintes condições prévias por parte do Mutuário:

- (a) Para o primeiro desembolso:
  - Que a CAF tenha recebido um parecer jurídico sobre as disposições legais, declarando que as obrigações contraídas pelo Mutuário no Contrato de Empréstimo são válidas e exigíveis. O referido parecer deverá tratar de qualquer assunto que a CAF considere pertinente.
- (b) Para todos os desembolsos:
  - (i) Que o Mutuário tenha apresentado, por escrito, uma solicitação de desembolso, indicando a modalidade deste. Para isso, o Mutuário juntará à solicitação de desembolso os documentos que forem requeridos pela CAF.
  - (ii) Que não sobrevenha nenhuma das circunstâncias descritas nas Cláusulas 16, 17 e 18 do presente Anexo.

#### **CLÁUSULA 6.- JUROS**

##### **6.1 Juros**

##### **6.1.1 Forma de Cálculo**

- a) Durante o prazo de carência:  
Os juros referentes a cada um dos desembolsos serão calculados à taxa anual resultante da aplicação do disposto no item (a) da Cláusula

Décima Primeira das Condições Particulares de Contratação intitulada "Juros".

b) Durante o período de amortização do principal:

Serão devidos juros, à taxa anual, relativos aos saldos devedores do empréstimo, conforme o disposto no item (a) da Cláusula das Condições Particulares de Contratação intitulada "Juros".

6.1.2 Disposições Gerais:

Os juros serão pagos semestralmente e serão devidos até o momento em que ocorra o reembolso total do empréstimo. O primeiro pagamento deverá ser feito aos 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do Contrato de Empréstimo, desde que tenha ocorrido algum desembolso durante esse período.

Os juros serão calculados com base no número de dias corridos, num período de 360 (trezentos e sessenta) dias por ano.

6.2 Juros de Mora:

O Mutuário pagará a CAF juros de mora à taxa anual pactuada no item (b) da Cláusula Décima Primeira das Condições Particulares de Contratação intitulada "Juros".

O atraso no pagamento de uma obrigação colocará o Mutuário em situação de mora, sem necessidade de notificação judicial ou extrajudicial, não podendo o Mutuário invocar uma arbitragem a seu favor. Em caso de mora, fica facultada à CAF a possibilidade de recalcular a taxa de juros, aplicando à parcela do principal vencida e não paga a taxa LIBOR para empréstimos a 6 (seis) meses mais alta vigente no(s) período(s) compreendido(s) entre o vencimento da obrigação e a data efetiva de pagamento do valor devido, acrescentando-se à margem aplicável. Sem prejuízo da cobrança de juros de mora, em razão do descumprimento contratual por parte do Mutuário, a CAF poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e/ou declarar o vencimento antecipado do empréstimo, de acordo com o estabelecido nas Cláusulas 16 e 18 deste Anexo.

Os juros de mora serão calculados com base no número de dias corridos num período de 360 (trezentos e sessenta) dias por ano.

**CLÁUSULA 7.- CUSTOS**

Na hipótese de ocorrer desembolsos por meio de Cartas de Crédito, será devida pelo Mutuário a comissão estabelecida para esta modalidade. As comissões e custos cobrados



pelos bancos correspondentes que sejam utilizados para tal fim serão repassados ao Mutuário, que assumirá o custo total dos mesmos.

Todos os gastos da CAF com a assinatura, reconhecimento e execução do presente contrato, tais como: consultorias especializadas, perícias, avaliações, trâmites de cartório, tarifas, rubricas fiscais, taxas, registros e outros, serão cobertos exclusivamente pelo Mutuário, que deverá efetuar a transferência dos recursos para o pagamento ou o reembolso correspondente, no prazo de 30 (trinta) dias da solicitação dos mesmos. Para todos os efeitos, estes custos deverão ser comprovados pela CAF.

#### **CLÁUSULA 8.- MOEDA UTILIZADA PARA O DESEMBOLSO DO EMPRÉSTIMO**

Os desembolsos do empréstimo serão efetuados em Dólares dos Estados Unidos da América.

#### **CLÁUSULA 9.- MOEDA UTILIZADA PARA O PAGAMENTO DO EMPRÉSTIMO**

O pagamento de toda quantia devida a título de principal, juros, comissões, gastos e demais encargos será efetuado em Dólares dos Estados Unidos da América.

#### **CLÁUSULA 10.- LOCAL DOS PAGAMENTOS**

Os pagamentos efetuados pelo Mutuário à CAF, decorrentes do presente Contrato, serão depositados na conta que a CAF estabelecer, mediante prévia notificação por escrito ao Mutuário e ao Garantidor.

#### **CLÁUSULA 11.- IMPUTAÇÃO DOS PAGAMENTOS**

Todo pagamento efetuado pelo Mutuário à CAF, decorrente do presente Contrato de Empréstimo imputar-se-á na seguinte ordem: i) os custos e encargos, ii) as comissões, iii) os juros vencidos, e iv) as parcelas de amortização de principal.

#### **CLÁUSULA 12.- PAGAMENTOS ANTECIPADOS**

O Mutuário poderá pagar antecipadamente e sem qualquer penalidade uma ou mais parcelas de amortização, desde que solicite por escrito, no prazo de pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias da data do vencimento de uma parcela de amortização de principal e juros, e com aceitação expressa da CAF, desde que tenha transcorrido o prazo de carência ou o primeiro ano do empréstimo (ou o que ocorra por último), sujeito ao seguinte: (a) que o pagamento antecipado seja feito somente nas datas inicialmente estabelecidas para o



pagamento das parcelas de amortização do principal e juros, (b) que não seja devida nenhuma quantia à CAF a título de principal, juros, comissões, custos e demais encargos, e (C) que o pagamento antecipado seja efetuado a partir do oitavo ano contado da data da assinatura do Contrato de Empréstimo. Tal pagamento antecipado, salvo acordo em contrário, aplicar-se-á às parcelas de principal por vencer, na ordem inversa as datas dos vencimentos. Qualquer pagamento antecipado deverá ser um múltiplo inteiro de uma parcela de amortização do principal.

As notificações de pagamento antecipado são irrevogáveis, salvo acordo em contrário entre as partes.

### **CLÁUSULA 13.- PAGAMENTO DE TRIBUTOS E OUTROS ENCARGOS**

O pagamento de toda soma, a título de amortização do principal, juros, comissões, gastos e outros encargos, será feito pelo Mutuário, de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil, sem nenhuma dedução de tributos, impostos, custos, gravames, taxas, direitos ou outros encargos aplicáveis na data de vigência do Contrato de Empréstimo, ou que sejam estabelecidos posteriormente. Em caso de exigência de qualquer um dos encargos acima descritos, caberá integralmente ao Mutuário o pagamento destes, de tal forma que o valor líquido pago à CAF seja igual à totalidade do que foi estabelecido no presente Contrato.

### **CLÁUSULA 14.- RENÚNCIA PARCIAL OU TOTAL DO EMPRÉSTIMO**

O Mutuário poderá renunciar ao recebimento parcial ou total do empréstimo, com prévia autorização por escrito do Garantidor, mediante solicitação escrita no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data efetiva da renúncia, devendo constar, expressamente, a ciência da CAF.

Os custos financeiros decorrentes da renúncia ficarão a cargo do Mutuário, não se aplicando a esta operação as regras contidas na Cláusula 19 deste Anexo.

A renúncia de parte ou da totalidade do empréstimo não possibilitará o reembolso dos valores correspondentes à Comissão de Financiamento.

### **CLÁUSULA 15.- AJUSTE DAS PARCELAS PENDENTES DE PAGAMENTO**

Caso o Mutuário esteja impedido ou impossibilitado de receber ou solicitar desembolsos em razão do disposto na Cláusula das Condições Particulares de Contratação intitulada "Prazo para Solicitar e Prazo para Desembolsar o Empréstimo" e nas Cláusulas 4, 14, 16,

17 e 18 do presente Anexo, a CAF ajustará as parcelas pendentes de pagamento de forma proporcional.

#### **CLÁUSULA 16.- SUSPENSÃO DE OBRIGAÇÕES PELA CAF**

A CAF, mediante comunicação por escrito ao Mutuário, poderá suspender a execução de suas obrigações conforme o Contrato de Empréstimo, em qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (a) Atraso no pagamento de qualquer quantia devida pelo Mutuário a título de principal, juros, comissões, custos, encargos ou qualquer outro tipo de obrigação financeira assumida neste Contrato de Empréstimo; ou
- (b) Descumprimento, pelo Mutuário, de qualquer obrigação estipulada no presente Contrato; ou
- (c) Descumprimento, pelo Mutuário, de qualquer obrigação estipulada em outro contrato de empréstimo celebrado com a CAF; ou
- (d) Inexatidão ou falta de informação, sem justificativa, que possa incidir sobre a concessão do presente crédito no que concerne aos dados fornecidos pelo Mutuário antes da celebração do Contrato de Empréstimo ou durante sua execução; ou
- (e) Utilização dos produtos, dos materiais e dos bens de capital, ou ainda de atividades desenvolvidas pelo Mutuário que não se encontrem em harmonia com o meio ambiente ou transgridam as normas de legislação ambiental vigentes no país, bem como aquelas estabelecidas nas Condições Particulares de Contratação, ou
- (f) Não cumprimento, pelo Mutuário, dos procedimentos estabelecidos pela CAF para tornarem-se elegíveis os projetos objeto do financiamento no âmbito do Programa.

#### **CLÁUSULA 17.- SUSPENSÃO DE OBRIGAÇÕES POR CAUSAS ALHEIAS ÀS PARTES**

A CAF poderá suspender a execução das obrigações assumidas no Contrato de Empréstimo, caso ocorra qualquer uma das seguintes situações:

- (a) a retirada da República Federativa do Brasil como acionista da CAF; ou
- (b) o advento de força maior ou caso fortuito que impeça as partes de cumprirem com as obrigações contraídas.

#### **CLÁUSULA 18.- DECLARAÇÃO DE VENCIMENTO DO PRAZO DO EMPRÉSTIMO**

A CAF terá direito de declarar o vencimento antecipado do presente empréstimo nos seguintes casos:

a) manutenção, por mais de 120 (cento e vinte) dias, de qualquer uma das circunstâncias descritas na Cláusula 16 deste Anexo, ou

b) ocorrência de situação descrita no item (a) da cláusula anterior.

A ocorrência de qualquer uma das situações descritas acima facultará à CAF o direito de declarar vencidos os prazos de todos os montantes desembolsados, em virtude do presente empréstimo. Caso isso ocorra, a CAF enviará ao Mutuário e ao Garantidor um comunicado por escrito, sem necessidade de notificação judicial ou extrajudicial. Nesses casos, a CAF terá direito de requerer ao Mutuário o reembolso imediato de todos os valores devidos, com juros, comissões e outros encargos, até a data do efetivo pagamento.

#### **CLÁUSULA 19.- DESEMBOLSOS NÃO AFETADOS PELA SUSPENSÃO DE OBRIGAÇÕES OU PELA DECLARAÇÃO DE VENCIMENTO DO PRAZO DO EMPRÉSTIMO**

As medidas previstas nas Cláusulas 16, 17 e 18 deste Anexo não afetarão os desembolsos requeridos e ainda pendentes de execução, caso os recursos tenham sido postos à disposição através da emissão de Cartas de Crédito irrevogáveis.

#### **CLÁUSULA 20.- OBRIGAÇÕES A CARGO DO ÓRGÃO EXECUTOR**

Além das obrigações descritas na Cláusula Oitava das Condições Particulares de Contratação e das contempladas neste Anexo "A", o Mutuário assume as seguintes obrigações:

- (a) Utilizar os recursos do empréstimo de forma diligente e eficiente, de acordo com as normas administrativas e financeiras.
- (b) Ajustar previamente com a CAF, por escrito, qualquer modificação substancial nos contratos de aquisição de bens e serviços que forem financiados com os recursos destinados ao Programa.

#### **CLÁUSULA 21.- UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E DOS BENS**

Os recursos do empréstimo deverão ser utilizados exclusivamente para os fins previstos no Contrato de Empréstimo.



O Mutuário não poderá utilizar os recursos para (i) aquisição de terrenos e ações; (ii) pagamento de taxas e impostos; (iii) custos alfandegários; (iv) despesas com a constituição de empresas; (v) juros durante a construção; (vi) armamentos e outros gastos militares; (vii) outros que a CAF estabeleça.

Os bens e serviços financiados pelo empréstimo serão utilizados exclusivamente no Programa, não podendo o Mutuário dar a eles um destino diferente do estabelecido, vendê-los, transferi-los ou gravá-los.

#### **CLÁUSULA 22.- AUMENTO NO CUSTO DO PROGRAMA E RECURSOS ADICIONAIS**

Independentemente do motivo, no caso de modificação do custo do Programa durante sua execução, o Mutuário informará e apresentará a documentação pertinente à CAF, comprometendo-se a alocar os recursos adicionais necessários para garantir a correta e oportuna execução do Programa.

#### **CLÁUSULA 23.- AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

Para efeitos do presente Contrato, a licitação pública internacional e a licitação pública nacional serão regidas de acordo com o estabelecido na legislação brasileira.

O Mutuário deverá realizar uma licitação pública internacional para a aquisição de bens cujo valor exceda o equivalente a US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), bem como em caso de contratação de obras e de serviços de engenharia com valores que excedam o equivalente a US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Os editais de licitação deverão apresentar ampla divulgação nos moldes legais, possibilitando assim a eficiência, a transparência e garantindo a alta competitividade do processo licitatório.

Em situações especiais de contratações que tenham por objeto valores superiores aos mencionados no parágrafo anterior, poderá ser utilizada a licitação pública nacional desde que, por motivos de ordem técnica, forem devidamente justificadas pelo Mutuário e autorizadas prévia e formalmente pela CAF.

Para aquisições de bens de até o equivalente a US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), ou no caso de contratação de obras e serviços de até o

equivalente a US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), o Mutuário aplicará regras e procedimentos de licitação pública nacional.

Para contratações de consultorias, cujos valores excedam o equivalente a US\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), o Mutuário aplicará procedimentos de licitação pública internacional. Para contratações inferiores ao equivalente a US\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), o Mutuário aplicará regras e procedimentos de licitação pública nacional.

#### **CLÁUSULA 24.- LIVROS E REGISTROS**

O Mutuário deverá manter livros e registros da utilização do empréstimo, nos moldes da legislação e de acordo com a prática contábil. Esses livros e registros deverão demonstrar:

- (a) Os pagamentos efetuados com recursos provenientes do Contrato de Empréstimo; e
- (b) A operação do Programa.

Os livros e registros correspondentes ao Programa poderão ser revisados pela CAF, conforme o disposto na cláusula seguinte deste Anexo, até o total dos pagamentos das quantias devidas à CAF em razão deste Contrato.

#### **CLÁUSULA 25.- SUPERVISÃO**

A CAF estabelecerá os procedimentos de supervisão e fiscalização que julgue necessários para assegurar a execução normal do Programa.

O Mutuário deverá permitir que os funcionários e demais peritos enviados pela CAF inspecionem, a qualquer momento, o andamento do Programa, inclusive os livros, registros e outros documentos que possam ter alguma relação com o Programa.

#### **CLÁUSULA 26.- RELATÓRIOS**

Durante a vigência do empréstimo, o "Mutuário" e/ou o "Órgão Executor" deverá fornecer os relatórios que a CAF considerar convenientes, dentro dos prazos limites, quanto à utilização dos recursos emprestados e dos bens e serviços adquiridos com tais recursos, bem como da execução do Programa.

#### **CLÁUSULA 27.- AVISO DE CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS**

O Mutuário deverá comunicar imediatamente à CAF os seguintes casos:

- (a) Qualquer circunstância que dificulte ou possa dificultar a consecução dos fins deste empréstimo.
- (b) Qualquer modificação nas disposições legais que afetem o Mutuário com relação à execução do Programa e ao cumprimento do presente Contrato.

A CAF poderá adotar, a seu critério, as medidas que julgue apropriadas, de acordo com as disposições descritas no presente Contrato de Empréstimo, se tais circunstâncias ou modificações afetarem substancialmente e de forma adversa o Mutuário, o Programa, ou ambos.

#### **CLÁUSULA 28.- CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E DISPOSIÇÃO DO CONTRATO**

A CAF poderá ceder, transferir ou de alguma forma dispor, total ou parcialmente, dos direitos e obrigações derivados do presente Contrato de Empréstimo.

No caso de cessão contratual ou transferência, a CAF comunicará, por escrito, ao Mutuário e ao Garantidor, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. O terceiro, em relação à parte cedida ou transferida, assumirá a posição contratual da CAF no presente Contrato, ficando obrigado nas mesmas condições pactuadas.

O Mutuário não poderá ceder, transferir ou de alguma maneira dispor dos direitos e obrigações derivados do presente Contrato, salvo autorização expressa e por escrito da CAF e do Garantidor.

#### **CLÁUSULA 29.- ARBITRAGEM**

A arbitragem a ser realizada entre as Partes estará sujeita às seguintes condições:

- (a) **Generalidades**  
Toda controvérsia, dúvida ou discrepância oriunda do presente Contrato de Empréstimo será submetida à consideração das Partes que, de mútuo acordo, deverão solucioná-la.  
Se não houver acordo entre as Partes, a decisão será submetida, de forma incondicional e irrevogável, à decisão de um Tribunal Arbitral, de acordo com os procedimentos estabelecidos a seguir.  
As Partes concordam em excluir das matérias suscetíveis de arbitragem as relativas à execução de obrigações vencidas, sendo facultado à CAF solicitar sua execução

perante qualquer Juiz ou Tribunal que esteja legitimado para conhecimento do assunto.

(b) Composição e nomeação dos membros do Tribunal Arbitral

O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) membros: a CAF designará 1 (um) membro, o Mutuário, outro, e o terceiro, doravante denominado "Dirimente", será designado por meio de acordo direto entre ambas as Partes, ou por seus respectivos árbitros.

Caso algum dos membros do Tribunal Arbitral necessite ser substituído, a substituição será feita de acordo com o procedimento estabelecido para sua nomeação. O sucessor designado terá as mesmas funções e atribuições que o seu antecessor.

(c) Início do Procedimento

Para submeter uma controvérsia ao procedimento de arbitragem, será dirigida por uma das Partes à outra uma comunicação por escrito expondo a natureza da controvérsia, as formas propostas de satisfação ou reparação pretendida, bem como o nome do árbitro designado. Recebida a comunicação, a outra Parte deverá, num prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, manifestar-se a respeito da controvérsia, comunicando à Parte contrária o nome da pessoa designada como árbitro. As Partes, de comum acordo, designarão o "Dirimente", em até 30 (trinta) dias subseqüentes.

Vencidos os prazos acima descritos sem que as Partes ou os árbitros designados cheguem a um acordo quanto à nomeação do "Dirimente", este ou estes, de acordo com o caso, será(ão) designado(s) pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos - OEA, a pedido de qualquer uma das Partes.

(d) Constituição do Tribunal Arbitral

A critério do Garantidor, o Tribunal Arbitral funcionará na cidade de Caracas, Venezuela, ou na cidade de Montevideu, Uruguai, e iniciará suas funções na data fixada pelo próprio Tribunal.

(e) Regras que deverão ser seguidas pelo Tribunal Arbitral

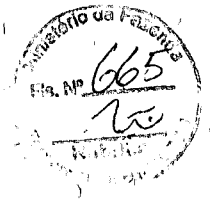
O Tribunal Arbitral estará sujeito às seguintes regras:

- i) O Tribunal só terá competência para tratar dos assuntos próprios da controvérsia estabelecida, adotando procedimento próprio, podendo, por sua iniciativa, designar os peritos que considerar necessários, dando oportunidade às Partes, em todos os casos, de apresentarem as exposições necessárias em audiência.

- ii) O Tribunal decidirá a controvérsia baseado em princípios gerais de direito, apoiando-se nos termos do Contrato, e pronunciará sua decisão mesmo em caso de revelia.
  - iii) O laudo arbitral: (I) terá forma escrita e será baseado no voto vencedor de pelo menos 2 (dois) dos árbitros; (II) será pronunciado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias posteriores à data em que o Tribunal Arbitral tenha iniciado seus trabalhos, excetuando-se a existência de circunstâncias especiais e imprevistas que permitam a ampliação do prazo por igual período; (III) será notificado às Partes, por escrito, mediante comunicação assinada por pelo menos 2 (dois) membros do Tribunal; (IV) deverá ser acatado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da notificação judicial a ser realizada após ratificada a decisão pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) da República Federativa do Brasil; e (V) no caso de descumprimento, a decisão arbitral deverá ser convertida em título executivo judicial para posterior execução.
- (f) Despesas
- Os honorários dos árbitros, incluídos os do “Dirimente”, serão pagos pela Parte não favorecida pelo laudo arbitral. Em caso de decisão parcial, cada uma das Partes arcará com os honorários do árbitro que o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) houver designado, e os honorários do “Dirimente” serão pagos em cotas iguais por cada uma das Partes.
- Fica entendido que ambas as Partes irão custear os gastos de funcionamento do Tribunal Arbitral e cada uma, suas próprias despesas. Toda dúvida relacionada à divisão de gastos ou à forma de pagamento será resolvida, em definitivo, pelo Tribunal.
- As Partes arcarão, de mútuo acordo, com os honorários das demais pessoas que cada Parte considerer que devam intervir no procedimento de arbitragem. Se as Partes não estiverem de acordo quanto aos honorários de tais pessoas, caberá ao Tribunal impor uma decisão.
- (g) Notificações
- Toda comunicação relativa à arbitragem ou ao laudo arbitral será realizada, por escrito e com recibo de notificação assinado pela outra Parte, na forma prevista no presente Contrato. As Partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

### **CLÁUSULA 30.- JURISDIÇÃO COMPETENTE**

As Partes elegem como jurisdição competente, para dirimir dúvidas e eventuais controvérsias que não possam ser submetidas à arbitragem, a de Brasília, na República Federativa do Brasil.



### **CLÁUSULA 31.- REPRESENTANTES AUTORIZADOS**

O Mutuário enviará à CAF, o mais breve possível, a lista de nomes e assinaturas das pessoas que o representarão nas diversas situações relativas ao Contrato de Empréstimo, certificada pela pessoa devidamente autorizada para esse fim, e encaminhada de acordo com o procedimento estabelecido na cláusula das Condições Particulares do Contrato de Empréstimo intitulada "Comunicações".

O Mutuário comunicará à CAF toda mudança nos nomes dos representantes autorizados.

Enquanto a CAF não receber a referida lista de nomes e assinaturas, entender-se-á que somente representará o Mutuário perante a CAF o representante que assine o presente Contrato de Empréstimo.

### **CLÁUSULA 32.- DATA DO CONTRATO**

A data do Contrato de Empréstimo será aquela estabelecida na parte final das Condições Particulares de Contratação.

## ANEXO "C"

### CONTRATO DE GARANTIA

Entre a República Federativa do Brasil, doravante denominada "Garantidor", representada neste ato pelo(a) Senhor(a) [•], devidamente autorizado(a) para tal efeito mediante Portaria Nº [•] da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de [•], e a Corporação Andina de Fomento, doravante denominada CAF, representada neste ato por seu Diretor Representante no Brasil, Senhor Victor Rico Frontaura, de nacionalidade boliviana, maior de idade e identificado com Passaporte Boliviano Nº. D000413, devidamente habilitado para tal ato por procuração especial conferida pelo Senhor Enrique García na qualidade de Presidente Executivo da CAF, perante a Embaixada da República Federativa do Brasil em Caracas, na data de [•] de [•] de [•], levando em conta que, de acordo com o Contrato de Empréstimo celebrado na cidade de [•], nesta mesma data, entre CAF e o Município de Fortaleza, doravante denominado "Mutuário", em que a CAF concordou em emprestar ao Mutuário até US\$83.250.000,00 (oitenta e três milhões duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) sempre que o Garantidor se responsabilize de forma solidária pelas obrigações de pagamento do serviço da dívida do Mutuário estipuladas no Contrato de Empréstimo, as partes contratantes concordam o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

- a. O Garantidor se constitui devedor solidário de todas as obrigações de pagamento do serviço da dívida contraída pelo Mutuário no referido Contrato de Empréstimo, que o Garantidor declara conhecer e aceitar todo o seu conteúdo.
- b. As obrigações de pagamento do Garantidor, de acordo com o Contrato de Empréstimo, têm e terão a mesma prioridade de pagamento que as demais dívidas externas que o Garantidor tenha com os Organismos Financeiros.

Internacionais Multilaterais dos quais faça parte, decorrentes de contratos de empréstimo.

## **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O Garantidor se obriga a:

- a. Informar o mais breve possível à CAF sobre qualquer ocorrência que, no âmbito de sua competência, dificulte ou impeça o alcance dos objetivos do empréstimo ou o cumprimento das obrigações do Mutuário.
- b. Informar o mais breve possível à CAF quando, na condição de devedor solidário, vier a realizar os pagamentos correspondentes ao serviço do empréstimo.

## **CLÁUSULA TERCEIRA:**

No caso de atraso no pagamento de qualquer parcela de principal ou juros por parte do Mutuário, a CAF informará imediatamente ao Garantidor, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com cópia para a Secretaria do Tesouro Nacional, e dará as devidas instruções, a fim de que se realize o pagamento da quantia devida no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da referida comunicação.

A responsabilidade do Garantidor somente se extinguirá pelo cumprimento das obrigações de pagamento do serviço da dívida contraída pelo Mutuário, não podendo eximir-se de sua responsabilidade, ainda que a CAF tenha concedido prorrogações ou concessões ao Mutuário, desde que as referidas prorrogações tenham sido autorizadas pelo Garantidor, ou tenha se omitido ou retardado o exercício de suas ações contra o Mutuário.

## **CLÁUSULA QUARTA:**

O Garantidor se compromete a pagar todas as obrigações financeiras decorrentes do Contrato de Empréstimo sem dedução nem restrição alguma, livres de todo imposto, taxa, direito ou encargo previstos nas leis vigentes na República Federativa do Brasil.



#### **CLÁUSULA QUINTA:**

O atraso no exercício dos direitos da CAF estabelecidos neste Contrato, ou sua omissão, não poderão ser interpretados como uma renúncia a tais direitos, nem como uma aceitação das circunstâncias que não lhe teriam permitido exercer tais direitos.

#### **CLÁUSULA SEXTA:**

Toda controvérsia que surja entre as Partes, decorrente da interpretação ou aplicação deste Contrato e que não se solucione por acordo entre elas, deverá ser submetida à decisão do Tribunal Arbitral, como estabelecido na Cláusula 29 do Anexo "A" do Contrato de Empréstimo. Se a controvérsia afetar tanto o Mutuário quanto o Garantidor, ambos deverão atuar conjuntamente designando um mesmo árbitro. Para os efeitos da arbitragem, no que diz respeito a obrigações financeiras, toda referência que se fizer ao Mutuário no processo e na decisão do Tribunal Arbitral se entenderá aplicável ao Garantidor.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA:**

A CAF, mediante prévia solicitação por escrito do Garantidor, informará a respeito dos montantes desembolsados ou não desembolsados do empréstimo.

#### **CLÁUSULA OITAVA:**

Todo aviso, solicitação ou comunicação entre as Partes, decorrente do presente Contrato, deverá efetuar-se por escrito, sem exceção alguma, e será considerado efetuado ou enviado por uma das Partes à outra quando entregue por qualquer meio usual de comunicação, exceto o que for relativo à arbitragem que deverá ocorrer mediante recibo de notificação, para os respectivos endereços a seguir:



**Ao Garantidor**

Endereço: MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Esplanada dos Ministérios,  
Bloco P, 8º andar.  
CEP 70048-900 Brasília, Distrito Federal, Brasil  
Fax No. + 55 61 3412-1740

Com cópia para a Secretaria do Tesouro Nacional, em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida pelo Mutuário:

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública  
Esplanada dos Ministérios – Bloco P – Ed. Anexo – Ala A  
1º Andar, Sala 121  
Brasília – DF – Brasil  
CEP 70048-900.  
Fax No. + 55 61 3412 1461

**À CAF**

Endereço: CORPORACÃO ANDINA DE FOMENTO  
Apartado Postal No. 5086  
Altamira 1060  
Caracas, Venezuela.  
Fax No. +58 212 209 2422

Em comum acordo, a CAF e o Garantidor, atuando cada um por meio de seus representantes autorizados, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, no idioma português (Brasil) e em 3 (três) vias no idioma espanhol, na cidade de [•], no dia [•] de [•] de 201[•].

**p. CAF**

---

Victor Rico Frontaura  
Diretor Representante no Brasil

**p. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

---

[•]  
Procurador(a) da Fazenda Nacional

20<sup>os</sup> RTN



# Resultado do Tesouro Nacional

Vol. 23, N. 5  
Maio/2017

Brasília, junho de 2017

20<sup>os</sup> RTN

TESOURO NACIONAL

**MINISTRO DA FAZENDA**  
Henrique de Campos Meirelles

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**  
Eduardo Reginetti Guardia

**SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL**  
Ana Paula Vitali Janes Vestovi

**SECRETÁRIO ADJUNTO DO TESOURO NACIONAL**  
Otávio Ladeira de Medeiros

**SUBSECRETÁRIOS**  
Adriano Pereira de Paula  
Gildenora Batista Dantas Milhãmem  
José Franco Medeiros de Moraes  
Lúcio Fábio de Brasil Camargo  
Pedro Jacá Maciel  
Priscilla Maria Santana

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**  
Felipe Palmeira Bardella

**COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**  
Alex Pereira Benício

**EQUIPE**  
Fábio Felipe Daquilha Prates  
Fernando Almeida Barbalho  
Fernando Cardoso Ferraz  
Gabriel Góalevici Junqueira  
Karla de Lima Rocha  
Vitor Henrique Barbosa Fabel

O **Resultado do Tesouro Nacional** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais e permitida a reprodução total ou parcial de conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Informações:**  
Tel: (61) 3412-2203  
Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cas@ctn.tesouro.gov.br](mailto:cas@ctn.tesouro.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.gov.br>

**Ministério da Fazenda**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco P Anexo, 1ª andar, Ala B, sala 124  
70048-900 - Brasília - DF

Para assegurar a transparência e a credibilidade do setor e a eficiência da gestão pública, esta publicação pode sofrer alterações eventuais.

Resultado do Tesouro Nacional | Secretaria do Tesouro Nacional - v. 23, n. 5 (junho 2017) - Brasília - STN, 1995.

**Mensal**  
Contribuição de Demonstrativo de execução financeira do Tesouro Nacional  
ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas - Periódicos. 2. Receita pública - Periódicos. 3. Despesa pública - Periódicos.  
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 335.005

## Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior.....	6
Receitas do Governo Central.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	9
Despesas do Governo Central.....	10
Previdência Social.....	13
Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	14
Receitas do Governo Central.....	15
Transferências do Tesouro Nacional.....	16
Despesas do Governo Central.....	17
Previdência Social.....	18
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	19
Receitas do Governo Central.....	20
Transferências do Tesouro Nacional.....	21
Despesas do Governo Central.....	22
Previdência Social.....	23

## Lista de Tabelas\*

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	5
Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	6
Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	7
Tabela 1.4 - Dividendos e Participações - Resultado Acumulado no Ano.....	8
Tabela 1.5 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Acumulado no Ano.....	9
Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	10
Tabela 1.7 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Resultado Acumulado no Ano.....	11
Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	12

\* a preços constantes exceto Tabela 1.1

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Acumulado no Ano.....	13
Tabela 1.10 - Resultado Primário da Previdência Social - Urbano e Rural - Resultado Acumulado no Ano.....	13
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	14
Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	15
Tabela 2.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	16
Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	17
Tabela 2.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	17
Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	18
Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	19
Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	20
Tabela 3.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	21
Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	22
Tabela 3.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	22
Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	23

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Execução de Restos a Pagar.....	11
Gráfico 2 - Benefícios Emitidos pela Previdência.....	14
Gráfico 3 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	17

# Resultado Fiscal do Governo Central

## Análise do Resultado Primário do Governo Central

### A Preços Correntes

Tabela 10 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2016/2017									
Discriminação	R\$ Milhões		R\$ Milhões		Variação		R\$ Milhões - Preços Correntes		
	2016	2017	2016	2017	Diff. (2017-2016)	% (2017/2016)	2016	2017	% (2017/2016)
I RECEITA TOTAL	54.937,6	53.021,0	15.073,4	15.073,4	0,0	0,0	15.073,4	15.073,4	100,0
II TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	88.039,1	96.502,4	9.870,8	9.870,8	0,0	0,0	9.870,8	9.870,8	100,0
III RECEITA LÍQUIDA TOTAL	54.937,6	53.021,0	15.073,4	15.073,4	0,0	0,0	15.073,4	15.073,4	100,0
IV DESPESA TOTAL	49.939,9	49.939,9	16.000,0	16.000,0	0,0	0,0	16.000,0	16.000,0	100,0
V FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	23.766,2	23.766,2	11.257,4	11.257,4	0,0	0,0	11.257,4	11.257,4	100,0
VI RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	26.016,0	35.043,7	9.027,7	9.027,7	0,0	0,0	9.027,7	9.027,7	100,0
Previdência Social (RGPS)	-48.732,2	-70.027,3	-20.295,1	-20.295,1	-20.295,1	-41,8%	-20.295,1	-20.295,1	-41,8%
VI RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	26.016,0	35.043,7	9.027,7	9.027,7	0,0	0,0	9.027,7	9.027,7	100,0
Resultado do Tesouro Nacional	26.374,0	35.404,3	9.030,3	9.030,3	0,0	0,0	9.030,3	9.030,3	100,0
Resultado do Banco Central	-3.988,0	360,6	-2,6	-2,6	2,6	0,0%	-2,6	-2,6	0,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-40.772,2	-70.027,3	-20.295,1	-20.295,1	-20.295,1	-41,8%	-20.295,1	-20.295,1	-41,8%
Fonte: Tesouro Nacional.									

Em maio de 2017, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 29,4 bilhões, contra déficit de R\$ 15,5 bilhões em maio de 2016. Em termos reais, a despesa total apresentou crescimento de 12,7% e a receita líquida apresentou diminuição de 1,6%. A elevação da despesa é explicada, em grande parte, pela antecipação para maio do pagamento de precatórios relativos a Benefícios Previdenciários e Pessoal em oposição ao calendário de 2016, quando a maior parte desses pagamentos ocorreu no último bimestre do ano. Tais pagamentos totalizaram R\$ 10,0 bilhões neste mês.

Comparativamente ao acumulado até maio de 2016, a preços correntes, o resultado do Governo Central passou de déficit de R\$ 23,7 bilhões em 2016 para déficit de R\$ 35,0 bilhões em 2017. Este resultado é explicado pela redução real da receita líquida (3,3%), parcialmente compensada pela redução real das despesas (1,1%). A redução das despesas concentrou-se principalmente nas despesas de todos os poderes.

Em particular, destaca-se o aumento do déficit da Previdência, que passou de R\$ 49,7 bilhões no acumulado do ano em 2016 para R\$ 70,0 bilhões em 2017, a preços correntes, explicado tanto pela redução real da receita (2,5%) quanto pelo aumento real da despesa (7,2%).

# Resultado do Governo Central

## Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

### A Preços Constantes de Maio de 2017 (IPCA)

Tabela 11 - Resultado Mensal do Governo Central - Brasil - 2016/2017									
Discriminação	R\$ Milhões		R\$ Milhões		Variação		R\$ Milhões - Preços Constantes de Maio de 2017 (IPCA)		
	2016	2017	2016	2017	Diff. (2017-2016)	% (2017/2016)	2016	2017	% (2017/2016)
I RECEITA TOTAL	572.021,1	562.856,4	-9.164,7	-9.164,7	0,0	0,0	-9.164,7	-9.164,7	0,0
II RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	358.043,2	355.014,8	-3.028,4	-3.028,4	0,0	0,0	-3.028,4	-3.028,4	0,0
III INCENTIVOS FISCAIS	11,0	17,4	6,4	6,4	58,6%	58,6%	6,4	6,4	100,0
IV ARRECAÇÃO LÍQUIDA PARA O RGPS	149.417,8	145.891,6	-3.526,2	-3.526,2	-2,3%	-2,3%	-3.526,2	-3.526,2	-2,3%
V RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS PELA RFB	65.162,1	61.167,4	-3.994,7	-3.994,7	-6,1%	-6,1%	-3.994,7	-3.994,7	-6,1%
VI TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	93.051,8	98.992,3	5.940,5	5.940,5	6,4%	6,4%	5.940,5	5.940,5	6,4%
II RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I - II)	479.560,3	463.839,1	-15.721,2	-15.721,2	-3,3%	-3,3%	-15.721,2	-15.721,2	-3,3%
III DESPESA TOTAL	504.223,3	498.846,5	-5.376,8	-5.376,8	-1,1%	-1,1%	-5.376,8	-5.376,8	-1,1%
IV Benefícios Previdenciários	201.586,3	216.048,3	14.462,0	14.462,0	7,2%	7,2%	14.462,0	14.462,0	7,2%
V Pessoal e Encargos Sociais	103.126,1	115.245,9	12.119,8	12.119,8	11,8%	11,8%	12.119,8	12.119,8	11,8%
VI Outras Despesas Obrigatórias	88.451,8	76.481,4	-11.970,4	-11.970,4	-13,5%	-13,5%	-11.970,4	-11.970,4	-13,5%
VII Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	111.065,1	91.115,0	-19.950,1	-19.950,1	-18,0%	-18,0%	-19.950,1	-19.950,1	-18,0%
VIII FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	24.556,0	34.581,4	10.025,4	10.025,4	41,2%	41,2%	10.025,4	10.025,4	41,2%
VI RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	27.517,6	35.375,3	7.857,7	7.857,7	28,6%	28,6%	7.857,7	7.857,7	28,6%
Tesouro Nacional e Banco Central	-52.173,6	-70.356,7	-18.183,1	-18.183,1	-34,9%	-34,9%	-18.183,1	-18.183,1	-34,9%
Previdência Social (RGPS)									
Resultado do Tesouro Nacional	27.894,3	35.737,3	7.843,0	7.843,0	28,1%	28,1%	7.843,0	7.843,0	28,1%
Resultado do Banco Central	-376,7	-362,0	14,7	14,7	3,9%	3,9%	14,7	14,7	3,9%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-52.173,6	-70.356,7	-18.183,1	-18.183,1	-34,9%	-34,9%	-18.183,1	-18.183,1	-34,9%
Fonte: Tesouro Nacional.									
Obs.: Dados sujeitos a alteração.									

A preços de maio de 2017, comparativamente a 2016, houve redução de R\$ 10,3 bilhões no resultado primário acumulado do Governo Central, que passou de déficit de R\$ 24,7 bilhões em 2016 para déficit de R\$ 35,6 bilhões em 2017. Esse resultado é explicado pela redução da receita líquida (3,3%) parcialmente compensada pela diminuição da despesa total (1,1%).

O decréscimo na receita líquida é explicado, principalmente, pela diminuição nas receitas não administradas pela RFB em R\$ 4,0 bilhões (6,2%), pela redução da arrecadação líquida para o RGPS em R\$ 3,7 bilhões (2,5%) e pela elevação nas transferências por repartição de receita em R\$ 5,9 bilhões (6,4%).

A redução da despesa é explicada pela diminuição das despesas discricionárias do executivo em R\$ 19,1 bilhões (18,0%) e de outras despesas obrigatórias em R\$ 12,0 bilhões (13,6%) parcialmente compensada pela elevação das despesas com benefícios previdenciários em R\$ 14,5 bilhões (7,2%) e com pessoal e encargos sociais em R\$ 12,1 bilhões (11,8%). Parte do crescimento das despesas previdenciárias e de pessoal deriva da antecipação do calendário de pagamento de precatórios do último bimestre de 2016 para o terceiro bimestre de 2017.

## Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016/2017

Discriminação	2016	Jan-Mai	2017	Diferença	Variação % Real (IPCA)
<b>1 RECEITA TOTAL</b>	<b>57.623,1</b>	<b>562.836,4</b>	<b>562.836,4</b>	<b>9.764,7</b>	<b>1,7%</b>
1.1 Receita Administrada pela RFB	358.043,2	356.014,8	356.014,8	-2.028,4	-0,6%
Imposto de Importação	14.048,8	12.304,7	12.304,7	-1.744,1	-12,5%
IP	18.182,5	17.606,0	17.606,0	-576,6	-3,2%
Imposto de Renda	151.920,6	158.816,4	158.816,4	6.895,8	4,5%
IOF	14.782,0	14.221,6	14.221,6	-560,3	-3,8%
COFINS	90.365,6	94.935,1	94.935,1	4.569,5	5,0%
PIB/PASEP	24.167,9	23.289,5	23.289,5	-878,4	-3,6%
CSLL	35.819,5	35.047,8	35.047,8	-771,7	-2,2%
CFMF				0,0	0,0%
CIDE Combustíveis	2.814,8	2.385,1	2.385,1	-429,7	-15,3%
Outras	5.941,6	7.606,6	7.606,6	1.665,0	28,2%
1.2 Incentivos Fiscais	-11,0	-17,4	-17,4	-6,4	-58,2%
1.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	149.412,8	145.691,6	145.691,6	-3.721,2	-2,5%
Urbana	146.072,2	142.382,4	142.382,4	-3.689,8	-2,5%
Rural	3.340,6	3.309,2	3.309,2	-31,4	-0,9%
1.4 Receitas Não Administradas pela RFB	65.176,2	61.167,4	61.167,4	-4.008,7	-6,2%
Concessões e Permissões	14.145,9	2.422,8	2.422,8	-11.723,0	-82,9%
Dividendos e Participações	830,2	2.323,8	2.323,8	1.493,6	179,9%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.767,9	5.121,1	5.121,1	353,1	7,4%
Coa-Parte de Compensações Financeiras	9.793,2	16.663,6	16.663,6	6.870,4	70,2%
Receitas Próprias (fontes 50.81 e 82)	5.730,4	5.805,0	5.805,0	74,6	1,3%
Contribuição do Salário Educação	9.281,4	9.025,5	9.025,5	-255,8	-2,8%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	2.355,6	1.790,2	1.790,2	-565,4	-24,0%
Operações com Ativos	217,2	423,1	423,1	205,9	94,8%
Demaís Receitas	18.054,4	17.594,2	17.594,2	-460,1	-2,5%

Fonte: Tesouro Nacional  
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do Governo Central apresentou redução real de R\$ 9,8 bilhões (1,7%) em relação ao acumulado até maio de 2016. Esse comportamento deveu-se à redução de R\$ 4,0 bilhões (6,2%) nas receitas não administradas pela RFB, a queda na arrecadação líquida para o RGPS em R\$ 3,7 bilhões (3,3%) e diminuição de R\$ 2,0 bilhões (0,6%) nas receitas administradas pela RFB.

As receitas não administradas pela RFB foram afetadas, principalmente, pelos seguintes fatores

- decréscimo de R\$ 11,7 bilhões (82,9%) em concessões e permissões devido ao recebimento de R\$ 11,1 bilhões em bônus de outorga referente à concessão de 29 usinas hidrelétricas em janeiro de 2016 sem contrapartida em 2017;

- aumento de R\$ 6,9 bilhões (70,2%) nas receitas de compensações financeiras devido principalmente ao aumento na produção e no preço internacional do petróleo; e
- elevação de R\$ 1,5 bilhão (179,9%) nas receitas de dividendos e participações.

A receita administrada pela RFB foi afetada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- decréscimo de R\$ 5,4 bilhões (6,0%) na receita da Cofins: decréscimo real de 2,98% no volume de vendas (PMC-IBGE) e de 5,08% no volume de serviços (PMS-IBGE) de dezembro de 2016 a abril de 2017 em relação a dezembro de 2013 a abril de 2016; e
- redução de R\$ 1,7 bilhão (12,4%) na arrecadação com imposto de importação.
- acréscimo de R\$ 6,7 bilhões nas receitas de imposto de renda causado principalmente pela alta de R\$ 4,4 bilhões (4,4%) no imposto de renda retido na fonte, R\$ 1,2 bilhão (2,1%) no imposto de renda de pessoa jurídica e de R\$ 1,2 bilhão (7,5%) no imposto de pessoa física;

## Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Tabela 1.5 - Transferências por repartição da Receita - Brasil - 2016/2017

Discriminação	2016	Jan-Mai	2017	Diferença	Variação % Real (IPCA)
<b>II TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>830,2</b>	<b>95.051,8</b>	<b>96.997,3</b>	<b>5.945,5</b>	<b>6,7%</b>
II.1 FPM/ FPE / FPEC		76.533,9	78.902,7	2.368,9	3,1%
II.2 Fundos Constitucionais		3.258,5	3.439,7	181,2	5,6%
Repasso Total		5.084,9	5.238,2	153,3	3,0%
Superávit dos Fundos		-1.826,4	-1.818,5	7,9	-0,4%
II.3 Contribuição do Salário Educação		5.552,8	5.417,4	-135,4	-2,4%
II.4 Compensações Financeiras		5.701,3	10.135,5	3.417,2	51,0%
II.5 CIDE - Combustíveis		774,0	835,6	61,6	8,0%
II.6 Demais		226,3	285,4	59,1	25,7%

Fonte: Tesouro Nacional  
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

As transferências por repartição de receita apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 5,9 bilhões (6,4%), em relação ao acumulado até maio de 2016, passando de R\$ 93,1 bilhões para R\$ 99,0 bilhões em 2017. As principais variações no período foram:

- acréscimo de R\$ 3,4 bilhões (51,0%) nas Compensações Financeiras, pelos fatores explicados anteriormente; e
- aumento de R\$ 2,4 bilhões (3,1%) nas Transferências de FPM/FPE/PI-EE, devido ao crescimento da arrecadação com o Importo de Renda.

## Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação % Rel. (R\$C)
<b>IV - DESPESA TOTAL</b>	<b>504.225,3</b>	<b>498.880,5</b>	<b>-5.344,8</b>	<b>-1,3%</b>
IV.1 Benefícios Previdenciários	201.586,3	216.048,3	14.462,0	7,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano	157.199,3	169.335,5	12.136,2	7,7%
Benefícios Previdenciários - Rural	44.387,1	46.712,8	2.328,8	5,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	103.126,7	115.245,9	12.119,8	11,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	88.451,8	76.431,4	-12.020,4	-13,6%
Abono e Seguro Desemprego	26.900,8	24.704,0	-2.196,7	-8,2%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RWV	21.182,9	22.329,1	1.146,2	5,4%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	2.355,8	1.750,2	-24,0%	-24,0%
Créditos Extraordinários (exceto PRC)	2.204,6	367,9	-1.836,7	-83,3%
Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha	10.548,0	7.068,3	-3.479,7	-33,0%
FUNDEF (c/empl. União)	7.161,5	5.646,0	-1.515,5	-7,2%
Fundo Constitucional DF	447,0	610,3	163,3	36,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	590,5	1.250,3	659,8	111,7%
Subsídios, Subvenções e Proagro	13.804,2	9.671,8	-4.132,4	-29,9%
Demais	3.256,5	1.993,3	-1.263,2	-38,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	111.061,1	91.115,0	-19.946,1	-18,0%
Discricionárias Executivo	105.993,2	86.914,8	-19.078,6	-18,0%
PAC -	17.287,3	9.053,9	-8.233,4	-53,4%
d/q MCMV	2.695,6	899,8	-1.795,8	-66,6%
Emissões de TDA	81,2	0,0	-81,2	-100,0%
Demais	88.624,8	78.860,7	-9.764,1	-11,0%
Discricionárias LEGIS/MPU	5.067,9	4.200,4	-867,5	-17,1%
<b>Grandes Totais</b>	<b>137.358,1</b>	<b>110.576,7</b>	<b>-26.781,4</b>	<b>-19,5%</b>
Outras Despesas de Custeio e Capital	113.527,2	98.268,4	-15.258,7	-13,4%
Outras Despesas de Capital	23.831,0	12.308,3	-11.522,7	-48,4%
Fonte: Tesouro Nacional				

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

nas (étnicas e no pedag

RS Milhões - À Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Disciplina	2016		2017		Variação	
	Valor	% da Receita Corrente	Valor	% da Receita Corrente	Valor	% da Receita Corrente
<b>TOTAL</b>	88.624,8	79,960,7	97.754,3	111,8%	-9.129,5	-2,5%
Ministério da Saúde	48.321,0	39.320,8	51.276,6	52,3%	-3.228,9	-22,3%
Ministério da Educação	14.505,5	11,276,6	13.052,5	13,668,9	816,4	4,7%
Ministério do Desenvolvimento Social	6.102,0	3,066,8	6.102,0	3,066,8	-3.035,2	-49,7%
Ministério da Defesa	2.063,6	1,070,3	2.063,6	1,070,3	-993,3	-48,1%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações	1.580,2	10,457,3	1.580,2	10,457,3	-2.173,0	-16,9%
Demais órgãos do Executivo						

Houve decréscimo real de R\$ 5,4 bilhões (1,1%) na despesa total do Governo Central em relação ao acumulado até maio de 2016. Tal fato é explicado pela redução de R\$ 19,9 bilhões (18,0%) nas despesas discricionárias e pela redução de R\$ 12,0 bilhões (13,6%) em outras despesas obrigatórias, compensados parcialmente por aumentos de R\$ 14,5 bilhões (72%) nos Benefícios Previdenciários e de R\$ 12,1 bilhões (11,8%) nas despesas com Pessoal e Encargos. Parte da elevação nas despesas previdenciárias e de pessoal e encargos sociais decorre do pagamento de R\$ 10,0 bilhões de precatórios em maio de 2017 derivada de antecipação de pagamentos efetuados no meses de novembro e dezembro de 2016.

A redução dos gastos com Despesas Discricionárias é devida principalmente à redução de R\$ 19,1 bilhões (18,0%) em Discricionárias Executivas, dos quais R\$ 9,7 bilhões são referentes ao PAC e R\$ 9,8 bilhões são referentes a demais despesas, fruto do processo de organização das contas públicas realizado em 2016, que resultou em menor pressão fiscal para o começo de 2017.

A redução dos gastos em Outras Despesas Obrigatórias deveu-se principalmente a:

- decréscimo de R\$ 4,1 bilhões (29,9%) nas despesas com Subsídios, Subvenções e Proagro; representados principalmente pela redução de R\$ 1,0 bilhão (18,8%) nas despesas do PSI, R\$ 1,1 bilhão (33,2%) nas despesas do PRONAF e R\$ 745,2 milhões (38,5%) na Equalização de Investimento Rural e Agroindustrial;

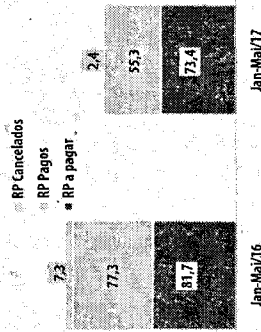
- redução de R\$ 3,5 bilhões (33,0%) em Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12 fruto de reversão parcial da desoneração da folha;

- redução de R\$ 2,2 bilhões (8,2%) nas despesas com Abono e Seguro Desemprego, explicada pelo efeito das novas regras de concessão de Abono dadas pela Lei 13.134/2015;

- decréscimo de R\$ 1,8 bilhão (83,3%) nos Créditos Extraordinários (exceto PAC).

O montante de restos a pagar (RP) pagos (excetuados os RP financeiros) até abril de 2017 correspondeu a R\$ 51,7 bilhões, contra R\$ 73,3 bilhões no mesmo período do ano anterior. Tal redução está associada ao processo de organização das contas públicas em 2016, que resultou em menor pressão fiscal para o início de 2017.

Gráfico 1. Execução de Restos a Pagar (exceto financeiro)  
Maio de 2016/2017 - R\$ Bilhões





RS Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Discriminação	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
<b>Agricultura</b>	7.310,1	4.865,4	-2.444,7	-33,4%
Equalização de custeio agropecuário	1.243,1	1.158,6	-84,5	-6,8%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.936,7	1.191,5	-745,2	-38,5%
Política de preços agrícolas	-162,7	-255,3	-92,6	-56,9%
Pronaf	3.263,1	2.178,3	-1.084,8	-33,2%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	237,2	112,4	-124,9	-52,6%
Alcool	20,4	25,9	5,5	27,0%
Criarou	0,0	0,0	0,0	0,0%
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0%
Fundo da terra (INCRA)	16,9	33,4	16,4	97,0%
Funcate	41,1	40,1	-1,0	-2,5%
Revitaliza	15,2	9,3	-5,9	-38,8%
Proagro	690,1	371,3	-318,7	-46,2%
Outros	6.494,1	4.816,4	-1.677,6	-25,8%
<b>Proex</b>	385,5	250,1	-135,4	-35,1%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	10,0	10,0	100,0%
Programa de Saneamento ao Investimento - PSI	5.441,5	4.421,1	-1.020,5	-18,8%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQ/MP/O)	0,0	0,0	0,0	0,0%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQ/PCD)	2,9	3,2	0,3	12,1%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0%
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	341,5	218,0	-123,5	-36,2%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0%
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Ilhéus	215,2	0,0	-215,2	-100,0%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0%
Equalização dos Fundos FOD/FDNE/FDO	48,2	24,2	-24,0	-49,8%
Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0%
Recursos de Recuperação de Subvenções	-10,8	0,0	10,8	100,0%
PNAAF	-75,6	-162,1	-86,5	-114,4%
PRODECER	145,7	0,0	-145,7	-100,0%
<b>Total</b>	33.804,2	20.818,8	-12.985,4	-38,4%

Fonte: Tesouro Nacional.  
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

## Previdência Social

Comparando os valores acumulados de janeiro a maio de 2017 com o mesmo período de 2016, o déficit da Previdência aumentou de R\$ 52,2 bilhões para R\$ 70,4 bilhões (32,2%) em termos reais. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 14,5 bilhões (7,2%) nos pagamentos de benefícios previdenciários, devido à elevação de 702,9 mil (2,5%) no número de beneficiários emitidos, à elevação do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 30,35 (2,5%) e ao pagamento em maio de 2017 de R\$ 4,8 bilhões em precatórios cuja contrapartida para o ano de 2016 ocorreu no mês de novembro; e

redução real de R\$ 3,7 bilhões (2,5%) na arrecadação líquida, explicada pela redução de R\$ 849,0 milhões (0,6%) na contribuição previdenciária, aliada à redução de 3,5 bilhões (33,0%) na compensação do RGP, efeito da elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração). A redução da contribuição previdenciária foi influenciada pela redução real da massa salarial habitual de dezembro de 2016 a abril de 2017 em relação a mesmo período do ano anterior (-3,3%).

RS Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Discriminação	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
<b>ARRECAÇÃO LÍQUIDA</b>	149.412,8	145.691,6	-3.721,2	-2,5%
Arrecadação Bruta	168.494,0	163.719,7	-4.774,2	-2,8%
Contribuição Previdenciária	141.474,4	140.625,4	-849,0	-0,6%
Simpatizantes/Nacionais/PAES	66,1	81,0	14,9	22,6%
Depósitos Judiciais	892,1	715,6	-176,5	-19,8%
Compensação RGP	10.548,0	7.068,3	-3.479,7	-33,0%
(1) Restituição/Devolução	-808,0	299,3	1.107,3	137,0%
(2) Transferências a Terceiros	-18.273,3	-17.788,8	484,5	2,7%
<b>II BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	201.586,3	216.048,3	14.462,0	7,2%
III RESULTADO PRIMÁRIO	-52.173,5	-70.356,7	-18.183,1	-34,9%

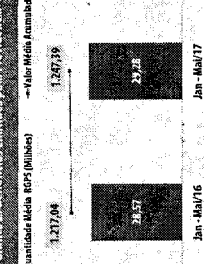
Fonte: Ministério da Previdência Social.  
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

RS Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Discriminação	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
<b>CONTRIBUIÇÃO</b>	149.412,8	145.691,6	-3.721,2	-2,5%
Urbano	146.072,2	142.382,4	-3.689,8	-2,5%
Rural	3.340,6	3.309,2	-31,4	-0,9%
<b>BENEFÍCIOS</b>	201.586,3	216.048,3	14.462,0	7,2%
Urbano	157.196,3	169.332,5	12.136,2	7,7%
Rural	44.389,9	46.715,8	2.325,8	5,2%
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	-52.173,5	-70.356,7	-18.183,1	-34,9%
Urbano	-11.127,1	-26.950,1	-15.823,0	-142,2%
Rural	-41.046,5	-43.406,7	-2.360,2	5,7%

Fonte: Ministério da Previdência Social.  
Obs. 1: Dados sujeitos a alteração.  
Obs. 2: A apuração do resultado do RGP por cidade urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Gráfico 2 - Benefícios Emitidos pela Previdência



# Resultado do Governo Central

## Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

### A Preços Constantes de Maio de 2017 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)				
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil 2016/2017				
Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
I RECEITA TOTAL	99.970,3	99.899,2	-581,1	-0,6%
I.1 Receita Administrada pela RFB	60.935,2	60.515,9	-419,3	-0,7%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.264,6	29.549,5	284,9	1,0%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	9.770,5	9.333,9	-436,6	-4,5%
II TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	20.937,2	21.628,3	691,1	3,3%
III RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	79.033,1	77.760,9	-1.272,2	-1,6%
IV DESPESA TOTAL	95.068,4	107.137,3	12.069,0	12,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	41.944,1	47.574,4	5.630,3	13,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.740,2	25.782,0	6.041,8	30,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.036,0	11.935,3	-1.100,7	-8,4%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	20.348,0	21.840,6	1.492,5	7,3%
V FUNDO SORTEANDO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	0,0	0,0%
VI RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-16.035,3	-29.371,4	-13.336,1	-83,2%
Tesouro Nacional e Banco Central	-3.355,7	-11.346,5	-7.990,7	-238,1%
Previdência Social (RGPS)	-12.679,6	-18.025,0	-5.345,4	-42,2%
Resultado do Tesouro Nacional	-3.235,9	-11.229,8	-7.993,9	-247,0%
Resultado do Banco Central	-119,9	-116,6	3,2	-2,7%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-12.679,6	-18.025,0	-5.345,4	-42,2%

Fonte: Tesouro Nacional.  
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços de maio de 2017, o resultado primário do Governo Central passou de um déficit de R\$ 16,0 bilhões em maio de 2016 para um déficit de R\$ 29,4 bilhões no mesmo mês de 2017, o que representou acréscimo de R\$ 13,3 bilhões (83,2%) no déficit. Essa variação decorre da redução de R\$ 1,3 bilhão (1,6%) na receita líquida e, principalmente, da elevação de R\$ 12,1 bilhões (12,7%) da despesa total.

A elevação na despesa decorre sobretudo da antecipação do cronograma de pagamento da maior parte de precatórios referentes a benefícios previdenciários e despesa de pessoal. Em maio de 2017, foram pagos R\$ 10,0 bilhões em precatórios referentes a aquelas rubricas ao passo que em 2016 tais pagamentos ocorreram em novembro.

# Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil 2016/2017				
Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
I RECEITA TOTAL	99.970,3	99.899,2	-581,1	-0,6%
I.1 Receita Administrada pela RFB	60.935,2	60.515,9	-419,3	-0,7%
Imposto de Importação	2.600,1	2.645,4	45,3	1,7%
IP1	3.273,5	3.548,9	275,4	8,4%
Imposto de Renda	23.543,3	23.707,7	164,2	0,7%
IDF	2.901,0	2.081,9	-219,1	-7,6%
COFINS	18.644,4	16.886,1	-1.758,3	-9,4%
PIS/PASEP	4.715,0	4.493,7	-221,3	-4,7%
CSLL	4.440,5	3.444,5	-996,0	-22,4%
CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0%
CIDE Combustíveis	833,5	497,7	-335,8	-40,3%
Outras	136,3	2.610,0	2.473,7	1.813,5%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.264,6	29.549,5	284,9	1,0%
Urbana	28.516,5	28.775,8	259,4	0,9%
Rural	748,1	773,6	25,5	3,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	9.770,5	9.333,9	-436,6	-4,5%
Concessões e Permissões	479,4	383,6	-95,8	-20,0%
Dividendos e Participações	209,2	320,7	111,5	53,3%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	969,6	1.012,2	42,6	4,4%
Cota-Parte de Contribuições Financeiras	2.252,0	1.586,5	-665,5	-29,5%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.239,7	1.261,5	21,8	1,8%
Contribuição do Salário Educação	1.582,2	1.543,0	-39,2	-2,4%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	509,7	479,0	-30,7	-6,0%
Operações com Ativos	72,1	79,4	7,3	10,2%
Demonst. Receitas	2.463,4	2.647,1	183,6	7,5%

Fonte: Tesouro Nacional.  
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do governo central apresentou redução real de R\$ 581,1 milhões (0,6%), passando de R\$ 100,0 bilhões em maio de 2016 para R\$ 99,4 bilhões em maio de 2017. Esse comportamento deve-se aos decréscimos de R\$ 446,6 milhões (4,5%) na receita não administrada pela RFB e de R\$ 419,3 milhões (0,7%) na receita administrada pela RFB, parcialmente compensados pela elevação de R\$ 284,9 milhões (1,0%) na arrecadação líquida para o RGPS.

A receita não administrada pela RFB diminuiu R\$ 446,6 milhões (4,6%) quando comparada a abril de 2016. Essa elevação é explicada, principalmente, pelo decréscimo de R\$ 555,5 milhões (29,1%) em Cota-Parte de Contribuições Financeiras, em função de arrecadação atípica de Participação Especial realizada em maio/16 no valor de R\$ 879,5 milhões. Em 2017, a arrecadação de Participação Especial referente ao primeiro trimestre do ano ocorreu inteiramente em abril.

A receita administrada pela RFB foi afetada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- diminuição de R\$ 1,8 bilhão (9,4%) em Cofins, explicada principalmente pelos decréscimos reais de 0,37% no volume de vendas (PMC-IBGE) e de 5,63% no volume de serviços (PMS-IBGE), em abril de 2017 em relação a abril de 2016;
- redução de R\$ 1,0 bilhão (22,4%) em CSLL e de R\$ 177,3 milhões (3,0%) no imposto de Renda - Pessoa Jurídica e de: esse resultado deveu-se, basicamente, à redução no pagamento mensal por estimativa relativo às Instituições Financeiras; e
- elevação de R\$ 2,7 bilhões em Outras Receitas Administradas: resultado explicado pela arrecadação de R\$ 1,2 bilhão, no mês de maio de 2017, em razão do PRT (Programa de Regularização Tributária).

# Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Discriminação	R\$ mil		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (R\$ mil)
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	20.937,2	21.624,3	687,1	3,3%
II.1 FPM / FPE / FPEE	17.691,8	15.702,5	-1.989,3	-5,6%
II.2 Fundos Constitucionais	690,0	719,9	29,9	4,3%
Repasso total	1.178,5	1.115,0	-63,5	-5,4%
Superávit dos Fundos	488,5	395,1	-93,4	-19,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	955,3	941,5	-13,8	-1,4%
II.4 Compensações Financeiras	1.574,0	3.227,1	1.653,1	105,0%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0%
II.6 Demais	26,1	32,3	11,2	43,1%

Fonte: Tesouro Nacional

**Ab.: Dados sujeitos a alteração**

As transferências por repartição de receita apresentaram elevação de R\$ 691,1 milhões (3,3%), passando de R\$ 20,9 bilhões em maio de 2016 para R\$ 21,6 bilhões no mesmo mês de 2017. Esse resultado decorre principalmente do aumento de R\$ 1,7 bilhão em Compensações Financeiras, devido ao crescimento na receita de Cota-Parte e Compensações Financeiras em abril de 2017 na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No sentido oposto, ressaltou-se a redução de R\$ 1,0 bilhão (5,6%) no grupo FPM/FPE/IFI-EE, explicado pelo decréscimo na arrecadação dos tributos que compõem a base da transferência.

## Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Precos de Maio de 2017 (IPCA)

Discriminação	Maio		Variação	% Real (R\$C)
	2016	2017		
<b>IV - DESPESA TOTAL</b>	<b>96.068,4</b>	<b>107.132,1</b>	<b>12.064,0</b>	<b>127,2%</b>
IV.1 Benefícios Previdenciários	41.944,1	47.574,4	5.630,3	137,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano	32.989,8	37.427,8	4.448,0	135,5%
Benefícios Previdenciários - Rural	8.954,3	10.136,6	1.182,3	132,2%
IV.2 Pensões e Encargos Sociais	19.740,2	23.782,0	4.041,8	30,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.036,0	11.955,3	-1.080,7	-8,4%
Abono e Seguro Desemprego	9.361,3	3.284,5	-26,8	-2,3%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.285,7	4.614,9	329,2	7,7%
Complemento de FCTs (LC nº 110/01)	309,9	479,0	30,9	-6,1%
Créditos Extraordinários (excl. PAC)	352,3	818	275,5	-77,1%
Compensação ao RGPS pelas Desagregações da Tolda	1.022,7	1.038,7	6,0	0,6%
FUNDEB (Complem. União)	1.987,4	919,0	-1.068,4	-53,8%
Fundo Constitucional DF	97,2	110,1	12,9	13,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	133,9	738,8	604,9	451,8%
Subsídios, Subvenções e Proagro	278,0	233,4	-44,5	-16,0%
Demais	972,6	415,2	-557,4	-57,3%
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>20.348,0</b>	<b>21.840,0</b>	<b>1.492,5</b>	<b>7,3%</b>
Discricionárias Executivo	19.277,3	20.819,3	1.582,0	8,2%
PAC	2.367,5	2.689,5	322,0	13,6%
d/q MCMV	439,3	388,2	-51,1	-11,6%
Emissões de TDA	56,7	0,0	-56,7	-100,0%
Demais	16,813,1	18.129,8	1316,7	7,8%
Discricionárias LLIJUNPU	1.110,7	1.021,3	-89,5	-8,1%
<b>Manutenção</b>				
Outras Despesas de Curso e Capital	25.426,3	25.571,2	147,9	0,6%
Outras Despesas de Custeio	22.261,9	21.471,9	-790,0	-3,5%
Outras Despesas de Capital	3.164,4	4.102,3	937,9	29,6%

Fonte: Tesouro Nacional.

Ms. Dados sujeitos a alteração.

Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e proagro.

Sequem as variações no gasto nos principais agregados da despesa:

- elevação de R\$ 6,0 bilhões (30,6%) em Pessoal e Encargos Sociais, decorrente em grande medida do pagamento de R\$ 4,6 bilhões em sentenças judiciais e precatórios em maio de 2017; e
- redução de R\$ 1,1 bilhão (53,8%) em Fundeb (Complement. União): devido pagamento do ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundeb realizado em maio/2016, sem correspondência em 2017.

Em maio de 2017, houve elevação de R\$ 12,1 bilhões (12,7%) na despesa total do governo central em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de R\$ 95,1 bilhões para R\$ 107,1 bilhões. Essa variação se deve aos acréscimos em Benefícios Previdenciários (R\$ 5,6 bilhões, 13,4%), em Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 6,0 bilhões, 30,6%) e em Despesas Discricionárias – Todos os Poderes (R\$ 1,5 bilhão, 7,3%) parcialmente compensados pela redução em Outras Despesas Obrigatórias (R\$ 1,1 bilhão, 8,4%).

A elevação na despesa decorre sobretudo da antecipação do cronograma de pagamento da maior parte de precatórios referentes a benefícios previdenciários e despesa de pessoal. Tais pagamentos em maio de 2017 totalizaram R\$ 10,0 bilhões, sem contrapartida em igual período de 2016.

# Resultado do Governo Central

## Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

### A Preços Constantes de Maio de 2017 (IPCA)

RS Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Descrição	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	16.813,1	18.129,8	1.316,7	7,8%
Ministério da Saúde	7.856,5	9.097,4	1.240,8	15,8%
Ministério da Educação	2.490,9	2.459,4	-31,5	-1,3%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.777,4	2.585,0	-191,8	-6,9%
Ministério da Defesa	971,5	1.160,7	189,1	19,5%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	386,7	344,5	-42,2	-10,9%
Demais órgãos do Executivo	2.330,0	2.482,2	152,3	6,5%

## Previdência Social

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 12,7 bilhões em maio de 2016 para déficit de R\$ 18,0 bilhões em maio de 2017, representando uma diferença de R\$ 5,3 bilhões, devido principalmente à elevação de R\$ 5,6 bilhões (13,4%) no valor de benefícios pagos em maio, explicada principalmente pelo pagamento de R\$ 4,9 bilhões em precatórios em maio de 2017, sem correspondência em 2016. Houve elevação de 547,8 mil (1,9%) no número de benefícios emitidos e elevação do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 41,74 (3,5%).

RS Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Descrição	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
ARRECAÇÃO LÍQUIDA	29.264,6	29.549,5	284,9	1,0%
Arrecadação Básica	32.585,3	32.772,5	187,1	0,6%
Contribuição Previdenciária	28.287,9	28.456,5	168,6	0,6%
Empregos/Contribuintes	3.066,5	3.004,2	-62,4	-2,0%
RGPS	11,3	193,8	182,5	161,5%
Depósitos Judiciais	166,9	9,3	-157,6	-94,4%
Compensação RGPS	1.052,7	1.058,7	6,0	0,6%
Restituição/Devolução	-171,6	-162,7	8,9	-5,2%
Transferências a Terceiros	-3.143,1	-3.070,3	72,8	2,3%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	-11.944,1	-12.025,0	-80,9	-0,7%
RESULTADO PRIMÁRIO	12.679,6	18.025,0	5.345,4	42,2%

Fonte: Ministério da Previdência Social  
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

RS Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Quadro 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017

Descrição	2017		Variação	
	Ator	Maio	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	126.488,7	99.389,2	27.099,5	21,4%
I.1 Receita Administrada pela RFB	77.046,3	60.515,9	-17.130,4	-22,1%
I.2 Incentivos Fiscais	17,4	0,0	-17,4	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.238,8	29.549,5	-1.679,4	-5,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	17.631,0	9.323,9	-8.307,2	-47,1%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.052,4	21.678,3	3.575,9	19,8%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	106.436,3	77.763,9	-28.672,4	-28,3%
IV. DESPESA TOTAL	95.796,3	107.132,3	11.336,0	11,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	43.259,9	47.574,4	4.315,5	10,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.549,7	25.782,0	4.232,3	19,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	12.828,5	11.935,3	-893,2	-7,0%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	8.159,2	21.840,6	13.681,3	20,3%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL (FSB)	0,0	0,0		
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	-12.640,0	-29.371,4	-42.011,4	-332,4%
Tesouro Nacional e Banco Central	24.670,0	-11.346,5	-36.016,5	-145,9%
Previdência Social (RGPS)	-12.030,1	-18.025,0	-5.994,9	-49,8%
Resultado do Tesouro Nacional	24.886,2	-11.229,8	-36.116,0	-145,1%
Resultado do Banco Central	-216,1	-116,6	99,5	-46,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-12.030,1	-18.025,0	-5.994,9	-49,8%

Em maio de 2017, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 29,4 bilhões, contra superávit de R\$ 12,6 bilhões em abril de 2017, a preços constantes de maio. Essa evolução é explicada em grande medida pela redução sazonal da arrecadação de imposto de Renda, CSLL e Participação Especial pela exploração de petróleo e gás natural em abril e pagamento em maio da maior parte de precatórios relativos a Pessoal e Benefícios Previdenciários.

## Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preço de Maio de 2017 (IPCA)

Discriminação	2017		2016		Variação	% Real (IPCA)
	Abri	Maio	Abri	Maio		
<b>1 RECEITA TOTAL</b>	<b>126.488,2</b>	<b>94.389,2</b>	<b>94.389,2</b>	<b>-27.099,5</b>	<b>-21,4%</b>	<b>-21,4%</b>
1.1 Receita Administrada pela RFB	77.646,3	60.515,9	60.515,9	-17.130,4	-22,1%	-22,1%
Imposto de Importação	2.260,3	2.645,4	385,1	17,0%	17,0%	17,0%
IPI	3.693,2	3.548,9	144,2	-3,9%	-3,9%	-3,9%
Imposto de Renda	38.119,3	23.707,7	-14.411,6	-37,8%	-37,8%	-37,8%
IOF	3.386,4	2.681,9	-704,6	-20,8%	-20,8%	-20,8%
COPINS	17.176,6	16.886,1	-290,5	-1,7%	-1,7%	-1,7%
PIS/PASEP	4.671,0	4.493,7	-177,3	-3,8%	-3,8%	-3,8%
CSLL	6.927,8	3.444,5	-3.483,3	-50,3%	-50,3%	-50,3%
CPMF				0,0	0,0	0,0
CIDE Combustíveis	510,3	497,7	-12,6	-2,5%	-2,5%	-2,5%
Outras	901,3	2.610,0	1.708,7	189,6%	189,6%	189,6%
1.2 Incentivos Fiscais	-17,4	0,0	17,4	100,0%	100,0%	100,0%
1.3 Arrecadação líquida para o RGPS	31.228,8	29.549,5	-1.679,4	-5,4%	-5,4%	-5,4%
Urbana	30.470,8	28.775,8	-1.695,0	-5,6%	-5,6%	-5,6%
Rural	758,0	773,6	15,6	2,1%	2,1%	2,1%
1.4 Receitas Não Administradas pela RFB	17.651,0	9.323,9	-8.327,2	-47,1%	-47,1%	-47,1%
Concessões e Permissões	1.474,2	383,6	-1.090,6	-74,0%	-74,0%	-74,0%
Dividendos e Participações	222,7	320,7	97,9	44,0%	44,0%	44,0%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.029,3	1.012,2	-17,1	-1,7%	-1,7%	-1,7%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.829,0	1.596,6	-4.232,4	-72,6%	-72,6%	-72,6%
Receitas Proprias (fontes 50, 81 e 82)	1.244,8	1.261,5	16,6	1,3%	1,3%	1,3%
Contribuição do Salário Educação	1.573,9	1.543,9	-30,1	-1,9%	-1,9%	-1,9%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		479,0	479,0			
Operações com Ativos	79,8	79,4	-0,4	-0,5%	-0,5%	-0,5%
Demais Receitas	6.177,2	2.647,1	-3.530,1	-57,1%	-57,1%	-57,1%

Fonte: Tesouro Nacional  
Obs.: Dados sujeitos a alteração

Em valores atualizados de maio de 2017, a receita total do Governo Central apresentou diminuição de R\$ 27,1 bilhões (21,4%), em relação ao mês anterior, passando de R\$ 126,5 bilhões em abril de 2017, para R\$ 99,4 bilhões em maio de 2017. Merecem destaque as seguintes variações: Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- redução de R\$ 17,1 bilhões (22,1%) nas receitas administradas pela RFB: decréscimo de R\$ 14,4 bilhões (37,8%) no imposto de Renda e de R\$ 3,5 bilhões na CSLL em razão do recolhimento da 1ª cota ou cota única do IRPF em abril e, também, do recolhimento da 1ª cota ou cota única do IRPJ/CSLL em decorrência do encerramento, em março/17, da apuração trimestral.

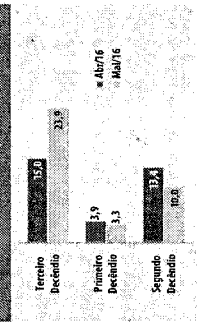
## Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preço de Maio de 2017 (IPCA)

Discriminação	2017		2016		Variação	% Real (IPCA)
	Abri	Maio	Abri	Maio		
<b>II TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>18.052,4</b>	<b>21.628,3</b>	<b>18.052,4</b>	<b>3.575,9</b>	<b>19,8%</b>	<b>19,8%</b>
II.1 FPM / FPE / IP/EE	14.834,4	16.202,5	1.368,1	12,8%	12,8%	12,8%
II.2 Fundos Constitucionais	682,6	719,9	37,3	5,5%	5,5%	5,5%
Repasso Total	986,1	1.115,0	128,9	13,1%	13,1%	13,1%
Superávit dos Fundos	-303,5	-395,1	-91,6	-30,2%	-30,2%	-30,2%
II.3 Contribuição do Salário Educação	938,1	941,5	3,4	0,4%	0,4%	0,4%
II.4 Compensações Financeiras	1.180,4	3.227,1	2.046,8	173,4%	173,4%	173,4%
II.5 CIDE - Combustíveis	397,6	0,0	-397,6	-100,0%	-100,0%	-100,0%
II.6 Demais	19,4	37,3	18,0	92,8%	92,8%	92,8%

Fonte: Tesouro Nacional  
Obs.: Dados sujeitos a alteração

Gráfico 3. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2016/2017



Em maio de 2017, as transferências por repartição de receita apresentaram aumento de R\$ 3,6 bilhões (19,8%), totalizando R\$ 21,6 bilhões, contra R\$ 18,1 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorreu, principalmente, devido aos acréscimos de R\$ 2,0 bilhões em Compensações Financeiras e de R\$ 1,9 bilhão (12,6%) no conjunto FPM/FPE/IP/EE, devido ao aumento sazonal na arrecadação de imposto de Renda e Cota-Parte de Compensações Financeiras no terceiro decêndio de abril.



# Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Discriminação	2017		Variação	
	Abri	Mai	Diferença	% (IPCA)
IV DESPESA IOFRL	95.766,3	107.132,3	11.366,0	11,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	43.258,9	47.574,4	4.315,5	10,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	33.975,6	37.437,8	3.462,2	10,2%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.283,3	10.136,6	853,3	9,2%
IV.2 Pensões e Encargos Sociais	21.549,7	25.782,0	4.232,3	19,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	12.828,5	11.935,3	-893,2	-7,0%
Abono e Seguro Desemprego	3.195,7	3.284,5	88,8	2,8%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.504,4	4.614,9	110,5	2,5%
Complemento do FQTS (LC nº 116/01)	0,0	479,0	479,0	-
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	48,0	81,8	32,8	68,9%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.837,3	1.058,7	-1.778,6	-62,7%
FUNDEB (Complem. União)	1.236,5	919,0	-317,5	-25,7%
Fundo Constitucional DF	122,7	110,1	-12,6	-10,2%
Senenças Judiciais e Precatórios - OCC	181,7	738,8	557,1	306,6%
Subsídios, Subvenções e Prosgro	218,2	233,4	15,3	7,0%
Demais	483,2	415,2	-68,0	-14,1%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Pretores	18.159,2	21.640,8	3.481,6	20,3%
Discricionárias Executiva	17.315,9	20.819,3	3.503,4	20,2%
PAC	1.622,5	2.689,5	1.067,0	65,8%
d/q MCVV	274,7	388,2	113,5	41,3%
Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-
Demais	15.455,5	18.129,8	2.674,3	17,3%
Discricionárias LEU/NPU	843,3	1.021,3	178,0	21,1%
Discricionárias de Capital	22.926,7	25.574,2	2.647,5	11,5%
Outras Despesas de Capital	20.514,8	21.471,9	957,2	4,7%
Outras Despesas de Capital	2.411,9	4.102,3	1.690,4	70,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.  
 1.1. Adicional Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias e demais a partir de composição das seguintes despesas: Despesas, Apoio Fin. EGRM, Apoio ODE, Benefícios de Legado Especial e Indenizações, Comissões, Diárias, Indenização de Celular e Internet, IDU/FQDE, Lei Renda (LCR 87/96 e 119/01), Reserva de Contingência, Assistência Social e Manuseio, Contribuições Fiscais, Transferências ANA e Transferências Múltiplas ANA.  
 2. Corresponde a despesa total, incluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e prosgro, IDU/FQDE, auxílio à ODE e despesa em fabricação de credores e moedas.  
 Fonte: Tesouro Nacional.

Em maio de 2017, a despesa total do Governo Central registrou o valor de R\$ 107,1 bilhões, representando elevação de R\$ 11,3 bilhões (11,8%) em relação a abril de 2017. Esta variação deveu-se, sobretudo a: i) elevação de R\$ 4,2 bilhões (19,6%) em Pessoal e Encargos Sociais, explicada pelo pagamento de precatórios em maio de R\$ 4,6 bilhões; ii) aumento de R\$ 3,5 bilhões (20,2%) nas despesas discricionárias do poder executivo; e iii) diminuição de R\$ 1,8 bilhão em compensação ao RGPS pelas desonerações da folha, decorrente do pagamento em abril da compensação da desoneração referente ao mês de dezembro de 2016, que incluiu o pagamento do 13º salário.

R\$ Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Discriminação	2017		Variação	
	Abri	Mai	Diferença	% (IPCA)
TOTAL	12.453,5	18.129,8	5.676,3	45,6%
Ministério da Saúde	7.727,4	9.097,4	1.370,0	17,7%
Ministério da Educação	2.508,1	2.459,4	-48,7	-1,9%
Ministério do Desenvolvimento Social	18,3	21,5	3,2	17,2%
Ministério da Defesa	24,7	31,6	6,9	27,8%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	286,4	344,5	58,1	20,3%
Demais órgãos do Executivo	4.888,5	6.754,4	1.865,9	38,2%

## Previdência Social

R\$ Milhões - A Preços de Maio de 2017 (IPCA)

Discriminação	2017		Variação	
	Abri	Mai	Diferença	% (IPCA)
TOTAL	31.228,8	29.549,5	-1.679,3	-5,4%
LANÇAMENTO LÍQUIDO	34.384,2	32.723,5	-1.660,7	-4,8%
Ancatenação Bruta	28.342,6	28.456,5	113,9	0,4%
Contribuição Previdenciária	3.059,91	3.004,17	-55,7	-1,8%
Simplex/Nacional/PAES	134,41	193,85	59,4	44,2%
Reffs	10,07	9,27	-0,8	-8,0%
Depósitos Judiciais	2.837,27	1.058,71	-1.778,6	-62,7%
Compensação RGPS	53,7	102,7	49,0	91,3%
(i) Rest. Licação/Devolução	3.101,7	3.070,3	-31,4	-1,0%
(ii) Benefícios Previdenciários	43.758,9	47.574,4	3.815,5	10,0%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-12.030,1	-18.025,0	-5.994,9	-49,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em maio de 2017, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 18,0 bilhões, contra déficit de R\$ 12,0 bilhões no mês anterior. A diferença de 6,0 bilhões (49,8%) se deve em grande parte à elevação de R\$ 4,3 bilhões dos Benefícios Previdenciários, explicada pelos pagamentos em maio de precatórios, e à redução de R\$ 1,8 bilhão (62,7%) na Compensação RGPS.

# Anexos

## 1. Lista de Abreviaturas

### 1. Lista de Abreviaturas

#### 2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim PPE/FPV/PI Exportação

### Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético

CEF - Caixa Econômica Federal

CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPSS - Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Engesa - Empresa Gestora de Ativos

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fisiel - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento

FPE - Fundo de Participação de Estados

FPM - Fundo de Participação de Municípios

FSB - Fundo Soberano do Brasil

FundeB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IGP-DI - Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)

II - Imposto de Importação

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPF - Imposto de Renda de Pessoa Física

IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

LEIU - Legislativo e Judiciário

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

Paes - Parcelamento Especial

Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PESA - Programa Especial de Saneamento de Ativos

PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PIB - Produto Interno Bruto

PIS - Programa de Integração Social

POOC - Programa das Operações Oficiais de Crédito

Proex - Programa de Incentivo às Exportações

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSH - Programa de Subsídio à Habitação

PSI - Programa de Sustentação do Investimento

Refits - Programa de Recuperação Fiscal

RFB - Receita Federal do Brasil

RGPS - Regime Geral da Previdência Social

RMV - Renda Mensal Vitalícia





Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2016		2017		Diferença	Variação (%)
	An-Mai	Jun-Mai/16	An-Mai	Jun-Mai/17		
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>545.937,3</b>	<b>545.937,3</b>	<b>545.937,3</b>	<b>545.937,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
I.1 - Receita Administrada pela RFB	240.683,7	240.683,7	240.683,7	240.683,7	0,0	0,0
I.1.1 Imposto de Importação	13.372,6	13.372,6	13.372,6	13.372,6	0,0	0,0
I.1.2 IP	17.307,5	17.307,5	17.307,5	17.307,5	0,0	0,0
I.1.3 Imposto de Renda	144.904,9	144.904,9	144.904,9	144.904,9	0,0	0,0
I.1.4 IOF	14.075,3	14.075,3	14.075,3	14.075,3	0,0	0,0
I.1.5 COFINS	86.057,8	86.057,8	86.057,8	86.057,8	0,0	0,0
I.1.6 PIS/PASEP	23.010,7	23.010,7	23.010,7	23.010,7	0,0	0,0
I.1.7 CSLL	34.025,5	34.025,5	34.025,5	34.025,5	0,0	0,0
I.1.8 CMF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.9 CIDE Combustíveis	2.684,8	2.684,8	2.684,8	2.684,8	0,0	0,0
I.1.10 Outras	5.644,5	5.644,5	5.644,5	5.644,5	0,0	0,0
I.2 - Incentivos Fiscais	-10,5	-10,5	-10,5	-10,5	0,0	0,0
I.3 - Arrecadação líquida para o RGPS	142.331,8	142.331,8	142.331,8	142.331,8	0,0	0,0
I.4 - Receita Não Administrada pela RFB	61.922,7	61.922,7	61.922,7	61.922,7	0,0	0,0
I.4.1 Concessões e Permissões	13.328,2	13.328,2	13.328,2	13.328,2	0,0	0,0
I.4.2 Dividendos e Participações	94,3	94,3	94,3	94,3	0,0	0,0
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	451,8	451,8	451,8	451,8	0,0	0,0
I.4.4 Contribuição de Compensação Financeiras	9.312,8	9.312,8	9.312,8	9.312,8	0,0	0,0
I.4.5 Receitas Proprias (fontes 50, 81 e 82)	5.488,7	5.488,7	5.488,7	5.488,7	0,0	0,0
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	8.821,1	8.821,1	8.821,1	8.821,1	0,0	0,0
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	2.243,0	2.243,0	2.243,0	2.243,0	0,0	0,0
I.4.8 Operações com Ativos	208,2	208,2	208,2	208,2	0,0	0,0
I.4.9 Demais Receitas	17.201,1	17.201,1	17.201,1	17.201,1	0,0	0,0
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>88.534,4</b>	<b>88.534,4</b>	<b>88.534,4</b>	<b>88.534,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
II.1 FPM / FPE / IPFEE	72.910,7	72.910,7	72.910,7	72.910,7	0,0	0,0
II.2 Fundos Constitucionais	3.109,1	3.109,1	3.109,1	3.109,1	0,0	0,0
II.2.1 Repasse Total	4.840,0	4.840,0	4.840,0	4.840,0	0,0	0,0
II.2.2 Superint. dos Fundos	1.730,8	1.730,8	1.730,8	1.730,8	0,0	0,0
II.3 Contribuição do Salário Educação	5.285,6	5.285,6	5.285,6	5.285,6	0,0	0,0
II.4 Compensação Financeiras	6.394,5	6.394,5	6.394,5	6.394,5	0,0	0,0
II.5 CIDE - Combustíveis	735,0	735,0	735,0	735,0	0,0	0,0
II.6 Demais	214,5	214,5	214,5	214,5	0,0	0,0
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>457.393,1</b>	<b>457.393,1</b>	<b>457.393,1</b>	<b>457.393,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
IV. DESPESA TOTAL	192.040,0	192.040,0	192.040,0	192.040,0	0,0	0,0
IV.1 Benefícios Previdenciários	84.816,6	84.816,6	84.816,6	84.816,6	0,0	0,0
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	14.679,8	14.679,8	14.679,8	14.679,8	0,0	0,0
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.133,9	14.133,9	14.133,9	14.133,9	0,0	0,0
IV.3.1 Apos. e Seguro Desemprego	25.350,0	25.350,0	25.350,0	25.350,0	0,0	0,0
IV.3.2 Anistias	1.003,0	1.003,0	1.003,0	1.003,0	0,0	0,0
IV.3.3 Apoio Fin. FE/MN	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.4 Auxílio CDE	138,3	138,3	138,3	138,3	0,0	0,0
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	219,7	219,7	219,7	219,7	0,0	0,0
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	20.178,7	20.178,7	20.178,7	20.178,7	0,0	0,0
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	2.092,0	2.092,0	2.092,0	2.092,0	0,0	0,0
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	10.040,8	10.040,8	10.040,8	10.040,8	0,0	0,0
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	90,5	90,5	90,5	90,5	0,0	0,0
IV.3.10 Convênios	68,2	68,2	68,2	68,2	0,0	0,0
IV.3.11 Doações	115,8	115,8	115,8	115,8	0,0	0,0
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	682,2	682,2	682,2	682,2	0,0	0,0
IV.3.13 FUNDEF (Complem. União)	6.812,3	6.812,3	6.812,3	6.812,3	0,0	0,0
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	426,0	426,0	426,0	426,0	0,0	0,0
IV.3.15 FUD/PM	2.120,3	2.120,3	2.120,3	2.120,3	0,0	0,0
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.18 Resarc. EV/Mun. Com. Fossis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	562,2	562,2	562,2	562,2	0,0	0,0
IV.3.20 Subsidios, Subvenções e Projeito	12.988,4	12.988,4	12.988,4	12.988,4	0,0	0,0
IV.3.21 Transferências ANA	10,9	10,9	10,9	10,9	0,0	0,0
IV.3.22 Transferências ANEL	105.719,9	105.719,9	105.719,9	105.719,9	0,0	0,0
IV.4 Despesas Disciplinares - Todos os Poderes	16.465,9	16.465,9	16.465,9	16.465,9	0,0	0,0
IV.4.1 PAC	8.972,2	8.972,2	8.972,2	8.972,2	0,0	0,0
IV.4.2 Demais Poder Executivo	7.493,7	7.493,7	7.493,7	7.493,7	0,0	0,0
IV.4.3 Emissões de TDA	84.383,5	84.383,5	84.383,5	84.383,5	0,0	0,0
IV.4.4 LEU/MPU	4.831,4	4.831,4	4.831,4	4.831,4	0,0	0,0
<b>V. FUNDO SOBRANO DO BRASIL</b>	<b>-23.715,2</b>	<b>-23.715,2</b>	<b>-23.715,2</b>	<b>-23.715,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VII. AJUSTE METODOLÓGICO</b>	<b>2.001,9</b>	<b>2.001,9</b>	<b>2.001,9</b>	<b>2.001,9</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VIII. DISCREPANCIA ESTADISTICA</b>	<b>-23.390,7</b>	<b>-23.390,7</b>	<b>-23.390,7</b>	<b>-23.390,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>-110.146,7</b>	<b>-110.146,7</b>	<b>-110.146,7</b>	<b>-110.146,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-133.887,4</b>	<b>-133.887,4</b>	<b>-133.887,4</b>	<b>-133.887,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-244.034,1</b>	<b>-244.034,1</b>	<b>-244.034,1</b>	<b>-244.034,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2016		2017		Diferença	Variação (%)
	An-Mai	Jun-Mai/16	An-Mai	Jun-Mai/17		
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>572.621,1</b>	<b>572.621,1</b>	<b>586.014,3</b>	<b>586.014,3</b>	<b>9.764,7</b>	<b>1,7%</b>
I.1 - Receita Administrada pela RFB	358.043,2	358.043,2	356.014,3	356.014,3	-2.028,4	-0,6%
I.1.1 Imposto de Importação	14.048,8	14.048,8	12.304,7	12.304,7	-1.744,1	-12,4%
I.1.2 IP	18.182,5	18.182,5	17.006,0	17.006,0	-1.176,5	-6,5%
I.1.3 Imposto de Renda	151.920,6	151.920,6	158.010,4	158.010,4	6.089,8	4,0%
I.1.4 IOF	14.782,0	14.782,0	14.221,6	14.221,6	-560,3	-3,8%
I.1.5 COFINS	90.856,6	90.856,6	84.935,1	84.935,1	-5.921,5	-6,5%
I.1.6 PIS/PASEP	23.867,9	23.867,9	23.867,9	23.867,9	0,0	0,0%
I.1.7 CSLL	35.819,5	35.819,5	35.819,5	35.819,5	0,0	0,0%
I.1.8 CMF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
I.1.9 CIDE Combustíveis	2.846,0	2.846,0	2.385,1	2.385,1	-460,7	-16,2%
I.1.10 Outras	5.941,6	5.941,6	7.608,6	7.608,6	1.667,1	28,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	-11,0	-11,0	-17,4	-17,4	-6,4	-58,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	149.412,8	149.412,8	145.016,9	145.016,9	-4.395,9	-2,9%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	61.167,4	61.167,4	61.167,4	61.167,4	0,0	0,0%
I.4.1 Concessões e Permissões	14.165,9	14.165,9	24.228,2	24.228,2	10.062,3	71,0%
I.4.2 Dividendos e Participações	830,2	830,2	232,8	232,8	-597,4	-72,0%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.767,9	4.767,9	5.121,1	5.121,1	353,1	7,4%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	9.793,2	9.793,2	16.663,6	16.663,6	6.870,4	70,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	5.730,4	5.730,4	5.805,0	5.805,0	74,6	1,3%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	9.381,4	9.381,4	9.251,5	9.251,5	-329,8	-3,5%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	2.355,6	2.355,6	1.790,2	1.790,2	-565,4	-24,0%
I.4.8 Operações com Ativos	217,2	217,2	423,1	423,1	205,9	94,8%
I.4.9 Demais Receitas	18.054,4	18.054,4	17.594,4	17.594,4	-460,0	-2,5%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>91.051,8</b>	<b>91.051,8</b>	<b>98.597,3</b>	<b>98.597,3</b>	<b>7.545,5</b>	<b>8,3%</b>
II.1 FPM / FPE / IPFEE	76.539,9	76.539,9	76.539,9	76.539,9	0,0	0,0%
II.2 Fundos Constitucionais	3.258,5	3.258,5	3.495,7	3.495,7	237,2	7,3%
II.2.1 Repasse Total	5.084,9	5.084,9	5.258,2	5.258,2	173,3	3,4%
II.2.2 Superint. dos Fundos	1.826,4	1.826,4	1.818,5	1.818,5	-7,9	-0,4%
II.3 Contribuição do Salário Educação	5.824,8	5.824,8	5.471,4	5.471,4	-353,4	-6,1%
II.4 Compensação Financeiras	6.114,5	6.114,5	10.116,5	10.116,5	4.002,0	65,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	726,0	726,0	826,4	826,4	100,4	13,8%
II.6 Demais	216,3	216,3	382,4	382,4	166,1	76,8%
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>481.569,3</b>	<b>481.569,3</b>	<b>487.417,0</b>	<b>487.417,0</b>	<b>5.847,7</b>	<b>1,2%</b>
IV. DESPESA TOTAL	216.048,3	216.048,3	216.048,3	216.048,3	0,0	0,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	103.126,1	103.126,1	115.245,9	115.245,9	12.119,8	11,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	18.451,8	18.451,8	16.411,4	16.411,4	-2.040,4	-11,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	26.930,8	26.930,8	24.704,0	24.704,0	-2.226,8	-8,3%
IV.3.1 Apos. e Seguro Desemprego	105,2	105,2	80,8	80,8	-24,4	-23,2%
IV.3.2 Anistias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
IV.3.3 Apoio Fin. FE/MN	165,6	165,6	0,0	0,0	-165,6	-100,0%
IV.3.4 Auxílio CDE	230,6	230,6	245,1	245,1	14,5	6,3%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	21.821,9	21.821,9	22.321,1	22.321,1	500,2	2,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	2.355,8	2.355,8	1.790,2	1.790,2	-565,6	-24,0%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	2.204,6	2.204,6	367,9	367,9	-1.836,7	-83,3%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	95,1	95,1	706,3	706,3	611,2	643,7%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	72,4	72,4	75,6	75,6	3,2	4,4%
IV.3.10 Convênios	121,2	121,2	24,6	24,6	-96,6	-79,3%
IV.3.11 Doações	7.651,5	7.651,5	6.646,0	6.646,0	-1.005,5	-13,1%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	47,3	47,3	610,3	610,3	563,0	1.188,3%
IV.3.13 FUNDEF (Complem. União)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	2.313,4	2.313,4	816,6	816,6	-1.496,8	-64,7%
IV.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
IV.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
IV.3.17 Resarc. EV/Mun. Com. Fossis	0,0	0,0	1.250,9	1.250,9	1.250,9	100,0%
IV.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	13.804,2	13.804,2	9.679,3	9.679,3	-4.124,9	-29,9%
IV.3.19 Subsidios, Subvenções e Projeito	115,8	115,8	103,4	103,4	-12,4	-10,7%
IV.3.20 Transferências ANA	157,2	157,2	382,7	382,7	225,5	143,5%
IV.3.21 Transferências ANEL	11.061,1	11.061,1	9.115,0	9.115,0	-1.946,1	-17,6%
IV.4 Despesas Disciplinares - Todos os Poderes	2.695,6	2.695,6	8.051,9	8.051,9	5.356,3	198,7%
IV.4.1 PAC	81,2	81,2	0,0	0,0	-81,2	-100,0%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	88.624,8	88.624,8	78.860,7	78.860,7	-9.764,1	-11,0%
IV.4.3 Emissões de TDA	5.057,9	5.057,9	4.200,4	4.200,4	-857,5	-17,1%
IV.4.4 LEU/MPU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
<b>V. FUNDO SOBRANO DO BRASIL</b>	<b>-24.656,0</b>	<b>-24.656,0</b>	<b>-34.951,4</b>	<b>-34.951,4</b>	<b>-10.295,4</b>	<b>-41,8%</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>2.095,8</b>	<b>2.095,8</b>	<b>1.785,3</b>	<b>1.785,3</b>	<b>-310,5</b>	<b>-14,8%</b>
<b>VII. AJUSTE METODOLÓGICO</b>	<b>-24.347,5</b>	<b>-24.347,5</b>	<b>-24.347,5</b>	<b>-24.347,5</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-115.855,2</b>	<b>-115.855,2</b>	<b>-115.855,2</b>	<b>-115.855,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>-140.197,8</b>	<b>-140.197,8</b>	<b>-140.197,8</b>	<b>-140.197,8</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-140.197,8</b>	<b>-140.197,8</b>	<b>-140.197,8</b>	<b>-140.197,8</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-280.395,6</b>	<b>-280.395,6</b>	<b>-280.395,6</b>	<b>-280.395,6</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>

Tabela 2.1 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - A Presto Contantes

Discriminação		2016		2017		Diferença		Variação (%)	
		Mai	Jun	Mai	Jun	Mai/17	Jun/17	Mai/17	Jun/17
<b>TESOURO NACIONAL</b>									
<b>I - RECEITA TOTAL</b>									
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>									
I.1.1	Imposto de Importação	58.313,3	77.408,3	77.097,7	126.997,7	18.784,4	49.589,4	32,4%	64,1%
I.1.2	IP - Fumo	3.500,0	3.500,0	3.500,0	3.500,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.2.1	IP - Fumo	3.500,0	3.500,0	3.500,0	3.500,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.2.2	IP - Bebidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.2.3	IP - Automóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.2.4	IP - Veículos de Importação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.2.5	IP - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.3	Imposto de Renda	1.512,5	1.512,5	1.512,5	1.512,5	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.3.1	IR - Pessoa Física	1.512,5	1.512,5	1.512,5	1.512,5	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.3.2	IR - Pessoa Jurídica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.3.3	IR - Rendimentos do Trabalho	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.3.4	IR - Rendimentos do Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.3.5	IR - Outros Rendimentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.4	IOF	2.800,0	3.376,0	3.376,0	3.376,0	576,0	576,0	20,6%	17,1%
I.1.5	COFINS	17.992,0	17.992,0	17.992,0	17.992,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.6	PIS/PASEP	4.696,2	4.696,2	4.696,2	4.696,2	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.7	CSSL	4.786,3	6.906,4	6.906,4	6.906,4	2.120,1	2.120,1	44,3%	44,3%
I.1.8	CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.9	CIDE Combustíveis	806,6	806,6	806,6	806,6	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.2	Incentivos Fiscais	-137,6	896,5	896,5	896,5	1.034,1	1.034,1	-75,2%	75,2%
I.3	Arrecadação Líquida para o RGPS	28.248,4	31.152,3	31.152,3	31.152,3	2.903,9	2.903,9	10,3%	10,3%
I.3.1	Rural	28.248,4	31.152,3	31.152,3	31.152,3	2.903,9	2.903,9	10,3%	10,3%
I.3.2	Urbana	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.4	Receitas Não Administradas pela RFB	9.412,2	17.576,5	17.576,5	17.576,5	8.164,3	8.164,3	86,7%	86,7%
I.4.1	Concessões e Permissões	462,8	1.469,7	1.469,7	1.469,7	1.006,9	1.006,9	217,6%	217,6%
I.4.2	Dividendos e Participações	152,2	222,0	222,0	222,0	66,8	66,8	43,9%	43,9%
I.4.3	Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	936,0	1.026,1	1.026,1	1.026,1	90,1	90,1	9,6%	9,6%
I.4.4	Cota-Parte de Contribuições Financeiras	2.172,8	5.810,9	5.810,9	5.810,9	3.638,1	3.638,1	167,4%	167,4%
I.4.5	Receitas Próprias (fontes 50.81 e 82)	1.156,6	1.241,0	1.241,0	1.241,0	84,4	84,4	7,3%	7,3%
I.4.6	Contribuição do Salário Educação	1.537,3	1.569,1	1.569,1	1.569,1	31,8	31,8	2,1%	2,1%
I.4.7	Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	492,0	0,0	0,0	0,0	-492,0	0,0	-100,0%	0,0%
I.4.8	Operações com Ativos	69,6	75,5	75,5	75,5	5,9	5,9	8,5%	8,5%
I.4.9	Demais Receitas	2.377,9	6.158,1	6.158,1	6.158,1	3.780,2	3.780,2	160,7%	160,7%
<b>II - RECEITAS DE RECEITA</b>									
<b>II.1 - FPM / FPE / IP-E</b>									
II.1.1	FPM / FPE / IP-E	17.072,4	17.072,4	17.072,4	17.072,4	0,0	0,0	0,0%	0,0%
<b>II.2 - Fundos Constitucionais</b>									
II.2.1	Repasso Total	664,1	664,1	664,1	664,1	0,0	0,0	0,0%	0,0%
II.2.2	Superavit dos Fundos	1.371,6	1.371,6	1.371,6	1.371,6	0,0	0,0	0,0%	0,0%
II.2.3	Contribuição do Salário Educação	471,5	471,5	471,5	471,5	0,0	0,0	0,0%	0,0%
II.4	Compensações Financeiras	9.921,1	9.921,1	9.921,1	9.921,1	0,0	0,0	0,0%	0,0%
II.5	CIDE - Combustíveis	1.539,4	1.539,4	1.539,4	1.539,4	0,0	0,0	0,0%	0,0%
II.6	Demais	76.786,5	76.786,5	76.786,5	76.786,5	0,0	0,0	0,0%	0,0%
<b>III - RECEITA LÍQUIDA (II-I)</b>									
III	Receita Líquida (II-I)	76.786,5	76.786,5	76.786,5	76.786,5	0,0	0,0	0,0%	0,0%

Tabela 2.1 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de Mai/17 - IPCA

Discriminação		2016		2017		Diferença		Variação (%)	
		Mai	Jun	Mai	Jun	Mai/17	Jun/17	Mai/17	Jun/17
<b>TESOURO NACIONAL</b>									
<b>I - RECEITA TOTAL</b>									
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>									
I.1.1	Imposto de Importação	60.515,2	77.546,3	77.546,3	126.997,7	16.031,1	49.451,4	26,5%	64,1%
I.1.2	IP	3.273,5	3.273,5	3.273,5	3.273,5	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.2.1	IP - Fumo	3.273,5	3.273,5	3.273,5	3.273,5	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.2.2	IP - Bebidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.2.3	IP - Automóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.2.4	IP - Veículos de Importação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.2.5	IP - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.3	Imposto de Renda	1.512,5	1.512,5	1.512,5	1.512,5	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.3.1	IR - Pessoa Física	1.512,5	1.512,5	1.512,5	1.512,5	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.3.2	IR - Pessoa Jurídica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.3.3	IR - Rendimentos do Trabalho	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.3.4	IR - Rendimentos do Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.3.5	IR - Outros Rendimentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.4	IOF	2.800,0	3.386,4	3.386,4	3.386,4	586,4	586,4	21,0%	21,0%
I.1.5	COFINS	17.992,0	17.992,0	17.992,0	17.992,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.6	PIS/PASEP	4.696,2	4.696,2	4.696,2	4.696,2	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.7	CSSL	4.786,3	6.927,8	6.927,8	6.927,8	2.141,5	2.141,5	44,8%	44,8%
I.1.8	CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.1.9	CIDE Combustíveis	806,6	806,6	806,6	806,6	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.2	Incentivos Fiscais	-137,6	896,5	896,5	896,5	1.034,1	1.034,1	-75,2%	75,2%
I.3	Arrecadação Líquida para o RGPS	28.248,4	31.238,8	31.238,8	31.238,8	2.990,4	2.990,4	10,6%	10,6%
I.3.1	Rural	28.248,4	31.238,8	31.238,8	31.238,8	2.990,4	2.990,4	10,6%	10,6%
I.3.2	Urbana	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
I.4	Receitas Não Administradas pela RFB	9.770,5	17.631,0	17.631,0	17.631,0	7.860,5	7.860,5	80,5%	80,5%
I.4.1	Concessões e Permissões	479,4	1.474,2	1.474,2	1.474,2	994,8	994,8	207,7%	207,7%
I.4.2	Dividendos e Participações	202,2	222,7	222,7	222,7	20,5	20,5	10,1%	10,1%
I.4.3	Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	959,6	1.029,3	1.029,3	1.029,3	69,7	69,7	7,3%	7,3%
I.4.4	Cota-Parte de Contribuições Financeiras	2.520,0	5.829,0	5.829,0	5.829,0	3.309,0	3.309,0	131,3%	131,3%
I.4.5	Receitas Próprias (fontes 50.81 e 82)	1.299,7	1.244,8	1.244,8	1.244,8	-54,9	-54,9	-4,2%	-4,2%
I.4.6	Contribuição do Salário Educação	1.582,2	1.573,9	1.573,9	1.573,9	-8,3	-8,3	-0,5%	-0,5%
I.4.7	Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	492,0	0,0	0,0	0,0	-492,0	0,0	-100,0%	0,0%
I.4.8	Operações com Ativos	72,1	79,8	79,8	79,8	7,7	7,7	10,7%	10,7%
I.4.9	Demais Receitas	2.463,4	6.177,2	6.177,2	6.177,2	3.713,8	3.713,8	150,8%	150,8%
<b>II - RECEITAS DE RECEITA</b>									
<b>II.1 - FPM / FPE / IP-E</b>									
II.1.1	FPM / FPE / IP-E	17.072,4	17.072,4	17.072,4	17.072,4	0,0	0,0	0,0%	0,0%
<b>II.2 - Fundos Constitucionais</b>									
II.2.1	Repasso Total	682,6	682,6	682,6	682,6	0,0	0,0	0,0%	0,0%
II.2.2	Superavit dos Fundos	1.178,5	1.178,5	1.178,5	1.178,5	0,0	0,0	0,0%	0,0%
II.2.3	Contribuição do Salário Educação	483,5	483,5	483,5	483,5	0,0	0,0	0,0%	0,0%
II.4	Compensações Financeiras	9.951,3	9.951,3	9.951,3	9.951,3	0,0	0,0	0,0%	0,0%
II.5	CIDE - Combustíveis	1.574,0	1.574,0	1.574,0	1.574,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
II.6	Demais	76.786,5	76.786,5	76.786,5	76.786,5	0,0	0,0	0,0%	0,0%
<b>III - RECEITA LÍQUIDA (II-I)</b>									
III	Receita Líquida (II-I)	76.786,5	76.786,5	76.786,5	76.786,5	0,0	0,0	0,0%	0,0%

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - A Preço Correntes

Discriminação	2016		2017		Diferença		Variação (%)
	Jan-Mai	Jan-Mai/16	Jan-Mai	Jan-Mai/17	Jan-Mai/16	Jan-Mai/17	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	544.917,8	556.921,0	556.921,0	556.921,0	12.003,2	12.003,2	2,2%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	340.683,6	340.093,7	340.093,7	340.093,7	-589,1	-589,1	-0,2%
I.1.1 - Imposto de Importação	13.372,6	12.244,3	12.244,3	12.244,3	-1.128,3	-1.128,3	-8,4%
I.1.2 - IPI	17.307,5	17.583,3	17.583,3	17.583,3	276,8	276,8	1,6%
I.1.2.1 - IPI - Fumo	2.989,0	2.962,2	2.962,2	2.962,2	-26,8	-26,8	-0,9%
I.1.2.2 - IPI - Bebidas	1.005,3	1.159,8	1.159,8	1.159,8	154,5	154,5	15,3%
I.1.2.3 - IPI - Automóveis	1.574,8	1.674,0	1.674,0	1.674,0	99,2	99,2	6,3%
I.1.2.4 - IPI - Veículos de Importação	5.679,3	5.206,8	5.206,8	5.206,8	-472,5	-472,5	-8,3%
I.1.2.5 - IPI - Outros	6.099,3	7.431,6	7.431,6	7.431,6	1.332,3	1.332,3	21,8%
I.1.3 - Imposto de Renda	144.504,9	137.734,2	137.734,2	137.734,2	-6.770,7	-6.770,7	-4,7%
I.1.3.1 - I.R. - Pessoa Física	34.666,9	16.453,2	16.453,2	16.453,2	-18.213,7	-18.213,7	-52,5%
I.1.3.2 - I.R. - Pessoa Jurídica	54.516,5	58.241,1	58.241,1	58.241,1	3.724,6	3.724,6	6,8%
I.1.3.3 - I.R. - Retido na Fonte	75.301,5	83.039,9	83.039,9	83.039,9	7.738,4	7.738,4	10,3%
I.1.3.3.1 - IRRF - Rendimentos do Trabalho	42.326,5	47.056,6	47.056,6	47.056,6	4.730,1	4.730,1	11,2%
I.1.3.3.2 - IRRF - Rendimentos do Capital	18.863,3	19.990,7	19.990,7	19.990,7	1.127,3	1.127,3	6,0%
I.1.3.3.3 - IRRF - Remessas ao Exterior	9.833,3	11.718,9	11.718,9	11.718,9	1.885,6	1.885,6	19,2%
I.1.3.3.4 - IRRF - Outros Rendimentos	4.278,3	4.273,7	4.273,7	4.273,7	-4,6	-4,6	-0,1%
I.1.4 - IOF	14.075,3	14.150,8	14.150,8	14.150,8	75,5	75,5	0,5%
I.1.5 - COFINS	86.057,8	84.505,4	84.505,4	84.505,4	-1.552,4	-1.552,4	-1,8%
I.1.6 - PIS/PASEP	23.010,7	23.170,3	23.170,3	23.170,3	159,7	159,7	0,7%
I.1.7 - CSLL	34.025,5	34.820,5	34.820,5	34.820,5	794,9	794,9	2,3%
I.1.8 - CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
I.1.9 - CIDE Combustíveis	2.864,8	2.373,4	2.373,4	2.373,4	-491,4	-491,4	-17,2%
I.1.10 - Outras	5.644,5	7.576,4	7.576,4	7.576,4	1.931,9	1.931,9	34,2%
I.2 - Incentivos Fiscais	-10,5	-17,4	-17,4	-17,4	-6,9	-6,9	-66,1%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	142.331,8	144.987,1	144.987,1	144.987,1	2.655,3	2.655,3	1,9%
I.3.1 - Urbana	139.146,9	141.693,0	141.693,0	141.693,0	2.546,1	2.546,1	1,8%
I.3.2 - Rural	3.184,9	3.294,1	3.294,1	3.294,1	109,2	109,2	3,4%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	61.912,7	60.857,6	60.857,6	60.857,6	-1.055,0	-1.055,0	-1,7%
I.4.1 - Concessões e Permissões	13.328,2	2.433,5	2.433,5	2.433,5	-10.894,7	-10.894,7	-81,7%
I.4.2 - Dividendos e Participações	794,3	2.334,8	2.334,8	2.334,8	1.540,5	1.540,5	191,0%
I.4.3 - Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.541,7	5.056,6	5.056,6	5.056,6	514,9	514,9	12,2%
I.4.4 - Cota-Parte de Compensações Financeiras	9.312,8	16.567,6	16.567,6	16.567,6	7.254,8	7.254,8	77,9%
I.4.5 - Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	5.435,7	5.789,4	5.789,4	5.789,4	353,7	353,7	6,5%
I.4.6 - Contribuição do Salário Educação	8.625,1	8.972,4	8.972,4	8.972,4	347,3	347,3	4,0%
I.4.7 - Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	2.245,6	1.783,2	1.783,2	1.783,2	-462,4	-462,4	-20,6%
I.4.8 - Operações com Ativos	208,2	420,9	420,9	420,9	212,7	212,7	102,2%
I.4.9 - Demais Receitas	17.201,1	17.511,3	17.511,3	17.511,3	310,2	310,2	1,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	88.834,4	78.502,2	78.502,2	78.502,2	-10.332,2	-10.332,2	-11,6%
II.1 - FPM / FPE / IPHE	72.500,7	78.502,2	78.502,2	78.502,2	5.999,5	5.999,5	8,3%
II.2 - Fundos Constitucionais	3.104,1	5.233,0	5.233,0	5.233,0	2.128,9	2.128,9	68,6%
II.2.1 - Repasse Total	3.104,1	5.233,0	5.233,0	5.233,0	2.128,9	2.128,9	68,6%
II.2.2 - Superavit dos Fundos	5.233,0	5.233,0	5.233,0	5.233,0	0,0	0,0	0,0%
II.3 - Contribuição do Salário Educação	5.233,0	5.233,0	5.233,0	5.233,0	0,0	0,0	0,0%
II.4 - Compensações Financeiras	6.384,5	10.075,0	10.075,0	10.075,0	3.690,5	3.690,5	57,8%
II.5 - CIDE - Combustíveis	714,5	829,9	829,9	829,9	115,4	115,4	16,1%
II.6 - Demais	214,5	281,2	281,2	281,2	66,7	66,7	31,1%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	456.283,1	461.915,8	461.915,8	461.915,8	5.632,7	5.632,7	1,2%

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores de mai/17 - IPCA

Discriminação	2016		2017		Diferença		Variação (%)
	Jan-Mai	Jan-Mai/16	Jan-Mai	Jan-Mai/17	Jan-Mai/16	Jan-Mai/17	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	572.621,1	558.043,2	558.043,2	558.043,2	-14.577,9	-14.577,9	-2,5%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	358.014,8	358.014,8	358.014,8	358.014,8	0,0	0,0	0,0%
I.1.1 - Imposto de Importação	12.304,7	12.304,7	12.304,7	12.304,7	0,0	0,0	0,0%
I.1.2 - IPI	17.606,0	17.606,0	17.606,0	17.606,0	0,0	0,0	0,0%
I.1.2.1 - IPI - Fumo	2.014,9	2.014,9	2.014,9	2.014,9	0,0	0,0	0,0%
I.1.2.2 - IPI - Bebidas	1.054,8	1.054,8	1.054,8	1.054,8	0,0	0,0	0,0%
I.1.2.3 - IPI - Automóveis	1.649,2	1.649,2	1.649,2	1.649,2	0,0	0,0	0,0%
I.1.2.4 - IPI - Veículos de Importação	5.964,2	5.964,2	5.964,2	5.964,2	0,0	0,0	0,0%
I.1.2.5 - IPI - Outros	6.378,9	6.378,9	6.378,9	6.378,9	0,0	0,0	0,0%
I.1.3 - Imposto de Renda	151.920,6	151.920,6	151.920,6	151.920,6	0,0	0,0	0,0%
I.1.3.1 - I.R. - Pessoa Física	15.366,6	15.366,6	15.366,6	15.366,6	0,0	0,0	0,0%
I.1.3.2 - I.R. - Pessoa Jurídica	57.428,0	57.428,0	57.428,0	57.428,0	0,0	0,0	0,0%
I.1.3.3 - I.R. - Retido na Fonte	79.126,0	79.126,0	79.126,0	79.126,0	0,0	0,0	0,0%
I.1.3.3.1 - IRRF - Rendimentos do Trabalho	44.468,4	44.468,4	44.468,4	44.468,4	0,0	0,0	0,0%
I.1.3.3.2 - IRRF - Rendimentos do Capital	19.823,4	19.823,4	19.823,4	19.823,4	0,0	0,0	0,0%
I.1.3.3.3 - IRRF - Remessas ao Exterior	11.782,7	11.782,7	11.782,7	11.782,7	0,0	0,0	0,0%
I.1.3.3.4 - IRRF - Outros Rendimentos	4.455,9	4.455,9	4.455,9	4.455,9	0,0	0,0	0,0%
I.1.4 - IOF	14.221,6	14.221,6	14.221,6	14.221,6	0,0	0,0	0,0%
I.1.5 - COFINS	84.935,1	84.935,1	84.935,1	84.935,1	0,0	0,0	0,0%
I.1.6 - PIS/PASEP	23.285,5	23.285,5	23.285,5	23.285,5	0,0	0,0	0,0%
I.1.7 - CSLL	35.047,8	35.047,8	35.047,8	35.047,8	0,0	0,0	0,0%
I.1.8 - CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
I.1.9 - CIDE Combustíveis	2.844,8	2.844,8	2.844,8	2.844,8	0,0	0,0	0,0%
I.1.10 - Outras	5.941,6	5.941,6	5.941,6	5.941,6	0,0	0,0	0,0%
I.2 - Incentivos Fiscais	-17,4	-17,4	-17,4	-17,4	0,0	0,0	0,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	146.691,6	146.691,6	146.691,6	146.691,6	0,0	0,0	0,0%
I.3.1 - Urbana	142.382,4	142.382,4	142.382,4	142.382,4	0,0	0,0	0,0%
I.3.2 - Rural	3.309,2	3.309,2	3.309,2	3.309,2	0,0	0,0	0,0%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	61.167,4	61.167,4	61.167,4	61.167,4	0,0	0,0	0,0%
I.4.1 - Concessões e Permissões	830,2	830,2	830,2	830,2	0,0	0,0	0,0%
I.4.2 - Dividendos e Participações	2.423,8	2.423,8	2.423,8	2.423,8	0,0	0,0	0,0%
I.4.3 - Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.767,9	4.767,9	4.767,9	4.767,9	0,0	0,0	0,0%
I.4.4 - Cota-Parte de Compensações Financeiras	9.753,2	9.753,2	9.753,2	9.753,2	0,0	0,0	0,0%
I.4.5 - Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	5.730,4	5.730,4	5.730,4	5.730,4	0,0	0,0	0,0%
I.4.6 - Contribuição do Salário Educação	9.281,4	9.281,4	9.281,4	9.281,4	0,0	0,0	0,0%
I.4.7 - Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	2.355,6	2.355,6	2.355,6	2.355,6	0,0	0,0	0,0%
I.4.8 - Operações com Ativos	217,2	217,2	217,2	217,2	0,0	0,0	0,0%
I.4.9 - Demais Receitas	18.054,4	18.054,4	18.054,4	18.054,4	0,0	0,0	0,0%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	93.031,8	93.031,8	93.031,8	93.031,8	0,0	0,0	0,0%
II.1 - FPM / FPE / IPHE	76.538,9	76.538,9	76.538,9	76.538,9	0,0	0,0	0,0%
II.2 - Fundos Constitucionais	3.258,9	3.258,9	3.258,9	3.258,9	0,0	0,0	0,0%
II.2.1 - Repasse Total	3.258,9	3.258,9	3.258,9	3.258,9	0,0	0,0	0,0%
II.2.2 - Superavit dos Fundos	1.836,4	1.836,4	1.836,4	1.836,4	0,0	0,0	0,0%
II.3 - Contribuição do Salário Educação	5.522,8	5.522,8	5.522,8	5.522,8	0,0	0,0	0,0%
II.4 - Compensações Financeiras	6.701,3	6.701,3	6.701,3	6.701,3	0,0	0,0	0,0%
II.5 - CIDE - Combustíveis	774,0	774,0	774,0	774,0	0,0	0,0	0,0%
II.6 - Demais	226,3	226,3	226,3	226,3	0,0	0,0	0,0%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	465.011,4	465.011,4	465.011,4	465.011,4	0,0	0,0	0,0%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - A Preço Correntes

Discriminação	2016		2017		Diferença	Variação (%)		Diferença	Variação (%)	
	Maio	Abril	Maio	Abril		Maio/17	Abril/17		Maio/17	Abril/17
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	196,2	222,8	220,7	222,8	24,5	12,5	12,5	12,5	12,5	12,5
Banco do Brasil	194,3	0,0	265,9	0,0	71,6	36,8%	0,0	71,6	36,8%	0,0
BNB	0,0	62,5	0,0	62,5	-100,0%	0,0	0,0	-100,0%	0,0	0,0
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IRB	0,0	49,0	0,0	49,0	-100,0%	0,0	0,0	-100,0%	0,0	0,0
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,9	110,5	54,8	110,5	-55,8	-50,5%	53,8	-55,8	-50,5%	53,8

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de mai/17 - IPCA

Discriminação	2016		2017		Diferença	Variação (%)		Diferença	Variação (%)	
	Maio	Abril	Maio	Abril		Maio/17	Abril/17		Maio/17	Abril/17
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	196,2	222,7	220,7	222,7	24,5	12,5	12,5	12,5	12,5	12,5
Banco do Brasil	194,3	0,0	265,9	0,0	71,6	36,8%	0,0	71,6	36,8%	0,0
BNB	0,0	62,7	0,0	62,7	-100,0%	0,0	0,0	-100,0%	0,0	0,0
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IRB	0,0	49,1	0,0	49,1	-100,0%	0,0	0,0	-100,0%	0,0	0,0
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,9	110,9	54,8	110,9	-56,1	-50,6%	53,8	-56,1	-50,6%	53,8

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - A Preço Correntes

Discriminação	2016		2017		Diferença	Variação (%)	
	Jan-Mai	Jan-Mai/16	Jan-Mai	Jan-Mai/17		Jan-Mai/17	Jan-Mai/16
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	794,3	2.314,8	1.520,5	1.520,5	1.520,5	191,4%	0,0
Banco do Brasil	468,8	408,4	60,4	60,4	-408,4	-100,0%	0,0
BNB	9,4	53,1	43,7	43,7	-44,3	-83,4%	0,0
BNDES	0,0	1.564,1	1.564,1	1.564,1	0,0	0,0%	0,0
Caixa	57,1	0,0	57,1	57,1	0,0	0,0%	0,0
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0
IRB	58,5	52,6	5,9	5,9	-52,6	-99,1%	0,0
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0
Demais	200,4	227,1	26,7	26,7	-173,4	-76,8%	0,0

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores de mai/17 - IPCA

Discriminação	2016		2017		Diferença	Variação (%)	
	Jan-Mai	Jan-Mai/16	Jan-Mai	Jan-Mai/17		Jan-Mai/17	Jan-Mai/16
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	830,2	2.323,8	1.493,6	1.493,6	1.493,6	179,9%	0,0
Banco do Brasil	489,5	409,0	80,5	80,5	-408,5	-100,0%	0,0
BNB	9,9	52,7	42,8	42,8	-42,9	-81,4%	0,0
BNDES	0,0	1.571,2	1.571,2	1.571,2	0,0	0,0%	0,0
Caixa	60,0	0,0	60,0	60,0	0,0	0,0%	0,0
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0
IRB	61,4	52,8	8,6	8,6	-52,8	-86,1%	0,0
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0
Demais	209,3	228,1	18,8	18,8	-190,5	-83,5%	0,0

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - A Preços Correntes

Categorias		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000
IV.1. Benefícios Previdenciários - Urbano	31.864,3	37.437,7	43.126,2	47.137,3	50.127,9	52.127,9	54.127,9	56.127,9	58.127,9	60.127,9	62.127,9	64.127,9	66.127,9	68.127,9	70.127,9	72.127,9	74.127,9	76.127,9	78.127,9	80.127,9	82.127,9	84.127,9	86.127,9	88.127,9	90.127,9	92.127,9	94.127,9	96.127,9	98.127,9	100.127,9	102.127,9	104.127,9	106.127,9	108.127,9	110.127,9	112.127,9	114.127,9	116.127,9	118.127,9	120.127,9	122.127,9	124.127,9	126.127,9	128.127,9	130.127,9	132.127,9	134.127,9	136.127,9	138.127,9	140.127,9	142.127,9	144.127,9	146.127,9	148.127,9	150.127,9	152.127,9	154.127,9	156.127,9	158.127,9	160.127,9	162.127,9	164.127,9	166.127,9	168.127,9	170.127,9	172.127,9	174.127,9	176.127,9	178.127,9	180.127,9	182.127,9	184.127,9	186.127,9	188.127,9	190.127,9	192.127,9	194.127,9	196.127,9	198.127,9	200.127,9	202.127,9	204.127,9	206.127,9	208.127,9	210.127,9	212.127,9	214.127,9	216.127,9	218.127,9	220.127,9	222.127,9	224.127,9	226.127,9	228.127,9	230.127,9	232.127,9	234.127,9	236.127,9	238.127,9	240.127,9	242.127,9	244.127,9	246.127,9	248.127,9	250.127,9	252.127,9	254.127,9	256.127,9	258.127,9	260.127,9	262.127,9	264.127,9	266.127,9	268.127,9	270.127,9	272.127,9	274.127,9	276.127,9	278.127,9	280.127,9	282.127,9	284.127,9	286.127,9	288.127,9	290.127,9	292.127,9	294.127,9	296.127,9	298.127,9	300.127,9	302.127,9	304.127,9	306.127,9	308.127,9	310.127,9	312.127,9	314.127,9	316.127,9	318.127,9	320.127,9	322.127,9	324.127,9	326.127,9	328.127,9	330.127,9	332.127,9	334.127,9	336.127,9	338.127,9	340.127,9	342.127,9	344.127,9	346.127,9	348.127,9	350.127,9	352.127,9	354.127,9	356.127,9	358.127,9	360.127,9	362.127,9	364.127,9	366.127,9	368.127,9	370.127,9	372.127,9	374.127,9	376.127,9	378.127,9	380.127,9	382.127,9	384.127,9	386.127,9	388.127,9	390.127,9	392.127,9	394.127,9	396.127,9	398.127,9	400.127,9	402.127,9	404.127,9	406.127,9	408.127,9	410.127,9	412.127,9	414.127,9	416.127,9	418.127,9	420.127,9	422.127,9	424.127,9	426.127,9	428.127,9	430.127,9	432.127,9	434.127,9	436.127,9	438.127,9	440.127,9	442.127,9	444.127,9	446.127,9	448.127,9	450.127,9	452.127,9	454.127,9	456.127,9	458.127,9	460.127,9	462.127,9	464.127,9	466.127,9	468.127,9	470.127,9	472.127,9	474.127,9	476.127,9	478.127,9	480.127,9	482.127,9	484.127,9	486.127,9	488.127,9	490.127,9	492.127,9	494.127,9	496.127,9	498.127,9	500.127,9	502.127,9	504.127,9	506.127,9	508.127,9	510.127,9	512.127,9	514.127,9	516.127,9	518.127,9	520.127,9	522.127,9	524.127,9	526.127,9	528.127,9	530.127,9	532.127,9	534.127,9	536.127,9	538.127,9	540.127,9	542.127,9																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															

**Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano**

IV. DESPESA TOTAL	2016		2017		Diferença	Variação (%)
	Jan./Jun.	Jul./Dez.	Jan./Jun.	Jul./Dez.		
IV.1 Benefícios Previdenciários	135.002,0	135.002,0	456.393,3	456.393,3	321.391,3	238,8%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbanos	135.002,0	135.002,0	456.393,3	456.393,3	321.391,3	238,8%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rurais	2.283,1	2.283,1	5.786,0	5.786,0	3.502,9	153,4%
IV.2 Serviços Judiciais e Processuais	42.831,9	46.092,4	4.208,5	10,0%	10,0%	10,0%
IV.2.1 Serviços Judiciais e Processuais	42.831,9	46.092,4	4.208,5	10,0%	10,0%	10,0%
IV.2.2 Serviços Judiciais e Processuais	42.831,9	46.092,4	4.208,5	10,0%	10,0%	10,0%
IV.3 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.1 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.2 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.3 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.4 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.5 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.6 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.7 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.8 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.9 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.10 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.11 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.12 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.13 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.14 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.15 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.16 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.17 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.18 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.19 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.20 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.21 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.22 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.23 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.24 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.25 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.26 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.27 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.28 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.29 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.30 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.31 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.32 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.33 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.34 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.35 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.36 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.37 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.38 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.39 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.40 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.41 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.42 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.43 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.44 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.45 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.46 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.47 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.48 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.49 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.50 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.51 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.52 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.53 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.54 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.55 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.56 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.57 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.58 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.59 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.60 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.61 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.62 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.63 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.64 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.65 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.66 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.67 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.68 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.69 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.70 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.71 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.72 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.73 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.74 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.75 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.76 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.77 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.78 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.79 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.80 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.81 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.82 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.83 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.84 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.85 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.86 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.87 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.88 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.89 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.90 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.91 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.92 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.93 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.94 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.95 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.96 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.97 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.98 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.99 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.3.100 Despesas Indiretas e Prestitadas	98.183,5	116.679,4	116.679,4	116.679,4	18.495,9	18,8%
IV.4 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.532,9	86.532,9	-39.196,0	-31,2%
IV.4.1 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.532,9	86.532,9	-39.196,0	-31,2%
IV.4.1.1 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.532,9	86.532,9	-39.196,0	-31,2%
IV.4.1.1.1 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.532,9	86.532,9	-39.196,0	-31,2%
IV.4.1.1.1.1 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.532,9	86.532,9	-39.196,0	-31,2%
IV.4.1.1.1.1.1 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.532,9	86.532,9	-39.196,0	-31,2%
IV.4.1.1.1.1.1.1 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.532,9	86.532,9	-39.196,0	-31,2%
IV.4.1.1.1.1.1.1.1 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.532,9	86.532,9	-39.196,0	-31,2%
IV.4.1.1.1.1.1.1.1.1 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.532,9	86.532,9	-39.196,0	-31,2%
IV.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.532,9	86.532,9	-39.196,0	-31,2%
IV.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.532,9	86.532,9	-39.196,0	-31,2%
IV.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.532,9	86.532,9	-39.196,0	-31,2%
IV.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.532,9	86.532,9	-39.196,0	-31,2%
IV.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.532,9	86.532,9	-39.196,0	-31,2%
IV.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 Despesas Administrativas	125.728,9	125.728,9	86.			

**Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano**  
R\$ Milhões - Valores de mai/17 - IPCA

	2016	2017	Diferença	variação (%)
Disseminação	Realizado	Realizado		2017/2016
IV. DESPESA TOTAL	504.252,3	489.380,3	-2.394,8	-0,47
IV.1 Despesa em Execução	151.993,8	151.993,8	0,0	0,00
IV.1.1 Despesa em Execução - Pessoal	151.993,8	151.993,8	0,0	0,00
IV.1.1.1 Despesa em Execução - Pessoal - Urbano	2.351,4	2.351,4	0,0	0,00
IV.1.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	44.897,1	46.715,8	1.818,7	4,05
IV.1.1.3 Benefícios Previdenciários e Precatórios	671,4	1.572,4	901,0	134,28
IV.1.2 Pensões e Encargos Sociais	103.178,1	111.245,9	8.067,8	7,82
IV.1.2.1 Pensões Judiciais e Precatórios	88.951,8	79.411,2	-9.540,6	-10,73
IV.1.2.2 Outras Despesas Obrigatórias	14.226,3	31.834,7	17.608,4	123,75
IV.1.3 Outras Despesas Obrigatórias	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.1 Despesa em Execução - Pessoal - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.2 Despesa em Execução - Pessoal - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.3 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.4 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.5 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.6 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.7 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.8 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.9 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.10 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.11 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.12 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.13 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.14 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.15 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.16 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.17 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.18 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.19 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.20 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.21 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.22 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.23 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.24 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.25 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.26 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.27 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.28 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.29 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.30 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.31 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.32 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.33 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.34 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.35 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.36 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.37 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.38 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.39 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.40 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.41 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.42 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.43 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.44 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.45 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.46 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.47 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.48 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.49 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.50 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.51 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.52 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.53 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.54 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.55 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.56 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.57 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.58 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.59 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.60 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.61 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.62 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.63 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.64 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.65 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.66 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.67 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.68 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.69 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.70 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.71 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.72 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.73 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.74 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.75 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.76 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.77 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.78 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.79 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.80 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.81 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.82 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.83 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Rural	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.84 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.85 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios - Urbano	10.000,0	10.000,0	0,0	0,00
IV.1.3.86 Despesa em Execução - Pessoal - Precatórios				



Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central I/ - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	2016		2017		Variação (%)
	Jan-Mai	Jun-Mai	Jan-Mai	Jun-Mai	
<b>1. RECEITAS ORÇAMENTAIS DO BACEN</b>	<b>245.575,7</b>	<b>78.928,0</b>	<b>183.747,7</b>	<b>-113.740,6</b>	<b>-47,5%</b>
Emissão de Títulos	35.923,3	24.192,7	-11.730,6	-	-
Remuneração das Disponibilidades	45.122,3	40.724,3	-4.398,0	-	-9,8%
Remuneração das Aplac. Financeiras dos Ugs	5.234,2	5.951,8	717,6	-	13,9%
Resultado do Banco Central	156.285,9	7.909,2	-148.376,7	-	-
<b>2. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>128.749,4</b>	<b>147.109,8</b>	<b>18.360,4</b>	<b>18.360,4</b>	<b>10,4%</b>
Resgate de Títulos	92.641,2	123.377,0	30.735,8	-	33,1%
Encargos da DPVF	36.108,3	18.782,8	-17.325,5	-	-48,0%
<b>3. RESULTADO (1 - 2)</b>	<b>115.826,3</b>	<b>-68.281,8</b>	<b>-177.108,1</b>	<b>-177.108,1</b>	<b>-155,6%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.  
I/ Valor ajustado pelo conceito de "liberação", que corresponde à disponibilização, por parte do STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Diferença do conceito de "pagamento efetivo" adotado para a demais tabela desta publicação por este último correspondente aos valores efetivamente cedidos à Conta Única por meio de emissão de CRLP.

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Anual  
R\$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	2016		2017		Variação (%)	
	Jan-Mai	Jun-Mai	Jan-Mai	Jun-Mai	Jan-Mai	Jun-Mai
<b>1. Dívida Líquida Líquida</b>	<b>1.187.415,6</b>	<b>2.532.135,2</b>	<b>2.532.135,2</b>	<b>34.782,0</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,3%</b>
Devedor em Poder do Público	2.544.166,9	4.130.564,2	4.130.564,2	6.872,2	0,2%	0,2%
LFT	734.126,2	962.763,2	962.763,2	18.207,7	1,3%	1,3%
LTN	655.956,2	770.639,6	770.639,6	28.513,2	3,3%	3,3%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8%
Dívida Socializada	7.830,7	8.118,9	8.118,9	288,2	3,7%	3,7%
Devedor em Poder do Público	1.604.324,0	1.604.324,0	1.604.324,0	-	-	-
LFT	259.197,4	406.183,3	406.183,3	146.985,9	57,1%	57,1%
LTN	379.955,1	393.647,0	393.647,0	13.691,9	3,6%	3,6%
LFTN	118.073,8	147.146,5	147.146,5	29.072,7	2,5%	2,5%
NTN-F	83.072,7	86.731,1	86.731,1	3.658,4	4,3%	4,3%
NTN-F	350.062,8	340.154,1	340.154,1	-9.908,7	-2,8%	-2,8



Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2015		2014 (2013)		Diferença		Variação (%)		Variação (%)
	Abri	Maio	Abri	Maio	Abri/13	Maio/13	Abri/13	Maio/13	
<b>1.1. Receita Administrada pela RFB</b>	<b>86.278,2</b>	<b>76.586,0</b>	<b>76.586,0</b>	<b>63.857,9</b>	<b>-16.700,2</b>	<b>-13.856,9</b>	<b>-21,8%</b>	<b>-21,8%</b>	<b>2,6%</b>
1.1.1. Imposto de Importação	2.276,6	2.238,8	2.238,8	2.653,7	388,4	414,9	17,4%	18,6%	3,0%
1.1.2. IPI	4.075,5	4.040,9	4.040,9	3.692,8	-348,1	-348,1	-8,6%	-8,6%	-9,5%
1.1.2.1. IPI - Fumo	976,1	488,6	488,6	425,0	-33,5	-33,5	-7,3%	-7,3%	-56,5%
1.1.2.2. IPI - Bebidas	219,7	221,2	221,2	199,3	-31,9	-31,9	-14,4%	-14,4%	-13,8%
1.1.2.3. IPI - Automóveis	253,3	483,1	483,1	1.060,8	202,4	202,4	43,7%	43,7%	3,3%
1.1.2.4. IPI - Vinculado a Importação	1.072,2	1.004,5	1.004,5	1.158,1	154,6	154,6	15,6%	15,6%	7,9%
1.1.2.5. IPI - Outros	1.157,6	1.157,6	1.157,6	1.157,6	0,0	0,0	0,0%	0,0%	3,3%
1.1.3. Imposto de Renda	22.236,0	28.653,8	28.653,8	24.193,6	-13.922,5	-13.922,5	-61,0%	-61,0%	6,6%
1.1.3.1. IR - Pessoa Física	2.032,6	8.439,6	8.439,6	3.116,1	-3.313,5	-3.313,5	-39,0%	-39,0%	8,5%
1.1.3.2. IR - Pessoa Jurídica	6.782,4	12.182,7	12.182,7	6.709,1	-5.973,6	-5.973,6	-88,0%	-88,0%	8,9%
1.1.3.3. IR - Retido na Fonte	13.600,0	17.441,4	17.441,4	14.805,6	-1.635,8	-1.635,8	-9,4%	-9,4%	13,7%
1.1.3.3.1. IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.802,3	9.722,4	9.722,4	8.975,4	-847,0	-847,0	-8,7%	-8,7%	4,5%
1.1.3.3.2. IRRF - Rendimentos do Capital	3.386,4	3.761,4	3.761,4	3.509,8	-251,7	-251,7	-6,7%	-6,7%	4,5%
1.1.3.3.3. IRRF - Rendimentos do Exterior	1.600,6	2.072,4	2.072,4	1.600,3	-1.359,1	-1.359,1	-84,1%	-84,1%	4,0%
1.1.3.3.4. IRRF - Outros Rendimentos	706,6	952,2	952,2	819,1	-184,0	-184,0	-26,0%	-26,0%	6,0%
1.1.4. IOF	2.782,2	3.120,1	3.120,1	2.782,2	0,0	0,0	0,0%	0,0%	4,0%
1.1.5. COFINS	16.801,1	17.382,2	17.382,2	17.382,2	0,0	0,0	0,0%	0,0%	3,0%
1.1.6. PIS/PASEP	4.018,7	4.018,7	4.018,7	4.018,7	0,0	0,0	0,0%	0,0%	3,0%
1.1.7. CSLL	4.018,7	4.018,7	4.018,7	4.018,7	0,0	0,0	0,0%	0,0%	3,0%
1.1.8. CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	3,0%
1.1.9. CIDE Combustíveis	488,8	506,5	506,5	496,9	-9,6	-9,6	-1,9%	-1,9%	2,1%
1.1.10. Outras	1.738,2	1.804,1	1.804,1	3.026,7	1.222,6	1.222,6	67,8%	67,8%	74,1%

TESOURO NACIONAL

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2015		2014		Diferença		Variação (%)	
	Jan-Mai	Jan-Mai	Jan-Mai	Jan-Mai	Jan-Mai/15	Jan-Mai/15	Jan-Mai/15	Jan-Mai/15
<b>1.1. Receita Administrada pela RFB</b>	<b>347.459,0</b>	<b>359.397,4</b>	<b>359.397,4</b>	<b>359.397,4</b>	<b>-11.938,4</b>	<b>-11.938,4</b>	<b>-3,3%</b>	<b>-3,3%</b>
1.1.1. Imposto de Importação	13.408,5	12.362,8	12.362,8	12.362,8	-1.045,7	-1.045,7	-7,8%	-7,8%
1.1.2. IPI	18.679,3	18.555,5	18.555,5	18.555,5	-123,8	-123,8	-0,7%	-0,7%
1.1.2.1. IPI - Fumo	2.987,1	2.013,0	2.013,0	2.013,0	-974,1	-974,1	-32,6%	-32,6%
1.1.2.2. IPI - Bebidas	997,0	1.179,0	1.179,0	1.179,0	182,0	182,0	18,3%	18,3%
1.1.2.3. IPI - Automóveis	1.178,5	1.625,3	1.625,3	1.625,3	446,7	446,7	37,9%	37,9%
1.1.2.4. IPI - Vinculado a Importação	5.685,1	5.216,0	5.216,0	5.216,0	-469,1	-469,1	-8,3%	-8,3%
1.1.2.5. IPI - Outros	7.831,5	8.522,2	8.522,2	8.522,2	690,6	690,6	8,8%	8,8%
1.1.3. Imposto de Renda	146.109,0	158.088,8	158.088,8	158.088,8	9.979,8	9.979,8	6,7%	6,7%
1.1.3.1. IR - Pessoa Física	14.687,6	16.318,8	16.318,8	16.318,8	1.631,2	1.631,2	11,1%	11,1%
1.1.3.2. IR - Pessoa Jurídica	58.370,8	58.598,8	58.598,8	58.598,8	228,0	228,0	0,4%	0,4%
1.1.3.3. IR - Retido na Fonte	75.050,6	83.171,2	83.171,2	83.171,2	8.120,6	8.120,6	10,8%	10,8%
1.1.3.3.1. IRRF - Rendimentos do Trabalho	42.354,7	47.670,1	47.670,1	47.670,1	5.315,4	5.315,4	12,5%	12,5%
1.1.3.3.2. IRRF - Rendimentos do Capital	18.781,2	19.658,3	19.658,3	19.658,3	877,2	877,2	4,7%	4,7%
1.1.3.3.3. IRRF - Rendimentos do Exterior	9.677,6	11.439,9	11.439,9	11.439,9	1.762,3	1.762,3	18,2%	18,2%
1.1.3.3.4. IRRF - Outros Rendimentos	4.239,1	4.402,9	4.402,9	4.402,9	163,7	163,7	3,9%	3,9%
1.1.4. IOF	14.045,1	14.178,4	14.178,4	14.178,4	133,3	133,3	0,9%	0,9%
1.1.5. COFINS	85.113,8	85.658,3	85.658,3	85.658,3	544,4	544,4	0,6%	0,6%
1.1.6. PIS/PASEP	22.874,9	23.450,1	23.450,1	23.450,1	575,3	575,3	2,5%	2,5%
1.1.7. CSLL	33.814,0	34.584,7	34.584,7	34.584,7	770,7	770,7	2,3%	2,3%
1.1.8. CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
1.1.9. CIDE Combustíveis	2.382,4	2.370,4	2.370,4	2.370,4	-12,0	-12,0	-0,5%	-0,5%
1.1.10. Outras	9.072,0	10.148,3	10.148,3	10.148,3	1.076,3	1.076,3	11,9%	11,9%

Tabela 9.1. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal

[illegible]

RS Milhões - Valores Correntes

Descrição	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033		2034		2035		2036		2037		2038		2039		2040		2041		2042		2043		2044		2045		2046		2047		2048		2049		2050		2051		2052		2053		2054		2055		2056		2057		2058		2059		2060		2061		2062		2063		2064		2065		2066		2067		2068		2069		2070		2071		2072		2073		2074		2075		2076		2077		2078		2079		2080		2081		2082		2083		2084		2085		2086		2087		2088		2089		2090		2091		2092		2093		2094		2095		2096		2097		2098		2099		2100		2101		2102		2103		2104		2105		2106		2107		2108		2109		2110		2111		2112		2113		2114		2115		2116		2117		2118		2119		2120		2121		2122		2123		2124		2125		2126		2127		2128		2129		2130		2131		2132		2133		2134		2135		2136		2137		2138		2139		2140		2141		2142		2143		2144		2145		2146		2147		2148		2149		2150		2151		2152		2153		2154		2155		2156		2157		2158		2159		2160		2161		2162		2163		2164		2165		2166		2167		2168		2169		2170		2171		2172		2173		2174		2175		2176		2177		2178		2179		2180		2181		2182		2183		2184		2185		2186		2187		2188		2189		2190		2191		2192		2193		2194		2195		2196		2197		2198		2199		2200		2201		2202		2203		2204		2205		2206		2207		2208		2209		2210		2211		2212		2213		2214		2215		2216		2217		2218		2219		2220		2221		2222		2223		2224		2225		2226		2227		2228		2229		2230		2231		2232		2233		2234		2235		2236		2237		2238		2239		2240		2241		2242		2243		2244		2245		2246		2247		2248		2249		2250		2251		2252		2253		2254		2255		2256		2257		2258		2259		2260		2261		2262		2263		2264		2265		2266		2267		2268		2269		2270		2271		2272		2273		2274		2275		2276		2277		2278		2279		2280		2281		2282		2283		2284		2285		2286		2287		2288		2289		2290		2291		2292		2293		2294		2295		2296		2297		2298		2299		2300		2301		2302		2303		2304		2305		2306		2307		2308		2309		2310		2311		2312		2313		2314		2315		2316		2317		2318		2319		2320		2321		2322		2323		2324		2325		2326		2327		2328		2329		2330		2331		2332		2333		2334		2335		2336		2337		2338		2339		2340		2341		2342		2343		2344		2345		2346		2347		2348		2349		2350		2351		2352		2353		2354		2355		2356		2357		2358		2359		2360		2361		2362		2363		2364		2365		2366		2367		2368		2369		2370		2371		2372		2373		2374		2375		2376		2377		2378		2379		2380		2381		2382		2383		2384		2385		2386		2387		2388		2389		2390		2391		2392		2393		2394		2395		2396		2397		2398		2399		2400		2401		2402		2403		2404		2405		2406		2407		2408		2409		2410		2411		2412		2413		2414		2415		2416		2417		2418		2419		2420		2421		2422		2423		2424		2425		2426		2427		2428		2429		2430		2431		2432		2433		2434		2435		2436		2437		2438		2439		2440		2441		2442		2443		2444		2445		2446		2447		2448		2449		2450		2451		2452		2453		2454		2455		2456		2457		2458		2459		2460		2461		2462		2463		2464		2465		2466		2467		2468		2469		2470		2471		2472		2473		2474		2475		2476		2477		2478		2479		2480		2481		2482		2483		2484		2485		2486		2487		2488		2489		2490		2491		2492		2493		2494		2495		2496		2497		2498		2499		2500		2501		2502		2503		2504		2505		2506		2507		2508		2509		2510		2511		2512		2513		2514		2515		2516		2517		2518		2519		2520		2521		2522		2523		2524		2525		2526		2527		2528		2529		2530		2531		2532		2533		2534		2535		2536		2537		2538		2539		2540		2541		2542		2543		2544		2545		2546		2547		2548		2549		2550		2551		2552		2553		2554		2555		2556		2557		2558		2559		2560		2561		2562		2563		2564		2565		2566		2567		2568		2569		2570		2571		2572		2573		2574		2575		2576		2577		2578		2579		2580		2581		2582		2583		2584		2585		2586		2587		2588		2589		2590		2591		2592		2593		2594		2595		2596		2597		2598		2599		2600		2601		2602		2603		2604		2605		2606		2607		2608		2609		2610		2611		2612		2613		2614		2615		2616		2617		2618		2619		2620		2621		2622		2623		2624		2625		2626		2627		2628		2629		2630		2631		2632		2633		2634		2635		2636		2637		2638		2639		2640		2641		2642		2643		2644		2645		2646		2647		2648		2649		2650		2651		2652		2653		2654		2655		2656		2657		2658		2659		2660		2661		2662		2663		2664		2665		2666		2667		2668		2669		2670		2671		2672		2673		2674		2675		2676		2677		2678		2679		2680		2681		2682		2683		2684		2685		2686		2687		2688		2689		2690		2691		2692		2693		2694		2695		2696		2697		2698		2699		2700		2701		2702		2703		2704		2705		2706		2707		2708		2709		2710		2711		2712		2713		2714		2715		2716		2717		2718		2719		2720		2721		2722		2723		2724		2725		2726		2727		2728		2729		2730		2731		2732		2733		2734		2735		2736		2737		2738		2739		2740		2741		2742		2743		2744		2745		2746		2747		2748		2749		2750		2751		2752		2753		2754		2755		2756		2757		2758		2759		2760		2761		2762		2763		2764		2765		2766		2767		2768		2769		2770		2771		2772		2773		2774		2775		2776		2777		2778		2779		2780		2781		2782		2783		2784		2785		2786		2787		2788		2789		2790		2791		2792		2793		2794		2795		2796		2797		2798		2799		2800		2801		2802		2803		2804		2805		2806		2807		2808		2809		2810		2811		2812		2813		2814		2815		2816		2817		2818		2819		2820		2821		2822		2823		2824		2825		2826		2827		2828		2829		2830		2831		2832		2833		2834		2835		2836		2837		2838		2839		2840		2841		2842		2843		2844		2845		2846		2847		2848		2849		2850		2851		2852		2853		2854		2855		2856		2857		2858		2859		2860		2861		2862		2863		2864		2865		2866		2867		2868		2869		2870		2871		2872		2873		2874		2875		2876		2877		2878		2879		2880		2881		2882		2883		2884		2885		2886		2887		2888		2889		2890		2891		2892		2893		2894		2895		2896		2897		2898		2899		2900		2901		2902		2903		2904		2905		2906		2907		2908		2909		2910		2911		2912		2913		2914		2915		2916		2917		2918		2919		2920		2921		2922		2923		2924		2925		2926		2927		2928		2929		2930		2931		2932		2933		2934		2935		2936		2937		2938		2939		2940		2941		2942		2943		2944		2945		2946		2947		2948		2949		2950		2951		2952		2953		2954		2955		2956		2957		2958		2959		2960		2961		2962		2963		2964		2965		2966		2967		2968		2969		2970		2971		2972		2973		2974		2975		2976		2977		2978		2979		2980		2981		2982		2983		2984		2985		2986		2987		2988		2989		2990		2991		2992		2993		2994		2995		2996		2997		2998		2999		3000		3001		3002		3003		3004		3005		3006		3007		3008		3009		3010		3011		3012		3013		3014		3015		3016		3017		3018		3019		3020		3021		3022		3023		3024		3025		3026		3027		3028		3029		3030		3031		3032		3033		3034		3035		3036</	
-----------	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	--------	--

Tabela 9.3. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" - V - Brasil - Mensal

R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2016		2017		Diferença	Variação (%)	
	Março	Abril	Março	Abril		Março/17	Abril/18
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>121.210,3</b>	<b>113.179,3</b>	<b>128.644,5</b>	<b>125.463,7</b>	<b>7.434,2</b>	<b>6,1%</b>	<b>5,7%</b>
II. Poder Executivo	207.389,4	189.812,2	224.920,9	217.428,5	17.531,5	8,4%	9,3%
II.1 Poder Judiciário	84,0	84,0	84,0	84,0	0,0	0,0%	0,0%
II.2 Câmara dos Deputados	366,6	366,6	366,6	366,6	0,0	0,0%	0,0%
II.2.2 Senado Federal	288,4	288,4	288,4	288,4	0,0	0,0%	0,0%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	127,2	141,4	147,7	163,4	20,4	16,1%	14,5%
II.3 Poder Judiciário	2.787,8	2.859,8	2.988,8	3.018,8	31,0	1,1%	0,9%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	44,8	44,8	44,8	44,8	0,0	0,0%	0,0%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	97,7	96,6	96,3	97,7	-1,4	-1,4%	-1,4%
II.3.3 Justiça Federal	706,1	765,2	767,6	814,4	47,2	6,7%	6,1%
II.3.4 Justiça Militar da União	35,6	35,6	35,6	35,6	0,0	0,0%	0,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	485,7	485,7	485,7	485,7	0,0	0,0%	0,0%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.132,0	1.132,0	1.132,0	1.132,0	0,0	0,0%	0,0%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	179,6	179,6	179,6	179,6	0,0	0,0%	0,0%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	17,9	10,1	10,0	-2,9	-27,9	-155,3%	-28,6%
II.4. Defesa Nacional	34,9	40,1	40,1	40,1	5,2	14,9%	12,7%
II.4.1 Defesa Nacional	34,9	40,1	40,1	40,1	5,2	14,9%	12,7%
II.5. Ministério Público da União	42,6	42,6	42,6	42,6	0,0	0,0%	0,0%
II.5.1 Ministério Público da União	42,6	42,6	42,6	42,6	0,0	0,0%	0,0%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	42,6	42,6	42,6	42,6	0,0	0,0%	0,0%
<b>II. DESPESAS AFUNDADAS SUJEITAS AO TETO DA LC 95/2016</b>	<b>87.488,4</b>	<b>91.125,1</b>	<b>105.316,0</b>	<b>121.210,3</b>	<b>33.721,6</b>	<b>38,5%</b>	<b>20,8%</b>
II.1 Poder Executivo	83.485,5	85.052,2	101.052,2	117.427,5	33.936,7	40,5%	20,8%
II.1.1 Poder Judiciário	36,0	36,0	36,0	36,0	0,0	0,0%	0,0%
II.1.2 Câmara dos Deputados	288,4	288,4	288,4	288,4	0,0	0,0%	0,0%
II.1.2.2 Senado Federal	127,1	141,4	147,7	163,4	20,4	16,1%	14,5%
II.1.3 Poder Judiciário	2.784,1	2.859,8	2.988,8	3.018,8	31,0	1,1%	0,9%
II.1.3.1 Supremo Tribunal Federal	44,7	44,7	44,7	44,7	0,0	0,0%	0,0%
II.1.3.2 Superior Tribunal de Justiça	96,0	96,0	96,0	96,0	0,0	0,0%	0,0%
II.1.3.3 Justiça Federal	697,6	765,2	767,6	814,4	47,2	6,7%	6,1%
II.1.3.4 Justiça Militar da União	35,6	35,6	35,6	35,6	0,0	0,0%	0,0%
II.1.3.5 Justiça Eleitoral	477,8	477,8	477,8	477,8	0,0	0,0%	0,0%
II.1.3.6 Justiça do Trabalho	1.132,0	1.132,0	1.132,0	1.132,0	0,0	0,0%	0,0%
II.1.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	179,6	179,6	179,6	179,6	0,0	0,0%	0,0%
II.1.3.8 Conselho Nacional de Justiça	17,9	10,1	10,0	-2,9	-27,9	-155,3%	-28,6%
II.4. Defesa Nacional	34,9	40,1	40,1	40,1	5,2	14,9%	12,7%
II.4.1 Defesa Nacional	34,9	40,1	40,1	40,1	5,2	14,9%	12,7%
II.5. Ministério Público da União	42,6	42,6	42,6	42,6	0,0	0,0%	0,0%
II.5.1 Ministério Público da União	42,6	42,6	42,6	42,6	0,0	0,0%	0,0%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	42,6	42,6	42,6	42,6	0,0	0,0%	0,0%

Tabela 9.4. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" - V - Brasil - Acumulado no ano

R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2016		2017		Diferença	Variação (%)	
	Jan-Mai	Jun-Mai	Jan-Mai	Jun-Mai		Jan-Mai/17	Jun-Mai/18
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>592.860,3</b>	<b>592.860,3</b>	<b>592.860,3</b>	<b>592.860,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
II. Poder Executivo	592.860,3	592.860,3	592.860,3	592.860,3	0,0	0,0%	0,0%
II.1 Poder Judiciário	84,0	84,0	84,0	84,0	0,0	0,0%	0,0%
II.2 Câmara dos Deputados	366,6	366,6	366,6	366,6	0,0	0,0%	0,0%
II.2.2 Senado Federal	288,4	288,4	288,4	288,4	0,0	0,0%	0,0%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	127,2	141,4	147,7	163,4	20,4	16,1%	14,5%
II.3 Poder Judiciário	2.787,8	2.859,8	2.988,8	3.018,8	31,0	1,1%	0,9%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	44,8	44,8	44,8	44,8	0,0	0,0%	0,0%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	97,7	96,6	96,3	97,7	-1,4	-1,4%	-1,4%
II.3.3 Justiça Federal	706,1	765,2	767,6	814,4	47,2	6,7%	6,1%
II.3.4 Justiça Militar da União	35,6	35,6	35,6	35,6	0,0	0,0%	0,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	485,7	485,7	485,7	485,7	0,0	0,0%	0,0%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.132,0	1.132,0	1.132,0	1.132,0	0,0	0,0%	0,0%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	179,6	179,6	179,6	179,6	0,0	0,0%	0,0%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	17,9	10,1	10,0	-2,9	-27,9	-155,3%	-28,6%
II.4. Defesa Nacional	34,9	40,1	40,1	40,1	5,2	14,9%	12,7%
II.4.1 Defesa Nacional	34,9	40,1	40,1	40,1	5,2	14,9%	12,7%
II.5. Ministério Público da União	42,6	42,6	42,6	42,6	0,0	0,0%	0,0%
II.5.1 Ministério Público da União	42,6	42,6	42,6	42,6	0,0	0,0%	0,0%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	42,6	42,6	42,6	42,6	0,0	0,0%	0,0%
<b>II. DESPESAS AFUNDADAS SUJEITAS AO TETO DA LC 95/2016</b>	<b>435.957,0</b>	<b>435.957,0</b>	<b>435.957,0</b>	<b>435.957,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
II.1 Poder Executivo	435.957,0	435.957,0	435.957,0	435.957,0	0,0	0,0%	0,0%
II.1.1 Poder Judiciário	36,0	36,0	36,0	36,0	0,0	0,0%	0,0%
II.1.2 Câmara dos Deputados	288,4	288,4	288,4	288,4	0,0	0,0%	0,0%
II.1.2.2 Senado Federal	127,1	141,4	147,7	163,4	20,4	16,1%	14,5%
II.1.3 Poder Judiciário	2.784,1	2.859,8	2.988,8	3.018,8	31,0	1,1%	0,9%
II.1.3.1 Supremo Tribunal Federal	44,7	44,7	44,7	44,7	0,0	0,0%	0,0%
II.1.3.2 Superior Tribunal de Justiça	96,0	96,0	96,0	96,0	0,0	0,0%	0,0%
II.1.3.3 Justiça Federal	697,6	765,2	767,6	814,4	47,2	6,7%	6,1%
II.1.3.4 Justiça Militar da União	35,6	35,6	35,6	35,6	0,0	0,0%	0,0%
II.1.3.5 Justiça Eleitoral	477,8	477,8	477,8	477,8	0,0	0,0%	0,0%
II.1.3.6 Justiça do Trabalho	1.132,0	1.132,0	1.132,0	1.132,0	0,0	0,0%	0,0%
II.1.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	179,6	179,6	179,6	179,6	0,0	0,0%	0,0%
II.1.3.8 Conselho Nacional de Justiça	17,9	10,1	10,0	-2,9	-27,9	-155,3%	-28,6%
II.4. Defesa Nacional	34,9	40,1	40,1	40,1	5,2	14,9%	12,7%
II.4.1 Defesa Nacional	34,9	40,1	40,1	40,1	5,2	14,9%	12,7%
II.5. Ministério Público da União	42,6	42,6	42,6	42,6	0,0	0,0%	0,0%
II.5.1 Ministério Público da União	42,6	42,6	42,6	42,6	0,0	0,0%	0,0%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	42,6	42,6	42,6	42,6	0,0	0,0%	0,0%

## Boletim

## FPM / FPE / IPI-Exportação

Em maio de 2017 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 13,4% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 13,1 bilhões, ante R\$ 11,5 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais> e em 2-Liberações clique no link "Banco do Brasil".

## Distribuição do FPM/FPE

Origem	2016		2017		Variação Nominal	
	Abril	Maio	Abril	Maio	Abil/17	Abil/16
FPM	5.133,1	6.825,7	29.063,7	58.984	31.393,2	13,4%
FPE	4.904,9	6.524,4	27.772,0	5.636,3	29.997,2	13,4%
IPI-Exp	276,4	313,9	1.492,8	296,2	1.454	-6,2%
						-11,5%
						-5,2%

Obs.: valores já descontados da parcela referente ao FUNDEB (20%)

## Previsto X Realizado

Mês	FPE		FPM		IPI-Exp	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Maio	12,1%	13,4%	12,1%	13,4%	-0,3%	-6,2%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

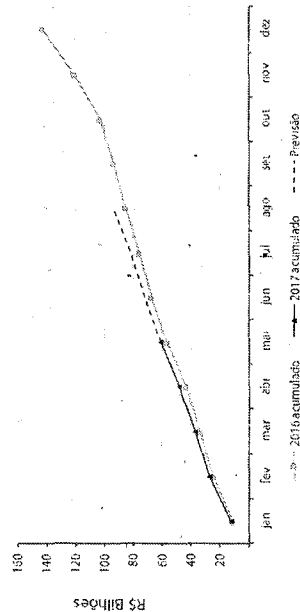
## Estimativa Trimestral

Mês	FPE		FPM		IPI-Exp	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Junho	-17,5%	-17,5%	-11,0%	-11,0%	-11,0%	-11,0%
Julho	-17,5%	-17,5%	-11,0%	-11,0%	-11,0%	-11,0%
Agosto	-17,5%	-17,5%	-11,0%	-11,0%	-11,0%	-11,0%

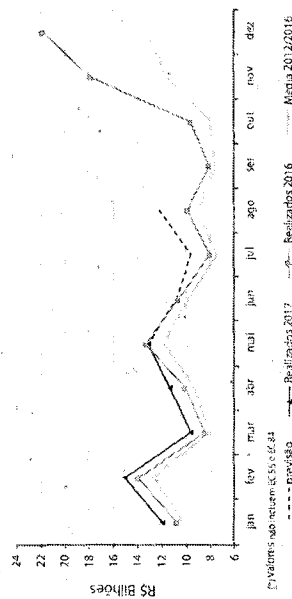
Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior

## Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)



Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/04/2017 a 20/05/2017, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida - R\$ Bilhões		R\$ Bilhões		R\$ Bilhões		R\$ Bilhões		R\$ Bilhões	
	IPI	IR	IPI	IR	FPM	FPE	IPI	IR	FPM	FPE
ABR/17-DEC	2.232,7	21.698,8	23.931,4	MAI/17-DEC	4.116,2	4.307,7	178,6	8.602,5		
MAI/17-DEC	803,1	2.483,9	3.287,1	MAI/17-DEC	565,4	591,7	64,3	1.221,3		
MAI/17-DEC	437,9	9.514,3	9.952,2	MAI/17-DEC	1.711,8	1.791,4	35,0	3.582,2		
<b>TOTAL</b>	<b>3.473,7</b>	<b>33.697,0</b>	<b>37.170,7</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6.393,4</b>	<b>6.690,7</b>	<b>277,9</b>	<b>13.362,0</b>		

Observações:

- Arrecadação Líquida - Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos créditos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais;
- Estão incluídos na arrecadação líquida acima R\$ 2.578,6 mil de IR e R\$ 3.179,1 mil de multa resultantes da Lei de Reparação. Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.428, de 30 de março de 2017.

## Distribuição de Fundos

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPM	RS Mil
Acre	AC	33.597,2	219.114,7	74,1	
Alagoas	AL	159.812,3	266.709,7	720,0	
Amazonas	AM	103.021,8	179.990,4	1.948,9	
Amapá	AP	26.440,6	218.078,4	468,1	
Bahia	BA	623.731,9	599.766,4	14.301,8	
Ceará	CE	332.744,3	468.332,2	1.950,2	
Distrito Federal	DF	11.496,1	44.095,2	505,6	
Espírito Santo	ES	117.759,7	96.721,9	13.325,8	
Goiás	GO	245.540,8	181.900,3	7.464,4	
Maranhão	MA	278.176,5	461.168,9	3.832,9	
Minas Gerais	MG	878.791,0	284.724,1	33.652,7	
Mato Grosso do Sul	MS	98.221,5	85.979,7	5.475,9	
Mato Grosso do Sul	MT	122.166,7	147.513,8	4.813,9	
Pará	PA	235.185,4	391.009,7	14.845,6	
Paraíba	PB	210.175,6	305.704,4	291,7	
Paraná	PE	329.373,7	440.280,2	3.015,6	
Paraná	PI	177.917,7	276.164,3	711,7	
Paraná	PR	452.124,3	184.169,2	26.376,0	
Rio de Janeiro	RJ	197.011,1	98.991,7	41.537,0	
Rio Grande do Norte	RN	165.865,1	266.807,4	351,2	
Roraima	RO	59.242,3	180.669,0	1.145,9	
Roraima	RR	33.659,7	158.412,2	4,1	
Rio Grande do Sul	RS	452.708,0	149.424,9	28.643,2	
Santa Catarina	SC	261.095,0	81.771,7	17.044,3	
Sergipe	SE	97.547,8	265.219,0	138,2	
São Paulo	SP	892.012,8	63.979,8	55.579,7	
Tocantins	TO	953.10,6	276.662,9	349,7	
<b>TOTAL</b>		<b>6.690.727,8</b>	<b>6.398.362,0</b>	<b>277.898,3</b>	

Obs.: valores já deduzidos da retenção para o FUNDRE (20%)

No Diário Oficial da União do dia 25 de novembro de 2016, foi publicada a Portaria STN nº 727, de 24 de novembro de 2016, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2017, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

## Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT

Gestão de Relacionamento e Divulgação de Dados de Estados e Municípios - GERED

Fones: (61) 3412-3051, (61) 3412-1588

Ou ligue (61) 3482-6060 para consultar os fatores de multiplicação para o mês de referência

Email: [coint@trf.fazenda.gov.br](mailto:coint@trf.fazenda.gov.br) ou [transferencias@trf.fazenda.gov.br](mailto:transferencias@trf.fazenda.gov.br)

## Lista de Assinaturas

1090  
★

Assinatura: 1

Digitally signed by ROBERTO CLAUDIO RODRIGUES BEZERRA:54211638300  
Date: 2017.06.28 13:27:33 GMT-03:00  
Perfil: Chefe de Ente  
Instituição: Fortaleza

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CAF



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

**Outros lançamentos**

COFIEX

Nº da Recomendação: 15/0106

Data da Recomendação: 29/08/2014

Data da homologação da Recomendação: 02/10/2014

Validade da Recomendação: 02/10/2016

Valor autorizado (US\$): 83.250.000,00

Contrapartida mínima (US\$): 83.250.000,00

**Registro de Operações Financeiras ROF**

Nº do ROF:

**PAF e refinanciamentos**

O interessado possui PAF ou refinanciamentos?

Não

**Documentos acessórios**

Não existem documentos gerados.



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

**Garantia da União****Condições financeiras**

Informe as condições financeiras da operação

**Modalidade:****Desembolso:****Amortização:****Juros:****Juros de mora:****Outras despesas:****Outras informações:****Taxa interna de retorno - TIR(%a.a.):****Financiamento de políticas públicas:**

---

**Operação de crédito****Número do parecer da operação de crédito:****Data do parecer da operação de crédito:****Validade do parecer da operação de crédito (dias):****Validade do parecer da operação de crédito (data):****Contrato da operação de crédito já foi assinado?**

---

**Capacidade de pagamento****Dispensa análise da capacidade de pagamento: Não****Capacidade de Pagamento:**

---

**Documentos acessórios****Não existem documentos gerados.**



# SADIPEM

Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55,

**Dados Complementares****Nome do projeto/programa:** Fortaleza Cidade com Futuro ( Antigo PROGRAMA ALDEIA DA PRAIA)**Destinação dos recursos conforme autorização legislativa:** execução do Programa Fortaleza - Cidade com Futuro**Taxa de Juros:** Libor USD de 6 meses mais SPREAD a ser definido no momento da assinatura do contrato de empréstimo, de acordo com as políticas de gestão da Corporação Andina de Formento - CAF.**Demais encargos e comissões (discriminar):** Comissão de Compromisso: Equivalente a 0,35% (zero vírgula trinta e cinco por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo.**Indexador:**

Comissão de Financiamento: 0,85% sobre o montante financiado em pagamento único, no mais tardar, até a realização do primeiro desembolso.

Gastos de avaliação no valor de US\$ 50.000,00 em pagamento único no momento da realização do primeiro desembolso.

Variação cambial

**Prazo de carência (meses):** 48**Prazo de amortização (meses):** 144**Prazo total (meses):** 192**Ano de início da Operação:** 2017**Ano de término da Operação:** 2033

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

**Cronograma Financeiro**

O total de amortizações é diferente do valor da operação?

Não

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2017	4.162.500,00	4.162.500,00	0,00	237.003,50	237.003,50
2018	16.650.000,00	16.650.000,00	0,00	1.065.055,64	1.065.055,64
2019	20.812.500,00	20.812.500,00	0,00	1.826.025,15	1.826.025,15
2020	24.975.000,00	24.975.000,00	0,00	2.994.879,90	2.994.879,90
2021	16.650.000,00	16.650.000,00	3.468.750,00	3.651.212,72	7.119.962,72
2022	0,00	0,00	6.937.500,00	3.552.326,64	10.489.826,64
2023	0,00	0,00	6.937.500,00	3.236.506,59	10.174.006,59
2024	0,00	0,00	6.937.500,00	3.059.370,05	9.996.870,05
2025	0,00	0,00	6.937.500,00	2.720.896,17	9.658.396,17
2026	0,00	0,00	6.937.500,00	2.391.008,41	9.328.508,41
2027	0,00	0,00	6.937.500,00	2.061.120,65	8.998.620,65
2028	0,00	0,00	6.937.500,00	1.736.203,80	8.673.703,80
2029	0,00	0,00	6.937.500,00	1.401.345,13	8.338.845,13
2030	0,00	0,00	6.937.500,00	1.071.457,37	8.008.957,37
2031	0,00	0,00	6.937.500,00	741.569,61	7.679.069,61
2032	0,00	0,00	6.937.500,00	413.037,55	7.350.537,55
2033	0,00	0,00	3.468.750,00	81.794,09	3.550.544,09
<b>Total:</b>	<b>83.250.000,00</b>	<b>83.250.000,00</b>	<b>83.250.000,00</b>	<b>32.240.812,97</b>	<b>115.490.812,97</b>



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

**Operações não Contratadas**

Informações de operações de crédito em tramitação na STN ou no Senado Federal e operações de crédito autorizadas e ainda não contratadas.

-----  
17944.000970/2015-42**Dados da Operação de Crédito**

Tipo de operação: Operação Contratual Externa (com garantia da União)

Finalidade: Multissetorial

Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento

Moeda: Dólar dos EUA

Valor: 65.475.000,00

Status: Processo pendente de distribuição

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2017	3.273.750,00	3.273.750,00	0,00	249.623,44	249.623,44
2018	13.095.000,00	13.095.000,00	0,00	589.049,80	589.049,80
2019	16.368.750,00	16.368.750,00	0,00	855.462,93	855.462,93
2020	19.642.500,00	19.642.500,00	0,00	1.261.104,26	1.261.104,26
2021	13.095.000,00	13.095.000,00	0,00	1.736.514,20	1.736.514,20
2022	0,00	0,00	0,00	2.054.596,41	2.054.596,41
2023	0,00	0,00	3.357.692,31	2.150.659,00	5.508.351,31
2024	0,00	0,00	3.357.692,31	2.108.878,54	5.466.570,85
2025	0,00	0,00	3.357.692,31	2.039.964,65	5.397.656,96
2026	0,00	0,00	3.357.692,31	1.922.362,23	5.280.054,54
2027	0,00	0,00	3.357.692,31	1.802.492,52	5.160.184,83
2028	0,00	0,00	3.357.692,31	1.746.083,94	5.103.776,25

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2029		0,00	0,00	3.357.692,31	5.030.869,56
2030		0,00	0,00	3.357.692,31	4.955.850,69
2031		0,00	0,00	3.357.692,31	4.786.113,94
2032		0,00	0,00	3.357.692,31	4.613.481,68
2033		0,00	0,00	3.357.692,31	4.503.245,80
2034		0,00	0,00	3.357.692,31	4.398.049,39
2035		0,00	0,00	3.357.692,31	4.288.699,24
2036		0,00	0,00	3.357.692,31	4.134.034,00
2037		0,00	0,00	3.357.692,31	3.976.722,43
2038		0,00	0,00	3.357.692,31	3.861.709,35
2039		0,00	0,00	3.357.692,31	3.746.122,84
2040		0,00	0,00	3.357.692,31	3.629.530,10
2041		0,00	0,00	3.357.692,31	3.509.400,40
2042		0,00	0,00	1.678.846,11	1.709.197,41
<b>Total:</b>	65.475.000,00	65.475.000,00	65.475.000,00	30.330.972,61	95.805.972,61

-----  
17944.001264/2016-07**Dados da Operação de Crédito**

Tipo de operação: Operação Contratual Externa (com garantia da União)

Finalidade: Turismo

Credor: Corporação Andina de Fomento

Moeda: Dólar dos EUA

Valor: 125.000.000,00

Status: Encaminhado para agendamento da negociação

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2017		0,00	21.000.000,00	0,00	390.755,83
2018		0,00	42.000.000,00	0,00	1.703.861,39
2019		0,00	62.000.000,00	0,00	3.677.261,39



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2020	0,00	0,00	4.807.692,31	5.706.041,66	10.513.733,97
2021	0,00	0,00	9.615.384,62	5.361.856,30	14.977.240,92
2022	0,00	0,00	9.615.384,62	4.924.129,27	14.539.513,89
2023	0,00	0,00	9.615.384,62	4.486.402,24	14.101.786,86
2024	0,00	0,00	9.615.384,62	4.060.068,10	13.675.452,72
2025	0,00	0,00	9.615.384,62	3.689.153,31	13.304.537,93
2026	0,00	0,00	9.615.384,62	3.314.567,31	12.929.951,93
2027	0,00	0,00	9.615.384,62	2.857.342,41	12.472.727,03
2028	0,00	0,00	9.615.384,62	2.407.007,21	12.022.391,83
2029	0,00	0,00	9.615.384,62	1.942.892,63	11.558.277,25
2030	0,00	0,00	9.615.384,62	1.485.667,73	11.101.052,35
2031	0,00	0,00	9.615.384,62	1.028.442,84	10.643.827,46
2032	0,00	0,00	9.615.384,62	573.096,95	10.188.481,57
2033	0,00	0,00	4.807.692,25	113.993,06	4.921.685,31
Total:	0,00	125.000.000,00	125.000.000,00	47.722.539,63	172.722.539,63

17944.001265/2016-43

**Dados da Operação de Crédito**

Tipo de operação: Operação Contratual Externa (com garantia da União)

Finalidade: Desenvolvimento sustentável

Credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

Moeda: Dólar dos EUA

Valor: 73.300.000,00

Status: Pendente de correções ou ajustes

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	0,00	5.000.000,00	0,00	64.511,88	64.511,88
2019	0,00	7.000.000,00	0,00	248.426,85	248.426,85
2020	0,00	15.000.000,00	0,00	628.001,41	628.001,41

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2021	0,00	15.000.000,00	0,00	1.188.256,96	1.188.256,96
2022	0,00	15.000.000,00	0,00	1.784.099,87	1.784.099,87
2023	0,00	16.300.000,00	0,00	2.434.838,00	2.434.838,00
2024	0,00	0,00	0,00	2.802.526,46	2.802.526,46
2025	0,00	0,00	0,00	2.834.384,78	2.834.384,78
2026	0,00	0,00	178.571,45	2.861.300,91	3.039.872,36
2027	0,00	0,00	607.142,93	2.849.602,81	3.456.745,74
2028	0,00	0,00	1.392.857,31	2.815.991,72	4.208.849,03
2029	0,00	0,00	2.464.286,01	2.744.719,30	5.209.005,31
2030	0,00	0,00	3.535.714,71	2.595.373,64	6.131.088,35
2031	0,00	0,00	4.653.571,99	2.424.137,58	7.077.709,57
2032	0,00	0,00	5.235.714,92	2.218.141,28	7.453.856,20
2033	0,00	0,00	5.235.714,92	1.991.085,04	7.226.799,96
2034	0,00	0,00	5.235.714,92	1.787.852,28	7.023.567,20
2035	0,00	0,00	5.235.714,92	1.584.619,52	6.820.334,44
2036	0,00	0,00	5.235.714,92	1.385.370,34	6.621.085,26
2037	0,00	0,00	5.235.714,92	1.170.309,66	6.406.024,58
2038	0,00	0,00	5.235.714,92	950.721,30	6.186.436,22
2039	0,00	0,00	5.235.714,92	752.543,78	5.988.258,70
2040	0,00	0,00	5.057.143,48	559.423,00	5.616.566,48
2041	0,00	0,00	4.628.571,99	377.861,19	5.006.433,18
2042	0,00	0,00	3.842.857,65	221.163,43	4.064.021,08
2043	0,00	0,00	2.771.428,95	105.026,86	2.876.455,81
2044	0,00	0,00	1.700.000,24	32.362,52	1.732.362,76
2045	0,00	0,00	582.133,93	0,00	582.133,93
Total:	0,00	73.300.000,00	73.300.000,00	41.412.652,17	114.712.652,17



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

17944.000186/2017-04.

**Dados da Operação de Crédito**

Tipo de operação: Operação Contratual Externa (com garantia da União)

Finalidade: Infraestrutura

Credor: Corporação Andina de Fomento

Moeda: Dólar dos EUA

Valor: 150.000.000,00

Status: Em agendamento da negociação (SEAIN/MP)

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2017	12.000.000,00	12.000.000,00	0,00	370.575,00	370.575,00
2018	18.000.000,00	18.000.000,00	0,00	980.619,44	980.619,44
2019	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	1.127.008,33	1.127.008,33
2020	24.000.000,00	24.000.000,00	0,00	1.446.310,00	1.446.310,00
2021	30.000.000,00	30.000.000,00	3.750.000,00	1.928.841,66	5.678.841,66
2022	24.000.000,00	24.000.000,00	8.989.328,06	2.252.077,93	11.241.405,99
2023	36.000.000,00	36.000.000,00	12.421.016,37	2.668.197,77	15.089.214,14
2024	0,00	0,00	13.141.016,37	2.533.396,32	15.674.412,69
2025	0,00	0,00	13.141.016,37	2.253.355,02	15.394.371,39
2026	0,00	0,00	13.141.016,37	1.980.022,64	15.121.039,01
2027	0,00	0,00	13.141.016,37	1.706.890,27	14.847.906,64
2028	0,00	0,00	13.141.016,37	1.437.873,58	14.578.889,95
2029	0,00	0,00	13.141.016,37	1.160.625,52	14.301.641,89
2030	0,00	0,00	13.141.016,37	887.493,14	14.028.509,51
2031	0,00	0,00	13.141.016,37	614.360,77	13.755.377,14
2032	0,00	0,00	13.141.016,37	342.350,85	13.483.367,22
2033	0,00	0,00	6.570.508,24	68.096,02	6.638.604,26
<b>Total:</b>	<b>150.000.000,00</b>	<b>150.000.000,00</b>	<b>150.000.000,00</b>	<b>23.757.894,26</b>	<b>173.757.894,26</b>



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

17944.000178/2017-50

**Dados da Operação de Crédito**

Tipo de operação: Operação Contratual Externa (com garantia da União)

Finalidade: Infraestrutura

Credor: Agência Francesa de Desenvolvimento

Moeda: Euro

Valor: 89.760.160,85

Status: Em agendamento da negociação (SEAIN/MP)

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	4.488.008,04	4.488.008,04	0,00	194.284,35	194.284,35
2019	17.952.032,17	17.952.032,17	0,00	629.326,19	629.326,19
2020	22.440.040,21	22.440.040,21	0,00	1.356.979,15	1.356.979,15
2021	26.928.048,26	26.928.048,26	0,00	2.354.378,10	2.354.378,10
2022	17.952.032,17	17.952.032,17	3.440.806,17	3.285.367,50	6.726.173,67
2023	0,00	0,00	7.506.030,84	3.544.272,70	11.050.303,54
2024	0,00	0,00	7.506.030,84	3.238.270,59	10.744.301,43
2025	0,00	0,00	7.506.030,84	2.914.141,41	10.420.172,25
2026	0,00	0,00	7.506.030,84	2.599.075,77	10.105.106,61
2027	0,00	0,00	7.506.030,84	2.284.010,12	9.790.040,96
2028	0,00	0,00	7.506.030,84	1.974.555,24	9.480.586,08
2029	0,00	0,00	7.506.030,84	1.653.878,84	9.159.909,68
2030	0,00	0,00	7.506.030,84	1.338.813,19	8.844.844,03
2031	0,00	0,00	7.506.030,84	1.023.747,55	8.529.778,39
2032	0,00	0,00	7.506.030,84	710.839,89	8.216.870,73
2033	0,00	0,00	7.506.030,84	393.616,26	7.899.647,10
2034	0,00	0,00	3.753.015,44	78.550,61	3.831.566,05
<b>Total:</b>	<b>89.760.160,85</b>	<b>89.760.160,85</b>	<b>89.760.160,85</b>	<b>29.574.107,46</b>	<b>119.334.268,31</b>

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

**Taxas de câmbio**

Foi identificado o uso de moedas estrangeiras nas operações informadas. Para fins de cálculos de limites e condições todos os valores serão transformados para Reais do Brasil. As taxas de câmbio podem ser visualizadas e atualizadas na aba de Resumo.

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

**Operações Contratadas**

O interessado possui liberações previstas de operações já contratadas?

Sim

**Cronograma de liberações**

Neste cronograma NÃO estão incluídas as liberações previstas para a operação pleiteada.

Os valores deste Cronograma de Liberações estão consolidados, contendo, dessa forma, as liberações referentes à administração direta, aos fundos, às autarquias, às fundações e às empresas estatais dependentes.

Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	OPER. CONT. SFN	OPER. ARO	DEMAIS	TOTAL
2017	175.970.151,99	0,00	65.287.094,14	241.257.246,13
2018	82.403.078,99	0,00	26.991.297,60	109.394.376,59
2019	12.225.551,34	0,00	14.737.712,74	26.963.264,08
2020	0,00	0,00	6.396.800,00	6.396.800,00
<b>Total:</b>	<b>270.598.782,32</b>	<b>0,00</b>	<b>113.412.904,48</b>	<b>384.011.686,80</b>

**Cronograma de pagamentos**

Neste cronograma NÃO estão incluídos os dispêndios da operação pleiteada.

O total das amortizações da "Dívida Consolidada" deve ser compatível com o saldo da "Dívida Consolidada" do final do exercício anterior, excluído o valor de "Precatórios Posteriores a 05/05/2000", informado no "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida".

Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2017	71.569.150,01	26.213.459,16	4.494.407,60	3.705.640,68	76.063.557,61	29.919.099,84
2018	82.597.312,96	31.292.942,84	19.379.450,18	18.488.585,64	101.976.763,14	49.781.528,48
2019	82.709.184,93	28.078.200,78	21.047.008,43	21.456.318,43	103.756.193,36	49.534.519,21
2020	82.864.920,77	25.737.224,37	21.593.663,33	20.226.319,63	104.458.584,10	45.963.544,00
2021	83.652.991,39	23.064.879,22	27.626.634,40	18.386.917,35	111.279.625,79	41.451.796,57
2022	75.935.300,73	19.785.789,32	28.033.986,77	16.392.259,74	103.969.287,50	36.178.049,06



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2023	71.804.929,01	17.141.392,41	28.480.519,54	14.367.430,29	100.285.448,55	31.508.822,70
2024	72.088.264,98	14.615.386,28	25.424.447,12	12.371.580,21	97.512.712,10	26.986.966,49
2025	72.392.479,23	12.009.574,11	22.413.421,85	10.809.811,79	94.805.901,08	22.819.385,90
2026	68.400.750,06	9.551.800,52	17.127.822,54	9.498.319,03	85.528.572,60	19.050.119,55
2027	48.700.548,96	7.479.105,67	18.686.265,43	8.560.835,96	65.386.814,39	16.039.941,63
2028	36.285.331,22	5.699.905,33	17.498.380,46	7.575.050,68	53.783.711,68	13.274.956,01
2029	22.763.110,75	4.643.419,68	18.370.225,31	6.508.904,43	41.133.336,06	11.152.324,11
2030	20.887.993,85	3.863.441,80	18.207.843,08	5.374.335,49	39.095.836,93	9.237.777,29
2031	20.297.657,46	3.102.604,83	18.674.765,97	4.189.344,32	38.972.423,43	7.291.949,15
2032	20.283.491,32	2.313.187,16	19.755.706,53	2.925.885,41	40.039.197,85	5.239.072,57
2033	19.999.463,32	1.479.379,17	20.137.590,46	1.565.597,98	40.137.053,78	3.044.977,15
Restante a pagar	50.835.980,23	2.932.746,77	39.059.547,80	3.090.130,71	89.895.528,03	6.022.877,48
<b>Total:</b>	<b>1.004.068.861,18</b>	<b>239.004.439,42</b>	<b>384.011.686,80</b>	<b>185.493.267,77</b>	<b>1.388.080.547,98</b>	<b>424.497.707,19</b>

---

**Taxas de câmbio**

Alguma das dívidas foi contratada em moeda estrangeira?

Sim

Informe na tabela abaixo as moedas estrangeiras e suas respectivas cotações e datas de cotações.

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	3,19840	28/04/2017
Euro	3,48500	28/04/2017

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

**Informações Contábeis****Balanco Orçamentário do último RREO do exercício anterior**

Demonstrativo: Balanco Orçamentário

Relatório: RREO publicado

Exercício: 2016

Período: 6º Bimestre

Receita de operações de crédito (realizadas até o bimestre): 240.080.756,28

Despesas de capital executadas (liquidadas até o bimestre + inscritas em restos a pagar não processados): 554.993.094,85

---

**Balanco Orçamentário do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente) ou Anexo 1 da Lei 4320/1964 publicado junto à LOA do exercício em curso**

Demonstrativo: Balanco Orçamentário

Relatório: RREO

Exercício: 2017

Período: 2º Bimestre

Despesas de capital (dotação atualizada): 1.122.166.669,00

---

**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente)**

Demonstrativo: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Relatório: RREO

Exercício: 2017

Período: 2º Bimestre

Receita corrente líquida (RCL): 5.517.129.222,53



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

---

**Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do último RGF exigível (ou disponível, se mais recente)**

---

**Demonstrativo:** Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida**Relatório:** RGF**Exercício:** 2017**Período:** 1º Quadrimestre**Dívida Consolidada (DC):** 1.212.264.609,55**Deduções:** 679.771.031,61**Dívida consolidada líquida (DCL):** 532.493.577,94**Receita corrente líquida (RCL):** 5.517.129.222,53**% DCL/RCL:** 9,65

Processo nº 17944.000355/2014-55

**Declaração do chefe do poder executivo**

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste Pedido de Verificação de Limites e Condições são verdadeiras.

**Operações vedadas no âmbito do art. 37 da LRF e operações irregulares**

Todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas?

Sim

**Operações vedadas no âmbito do art. 35 da LRF**

O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000, realizou operação de crédito junto ao outro Ente da Federação?

Não

**Ações vedadas no âmbito do art. 5º da RSF nº 43/2001**

O Ente praticou alguma das ações vedadas pelo art. 5º da RSF nº 43/2001?

Não

**Operações do Reluz**

O ente contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000?

Não

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

---

**Cumprimento da obrigação de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 21 da RSF nº 43/2001**

O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:

a) No art. 23 da LRF (limites de pessoal)?

Sim

b) No art. 33 da LRF (não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na LRF)?

Sim

c) No art. 37 da LRF (não realização de operações vedadas)?

Sim

d) No art. 52 da LRF (publicação do relatório resumido da execução orçamentária - RREO)?

Sim

e) No §2º do art. 55 da LRF (publicação do relatório de gestão fiscal - RGF)?

Sim

f) No inciso III do art. 167 da Constituição (limite das operações de crédito em relação às despesas de capital)?

Sim

---

**Cálculo dos limites de endividamento**

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) contratadas e não pagas?

Não

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

Com relação ao EXERCÍCIO CORRENTE, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não

Demais limites e condições estabelecidos na LRF e nas RSF nº 40/2001 e 43/2001

O Ente cumpre os demais limites e condições fixadas pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?

Sim

Municípios que tiveram garantia concedida pelo Estado

Em observância ao § 4º do art. 18 da RSF nº 43/2001, o Município teve dívida honrada pelo Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, relativamente a dívidas ainda não liquidadas?

Não

Limites da despesa com pessoal

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal.

As linhas de "Impostos de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)" e "Inativos e pensionistas" só devem ser preenchidos se os seus valores não tiverem sido considerados na linha "Despesa bruta com pessoal"

Exercício:

2017

Período:

1º Quadrimestre

DESPESA COM PESSOAL	PODER	
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
Despesa bruta com pessoal	3.269.601.396,55	116.815.817,05
Despesas não computadas	698.499.129,72	59.850,26



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO
Repasse previdenciário ao Regime Próprio de Previdência Social	0,00	0,00
Contribuições patronais	0,00	0,00
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)	0,00	0,00
Inativos e pensionistas	0,00	0,00
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite (TDP)	2.571.102.266,83	116.755.966,79
Receita Corrente Líquida (RCL)	5.517.129.222,53	5.517.129.222,53
TDP/RCL	46,60	2,12
Limite máximo	54,00	6,00

---

**Declaração sobre o orçamento**

Constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

Sim

Número da Lei Orçamentária Anual(LOA)

10554

Data da LOA

28/12/2016

Informe as fontes e ações do orçamento relativas à operação de crédito

FONTE	AÇÃO
20101	1337 - Desenvolvimento de Ações de Geração de Emprego e Renda
23102	1337 - Desenvolvimento de Ações de Geração de Emprego e Renda
20101	1052 - Elaboração de Estudos e Projetos
23102	1052 - Elaboração de Estudos e Projetos
20101	1148.0001 - Estudos e Pesquisas
23102	1148.0001 - Estudos e Pesquisas
20101	1148.0002 - Promoção do Destino Turístico Fortaleza

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

FONTE	AÇÃO
23102	1148.0002 - Promoção do Destino Turístico Fortaleza
20101	1325 - Realização de Ações visando o Fortalecimento Institucional
23102	1325 - Realização de Ações visando o Fortalecimento Institucional
20101	1327 - Requalificação Urbana e Ambiental da Avenida Beira Mar
23102	1327 - Requalificação Urbana e Ambiental da Avenida Beira Mar
20101	1334 - Requalificação com Acessibilidade dos Corredores Turísticos e Gastronômicos
23102	1334 - Requalificação com Acessibilidade dos Corredores Turísticos e Gastronômicos
20101	1336 - Reestruturação da Praça Portugal e Vias de Acesso
23102	1336 - Reestruturação da Praça Portugal e Vias de Acesso
20101	1343 - Gestão do Programa
23102	1343 - Gestão do Programa
00101	2893 - Serviço da Dívida Externa

---

**Declaração sobre o Plano Plurianual (PPA)**

O Programa/Projeto está inserido no Plano Plurianual (PPA) do Ente?

Sim

Número da Lei do PPA

10095

Data da Lei do PPA

27/09/2013

Ano de início do PPA



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

2014

Informe os programas e ações do PPA relativos à operação de crédito

PROGRAMA	AÇÃO
111 - Fortaleza Cidade com Futuro	1337 - Desenvolvimento de Ações de Geração de Emprego e Renda
111 - Fortaleza Cidade com Futuro	1052 - Elaboração de Estudos e Projetos
111 - Fortaleza Cidade com Futuro	1147 - Aldeia da Praia
111 - Fortaleza Cidade com Futuro	1148.0001 - Estudos e Pesquisas
111 - Fortaleza Cidade com Futuro	1148.0002 - Promoção do Destino Turístico Fortaleza
111 - Fortaleza Cidade com Futuro	1325 - Realização de Ações visando o Fortalecimento Institucional
111 - Fortaleza Cidade com Futuro	1327 - Requalificação Urbana e Ambiental da Avenida Beira Mar
111 - Fortaleza Cidade com Futuro	1334 - Requalificação com Acessibilidade dos Corredores Turísticos e Gastronômicos
111 - Fortaleza Cidade com Futuro	1336 - Reestruturação da Praça Portugal e Vias de Acesso
111 - Fortaleza Cidade com Futuro	1343 - Gestão do Programa
12 - Encargos Gerais do Município	2893 - Serviço da Dívida Externa

---

Exercício anterior não analisado pelo Tribunal de Contas

O exercício de 2016 foi analisado pelo Tribunal de Contas?

Não

Em relação às contas do exercício de 2016:

O ente cumpre o disposto no art. 198 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde, calculado de acordo com o estabelecido pelo EC 29/2000

26,16 %

O ente cumpre o disposto no art. 212 da Constituição Federal?

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

Sim

Informe o percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino  
25,56 %

O ente cumpre o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000?

Sim

-----  
**Parcerias Público-Privadas (PPP)**

O ente assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP)?

Não

**Repasse de recursos para o setor privado**

Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e constarão da lei orçamentária do exercício em que ocorrerem.

Sim

-----  
**Conformidade da lista CNPJ da Administração Direta do ente com o CAUC**

Estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJs da Administração Direta do ente?

Sim.

## Notas Explicativas

### Observação:

\* Uma vez inseridas, as notas explicativas não podem ser editadas ou excluídas.

**Nota 4 - Inserida por Raphael Aleixo Mendes | CPF 01025002318 | Perfil Operador de Ente | Data 14/06/2017 15:24:22**

As LIBERAÇÕES relativas à operação CPAC-OGU (Processo 17944.001621/2014-67), contratada em 31/03/2015, mas até hoje sem a necessária garantia da União, estão contempladas na "Aba Operações Contratadas - Cronograma de liberações".

**Nota 3 - Inserida por Raphael Aleixo Mendes | CPF 01025002318 | Perfil Operador de Ente | Data 06/06/2017 11:24:58**

O valor Dívida Consolidada (30/04/2017) R\$ 1.212.264.609,55, apresentando uma diferença de R\$ 38.223.251,76. Trata-se de Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças, celebrado entre o Município de Fortaleza e o Banco do Brasil S.A., em 07 de novembro de 2014, com prazo de vigência de 60 meses, reconhecido com base no Regime de Competência (NBCASP). Vale ser ressaltado, tratar-se de contrato, literalmente, de Receita, não gerando, em princípio, nem obrigação financeira, nem fluxo de pagamentos finitos, nem tampouco fixação de juros. O impacto é, essencialmente, contábil, e o valor de R\$ 38.223.251,76, deverá ser eliminado, mediante lançamento entre Contas Patrimoniais: Patrimônio Líquido e Passivo Permanente, até o final do Contrato em referência.

**Nota 2 - Inserida por Raphael Aleixo Mendes | CPF 01025002318 | Perfil Operador de Ente | Data 18/04/2017 13:59:10**

O valor Dívida Consolidada (31/12/2016) R\$ 1.219.302.592,65, apresentando uma diferença de R\$ 46.133.296,50. Trata-se de Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças, celebrado entre o Município de Fortaleza e o Banco do Brasil S.A., em 07 de novembro de 2014, com prazo de vigência de 60 meses, reconhecido com base no Regime de Competência (NBCASP). Vale ser ressaltado, tratar-se de contrato, literalmente, de Receita, não gerando, em princípio, nem obrigação financeira, nem fluxo de pagamentos finitos, nem tampouco fixação de juros. O impacto é, essencialmente, contábil, e o valor de R\$ 46.133.296,50, deverá ser eliminado, mediante lançamento entre Contas Patrimoniais: Patrimônio Líquido e Passivo Permanente, até o final do Contrato em referência.

**Nota 1 - Inserida por \* Processo Automático | CPF 999999999999 | Perfil Analista | Data 30/12/2016 22:15:58**

Obs.: Texto extraído do campo "Outras Exigências" da aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo", que foi assinado digitalmente em 30/12/2016 22:15:58 por Roberto Claudio Rodrigues Bezerra (CPF: 999999999999 perfil Chefe de Ente).

O valor Dívida Consolidada (30/04/2016) R\$ 1.183.563.547,59, apresentando uma diferença de R\$ 60.920.712,55. Trata-se de Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças, celebrado entre o Município de Fortaleza e o Banco do Brasil S.A., em 07 de novembro de 2014, com prazo de vigência de 60 meses, reconhecido com base no Regime de Competência (NBCASP). Vale ser ressaltado, tratar-se de contrato, literalmente, de Receita, não gerando, em princípio, nem obrigação financeira, nem fluxo de pagamentos finitos, nem tampouco fixação de juros. O impacto é, essencialmente, contábil, e o valor de R\$ 60.920.712,55, deverá ser eliminado, mediante lançamento entre Contas Patrimoniais: Patrimônio Líquido e Passivo Permanente, até o final do Contrato em referência.

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

**Documentos anexos**

Os usuários que anexaram os documentos elencados a seguir atestaram, sob as penas da lei, que o documento anexado foi assinado digitalmente ou é cópia fiel do documento original.

**Autorização legislativa**

TIPO DE NORMA	NÚMERO	DATA DA NORMA	MOEDA	VALOR AUTORIZADO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Lei	10.149	20/12/2013	Dólar dos EUA	83.250.000,00	18/04/2017	DOC00.002807/2017-33
Lei	10.511	30/06/2016	Dólar dos EUA	83.250.000,00	10/05/2017	DOC00.003487/2017-39

**Demais documentos**

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão nº 375	27/06/2017	28/06/2017	DOC00.004652/2017-70
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão nº 295	14/06/2017	14/06/2017	DOC00.004402/2017-30
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão nº 232/2017	02/06/2017	02/06/2017	DOC00.004104/2017-40
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO Nº 124/2017	25/04/2017	25/04/2017	DOC00.002997/2017-99
Certidão do Tribunal de Contas	TCM	16/02/2017	06/04/2017	DOC00.002525/2017-36
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER DA PGM	30/05/2017	31/05/2017	DOC00.004005/2017-68
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER JURÍDICO PGM	18/04/2017	25/04/2017	DOC00.002808/2017-88
Parecer do Órgão Técnico	Parecer do Órgão Técnico - COPIFor	05/06/2017	08/06/2017	DOC00.004246/2017-15

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

**Resumo**

Com base nas informações declaradas, e considerando os dispositivos legais que regulam a contratação de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, foram realizadas as verificações preliminares a seguir

**Taxas de câmbio**

Foram identificadas as seguintes moedas estrangeiras. As taxas de câmbio serão utilizadas para a conversão das operações para reais (R\$).

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	3,19840	28/04/2017
Euro	3,48500	28/04/2017

**Cronograma de liberações**

O cronograma de liberações abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2017	13.313.340,00	357.275.208,13	370.588.548,13
2018	53.253.360,00	374.814.132,61	428.067.492,61
2019	66.566.700,00	381.759.906,19	448.326.606,19
2020	79.880.040,00	272.162.512,13	352.042.552,13
2021	53.253.360,00	279.655.296,19	332.908.656,19
2022	0,00	187.300.432,11	187.300.432,11
2023	0,00	167.276.320,00	167.276.320,00
2024	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2032		0,00	0,00
2033		0,00	0,00
2034		0,00	0,00
2035		0,00	0,00
2036		0,00	0,00
2037		0,00	0,00
2038		0,00	0,00
2039		0,00	0,00
2040		0,00	0,00
2041		0,00	0,00
2042		0,00	0,00
2043		0,00	0,00
2044		0,00	0,00
2045		0,00	0,00

---

**Cronograma de pagamentos**

O cronograma de pagamentos abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2017	758.031,99	109.216.093,59	109.974.125,58
2018	3.406.473,96	163.111.767,10	166.518.241,06
2019	5.840.358,84	174.380.571,69	180.220.930,53
2020	9.578.823,87	199.446.320,65	209.025.144,52
2021	22.772.488,76	236.357.432,64	259.129.921,40
2022	33.550.661,53	258.323.432,13	291.874.093,65
2023	32.540.542,68	289.074.573,37	321.615.116,05
2024	31.973.989,17	282.264.059,44	314.238.048,61
2025	30.891.414,31	272.058.901,46	302.950.315,77



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS					
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES			TOTAL
2026	29.836.301,30	256.123.732,31			285.960.033,60
2027	28.781.188,29	230.487.754,23			259.268.942,52
2028	27.741.974,23	214.965.550,52			242.707.524,75
2029	26.670.962,26	199.669.526,57			226.340.488,83
2030	25.615.849,25	194.992.752,14			220.608.601,40
2031	24.560.736,24	191.974.319,38			216.535.055,62
2032	23.509.959,30	188.222.279,56			211.732.238,86
2033	11.356.060,22	145.204.109,59			156.560.169,81
Restante a pagar	0,00	95.918.405,51			95.918.405,51

---

**Art. 6º, § 1º, inciso I da RSF nº 43/2001****Exercício anterior****Despesas de capital executas do exercício anterior** **554.993.094,85**

"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

**Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada** **554.993.094,85**

Receitas de operações de crédito do exercício anterior 240.080.756,28

Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), contratada e não paga, do exercício anterior 0,00

**Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada** **240.080.756,28**

---

**Art. 6º, § 1º, inciso II da RSF nº 43/2001**

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

**Exercício corrente****Despesas de capital previstas no orçamento** 1.122.166.669,00

"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

**Despesa de capital do exercício ajustadas** 1.122.166.669,00

Liberações de crédito já programadas 357.275.208,13

Liberação da operação pleiteada 13.313.340,00

**Liberações ajustadas** 370.588.548,13

Art. 7º, inciso I da RSF nº 43/2001

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2017	13.313.340,00	357.275.208,13	5.558.167.806,78	6,67	41,67
2018	53.253.360,00	374.814.132,61	5.620.298.756,79	7,62	47,60
2019	66.566.700,00	381.759.906,19	5.683.124.226,12	7,89	49,30
2020	79.680.040,00	272.162.512,13	5.746.651.978,34	6,13	38,29
2021	53.253.360,00	279.655.296,19	5.810.889.863,77	5,73	35,81
2022	0,00	187.300.432,11	5.875.845.820,52	3,19	19,92
2023	0,00	167.276.320,00	5.941.527.875,41	2,82	17,60
2024	0,00	0,00	6.007.944.144,98	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	6.075.102.836,54	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	6.143.012.249,10	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	6.211.680.774,45	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	6.281.116.898,21	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	6.351.329.200,62	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	6.422.326.358,66	0,00	0,00



28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGARCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2031	0,00	0,00	6.494.117.145,09	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	6.566.710.431,53	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	6.640.115.188,59	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	6.714.340.487,14	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	6.789.395.499,45	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	6.865.289.500,33	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	6.942.031.868,24	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	7.019.632.086,51	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	7.098.099.744,45	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	7.177.444.538,59	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	7.257.676.273,82	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	7.338.804.864,65	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	7.420.840.336,42	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	7.503.792.826,52	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	7.587.672.585,68	0,00	0,00

Art. 7º, inciso II da RSF nº 43/2001

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2017	758.031,99	109.216.093,59	5.558.167.806,78	1,98
2018	3.406.473,96	163.111.767,10	5.620.298.756,79	2,96
2019	5.840.358,84	174.380.571,69	5.683.124.226,12	3,17
2020	9.578.823,87	199.446.320,65	5.746.651.978,34	3,64
2021	22.772.488,76	236.357.432,64	5.810.889.863,77	4,46
2022	33.550.661,53	258.323.432,13	5.875.845.820,52	4,97
2023	32.540.542,68	289.074.573,37	5.941.527.875,41	5,41
2024	31.973.989,17	282.264.059,44	6.007.944.144,98	5,23

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2025	30.891.414,31	272.058.901,46	6.075.102.836,54	4,99
2026	29.836.301,30	256.123.732,31	6.143.012.249,10	4,66
2027	28.781.188,29	230.487.754,23	6.211.680.774,45	4,17
2028	27.741.974,23	214.965.550,52	6.281.116.898,21	3,86
2029	26.670.962,26	199.669.526,57	6.351.329.200,82	3,56
2030	25.615.849,25	194.992.752,14	6.422.326.358,66	3,44
2031	24.560.736,24	191.974.319,38	6.494.117.145,09	3,33
2032	23.509.959,30	188.222.279,56	6.566.710.431,53	3,22
2033	11.356.060,22	145.204.109,59	6.640.115.188,59	2,36
Média até 2027:				4,15
Percentual do Limite de Endividamento até 2027:				36,08
Média até o término da operação:				3,85
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação:				33,46

Art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001

Receita Corrente Líquida (RCL)	5.517.129.222,53
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	532.493.577,94
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	2.020.243.807,36
Valor da operação pleiteada	266.266.800,00

Saldo total da dívida líquida	2.819.004.185,30
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,51
Limite da DCL/RCL	1,20

Percentual do limite de endividamento	42,58%
---------------------------------------	--------

Operações de crédito pendentes de regularização

28/06/2017 - 13:27

Processo nº 17944.000355/2014-55

Data da Consulta: 28/06/2017

Não há ocorrência de PVL de operação de crédito a ser regularizada.

---

## Cadastro da Dívida Pública (CDP)

Data da Consulta: 28/06/2017

Exercício/Período	Status	Data do Status
2016	Finalizado	25/01/2017 18:23:19



**TESOURO NACIONAL**



Verificação do Adimplemento com a União para efeito do Disposto no Inciso VI do Art. 21 da

Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001

As informações contidas nesta página têm por exclusivo objetivo a comprovação da Secretaria do Tesouro Nacional quanto ao adimplemento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como quanto às garantias a operações de crédito, que tenham sido, eventualmente, honradas, para efeito de atendimento ao disposto no inciso VI do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

A comprovação de adimplemento constante desta página abrange o cumprimento de todas as obrigações, financeiras e acessórias, estabelecidas nos contratos de financiamento e refinanciamento concedidos pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios, cujo controle e acompanhamento sejam da competência da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as obrigações de ressarcimento decorrentes da honra de aval pela União na condição de garantidora daqueles mesmos entes.

Esta comprovação integra informações de responsabilidade da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros-COAFI e da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios-COREM, da Secretaria do Tesouro Nacional, e é atualizada diariamente, tendo validade somente para a data em que for realizada a consulta, tudo nos termos da regulamentação contida na Portaria nº 106, de 28 de março de

**Dados atualizados em:** 13/07/2017 13:52:37  
**Unidade da Federação:** CEARÁ  
**Mutuário:** FORTALEZA  
**Obrigações Financeiras:** Não há obrigações nesta data  
**Obrigações Acessórias:** Não há obrigações nesta data  
**SITUAÇÃO:** Não há obrigações nesta data

Emitida às 17:52:12 do dia 13/07/2017 (data e hora de Brasília)

Válida em: 13/07/2017

  
Luiz Henrique  
PGFN/COF

CNPJs Pesquisados: todos os órgãos da Administração Direta do ente federado abaixo citado

Ente Federado: Fortaleza/CE

CNPJ principal: 07.954.605/0001-60 - FORTALEZA

Data Pesquisa: 13/07/2017

### I - Obrigações de Adimplência Financeira

Item Legal	Fonte	Situação	Validade
1.1 - Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União (a)	PGFN/RFB	A Comprovar	(*)
1.3 - Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS	CAIXA	Comprovado	15/07/2017
1.4 - Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União	STN	Comprovado	13/07/2017
1.5 - Regularidade perante o Poder Público Federal	CADIN	Comprovado	13/07/2017

### II - Adimplemento na Prestação de Contas de Convênios

Item Legal	Fonte	Situação	Validade
2.1 - Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente			
2.1.1 - SIAFI/Subsistema Transferências	SIAFI/Subsistema Transferências	Comprovado	13/07/2017
2.1.2 - SICONV	SICONV	Comprovado	13/07/2017

### III - Obrigações de Transparência

Item Legal	Fonte	Situação	Validade
3.1 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF	STN/SICONFI	Comprovado	30/09/2017
3.2 - Publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO	STN/SICONFI	Comprovado	30/07/2017
3.3 - Encaminhamento das Contas Anuais	STN/SICONFI	Comprovado	30/04/2018

### IV - Adimplemento de Obrigações Constitucionais ou Legais

Item Legal	Fonte	Situação	Validade
4.1 - Exercício da Plena Competência Tributária	STN/SICONFI	Comprovado	30/04/2018
4.2 - Aplicação Mínima de recursos em Educação	FNDE/SIOPE	Comprovado	30/04/2018
4.3 - Aplicação Mínima de recursos em Saúde	MS/SIOPS	Comprovado	13/07/2017
4.4 - Regularidade Previdenciária	SPPS	Comprovado	18/09/2017

#### \* Notas Explicativas

(\*) - As exigências não comprovadas por meio deste serviço deverão ser comprovadas documentalmente diretamente ao órgão concedente.

a) - O CAUC está sendo ajustado para que a informação de comprovação da Certidão Conjunta abranja também os fundos públicos. Enquanto o ajuste não finalizado, deverá ser feita a comprovação, quando necessária, mediante apresentação da certidão.

Ass. Henrique  
FERNANDES





## PARECER JURIDICO DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

**Parecer nº 018/2016-PG**

Assunto: Minutas do Contrato de Empréstimo para o Programa Fortaleza Cidade Com Futuro com a Corporação Andina de Fomento – CAF.

**Número do Processo Administrativo da Operação de Crédito na Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda: 17944.000355/2014-55**

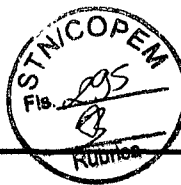
Trata-se da solicitação constante da Ata da Reunião de Negociação do Contrato de Empréstimo Externo entre o Município de Fortaleza e a Corporação Andina de Fomento (CAF) relativo ao Programa Fortaleza Cidade com Futuro, realizada em Brasília, no Escritório da CAF, nos dias 09 e 10 de dezembro de 2014, na qual a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), após a negociação dos contratos, solicita parecer jurídico sobre a legalidade das minutas do Contrato a ser celebrado.

Assim, após vistos e bem examinadas as minutas do Contrato, constatamos que as obrigações são legais e exequíveis.

Fortaleza, 18 de agosto de 2016.

**José Leite Jucá Filho**  
Procurador Geral do Município  
OAB – CE 5.214





Prefeitura de  
**Fortaleza**



## **PARECER JURÍDICO E DECLARAÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA**

Trata-se da análise das condições legais para a contratação, pelo Município de Fortaleza/CE, de Operação de Crédito Externa, no valor de U\$83.250.000,00 (oitenta e três milhões duzentos e cinquenta mil dólares), junto à Corporação Andina de Fomento-CAF, que tem como objeto o financiamento de obras e serviços do Programa Fortaleza Cidade com Futuro.

A Operação de Crédito foi autorizada por intermédio da Lei nº 10.149, de 20/12/2013, publicada no Diário Oficial do Município de Fortaleza em 21/05/2014. ✓

Atesto que todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas. ✓

O Ente, em relação ao art. 35 da LRF, não realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação. ✓

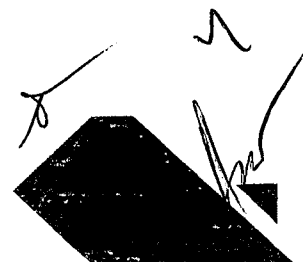
O Ente não praticou nenhuma das ações vedadas pelo art. 5º da RSF nº 43/2001. ✓

O Ente contratou, em 03/07/2002, Operação de Crédito no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000: ✓

Credor	Data da contratação	Identificação do contrato	Valor contratado (R\$)	Lei Autorizadora	Valor da dívida em 31/12/12
Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	03/07/2002	DF-SPF-ANR Nº 003/2002	11.448.139,28	9.991, de 24 de julho de 2000	0,00

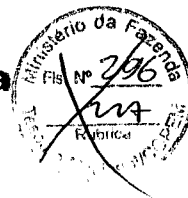
O Ente, em relação às contas dos exercícios **ainda não analisados** pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto: ✓

- a) no art. 23 da LRF – limites de pessoal; ✓
- b) no art. 33 da LRF – não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na LRF; ✓
- c) no art. 37 da LRF – não realização de operações vedadas; ✓
- d) no art. 52 da LRF – publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária; ✓
- e) no § 2º do art. 55 da LRF – publicação do Relatório de Gestão Fiscal; ✓





Prefeitura de  
**Fortaleza**



f) no disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal – limite das Operações de Crédito em relação às Despesas de Capital. ✓

Atesto, relativamente aos exercícios corrente e anterior, que não há Despesas de Capital a serem deduzidas do cálculo do montante de Despesas de Capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal. ✓

O Ente cumpre os demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF. Em observância ao § 4º do art. 18 da RSF nº 43/2001, este Município não teve dívida honrada pelo Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, relativamente a dívidas ainda não liquidadas. ✓

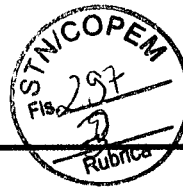
O Ente, relativamente ao art. 23 da LRF, apresenta no Quadro abaixo os seguintes valores das Despesas com Pessoal:

Em: R\$		
DESPESAS COM PESSOAL (Despesa Executada no período de 01/2014 a 12/2014 – último RGF publicado)	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO
Despesa Bruta com Pessoal (I)	2.624.001.289,84	98.510.091,99
Despesas não computadas (art. 19, §1º LRF)=(II)	483.510.857,06	411.610,76
Repasse previdenciários ao REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	—	—
Contribuições Patronais	—	—
Total de despesas com Pessoal para fins de apuração do limite - TDP (IV) = (I-II+III)	2.140.490.432,78	98.098.481,23
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	4.549.938.271,61	4.549.938.271,61
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (Ativo, Inativo e Pensionistas)		
Inativos e Pensionistas		
Percentual (%) do total da despesa com pessoal para fins de apuração do limite - TDP sobre a RCL (IV/V)*100	47,04	2,16

Declaro que constam na Lei nº 10.312, de 29/12/2014, publicada no Suplemento do Diário Oficial do Município ao nº 15.434, de 30/12/2014, que estima a Receita e fixa a Despesa do Ente para o exercício de 2015, dotações necessárias e suficientes à execução do Programa Fortaleza Cidade com Futuro, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação em tela, alocadas nas seguintes fontes e ações:

a) Os recursos provenientes da operação de crédito estão alocados nas seguintes ações:



Prefeitura de  
**Fortaleza**

Ação		Fonte
23.695.0111.1052	Elaboração de Estudos e Projetos	2148
23.695.0111.1148	Promoção de Fortaleza como Destino Turístico	2148
23.695.0111.1325	Realização de Ações Visando o Fortalecimento Institucional	2148
23.695.0111.1327	Infraestrutura e Serviços Básicos	2148
23.695.0111.1334	Requalificação com Acessibilidade dos Corredores Turísticos e Gastronômicos	2148
23.695.0111.1336	Reestruturação da Praça Portugal e Vias de Acesso	2148
23.333.0111.1337	Capacitação Vocacionada para Atividade Turística	2148
23.695.0111.1343	Gestão e Supervisão	2148

b) O aporte de contrapartida local está alocado nas seguintes ações:

Ação		Fonte
23.695.0111.1052	Elaboração de Estudos e Projetos	0100/2100
23.695.0111.1148.0001	Estudos e Pesquisas	0100/2100
23.695.0111.1148	Promoção de Fortaleza como Destino Turístico	0100/2100
23.695.0111.1325	Realização de Ações Visando o Fortalecimento Institucional	2100
23.695.0111.1327.0001	Requalificação Urbana e Ambiental da Avenida Beira mar	2100
23.695.0111.1334	Requalificação com Acessibilidade dos Corredores Turísticos e Gastronômicos	0100/2100
23.695.0111.1336	Reestruturação da Praça Portugal e Vias de Acesso	0100/2100
23.333.0111.1337	Capacitação Vocacionada para Atividade Turística	2100
23.695.0111.1343	Gestão e Supervisão	2100

a) O pagamento de juros e encargos da dívida está previsto na seguinte ação:

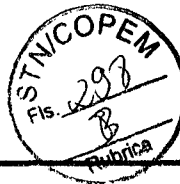
Ação		Fonte
28.844.0012.2893.0001	Serviço da Dívida Externa	0100

Declaro que o Programa indicado acima está inserido no Plano Plurianual do Município de Fortaleza, para o período 2014/2017, estabelecido pela Lei nº 10.095, de 27/09/2013, publicada no Suplemento do Diário Oficial do Município ao nº 15.136, de 09/10/2013, nos programas e ações apresentados no quadro abaixo:

Programa	Ação
0111	Fortaleza Cidade com Futuro

O Ente, em relação às contas do exercício anterior, cumpre o disposto:

No art. 198 da Constituição Federal, tendo aplicado em ações e serviços públicos de saúde, o percentual de 25,32%, calculado de acordo com o estabelecido pela EC 29/2000;



Prefeitura de  
**Fortaleza**



No art. 212 da Constituição Federal, tendo aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, o percentual de 27,21% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências;

No art. 11 da LRF.


Declaro que o Ente não assinou, até a presente data, contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP). ✓

Em observância ao disposto no art. 42 da LRF, declaro, que o Ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres do mandato do Chefe do Poder Executivo, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. ✓

Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e constarão da Lei Orçamentária do exercício em que ocorrerem. ✓

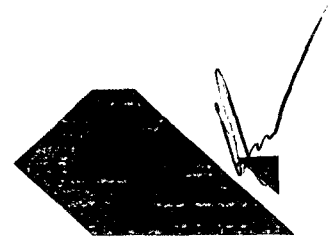
Declaro que estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), todos os CNPJs da Administração Direta do Ente. ✓

Fortaleza, 09 de fevereiro de 2015.

  
**JOSÉ LEITE JUCÁ FILHO**  
Procurador Geral do Município

Aprovo o parecer e declaro serem verdadeiras as informações que deram base à opinião jurídica.

  
**ROBERTO CLAUDIO RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal





**PARECER JURÍDICO E DECLARAÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO**  
**OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA**

Trata-se da análise das condições legais para a contratação, pelo Município de Fortaleza/CE, de Operação de Crédito Externa, no valor de US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e cinquenta mil dólares americanos), junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF, recursos a serem destinados ao Programa Aldeia da Praia – Fortaleza Cidade com Futuro visando a implantação da infraestrutura para a urbanização do Titanzinho e Serviluz, Corredores Turísticos, Museu do Mar, Via Paisagística da Sabiaguaba e Reestruturação da Praça Portugal e Vias de Acesso, dentre outras ações e atividades para promover o potencial turístico e a competitividade da cidade de Fortaleza.

A Operação de Crédito foi autorizada por intermédio da Lei nº 10.149, de 20/12/2013, publicada em 26/12/2013 no Diário Oficial do Município de Fortaleza.

Atesto que todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do artigo 29, § 1º e artigo 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN.

O Ente, em relação ao artigo 35 da Lei Complementar nº 101/2000, não realizou Operação de Crédito junto a outro Ente da Federação.

O Ente não praticou nenhuma das ações vedadas pelo artigo 5º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

O Ente contratou, em 03/07/2002, Operação de Crédito no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000.

Nome da instituição não financeira, financeira ou cooperativa de crédito	Data da contratação	Identificação do contrato	Valor contratado (R\$)	Lei Autorizadora	Valor da dívida em 31/12/2012
Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	03/07/2002	DF-SPF-ANR Nº 003/2002	11.448.139,28	9.991, de 24 de julho de 2000	0,00



O Ente, em relação às contas dos exercícios **ainda não analisados** pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto: a) no art. 23 – limites de pessoal; no art. 33 – não contratação de Operação de Crédito realizada com infração do disposto na Lei Complementar nº 101/2000; no art. 37 – não realização de operações vedadas; no art. 52 – publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no § 2º do art. 55 – publicação do Relatório de Gestão Fiscal, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como cumpre o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal – limite das Operações de Crédito em relação às Despesas de Capital.

Atesto, relativamente aos exercícios corrente e anterior, que não há Despesas de Capital a serem deduzidas do cálculo do montante de Despesas de Capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal.

O Ente cumpre os demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os valores das Despesas com Pessoal, no período 01/2013 a 12/2013:

Em R\$		
<b>DESPESAS COM PESSOAL (Despesa executada no período de 01/2013 a 12/2013 – último RGF publicado)</b>	<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>PODER LEGISLATIVO</b>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.364.447.293,08	87.448.851,38
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1º LRF)=(II) (I)	397.473.516,98	0
Repasse previdenciários ao REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Contribuições Patronais	0	0
TOTAL DE DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I-II+III)	1.966.973.776,10	87.448.851,38
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	3.860.689.146,47	3.860.689.146,47
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (Ativo, Inativo e Pensionistas) (se estiver computado na despesa bruta com pessoal, informar zero)	0	0
Inativos e Pensionistas (informar valores somente se não estiver computado na despesa bruta com pessoal, caso contrário, informar zero)	0	0
Percentual (%) do total da despesa com pessoal para fins de apuração do limite - TDP sobre a RCL (IV/V)*100	50,95	2,27





Declaro constar na Lei Orçamentária Anual nº 10.131, de 13/12/2013, publicada no Diário Oficial do Município de Fortaleza no dia 20/12/2013, para o exercício de 2014, dotações necessárias e suficientes à execução do Programa Aldeia da Praia – Fortaleza Cidade com Futuro, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação em tela, alocadas nas seguintes fontes e ações:

a) Os recursos provenientes da Operação de Crédito estão alocados na seguinte ação:

Ação		Fonte
30101.23.695.0110.1327.0003	Requalificação da Praia do Futuro	148
30101.23.695.0110.1327.0005	Infraestrutura e Serviços Básicos	148
30101.23.695.0111.1332.0001	Instalação de Cabeamento Subterrâneo dos Corredores	148
30101.23.695.0111.1335.0001	Requalif. com Acessibilidade dos Corredores Gastronômicos	148
30101.23.695.0111.1336.0001	Reestruturação da Praça Portugal e Vias de Acesso	148
30101.23.695.0111.1338.0001	Museu do Mar	148
30101.23.695.0111.1343.0001	Gestão do Programa – Fortaleza Cidade com Futuro	148

b) O aporte de contrapartida local está alocado nas seguintes ações:

Ação		Fonte
30101.23.695.0110.1327.0003	Requalificação da Praia do Futuro	2100
30101.23.695.0110.1327.0005	Infraestrutura e Serviços Básicos	2100
30101.23.695.0111.1332.0001	Instalação de Cabeamento Subterrâneo dos Corredores	2100
30101.23.695.0111.1336.0001	Reestruturação da Praça Portugal e Vias de Acesso	2100
30101.23.695.0111.1338.0001	Museu do Mar	2100
30101.23.695.0111.1343.0001	Gestão do Programa – Fortaleza Cidade com Futuro	2100

c) O pagamento de juros e encargos da dívida está previsto na seguinte ação:

Ação		Fonte
28.846.0012.2988.0001	Serviço da Dívida Externa	0100

Declaro, que o Programa Aldeia da Praia – Fortaleza Cidade com Futuro está inserido no Plano Plurianual de Fortaleza (PPA), para o período 2014/2017, estabelecido pela Lei 10.095, de 27 de







setembro de 2013, Suplemento ao DOM nº 15.136, de 9 de outubro de 2013, nos programas e ações apresentados no quadro abaixo:

Programa	Ação
110 – Prodetur Nacional	1327 – Infraestrutura e Serviços Básicos
111 – Fortaleza Cidade Com Futuro	1331 – Urbanização e Padronização da Infraestrutura Turística - Novo Serviluz
	1332 – Instalação de Cabeamento Subterrâneo dos Corredores Turísticos
	1334 – Requalificação com Acessibilidade dos Corredores Turísticos
	1335 – Requalificação com Acessibilidade dos Corredores Gastronômicos
	1336 – Reestruturação da Praça Portugal e Vias de Acesso
	1337 – Capacitação Vocacional para Atividade Turística – Titanzinho e Serviluz
	1338 – Construção do Museu do Mar
	1341 – Elaboração de Pesquisa de Mercado e Promoção de Destinos Turísticos
	1342 – Segurança Turística – Segurança Cidadã
	1343 – Gestão do Programa – Fortaleza Cidade com Futuro

O Ente, em relação às contas do exercício anterior, cumpriu o disposto:

(2013)

• No art. 198 da Constituição Federal, tendo aplicado em ações e serviços públicos de saúde, o percentual de 26,03%, calculado de acordo com o estabelecido pela EC 29/2000;

• No art. 212 da Constituição Federal, tendo aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, o percentual de 27,08% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências;

• No art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000.

Declaro que o Ente não assinou, até a presente data, contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP).

Em observância ao disposto no art. 42 da LRF, declaro que o Ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres do mandato do Chefe do Poder Executivo, obrigação de despesa que não

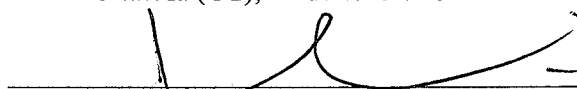


possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e constarão da Lei Orçamentária do exercício em que ocorrerem.

Declaro que estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), todos os CNPJs da Administração Direta do Ente.

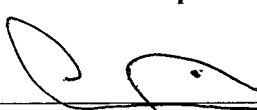
Fortaleza (CE), de fevereiro de 2014

  
**JOSÉ LEITE JUCÁ FILHO**  
Procurador Geral do Município

Aprovo o parecer e declaro serem verdadeiras as informações que deram base à opinião jurídica.

  
**ROBERTO CLAUDIO RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

  
**JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO**  
Secretário Municipal de Finanças

  
**MARLON CARVALHO CÂMARA**  
Secretário da Controladoria, Ouvidoria e Transparência





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito



**PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO**  
**RELAÇÃO BENEFÍCIO – CUSTO**

**1. INTRODUÇÃO**

O principal objetivo da avaliação de projetos é determinar a viabilidade dos investimentos mediante o uso de critérios que busquem uma ordenação, de forma a excluir as opções menos atrativas ou mais arriscadas. Essa ordenação envolve métodos de avaliação que, quando se leva em consideração situações de interesse público, tornam-se um pouco mais complicados que quando se avalia projetos de interesse privado. Assim, projetos públicos requerem métodos mais elaborados para a sua avaliação.

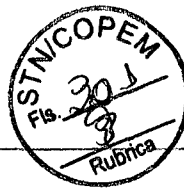
Os projetos públicos têm como objetivo fornecer bens e serviços que possam aumentar o bem-estar da sociedade. Para dar suporte à tomada de decisões governamentais, o método de análise custo-benefício é o que cumpre melhor as exigências, embora se utilize de técnicas de avaliação de projetos privados para atribuir valor social a todos os efeitos de um determinado projeto. Também, devem ser considerados métodos que levem em conta os efeitos externos do projeto. Os efeitos externos, ou melhor, não intencionais produzidos por um projeto são chamados de externalidades. Esse tipo de efeito entra, também, na avaliação dos projetos públicos.

Entretanto, foi somente a partir dos anos sessenta que os responsáveis pela elaboração dos projetos de investimentos passaram a se preocupar com as externalidades causadas pela execução de tais projetos, como os impactos antropológicos, socioeconômicos e ambientais. Com a inclusão dessa variável, a elaboração e a análise dos projetos ficaram mais trabalhosas, devido principalmente a dificuldade de encontrar uma unidade de medida padrão para mensurar essas externalidades. Mesmo com essa dificuldade, foram criadas diversas formas de incorporação dos aspectos externos na análise econômica de um projeto. Contudo, não há uma metodologia perfeitamente estabelecida e aceita para quantificar as externalidades. Apesar disso, tais externalidades não podem ser ignoradas na avaliação social de projetos.

A presente avaliação visa a apresentar os indicadores econômicos que merecem maior consideração na análise do Programa Fortaleza Cidade com Futuro. A análise a ser realizada está estruturada de forma sequencial e didática a partir do roteiro a seguir:

- Programas e ações estruturantes do Município de Fortaleza
- Programa Fortaleza Cidade com Futuro: caracterização do programa
- Procedimentos e ferramentas metodológicas
- Conversão de preços de mercado para preços de eficiência
- Avaliação Econômica dos Componentes de Obras e Avaliação Financeira





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito



- Notas conclusivas
- Anexos
- Referências bibliográficas

## **2. PROGRAMAS E AÇÕES ESTRUTURANTES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

O Município de Fortaleza vem desenvolvendo um conjunto de ações com vistas a melhorar a qualidade de vida de sua população. Estas ações podem ser agrupadas da seguinte forma:

- Aprimoramento dos instrumentos de gestão do território municipal a partir de uma visão de longo prazo, buscando promover o desenvolvimento sustentável e incluindo a população nesse processo de planejamento - é neste ponto que se inclui o Plano Diretor Participativo de Fortaleza;
- Políticas de melhoria da mobilidade urbana;
- Habitação;
- Infraestrutura;
- Ações para promoção do desenvolvimento econômico municipal, notadamente para o fortalecimento da atividade turística.

A seguir, são relacionados alguns dos programas mais importantes conduzidos pelo Município de Fortaleza.

### **2.1. PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FORTALEZA - PDP/FOR**

O Plano Diretor Participativo de Fortaleza, lançado solenemente no dia 13 de março de 2009, busca dar resposta aos problemas encontrados na cidade, além de estabelecer diretrizes para a política de desenvolvimento urbano. O Plano toma como princípios da Política Urbana: as funções socioambientais da cidade, a função social da propriedade, a gestão democrática da cidade e a equidade. Ainda estabelece, no Título "DAS DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS DAS POLÍTICAS SETORIAIS", um capítulo sobre a política em relação ao Turismo.

O Plano trata da revisão do antigo Plano Diretor de Fortaleza de 1992 e estabelece atualmente diversos pontos de preservação ambiental no Município, como o Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba, bem como as funções que podem ser desenvolvidas, entre elas estão as atividades de ecoturismo e turismo comunitário. Além disso, trata a educação profissional no campo do turismo como estratégia da Política de Desenvolvimento Econômico.

No que diz respeito ao próprio capítulo "POLÍTICA DE TURISMO", o Plano traça os objetivos, as diretrizes e ações estratégicas afeitas ao Turismo em Fortaleza. Dentre as quais se destacam as seguintes ações estratégicas:





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

- A elaboração do Inventário da Oferta Turística de Fortaleza, o qual deve ser atualizado a cada dez anos e servirá de subsídio para a elaboração, do Plano Diretor de Turismo de Fortaleza, bem como suas futuras revisões, incluindo um diagnóstico prospectivo no intervalo de cinco anos;
- A elaboração e implementação do Plano Diretor de Turismo de Fortaleza;
- A criação e implementação de um sistema de informações turísticas.

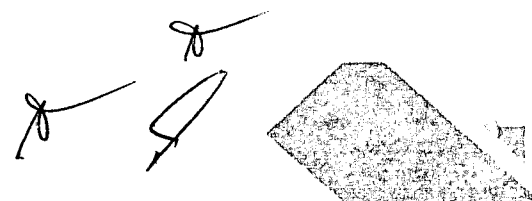
Os investimentos de infraestrutura turística são direcionados em áreas específicas, sendo elas: a Barra do Ceará, Centro da Cidade, Praia de Iracema, Beira Mar, Morro de Santa Teresinha, a Praia do Futuro, as unidades de conservação, Messejana e Grande Parangaba. Promovendo a requalificação urbana da cidade, em especial das faixas de praia. Além de se comprometer com o estímulo ao desenvolvimento turístico, no intuito de: criação de cooperativas populares; desenvolvimento de programas de qualificação profissional e técnica para a população local; desenvolvimento sustentável e integração turística entre os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

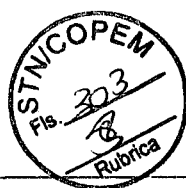
Diante deste cenário, o Município de Fortaleza elaborou o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS FORTALEZA, através da Secretaria de Turismo de Fortaleza, em convênio com a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC.

## 2.2. PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS

O Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social - PREURBIS, em preparação junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID no valor global de US\$ 99.000.000,00 (noventa e nove milhões de dólares), dos quais US\$ 59.400.000,00 (cinquenta e nove milhões e quatrocentos mil dólares) constituem parcela de financiamento e US\$ 39.600.000,00 (trinta e nove milhões e seiscentos mil dólares) de contrapartida nacional, consiste na requalificação urbana de áreas de risco ou em áreas de preservação ambiental, tendo como beneficiários diretos a população de baixa renda, na busca da sua sustentabilidade socioeconômica e melhoria de vida. As áreas de risco são identificadas através de um estudo almejando subsidiar as atividades (elaboração de diagnóstico físico e socioeconômico das áreas selecionadas, concepção dos Projetos piloto execução de obras) que, posteriormente, serão realizadas.

O Programa é uma iniciativa da Secretaria Municipal da Infraestrutura (SEINF), com a participação da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR), da Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) e das Secretarias Regionais.





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

A implantação de habitação nas áreas selecionadas será vinculada também à melhoria da infraestrutura, na busca da sustentabilidade e da elevação dos padrões socioeconômicos das comunidades pertencentes a estas regiões.

### 2.3. PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO DE FORTALEZA – TRANSFOR

Programa de Transporte Urbano de Fortaleza, operação de crédito contratada junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor global de US\$ 142.200.000,00 (cento e quarenta e dois milhões, duzentos mil dólares), dos quais US\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de dólares) constituem parcela de financiamento e US\$ 85.200.000,00 (oitenta e cinco milhões de dólares) são de contrapartida nacional.

O Programa tem como objetivo melhorar a qualidade do transporte urbano municipal, com a finalidade de gerar melhor qualidade de vida da população na região metropolitana de Fortaleza. Seus objetivos específicos são: priorizar os transportes públicos diminuindo o tempo de viagem, reduzir os custos no segmento dos transportes, diminuir o tempo de embarque e desembarque dos passageiros, visa também assegurar e aumentar a segurança do trânsito dos veículos motorizados, não motorizados e dos pedestres e diminuir os índices de poluição sonora municipal.

As diretrizes básicas preconizam a atualização e modernização do Sistema Integrado de Transporte - SIT, mantendo-se o sistema tronco-alimentador, como premissa básica de operação, a partir de intervenções e melhorias no sistema a um baixo custo, obedecendo à legislação e planos vigentes no município, para que sejam aplicáveis em amplas áreas da Cidade de Fortaleza.

### 2.4. PROGRAMA INTEGRADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE PARA FORTALEZA – PIPPJ

O Banco Interamericano de Desenvolvimento aprovou um empréstimo de US\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de dólares) para apoiar a cidade de Fortaleza em sua iniciativa de promover atividades culturais, esportivas, recreativas e de qualificação profissional para a juventude.

O programa pretende criar melhores oportunidades para os jovens, especialmente os que se encontram em situação de risco.

Os fundos apoiam o "Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude para Fortaleza", que deve resultar em uma queda de 10% nos índices de gravidez não planejada de adolescentes, evasão escolar e desemprego até 2014.

Mais de 40% dos 721.000 (setecentos e vinte e um mil) jovens de Fortaleza pertencem a famílias de renda extremamente baixa e quase dois terços não trabalham. Aproximadamente 40%





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

dos jovens com idade entre 18 e 29 anos têm menos de oito anos de escolaridade e 16% dos adolescentes de 15 a 17 anos estão fora da escola.

Além disso, a falta de espaço para atividades comunitárias na capital cearense contribui para uma alta incidência de comportamentos de risco entre os jovens, com um impacto negativo para o seu desenvolvimento e um alto custo para a sociedade em geral.

Visando solucionar a esses problemas, a maior parte dos recursos do BID será dedicada à construção de seis Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte em áreas pobres da cidade e ao financiamento de atividades culturais, sociais e de qualificação profissional nesses centros. O empréstimo também financiará o fortalecimento da capacidade institucional do município para promover programas e serviços eficazes voltados aos jovens de 15 a 29 anos, e das alianças entre os setores público e privado e a sociedade civil que dão suporte a esses programas.

## 2.5. DRENURB

O DRENURB Fortaleza, programa desenvolvido em parceria com a CAF e com o BNDES, vem para complementar os demais programas já que cria a infraestrutura pública necessária para muitos daqueles se desenvolverem.

O principal objetivo do DRENURB é melhorar a qualidade de vida e as condições sanitárias e ambientais da população de Fortaleza, mediante o desenvolvimento de ações para o controle de enchentes, a recuperação e preservação do meio ambiente natural e o saneamento de bacias hidrográficas.

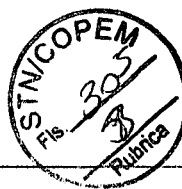
O Programa de Drenagem Urbana de Fortaleza executa ações para ampliação e recuperação de sistemas de drenagem, limpeza e urbanização de lagoas, instalação de eco pontos, desapropriação e reassentamento de famílias residentes em áreas de risco.

Quando foi concebido, o sistema de drenagem existente em Fortaleza abrangia apenas 30% de toda a cidade. Com o Drenurb, esse sistema terá uma abrangência de cerca de 70%. O Programa, que prevê 72 obras e 81 projetos, teve início no segundo semestre de 2010, com a reconstrução e ampliação do bueiro sobre o riacho Maceió, na Av. Abolição. Com a obra, o Município resolveu um problema histórico de alagamento, beneficiando os bairros Aldeota, Meireles, Mucuripe, Varjota, Papicu e Vicente Pinzón.

## 2.6. PROGRAMAS HABITACIONAIS EM EXECUÇÃO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

O Programa "Habitar Bem" inclui iniciativas como construção de praça com equipamento comunitário, execução de novas unidades habitacionais, requalificação da malha viária com construção de novas vias e execução de melhorias habitacionais na região do Serviluz, com ações





multi setoriais, incluindo na execução, além da Habitafor, a Secretaria de Infraestrutura de Fortaleza (SEINF) e a Secretaria de Turismo de Fortaleza (SETFOR).

No programa de Regularização Fundiária de Assentamentos Precários, a Habitafor atende a famílias que vivem em áreas irregulares, em antigas ocupações, promovendo a implantação de medidas técnicas, administrativas e/ou jurídicas necessárias à efetivação da regularização fundiária jurídico-patrimonial em favor dos beneficiários, obtida por meio da titulação, o chamado "papel da casa". Por intermédio deste projeto, a Fundação transforma em proprietários os moradores de áreas ocupadas de forma irregular ou de novas unidades habitacionais construídas através do programa de produção habitacional da cidade.

O "Melhorias Habitacionais" tem como objetivo possibilitar o financiamento de pequenas reformas em unidades habitacionais, focado na população de baixa renda. Com a iniciativa, as famílias beneficiadas poderão ter acesso a construção de banheiro, cômodos, coberta, fazer instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, inclusive adquirir piso. Pelas regras do programa, previsto na Lei 9507/2009, é concedido um montante de R\$ 900,00 (novecentos reais) para cada família a fim de financiar as reformas. Deste valor, o Município garante um subsídio de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). O restante, R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), a família beneficiada assume o pagamento dividido em prestações de 18 a 24 meses.

## 2.7. PRODETUR NACIONAL FORTALEZA

Financiado pela Corporação Andina de Fomento - CAF, pelo Ministério do Turismo - MTUR e pelo Município de Fortaleza - PMF, o PRODETUR tem por objetivo desenvolver a atividade turística na cidade de Fortaleza de maneira sustentável, o qual propiciará uma adequada gestão municipal que tenha como diretrizes planos estratégicos que complementem as intervenções de infraestrutura urbana previstas. Estas ações, que contemplam ampliar a cobertura da infraestrutura básica da cidade, incluem estudos de engenharia, elaboração e execução de planos estratégicos de apoio à atividade turística e execução de obras de infraestrutura localizadas na zona norte da cidade de Fortaleza, na orla da Beira-Mar e da Praia do Futuro.

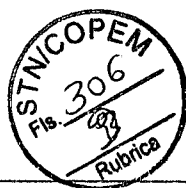
## 2.8. INVENTÁRIO AMBIENTAL DE FORTALEZA

Diante do processo acelerado de urbanização pelo qual vem passando a cidade de Fortaleza, mediante o desrespeito às características e condições dos espaços naturais, decréscimo de um processo desordenado de ocupação, torna-se imprescindível o desenvolvimento de políticas de preservação dos espaços naturais.

Nessa perspectiva, o Município de Fortaleza, através de sua Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA, reconhecendo a necessidade de definir e estruturar um Sistema de Proteção Ambiental para o município decidiu elaborar o Inventário Ambiental dos







**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

Sistemas Hídricos e Orla Marítima do Município de Fortaleza / Inventário Ambiental de Fortaleza, em harmonia com a Legislação Urbanística Municipal.

O aludido inventário foi coordenado pela ASTEF/ Associação Técnico-Científica Engenheiro Paulo de Frontin, em parceria com consultorias técnicas especializadas. O Inventário Ambiental de Fortaleza visa especificamente contribuir para a consolidação da Síntese Diagnóstica do Município de Fortaleza e do Banco de Dados de Informações Municipais e, com base neste, promover a atualização dos sistemas normalizadores do controle do desenvolvimento urbano de Fortaleza. As recomendações do Estatuto da Cidade, do Plano Estratégico do Município de Fortaleza, bem como o atual Plano Diretor Participativo - PDP Fortaleza fornecem subsídios para o desenvolvimento do documento.

O Inventário Ambiental de Fortaleza reúne um banco de dados referentes aos recursos naturais do município; divulga a existência de um rico patrimônio ambiental que, ao longo das últimas décadas, tem sofrido com um acelerado processo de degradação; e, principalmente, alerta quanto à necessidade de sua conservação e preservação.

Vale ressaltar que a atual Administração já estabeleceu como meta a atualização do referido inventário para subsidiar a elaboração de um Plano Diretor de Meio Ambiente de Fortaleza.

### **3. PROGRAMA FORTALEZA CIDADE COM FUTURO** ←

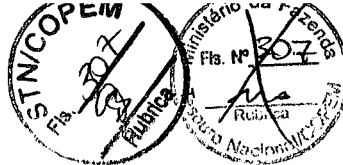
A sustentabilidade urbana das metrópoles é um tema de grande importância para o futuro da humanidade. Nestas se concentram tanto oportunidades de trabalho, serviços e atividades culturais, quanto muitos problemas sociais.

Em busca do desenvolvimento urbano sustentável, diversas cidades estão revitalizando áreas abandonadas ou degradadas. Nas últimas décadas, metrópoles do mundo inteiro têm despertado para o novo paradigma do desenvolvimento sustentável, onde seja possível a reutilização do patrimônio instalado, a requalificação de espaços degradados, o desenvolvimento econômico que concretamente, objetiva melhorar a qualidade de vida das comunidades locais e a melhoria das infraestruturas sociais.

O histórico positivo mostra que a realização de intervenções pontuais de qualidade, inseridas em um planejamento estratégico, tendem a gerar impactos positivos e crescentes sobre o seu entorno e a cidade como um todo, visto não ser possível esquecer que a sustentabilidade só poderá ser impulsionada através da operacionalização de um modelo de planejamento que possa privilegiar todas as suas dimensões.

Nessa ótica, o processo de renovação urbana possui uma estreita relação com o turismo, atuando como um dos principais dinamizadores, econômico e social, nos casos bem sucedidos de revitalização de zonas degradadas, subutilizadas, mal utilizadas ou abandonadas. O Turismo





pode, além de criar novas condições de trabalho, moradia, transporte, cultura e lazer para a população que ali vive, fomentar expressivamente o desenvolvimento econômico da região, sendo uma ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico, no caso de Fortaleza.

Neste cenário, a capital cearense, por seu litoral, detém um grande potencial turístico. Em 2012, a cidade ora referenciada, foi considerada a 4ª cidade mais visitada por turistas brasileiros, recebendo cerca de 2% de todas as visitas turísticas de brasileiros, sendo o 2º destino mais desejado do Brasil, conforme dados divulgados pelo Ministério do Turismo.

O Programa Fortaleza Cidade com Futuro tem como finalidade integrar o litoral de Fortaleza, do leste ao oeste, com a cidade, melhorando a acessibilidade, promovendo o desenvolvimento integrado, melhorando as condições socioeconômicas da população residente nas áreas de intervenção, impulsionando o desenvolvimento turístico da cidade como um todo, garantindo a sua função social.

#### **4. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DA CAF COMO ÓRGÃO FINANCIADOR**

O Município de Fortaleza elegeu o Turismo como uma das principais vertentes de desenvolvimento, pois este tem uma grande relevância econômica. Portanto, o Turismo é uma estratégia de Desenvolvimento Econômico para o Município de Fortaleza.

As relações de cooperação entre instituições governamentais brasileiras e internacionais são decorrentes de programas amplos e de políticas de desenvolvimento, as quais devem ser consideradas antes de se formular uma proposta de estabelecimento de relação de cooperação técnica e financeira.

A partir da criação do Programa intitulado “Cidades com Futuro” a CAF destaca a necessidade de cidades mais inclusivas, competitivas e eco eficientes, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de todos os seus habitantes. Estas diretrizes se coadunam com o interesse do Município de Fortaleza em desenvolver de forma sustentável seu território tendo como base a Cadeia Econômica do Turismo.

As ações definidas pela CAF no Programa são voltadas para o Desenvolvimento Urbano Integrado, Transformação Produtiva, Sustentabilidade Ambiental, Fortalecimento Institucional e Segurança Cidadã.

Dentro do planejamento contínuo elaborado pela Prefeitura de Fortaleza, refletido no Plano Diretor Municipal, com a delimitação de aplicação do Projeto Orla, as ações planejadas guardam total aderência com as acima descritas pelo Programa “Cidades com Futuro” desenvolvido pela CAF. Neste contexto a Secretaria de Turismo elaborou o Programa Fortaleza – Cidade com Futuro que tem a finalidade de integrar o litoral de Fortaleza, do leste ao oeste, com a cidade, melhorando a acessibilidade, promovendo o desenvolvimento integrado, melhorando as condições





socioeconômicas da população residente nas áreas de intervenção, impulsionando o desenvolvimento turístico da cidade como um todo, garantindo a sua função social.

O Programa Fortaleza – Cidade com Futuro é fortalecido à medida que se coaduna com planejamentos federais para o desenvolvimento do Turismo no país, apresentados principalmente pelo Ministério do Turismo, tais como o Plano Nacional de Turismo 2013-2016 e Plano Aquarela 2020.

Este Programa não ocorre de forma isolada, mas em paralelo a políticas nacionais de longo prazo que guardam com ela semelhanças, o que a favorece sobremaneira, na medida em que se aproveita dos investimentos já realizados (ou previstos) para o desenvolvimento do setor.

Assim, vale ressaltar que a criação pela CAF do Programa “Cidades com Futuro”, como um mecanismo multilateral de financiamento de projetos relacionados principalmente, com problemas ligados a sustentabilidade das cidades, fez com que o Município de Fortaleza escolhesse a CAF como órgão financiador para o Programa Fortaleza Cidade com Futuro.

## **5. PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS METODOLÓGICAS**

### **5.1. FERRAMENTAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A viabilidade socioeconômica de projetos deverá resultar de uma análise de benefícios e custos econômicos de longo prazo, atendendo ao princípio de maximização da rentabilidade social do investimento, isto é, que o valor presente dos benefícios totais gerados pelo programa seja maior que o valor presente de todos os custos necessários à sua implantação e posterior funcionamento, ambos descontados à mesma taxa.

Portanto, deve-se estimar a totalidade dos fluxos de custos e de benefícios do programa a ser avaliado e calcular, no mínimo, os seguintes indicadores:

- **Valor Presente Líquido (VPL):** um projeto será rentável do ponto de vista social se seu VPL (descontado a taxa estabelecida) for maior que zero, pois neste caso os recursos obtidos são maiores que os recursos utilizados. Se houver vários projetos excludentes para alcançar o mesmo resultado, a regra econômica correta é escolher a alternativa que tiver maior VPL.
- **Relação Benefício/Custo (RBC):** se a RBC for igual a 1 ( $VPL = 0$ ), significa que o Valor Presente dos fluxos de Benefícios e de Custos, descontados a mesma taxa são iguais. Se for maior que 1 significa que os benefícios superam os custos.
- **Taxa Interna de Retorno (T/R)** caso a TIR seja superior ao custo de oportunidade assumido no estudo, o programa é apontado como viável.





- Retorno sobre o Investimento (ROI): obtido a partir da relação entre o VPL e o valor presente dos investimentos, indica o potencial de geração de valor do programa.

Os indicadores do programa são calculados descontando-se o fluxo de caixa do programa projetado para 20 anos considerando-se um custo de oportunidade de 12% ao ano. Para a montagem do fluxo, considerou-se o seguinte:

- Investimentos: valores obtidos diretamente da matriz de investimentos do programa;
- Custos: consideraram-se os custos gerados de operação, manutenção e conservação gerados a partir da implantação do programa;
- Benefícios: efeito-renda dos investimentos públicos em construção civil; impactos sobre a renda do aumento do fluxo turístico (principal benefício do Programa Fortaleza Cidade com Futuro); e receita de desinvestimento.

O fluxo econômico global do programa foi projetado convertendo-se os valores informados em preços de mercado para preço-eficiência, seguindo as orientações de BID.BNB (2002) e resumidas na Tabela 1. Todos os itens de custo foram convertidos para preços de eficiência utilizando o fator de conversão padrão.

Tabela 1 - Conversão de Preços de Mercado em Preços de Eficiência – Fonte: BID, BNB (2002).

Item	Preço de Mercado	Fator de Conversão	Preço de Eficiência
Mão-de-obra não qualificada	X1	0,23	$0,23 \cdot X1$
Mão-de-obra qualificada	X2	0,79	$0,79 \cdot X2$
Materiais Nacionais	X3	0,94	$0,94 \cdot X3$
Materiais importados	X4	1,00	$1,00 \cdot X4$
Equipamentos nacionais	X5	0,94	$0,94 \cdot X5$
Equipamentos importados	X6	1,00	$1,00 \cdot X6$
TOTAL	$X1 + X2 + \dots + X6$	-	$0,23X1 + \dots + 1,00X6$
Fator de Conversão Padrão = 0,94			

Projetado o fluxo econômico e apurado os principais indicadores de atratividade do programa, na sequência foram conduzidas análises de sensibilidade com o intuito de verificar o impacto de modificações nos benefícios e custos do programa sobre o resultado da avaliação econômica.

## 5.2. ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA

A análise de viabilidade econômica de empreendimentos públicos é realizada a partir da apuração e análise de indicadores de atratividade com base em um fluxo econômico que tem seu saldo descontado para valor presente. O primeiro passo, portanto, é montar o fluxo de caixa para em seguida calcular o Valor Presente Líquido, a Relação Benefício-Custo e o Retorno Social do Investimento.





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

### 5.2.1. INVESTIMENTOS

O orçamento de investimentos diretos dos componentes " Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz", Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar", "Corredores Turísticos", "Corredores Gastronômicos", " Reforma e Melhoria dos Acessos na Praça Portugal", "Projeto de Proteção /Recuperação Contra a Erosão Costeira" e "Descontaminação da Costa de Fortaleza", do Programa Fortaleza Cidade com Futuro - foi estabelecido em R\$ 129.196.000,00, R\$ 14.051.070,00, R\$ 28.978.000,00, R\$ 10.450.000,00, R\$ 37.620.000,00, R\$ 61.749.050,00 e R\$ 5.538.500,00, respectivamente, o que corresponde à soma dos itens referentes a investimentos para o desenvolvimento urbano integrado, as ações para acessibilidade, mobilidade e logística urbana e para a sustentabilidade ambiental.

Para a montagem do Fluxo de Caixa dos componentes, considerou-se o cronograma de desembolsos exibido na Tabela 2. A Tabela 3 mostra o cronograma de investimentos transformado para preço-eficiência.

Tabela 2 - Cronograma de Investimentos a Preço de Mercado (R\$)

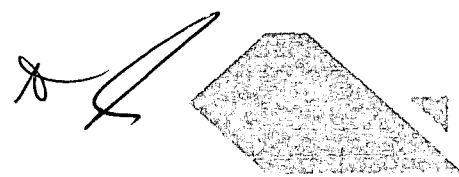
ANO	2015
<b>Investimento (R\$)</b>	<b>287.582.620,00</b>
Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz	129.196.000,00
Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar	14.051.070,00
Corredores Turísticos	28.978.000,00
Corredores Gastronômicos	10.450.000,00
Reestruturação da Praça Portugal e Vias de acesso	37.620.000,00
Projeto de Proteção/Recuperação Contra a Erosão Costeira	61.749.050,00
Despoluição de parte da Orla de Fortaleza	5.538.500,00

Tabela 3 - Cronograma de Investimentos a preços de eficiência (R\$)

ANO	2015
<b>Investimento (R\$)</b>	<b>270.327.662,80</b>
Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz	121.444.240,00
Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar	13.208.005,80
Corredores Turísticos	27.239.320,00
Corredores Gastronômicos	9.823.000,00
Reestruturação da Praça Portugal e Vias de acesso	35.362.800,00
Projeto de Proteção/Recuperação Contra a Erosão Costeira	58.044.107,00
Despoluição de parte da Orla de Fortaleza	5.206.190,00

### 5.3. CUSTOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Por tratar-se de obras de requalificação urbana, estabeleceu-se que o custo anual médio com operação e manutenção das obras a serem implantadas é de 1,34% do investimento realizado, incidindo a partir do ano seguinte ao da realização da obra, de acordo com o





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

PRODETUR - FORTALEZA, a partir de análises da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA-CE) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT).

Os custos de conservação e manutenção dos componentes " Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz", Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar", "Corredores Turísticos", "Corredores Gastronômicos", " Reforma e Melhoria dos Acessos na Praça Portugal", "Projeto de Proteção /Recuperação Contra a Erosão Costeira" e "Descontaminação da Costa de Fortaleza", do Programa Fortaleza Cidade com Futuro - estão detalhados nas Tabelas 4 (preços de mercado) e 5 (preços de eficiência).





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

Tabela 4 - Preços de Mercado dos Custos de Conservação e Manutenção

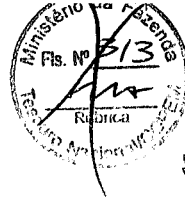
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Custos (R\$)</b>	-	3.853.607,11	3.853.607,11	3.853.607,11	3.853.607,11	3.853.607,11	3.853.607,11	3.853.607,11	3.853.607,11	3.853.607,11
Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz	-	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40
Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar	-	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34
Corredores Turísticos	-	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20
Corredores Gastronômicos	-	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00
Reestruturação da Praça Portugal e Vias de acesso	-	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00
Projeto de Proteção/Recuperação Contra a Erosão Costeira	-	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27
Despoluição de parte da Orla de Fortaleza	-	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

Ano	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
<b>Custos (R\$)</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>
Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40
Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34
Corredores Turísticos	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20
Corredores Gastronômicos	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00
Reestruturação da Praça Portugal e Vias de acesso	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00
Projeto de Proteção/Recuperação Contra a Erosão Costeira	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27
Despoluição de parte da Orla de Fortaleza	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90



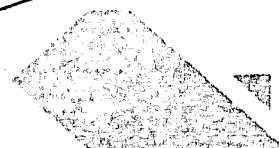




**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

**Tabela 5 - Preços de Eficiência dos Custos de Conservação e Manutenção**

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Custos (R\$)</b>	-	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68
Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz	-	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82
Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar	-	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28
Corredores Turísticos	-	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89
Corredores Gastronômicos	-	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20
Reestruturação da Praça Portugal e Vias de acesso	-	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52
Projeto de Proteção/Recuperação Contra a Erosão Costeira	-	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03
Despoluição de parte da Orla de Fortaleza	-	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

Ano	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
<b>Custos (R\$)</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>
Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82
Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28
Corredores Turísticos	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20
Corredores Gastronômicos	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20
Reestruturação da Praça Portugal e Vias de acesso	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52
Projeto de Proteção/Recuperação Contra a Erosão Costeira	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03
Despoluição de parte da Orla de Fortaleza	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95





#### 5.4. BENEFÍCIOS

Para a avaliação dos benefícios do programa, dois pontos foram analisados: (1) o impacto sobre a renda dos investimentos em infraestrutura e (2) os efeitos sobre a renda do incremento do fluxo turístico.

##### 5.4.1. IMPACTO SOBRE A RENDA DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Teixeira et al. (1998), em estudo onde se avaliou os impactos de investimentos dos gastos turísticos sobre a renda, apontou, com base em dados da matriz insumo-produto do Ceará, que a cada R\$ 1,00 investido pelo setor público em construção civil gera R\$ 0,817 de renda para economia cearense no mesmo período em que os investimentos são efetivados.

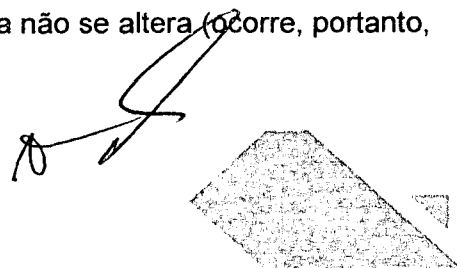
A partir da matriz de investimentos do Programa Fortaleza Cidade com Futuro, verifica-se que o orçamento para investimentos nos componentes " Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz", "Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar", "Corredores Turísticos", "Corredores Gastronômicos", " Reforma e Melhoria dos Acessos na Praça Portugal", "Projeto de Proteção /Recuperação Contra a Erosão Costeira" e "Descontaminação da Costa de Fortaleza" é de R\$ 287.582.620,00. A aplicação destes recursos geral, portanto, reflete um impacto sobre a renda no valor total de R\$ 234.955.000,54.

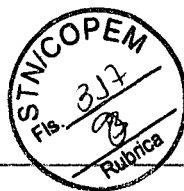
##### 5.4.2. IMPACTO SOBRE A RENDA DO AUMENTO DO FLUXO TURÍSTICO

Para a avaliação do efeito-renda do aumento do fluxo turístico, foram utilizadas estatísticas coletadas pela Secretaria de Turismo do Governo do Estado do Ceará (SETUR-CE). Ressalte-se que foi empregado a mesma metodologia utilizada para elaborar o Marco de Resultados do PRODETUR NACIONAL-CEARÁ.

As estimativas foram realizadas a partir das seguintes considerações:

- A atividade turística tem um alto potencial de geração de renda; segundo a SETUR-CE, referência nacional na coleta e consolidação de estatísticas sobre o turismo, para cada R\$ 1,00 de gasto turístico e gerado R\$ 1,75 de renda na economia cearense;
- A partir do Banco de Dados da SETUR-CE, técnicos de organismos internacionais de fomento estimaram que um aumento de 1% no investimento privado em turismo acarreta um incremento de 2,2% na demanda por pernoites, ou seja, o tempo médio de permanência dos turistas não se alterar, este impacto ocorre via aumento da demanda turística; por outro lado se o tempo médio de permanência do turista aumenta, o impacto disso é idêntico a um aumento na demanda turística;
- Considera-se aqui que o tempo de permanência do turista não se altera (ocorre, portanto, um aumento na demanda turística);





- A demanda turística para o Ceará via Fortaleza foi de 2,69 milhões de visitantes no ano de 2010. Segundo a SETUR-CE, a permanência média destes turistas na rede hoteleira em Fortaleza foi de 10,9 dias.

Observe-se que, embora os organismos internacionais de fomento tenham realizado estimativas dos impactos do aumento de investimentos em promoção e marketing sobre a demanda turística, esta relação não é utilizada aqui devido à ausência de um histórico desses investimentos para o Município de Fortaleza.

Então, para estimar os impactos dos investimentos públicos sobre a demanda turística avalia-se, primeiro, esses impactos sobre os investimentos privados e destes sobre a demanda turística, ou seja, sobre o fluxo turístico via Fortaleza.

A literatura sugere que cada R\$ 1,00 aplicado no Brasil pelo setor público gera pelo menos R\$ 1,50 de investimento privado. No caso da preparação do PRODETUR NACIONAL - CEARÁ, admitiu-se - após workshop realizado entre técnicos da SETUR-CE, profissionais do setor do turismo e consultores - que a cada R\$ 1,00 de investimento público gera R\$ 0,75 de investimento privado. Assim, um investimento de R\$ 287.582.620,00 provoca um investimento privado da ordem de R\$ 215.686.965,00, que por sua vez aumenta a demanda turística via Fortaleza em 59.218 visitantes/ano após a completa execução do programa.

Considerando-se esse aumento no fluxo turístico, que os turistas desembolsam, em média, R\$ 138,56 diariamente e que estes permanecem 10,9 dias em Fortaleza, o impacto do fluxo turístico em Fortaleza seria de R\$ 89.437.182,27.

#### 5.5. DESINVESTIMENTO

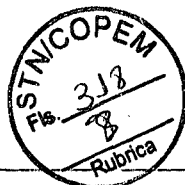
O desinvestimento - ou valor residual dos ativos - foi estimado considerando-se que as obras de infraestrutura (que totalizam um investimento de R\$ 287.582.620,00) têm uma vida útil de 25 anos e que a depreciação destes ativos ocorre linearmente no tempo. Em 2034, portanto, espera-se que o valor destes ativos seja de R\$ 57.516.524,00.

#### 5.6. RESULTADOS DA ANÁLISE DE VIABILIDADE GLOBAL PROGRAMA FORTALEZA CIDADE COM FUTURO

A partir da montagem do Fluxo de Caixa do programa (Tabela 6), é possível realizar os estudos de viabilidade econômica do programa a partir do cálculo de indicadores de atratividade. Nesta análise foi considerado um custo de oportunidade de 12% ao ano. Os indicadores analisados aqui estão resumidos na Tabela 6.

A partir deste fluxo, foram obtidos os seguintes indicadores de atratividade do projeto:





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

- VPL = R\$ 512.558.450,65; TIR = 51,85%; B/C = 2,86.

O primeiro indicador de atratividade analisado é o Valor Presente Líquido (VPL). Observa-se, a partir da Tabela 7, que este indicador é estimado em R\$ 512.000.000,00. Isso indica que a implantação do projeto tem excelente potencial de geração de valor econômico.

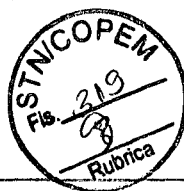
A relação Benefício-Custo (B/C) do programa é de 2,86 (dois vírgula oitenta e seis), ou seja, os benefícios do programa são mais de duas vezes superiores aos custos de implantação das obras e aos custos de conservação e manutenção.

A TIR foi superior em mais de quatro vezes ao custo de oportunidade (12% ao ano). Assim, a análise destes indicadores mostra que, de forma indubitável, o projeto gera "valor econômico" para a sociedade, recomendando-se, portanto, a sua execução.

Tabela 6 - Fluxo de caixa global do Programa

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Benefícios (R\$)</b>	234.955.000,54	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27
Impactos sobre a renda (investimentos em infraestrutura)	234.955.000,54	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impactos sobre a renda (aumento da demanda turística)	-	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27
Desinvestimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



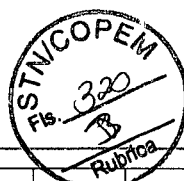


**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

Ano	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Benefícios (R\$)	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	146.953.706,27
Impactos sobre a renda (investimentos em infraestrutura)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impactos sobre a renda (aumento da demanda turística)	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27
Desinvestimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57.516.524,00

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Custos (R\$)	270.327.662,80	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68
Investimentos	270.327.662,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação e Manutenção	-	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

Ano	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Custos (R\$)	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação e Manutenção	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resultado Líquido (B-C)	- 35.372.662,26	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59

Ano	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Resultado Líquido (B-C)	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59

#### 5.7. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade busca verificar quais os impactos de alterações nos custos e benefícios nos indicadores de atratividade econômica do projeto. Para tanto, seis cenários foram simulados e têm seus resultados apresentados a seguir (Tabela 7).





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

Tabela 7 - Resultados da Análise de sensibilidade

Discriminação	B/C	VPL (R\$)	TIR (%)
Receitas e Custos Normais	2,86	512.558.450,65	51,85
Receitas -5% e Custos Normais	2,72	473.155.550,89	48,46
Receitas Normais e Custos +5%	2,72	498.783.473,42	48,62
Receitas -10% e Custos Normais	2,57	433.752.651,14	45,12
Receitas Normais e Custos +10%	2,60	485.008.496,20	45,72
Receitas Normais e Custos +20%	2,38	457.458.541,76	40,75
Receitas -10% e Custos +10%	2,34	406.202.696,69	39,77

Dentre as cinco simulações, destaca-se o cenário de "redução de 10% nas receitas e aumento de 10% nos custos", por ser a mais provável de ocorrer em face do histórico de subestimação de custos dos projetos de requalificação urbana. Mesmo assim, o projeto mostrou viabilidade econômica elevada.

#### 5.8. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Um empreendimento é caracterizado como "sustentável" se as receitas geradas por este é suficiente para cobrir os custos de operação, manutenção e conservação, sendo estes custos tomados a preços de mercado.

No caso dos componentes "Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz", "Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar", "Corredores Turísticos", "Corredores Gastronômicos", "Reforma e Melhoria dos Acessos na Praça Portugal", "Projeto de Proteção /Recuperação Contra a Erosão Costeira" e "Descontaminação da Costa de Fortaleza", do Programa Fortaleza Cidade com Futuro, quando se confrontam os custos de operação e manutenção dos equipamentos, que serão mantidos, com os impactos sobre a economia (impactos - construção) e sobre a renda (aumento da demanda turística), observa-se que o equipamento é sustentável. Referida sustentabilidade está demonstrada na Tabela a seguir.

Tabela 8 - Demonstrativo da sustentabilidade financeira

COMPONENTES	CUSTO COM OPERAÇÃO/ MANUTENÇÃO	RECEITA INCREMENTAL
Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz, Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar, Corredores Turísticos, Corredores Gastronômicos, Reforma e Melhoria dos Acessos na Praça Portugal, Projeto de Proteção / Recuperação Contra a Erosão Costeira e Descontaminação da Costa de Fortaleza	R\$ 3.853.607,11	R\$ 89.437.182,27







**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

A receita incremental projetada será alcançada com os benefícios oriundos do projeto em plena execução, a seguir temos alguns destes benefícios:

- Geração de empregos (diretos e indiretos) durante a execução das obras;
- Aumento do PIB, com a compra de materiais utilizados nas obras.
- Melhoria da qualidade e da segurança dos serviços turísticos;
- Estimulo a economia voltada ao setor turístico,
- Aumento do fluxo de turistas para a região;
- Geração de empregos (diretos e indiretos);
- *Geração de renda*, sob a forma de impostos, salários e lucros;
- A melhora na infraestrutura do local terá um impacto positivo valorizando os imóveis da região.

Pelo exposto e considerando aceitáveis os pressupostos acima, a sustentabilidade operacional do projeto, a longo prazo, está assegurada.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise consistiu em avaliar os custos e benefícios econômicos da execução dos componentes "Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz", Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar", "Corredores Turísticos", "Corredores Gastronômicos", " Reforma e Melhoria dos Acessos na Praça Portugal", "Projeto de Proteção /Recuperação Contra a Erosão Costeira" e "Descontaminação da Costa de Fortaleza", do Programa Fortaleza Cidade com Futuro. Dentro da perspectiva aqui apresentada. Observa-se que o projeto é viável do ponto de vista econômico, incluindo todos os cenários demonstrados na Tabela 7.

Esta avaliação traduz, na verdade, o grande potencial de geração de valor que os investimentos para o desenvolvimento urbano integrado e as ações para acessibilidade, mobilidade e logística urbana podem trazer para a sociedade.





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

## 7. REFERÊNCIAS

**BID.BNB.** Critério de elegibilidade e avaliação de projetos de urbanização de orlas e áreas turísticas no âmbito do Prodetur NE/II. **Relatório Operacional, Anexo L. Fortaleza: 2002. Obtido em: <www.bnb.gov.br>. Acessado em: jun.2013.**

**BNB (2002).** Critério de elegibilidade e avaliação de projetos do setor de saneamento. Fortaleza, CE. Obtido em: [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br). Acessado em: mai.2013.

**FERREIRA, A., OLIVEIRA, A.(1996)** - Estruturação da Matriz de Insumo - Produto do Turismo do Ceará. **Fortaleza, CAEN/UFC.**

**FRANÇA, F. Mavignier C. & BARBOSA, André A.** Análise da viabilidade econômico- financeira do Projeto de Reurbanização da Avenida Beira Mar, nos Bairros Praia de Iracema e Meireles. **Fortaleza: SEINF/PMF, 2007.**

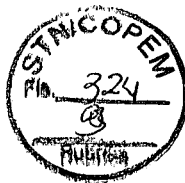
**GUILHOTO, J. J. M; AZZONI, C R; ICHIRA, S M; KADOTA, D K; HADDAD, E A (2010), Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados.** Fortaleza: BNB.

**LAPPONI, J. C. (2007) - Projetos de Investimentos na Empresa,** Rio de Janeiro, ELSEVIER.

**SETUR - Secretaria do Turismo do Estado do Ceará. Agregados turísticos.** Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2010.

**TEIXEIRA, M. G., CASTELAR, I. L, SOARES, F. A. (1998)** Impactos de gastos turísticos sobre o produto, renda e emprego usando a matriz de insumo produto estadual. Fortaleza: CAEN/UFC.





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

## INTERESSE ECONÔMICO E SOCIAL DA OPERAÇÃO

O Município de Fortaleza vem realizando nos últimos anos investimentos em obras de infraestrutura, investimento em qualificação profissional, em eventos, na diversidade de oferta turística, em ações de promoção, dentre outras estratégias posicionadoras de nossa capital como um destino competitivo forte. Segundo dados da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR/CE), no período de 2006 a 2011, a demanda turística via Fortaleza teve um crescimento total de 38,1%. Nesse período, a demanda hoteleira na cidade cresceu 44,2%, o que alavancou a receita turística direta para 80%. No período de 2005 a 2011, a taxa média de crescimento do turismo na cidade foi de 8% ao ano. Fortaleza saltou de setecentos e noventa e dois mil em 1995 para dois milhões e oitocentos mil turistas em 2011.

Tendo em vista do aumento do fluxo turístico na cidade, a Prefeitura Municipal vem trabalhando o fortalecimento do produto turístico local, envidando todos os meios necessários e viáveis para garantir sustentabilidade ao crescimento turístico de Fortaleza.

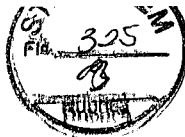
A atual conjuntura política local viabiliza uma estreita parceria entre o Estado do Ceará e o Município de Fortaleza, unindo forças na implementação de um modelo de desenvolvimento turístico que objetiva o crescimento do mercado com a distribuição de renda e a redução das desigualdades, integrando soluções nos campos: econômico, social, político, cultural e ambiental.

Todas as ações que estão sendo implementadas, sejam no âmbito municipal ou estadual, buscam construir caminhos para que o turismo seja efetivamente um direito de todos independentemente de condição social, política, religiosa, cultural e sexual, respeitando as diferenças, sob a perspectiva da valorização do ser humano e de seu ambiente.

Neste contexto, verificou-se que ainda existe uma série de intervenções que necessitam ser viabilizadas para que Fortaleza tenha um litoral revitalizado, com ordenamento urbano e desenvolvimento sustentável, fundado na preservação do patrimônio histórico natural, na revitalização e reestruturação de referências turísticas significativas e na preservação e restauração de equipamentos de base que funcionarão para valorizar o turismo fortalezense, contando ainda com ações de geração de emprego e renda. Parte destas intervenções estão dispostas nas ações do Programa Fortaleza Cidade com Futuro, que se estendem da região do Mucuripe, do Titanzinho/ Serviluz, passando pela Praia do Futuro e Beira Mar, complementadas por corredores turísticos e gastronômicos, sendo os principais os da região da Monsenhor Tabosa entre a Praia de Iracema e o Centro da cidade.

Estas intervenções são essenciais para o desenvolvimento da área selecionada, para a ordenação da ocupação urbana no local e para a redução das desigualdades sociais, para a





valorização do patrimônio histórico da região, bem como a promoção do desenvolvimento social e econômico para a população e valorização da sua identidade cultural.

O Fortaleza Cidade com Futuro tem como finalidade integrar o litoral de Fortaleza, do leste ao oeste, com a cidade, melhorando a acessibilidade, promovendo o desenvolvimento integrado, melhorando as condições socioeconômicas da população residente nas áreas de intervenção, impulsionando o desenvolvimento turístico da cidade como um todo, garantindo a sua função social.

Além deste, tem como seus objetivos específicos:

- Melhoria das condições físicas e ambientais, desenvolvimento econômico e social da população situada nas áreas das intervenções, com o desenvolvimento das potencialidades turísticas da região;
- Melhores coberturas de infraestrutura básica, de drenagem de águas pluviais, acessibilidade, mobilidade e lazer, além de melhores condições de habitabilidade;
- Melhoria das condições de vida da população que vive na área de intervenção, através da ampliação da acessibilidade e da cobertura de serviços públicos como saúde, segurança pública, coleta de lixo e lazer;
- Geração de emprego e renda da população residente nas áreas das intervenções, através do empreendedorismo individual, aumentando o dinamismo e competitividade da economia local.

Programa Fortaleza Cidade com Futuro, objetiva ainda implementar, na área de atuação, ações que buscam em linhas gerais:

- O desenvolvimento econômico e social da área de abrangência do programa fundamentado no estabelecimento de um processo de inclusão social, com a redução das atuais diferenças sociais;
- Acessibilidade, mobilidade e melhor logística urbana, através da requalificação viária com a criação de corredores turísticos, facilitando o acesso à área e melhores serviços de transporte público e segurança;
- Desenvolvimento de oportunidades com foco no empreendedorismo individual, atingindo os moradores que serão removidos das áreas do programa em razão das intervenções que aí serão realizadas;
- Estimular o desenvolvimento das potencialidades turísticas da região e a implantação de infraestrutura turística e social;
- Sustentabilidade ambiental através da proteção da região litorânea da cidade, tendo em vista que o desenvolvimento turístico ao longo da orla deve limitar o consumo dos recursos naturais, e provocar poucos danos aos sistemas de sustentação da vida.





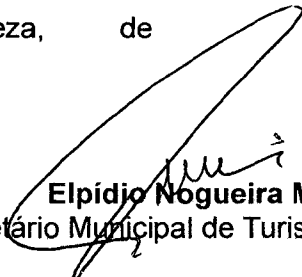
**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito


- Implantar equipamentos destinados ao lazer, ao turismo e a cultura, buscando encontrar soluções de âmbito local através das potencialidades das culturas específicas, levando em consideração a identidade cultural e o modo de vida local, bem como a participação da população nos processos de decisão.

O Programa Fortaleza Cidade com Futuro é parte integrante de uma série de intervenções planejadas dispostas no Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima - PROJETO ORLA, do qual fazem parte vários programas do Município de Fortaleza que estão em andamento no sentido de promover o desenvolvimento integrado e sustentável do litoral fortalezense, melhorando as condições socioeconômicas da população residente nas áreas de intervenção, bem como impulsionando o desenvolvimento turístico da cidade.

De acordo,

Fortaleza,                      de                      de 2015.

  
**Elpidio Nogueira Moreira**  
Secretário Municipal de Turismo de Fortaleza

  
**Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra**  
Prefeito do Município de Fortaleza





## Parecer do Órgão Técnico

### A. RELAÇÃO BENEFÍCIO-CUSTO

#### 1. INTRODUÇÃO

O principal objetivo da avaliação de projetos é determinar a viabilidade dos investimentos mediante o uso de critérios que busquem uma ordenação, de forma a excluir as opções menos atrativas ou mais arriscadas. Essa ordenação envolve métodos de avaliação que, quando se leva em consideração situações de interesse público, tornam-se um pouco mais complicados que quando se avalia projetos de interesse privado. Assim, projetos públicos requerem métodos mais elaborados para a sua avaliação.

Os projetos públicos têm como objetivo fornecer bens e serviços que possam aumentar o bem-estar da sociedade. Para dar suporte à tomada de decisões governamentais, o método de análise custo-benefício é o que cumpre melhor as exigências, embora se utilize de técnicas de avaliação de projetos privados para atribuir valor social a todos os efeitos de um determinado projeto. Também, devem ser considerados métodos que levem em conta os efeitos externos do projeto. Os efeitos externos, ou melhor, não intencionais produzidos por um projeto são chamados de externalidades. Esse tipo de efeito entra, também, na avaliação dos projetos públicos.

Entretanto, foi somente a partir dos anos sessenta que os responsáveis pela elaboração dos projetos de investimentos passaram a se preocupar com as externalidades causadas pela execução de tais projetos, como os impactos antropológicos, socioeconômicos e ambientais.

Com a inclusão dessa variável, a elaboração e a análise dos projetos ficaram mais trabalhosas, devido principalmente à dificuldade de se encontrar uma unidade de medida padrão para mensurar essas externalidades. Mesmo com essa dificuldade, foram criadas diversas formas de incorporação dos aspectos externos na análise econômica de um projeto.

Contudo, não há uma metodologia perfeitamente estabelecida e aceita para quantificar as externalidades. Apesar disso, tais externalidades não podem ser ignoradas na avaliação social de projetos.

A presente avaliação visa apresentar os indicadores econômicos que merecem maior consideração na análise do Programa Aldeia da Praia – Fortaleza Cidade com Futuro. A análise, a ser realizada, está estruturada de forma sequencial e didática a partir do roteiro a seguir:

- Programas e ações estruturantes do Município de Fortaleza
- Programa Aldeia da Praia – Fortaleza Cidade com Futuro: caracterização do programa

/



X

- Procedimentos e ferramentas metodológicas
- Conversão de preços de mercado para preços de eficiência
- Avaliação Econômica dos Componentes de Obras e Avaliação Financeira
- Notas conclusivas
- Anexos
- Referências bibliográficas

## **2. PROGRAMAS E AÇÕES ESTRUTURANTES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

O Município de Fortaleza vem desenvolvendo um conjunto de ações com vistas a melhorar a qualidade de vida da população fortalezense. Estas ações podem ser agrupadas da seguinte forma:

- Aprimoramento dos instrumentos de gestão do território municipal a partir de uma visão de longo prazo, buscando promover o desenvolvimento sustentável e incluindo a população nesse processo de planejamento – é neste ponto que se inclui o Plano Diretor Participativo de Fortaleza;
- Políticas de melhoria da mobilidade urbana;
- Habitação;
- Infraestrutura;
- Ações para promoção do desenvolvimento econômico municipal, notadamente para o fortalecimento da atividade turística.

A seguir, são relacionados alguns dos programas mais importantes conduzidos pelo Município de Fortaleza.

### **2.1 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FORTALEZA – PDP/FOR**

O Plano Diretor Participativo de Fortaleza, lançado solenemente no dia 13 de março de 2009, busca dar resposta aos problemas encontrados na cidade, além de estabelecer diretrizes para a política de desenvolvimento urbano. O Plano toma como princípios da Política Urbana: as funções socioambientais da cidade, a função social da propriedade, a gestão democrática da cidade e a equidade. Ainda estabelece, no Título "DAS DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS DAS POLÍTICAS SETORIAIS", um capítulo sobre a política em relação ao Turismo.

O Plano trata da revisão do antigo Plano Diretor de Fortaleza de 1992 e estabelece atualmente diversos pontos de preservação ambiental no município, como o Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba, bem como as funções que podem ser desenvolvidas, entre elas estão as atividades de ecoturismo e turismo comunitário. Além disso, trata a educação profissional no campo do turismo como estratégia da Política de Desenvolvimento Econômico.

No que diz respeito ao próprio capítulo "POLÍTICA DE TURISMO", o Plano traça os objetivos, as diretrizes e ações estratégicas afeitas ao Turismo em Fortaleza. Onde se destacam entre suas ações estratégicas:


- A elaboração do Inventário da Oferta Turística de Fortaleza, que deve ser atualizado a cada dez anos e servirá de subsídio para a elaboração, bem como futuras revisões do Plano Diretor de Turismo de Fortaleza, incluindo um diagnóstico prospectivo no intervalo de cinco anos;
- A elaboração e implementação do Plano Diretor de Turismo de Fortaleza;
- A criação e implementação de um sistema de informações turísticas.

Onde se direcionam os investimentos de infraestrutura turística em áreas específicas: a Barra do Ceará, Centro da Cidade, Praia de Iracema, Beira Mar, Morro de Santa Teresinha, a Praia do Futuro, as unidades de conservação, Messejana e Grande Parangaba. Promovendo a requalificação urbana da cidade, em especial das faixas de praia.

Além de se comprometer com o estímulo ao desenvolvimento turístico, no intuito de: criação de cooperativas populares; desenvolvimento de programas de qualificação profissional e técnica para a população local; desenvolvimento sustentável e integração turística entre os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

Diante deste cenário, o Município de Fortaleza elaborou o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS FORTALEZA, através da Secretaria de Turismo de Fortaleza, em convênio com a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC.

## **2.2 PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS**

O Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social – PREURBIS, em preparação junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no valor global de US\$ 99 milhões, dos quais US\$ 59,4 milhões constituem parcela de financiamento e US\$ 39,6 milhões de contrapartida nacional.

O PREURBIS consiste na requalificação urbana de áreas de risco ou em áreas de preservação ambiental, tendo como beneficiários diretos a população de baixa renda, na busca da sua sustentabilidade socioeconômica e melhoria de vida. As áreas de risco são identificadas através de um estudo visando subsidiar as atividades (elaboração de diagnóstico físico e socioeconômico das áreas selecionadas, concepção dos Projetos piloto, execução de obras) que posteriormente serão realizadas.

O Programa é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura (SEINF) e participação da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR), da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município (SEUMA), da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e das Secretarias Executivas Regionais.

A implantação de habitação nas áreas selecionadas será vinculada também à melhoria da infraestrutura, na busca da sustentabilidade e a elevação dos padrões socioeconômicos das comunidades pertencentes a estas regiões.





## **2.3 PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO DE FORTALEZA - TRANSFOR**

Programa de Transporte Urbano de Fortaleza, operação de crédito contratada junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no valor global de US\$ 142,2 milhões, dos quais US\$ 57,0 milhões constituem parcela de financiamento e US\$ 85,2 milhões de contrapartida nacional.

O Programa objetiva em melhorar a qualidade do transporte urbano municipal com a finalidade de gerar uma melhor qualidade de vida da população na região metropolitana de Fortaleza.

Seus objetivos específicos são: priorizar os transportes públicos diminuindo os tempos de viagens, reduzir os custos no segmento dos transportes, diminuir os tempos de embarque e desembarque dos passageiros, assegurar e aumentar a segurança do trânsito dos veículos motorizados, não motorizados e das pessoas e diminuir os índices de poluição sonora municipal.

As diretrizes básicas preconizam a atualização e modernização do Sistema Integrado de Transporte – SIT, mantendo-se o sistema tronco-alimentador, como premissa básica de operação, a partir de intervenções e melhorias no sistema, a um baixo custo, obedecendo à legislação e planos vigentes no município, para que sejam aplicáveis em amplas áreas da Cidade de Fortaleza.

## **2.4 PROGRAMA INTEGRADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE PARA FORTALEZA - PIPPJ**

O Banco Interamericano de Desenvolvimento aprovou um empréstimo de US\$ 33 milhões para apoiar a cidade de Fortaleza em sua iniciativa de promover atividades culturais, esportivas, recreativas e de qualificação profissional para a juventude.

O programa pretende criar melhores oportunidades para os jovens, especialmente os que se encontram em situação de risco.

Os fundos apoiarão o "Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude para Fortaleza", que deve resultar em uma queda de 10% nos índices de gravidez não planejada de adolescentes, evasão escolar e desemprego até 2014.

Mais de 40% dos 721.000 jovens de Fortaleza pertencem a famílias de renda extremamente baixa e quase dois terços não trabalham. Perto de 40% dos jovens com idade entre 18 e 29 anos têm menos de oito anos de escolaridade e 16% dos adolescentes de 15 a-17 anos estão fora da escola.

Além disso, a falta de espaço para atividades comunitárias na capital cearense contribui para uma alta incidência de comportamentos de risco entre os jovens, com um impacto negativo para o seu desenvolvimento e um alto custo para a sociedade em geral.

Para ajudar a resolver esses problemas, a maior parte dos recursos do BID será dedicada à construção de seis Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte em áreas pobres da cidade e ao financiamento de atividades culturais, sociais e de





qualificação profissional nesses centros. O empréstimo também financiará o fortalecimento da capacidade institucional do município para promover programas e serviços eficazes voltados aos jovens de 15 a 29 anos, e das alianças entre os setores público e privado e a sociedade civil que dão suporte a esses programas.

## 2.5 DRENURB

O DRENURB Fortaleza, *programa desenvolvido em parceria com a CAF e com o BNDES*, vem para complementar os demais programas já que cria a infraestrutura pública necessária para que muitos daqueles se desenvolvam.

O principal objetivo do DRENURB é *"melhorar a qualidade de vida e as condições sanitárias e ambientais da população de Fortaleza, mediante o desenvolvimento de ações para o controle de enchentes, a recuperação e a preservação do meio ambiente natural e o saneamento de bacias hidrográficas"*.

O Programa de Drenagem Urbana de Fortaleza executa ações para ampliação e recuperação de sistemas de drenagem, limpeza e urbanização de lagoas, instalação de ecopontos, desapropriação e reassentamento de famílias residentes em áreas de risco. O Drenurb tem também a finalidade de *contribuir para melhorar a qualidade de vida e as condições sanitárias e ambientais da população, mediante o desenvolvimento de ações para o controle de enchentes, para a recuperação e a preservação do meio ambiente natural e para o saneamento de bacias hidrográficas*.

Quando foi concebido, o sistema de drenagem existente em Fortaleza abrangia apenas 30% de toda a cidade. Com o Drenurb, esse sistema terá uma abrangência de cerca de 70%. O Programa, que prevê 72 obras/ 81 projetos, teve início no segundo semestre de 2010, com a reconstrução e ampliação do bueiro sobre o riacho Maceió, na Av. Abolição. Com a obra, o Município resolveu um problema histórico de alagamento, beneficiando os bairros Aldeota, Meireles, Mucuripe, Varjota, Papicu e Vicente Pinzón.

## 2.6 PROGRAMAS HABITACIONAIS EM EXECUÇÃO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

O Programa "Habitar Bem" inclui iniciativas como construção de praça com equipamento comunitário, execução de novas unidades habitacionais, requalificação da malha viária com construção de novas vias e execução de melhorias habitacionais na região do Serviluz, com ações multissetoriais, incluindo na execução, além da Habitafor, a Secretaria de Infraestrutura de Fortaleza (Seinf) e a Secretaria de Turismo de Fortaleza (Setfor).

No programa de Regularização Fundiária de Assentamentos Precários, a Habitafor atende famílias que vivem em áreas irregulares, em antigas ocupações, promovendo a implantação de medidas técnicas, administrativas e/ou jurídicas necessárias à efetivação da regularização fundiária jurídico-patrimonial em favor de beneficiários, obtida por meio da titulação, o chamado "papel da casa". Por intermédio deste projeto, a Fundação transforma em proprietários os moradores de áreas ocupadas de forma





irregular ou de novas unidades habitacionais construídas através do programa de produção habitacional da cidade.

O "Melhorias Habitacionais" tem como objetivo possibilitar o financiamento de pequenas reformas em unidades habitacionais, focada na população de menor renda. Com a iniciativa, as famílias beneficiadas acessam a construção de banheiro, cômodos, piso, coberta, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias. Pelas regras do programa, previsto na Lei 9507/2009, um montante de R\$ 900,00 é dado para cada família para financiar as reformas. Deste total, o Município garante um subsídio no valor de R\$ 350,00. O restante, R\$ 550,00, a família beneficiada assume o pagamento dividido em prestações de 18 a 24 meses.

## 2.7 PRODETUR NACIONAL FORTALEZA

Financiado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF, pelo Ministério do Turismo – MTUR e pelo Município de Fortaleza - PMF tem por objetivo desenvolver a atividade turística de Fortaleza de maneira sustentável, para o qual propiciará uma adequada gestão municipal que tenha como diretrizes, planos estratégicos que complementem as intervenções de infraestrutura urbana previstas. Estas ações, que contemplam ampliar a cobertura da infraestrutura básica da cidade, incluem a elaboração de estudos de engenharia, a elaboração e execução de planos estratégicos de apoio à atividade turística e à execução de obras de infraestrutura localizadas na zona norte da cidade de Fortaleza, na orla da Beira-Mar e da Praia do Futuro.

## 2.8 INVENTÁRIO AMBIENTAL DE FORTALEZA

Diante do processo acelerado de urbanização por que vem passando a cidade de Fortaleza, mediante o desrespeito às características e condições dos espaços naturais, através de um processo desordenado de ocupação, torna-se imprescindível o desenvolvimento de políticas de preservação dos espaços naturais.

Nessa perspectiva, o Município de Fortaleza, através de sua Secretaria Municipal Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA, reconhecendo a necessidade de definir e estruturar um Sistema de Proteção Ambiental para o município decidiu elaborar o Inventário Ambiental dos Sistemas Hídricos e Orla Marítima do Município de Fortaleza / Inventário Ambiental de Fortaleza em harmonia com a Legislação Urbanística Municipal.

O mesmo foi coordenado pela ASTEF/ Associação Técnico-Científica Engenheiro Paulo de Frontin, em parceria com consultorias técnicas especializadas. O Inventário Ambiental de Fortaleza tem como objetivos específicos contribuir para a consolidação da Síntese Diagnóstica do Município de Fortaleza e do Banco de Dados de Informações Municipais e, com base neste, promover a atualização dos sistemas normalizadores do controle do desenvolvimento urbano de Fortaleza. As recomendações do Estatuto da Cidade, do Plano Estratégico do Município de Fortaleza, bem como o atual Plano Diretor Participativo – PDP Fortaleza fornecem subsídios para o desenvolvimento do documento.





O Inventário Ambiental de Fortaleza reúne um banco de dados referentes aos recursos naturais do município; divulga a existência de um rico patrimônio ambiental que, ao longo das últimas décadas, tem sofrido com um acelerado processo de degradação; e, principalmente, alerta quanto à necessidade de sua conservação e preservação.

Vale ressaltar que a atual administração já estabeleceu como meta a atualização do referido inventário para subsidiar a elaboração de um Plano Diretor de Meio Ambiente de Fortaleza.

### **3. PROGRAMA ALDEIA DA PRAIA - FORTALEZA CIDADE COM FUTURO**

A sustentabilidade urbana das metrópoles é um tema de grande importância para o futuro da humanidade. Nestas se concentram oportunidades de trabalho, serviços e atividades culturais, mas também muitos problemas sociais.

Em busca do desenvolvimento urbano sustentável, diversas cidades estão revitalizando áreas abandonadas ou degradadas. Nas últimas décadas, metrópoles do mundo inteiro têm despertado para o novo paradigma do desenvolvimento sustentável, onde seja possível a reutilização do patrimônio instalado, a requalificação de espaços degradados, o desenvolvimento econômico que concretamente objetiva melhorar a qualidade de vida das comunidades locais e a melhoria das infraestruturas sociais.

O histórico positivo mostra que a realização de intervenções pontuais de qualidade, inseridas em um planejamento estratégico, tendem a gerar impactos positivos e crescentes sobre o seu entorno e a cidade como um todo, visto não ser possível esquecer que a sustentabilidade só poderá ser impulsionada através da operacionalização de um modelo de planejamento que possa privilegiar todas as suas dimensões.

Nessa ótica o processo de renovação urbana possui uma estreita relação com o turismo, que atua como um dos principais dinamizadores, econômico e social, nos casos bem sucedidos de revitalização de zonas degradadas, subutilizadas, mal utilizadas ou abandonadas. O Turismo pode, além de criar novas condições de trabalho, moradia, transporte, cultura e lazer para a população que ali vive fomentar expressivamente o desenvolvimento econômico da região, sendo uma ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico, no caso de Fortaleza.

Neste cenário, a capital cearense, por seu litoral, detém um grande potencial turístico. Em 2012, Fortaleza foi considerada a 4ª cidade mais visitada por turistas brasileiros, recebendo cerca de 2% de todas as visitas turísticas de brasileiros, sendo o 2º destino mais desejado do Brasil, segundo dados divulgados pelo Ministério do Turismo.

O Programa Aldeia da Praia – Fortaleza Cidade com Futuro tem como finalidade integrar o litoral de Fortaleza, do leste ao oeste, com a cidade, melhorando a acessibilidade, promovendo o desenvolvimento integrado, melhorando as condições socioeconômicas da população residente nas áreas de intervenção, impulsionando o desenvolvimento turístico da cidade como um todo, garantindo a sua função social.

## 4. PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

### 4.1 FERRAMENTAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A viabilidade socioeconômica de projetos deverá resultar de uma análise de benefícios e custos econômicos de longo prazo, atendendo ao princípio de maximização da rentabilidade social do investimento, isto é, que o valor presente dos benefícios totais gerados pelo programa seja maior que o valor presente de todos os custos necessários à sua implantação e posterior funcionamento, ambos descontados à mesma taxa.

Portanto, deve-se estimar a totalidade dos fluxos de custos e de benefícios do programa a ser avaliado e calcular, no mínimo, os seguintes indicadores:

- Valor Presente Líquido (VPL): um projeto será rentável do ponto de vista social se seu VPL (descontado à taxa estabelecida) for maior que zero, pois neste caso os recursos obtidos são maiores que os recursos utilizados. Se houver vários projetos excludentes para alcançar o mesmo resultado, a regra econômica correta é escolher a alternativa que tiver maior VPL.
- Relação Benefício/Custo (RBC): se a RBC for igual a 1 ( $VPL = 0$ ), significa que o Valor Presente dos fluxos de Benefícios e de Custos, descontados à mesma taxa são iguais. Se for maior que 1 significa que os benefícios superam os custos.
- Taxa Interna de Retorno (TIR) caso a TIR seja superior ao custo de oportunidade assumido no estudo, o programa é apontado como viável.
- Retorno sobre o Investimento (ROI): obtido a partir da relação entre o VPL e o valor presente dos investimentos, indica o potencial de geração de valor do programa.

Os indicadores do programa são calculados descontando-se o fluxo de caixa do programa projetado para 20 anos considerando-se um custo de oportunidade de 12% ao ano. Para a montagem do fluxo, considerou-se o seguinte:

- Investimentos: valores obtidos diretamente da matriz de investimentos do programa;
- Custos: consideraram-se os custos gerados de operação, manutenção e conservação gerados a partir da implantação do programa;
- Benefícios: efeito-renda dos investimentos públicos em construção civil; impactos sobre a renda do aumento do fluxo turístico (principal benefício do Programa Aldeia da Praia – Fortaleza Cidade com Futuro); e receita de desinvestimento.

O fluxo econômico global do programa foi projetado convertendo-se os valores informados em preços de mercado para preço-eficiência, seguindo as orientações de BID.BNB (2002) e resumidas no Quadro 1. Todos os itens de custo foram convertidos para preços de eficiência utilizando o fator de conversão padrão.



**Quadro 1**  
Conversão de Preços de Mercado em Preços de Eficiência

Item	Preço de Mercado	Fator de Conversão	Preço de Eficiência
Mão-de-obra não qualificada	X1	0,23	0,23 . X1
Mão-de-obra qualificada	X2	0,79	0,79 . X2
Materiais Nacionais	X3	0,94	0,94 . X3
Materiais importados	X4	1,00	1,00 . X4
Equipamentos nacionais	X5	0,94	0,94 . X5
Equipamentos importados	X6	1,00	1,00 . X6
<b>TOTAL</b>	<b>X1+ X2 +...+ X6</b>	<b>-</b>	<b>0,23X1 +...+ 1,00X6</b>
Fator de Conversão Padrão = 0,94			

Fonte: BID. BNB, (2002).

Projetado o fluxo econômico e apurado os principais indicadores de atratividade do programa, na sequência foram conduzidas análises de sensibilidade com o intuito de verificar o impacto de modificações nos benefícios e custos do programa sobre o resultado da avaliação econômica.

## 4.2 ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA

A análise de viabilidade econômica de empreendimentos públicos é realizada a partir da apuração e análise de indicadores de atratividade com base em um fluxo econômico que tem seu saldo descontado para valor presente. O primeiro passo, portanto, é montar o fluxo de caixa para em seguida calcular o Valor Presente Líquido, a Relação Benefício-Custo e o Retorno Social do Investimento.

### 4.2.1 INVESTIMENTOS

O orçamento de investimentos diretos dos componentes "Titanzinho e Serviluz – habitação social e avenida paisagística", "Corredores Turísticos", "Museu do Mar", "Via paisagística da Sabiaguaba" e "Reestruturação da Praça Portugal e Vias de Acesso", do Programa Aldeia da Praia - Fortaleza Cidade com Futuro - foi estabelecido em R\$ 136.349.443,43, R\$ 28.978.306,57, R\$ 44.835.223,48, R\$ 20.255.661,98 e 36.000.000,00, respectivamente, o que corresponde à soma dos itens referentes a investimentos para o desenvolvimento urbano integrado, as ações para acessibilidade, mobilidade e logística urbana e para a sustentabilidade ambiental.

Para a montagem do Fluxo de Caixa dos componentes, considerou-se o cronograma de desembolsos exibido no Quadro 2. O Quadro 3 mostra o cronograma de investimentos transformado para preço-eficiência.



**Prefeitura de  
Fortaleza**

Gabinete do Prefeito



## **PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO RELAÇÃO BENEFÍCIO – CUSTO**

### **1. INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e ao disposto no § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, trata o presente Parecer de contratação, pelo Município de Fortaleza, Ceará, de operação de crédito no valor de US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e cinquenta mil dólares americanos) junto à Corporação Andina de Fomento (CAF) destinado ao Programa Fortaleza Cidade com Futuro.

### **2. PROGRAMA FORTALEZA CIDADE COM FUTURO**

A sustentabilidade urbana das metrópoles é um tema de grande importância para o futuro da humanidade. Nestas se concentram oportunidades de trabalho, serviços e atividades culturais, mas também muitos problemas sociais.

Em busca do desenvolvimento urbano sustentável, diversas cidades estão revitalizando áreas abandonadas ou degradadas. Nas últimas décadas, metrópoles do mundo inteiro têm despertado para o novo paradigma do desenvolvimento sustentável, onde seja possível a reutilização do patrimônio instalado, a requalificação de espaços degradados, o desenvolvimento econômico que concretamente objetiva melhorar a qualidade de vida das comunidades locais e a melhoria das infraestruturas sociais.

O histórico positivo mostra que a realização de intervenções pontuais de qualidade, inseridas em um planejamento estratégico, tendem a gerar impactos positivos e crescentes sobre o seu entorno e a cidade como um todo, visto não ser possível esquecer que a sustentabilidade só poderá ser impulsionada através da operacionalização de um modelo de planejamento que possa privilegiar todas as suas dimensões.

Nessa ótica o processo de renovação urbana possui uma estreita relação com o turismo, que atua como um dos principais dinamizadores, econômico e social, nos casos bem sucedidos de revitalização de zonas degradadas, subutilizadas, mal utilizadas ou abandonadas. O Turismo pode, além de criar novas condições de trabalho, moradia, transporte, cultura e lazer para a população que ali vive fomentar expressivamente o desenvolvimento econômico da região, sendo uma ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico, no caso de Fortaleza.

Neste cenário, a capital cearense, por seu litoral, detém um grande potencial turístico. Em 2012, Fortaleza foi considerada a 4ª cidade mais visitada por turistas brasileiros, recebendo cerca de 2% de todas as visitas turísticas de brasileiros, sendo o 2º destino mais desejado do Brasil, segundo dados divulgados pelo Ministério do Turismo.



O Programa Fortaleza Cidade com Futuro tem como finalidade integrar o litoral de Fortaleza, do leste ao oeste, com a cidade, melhorando a acessibilidade, promovendo o desenvolvimento integrado, melhorando as condições socioeconômicas da população residente nas áreas de intervenção, impulsionando o desenvolvimento turístico da cidade como um todo, garantindo a sua função social.

O objetivo geral do Programa é impulsionar o potencial turístico e a competitividade da cidade de Fortaleza, criando as condições para melhorar o desenvolvimento social e econômico da população, por meio de investimentos nos seguintes eixos:

- Política de gestão e requalificação urbana de longo prazo que inclua o acesso aos serviços básicos e ao espaço público.
- Integração social e territorial do litoral da cidade.
- Promoção do investimento produtivo e do emprego.
- Melhoria ambiental e preservação dos recursos naturais.
- Segurança cidadã.

Está estrutura em 06 Componentes:

**Componente 1. Desenvolvimento Urbano Integrado:** com ações de Infraestrutura Física e Social, de Requalificação urbana nas comunidades do Titanzinho e Serviluz e Passagem subterrânea de cabos na Avenida Beira Mar; e ações de Acessibilidade, Mobilidade e Logística Urbana com a Revitalização de corredores turísticos; Consolidação de corredores gastronômicos na área do bairro Varjota; e Reforma e Melhoria da Praça Portugal e de seus acessos.

**Componente 2. Transformação Produtiva:** com ações de promoção de empreendimentos nas comunidades do Titanzinho e Serviluz; Implantação de um sistema de microfinanças; Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) em turismo; e Criação de um observatório de turismo para coleta, pesquisa e o acompanhamento de indicadores do turismo de Fortaleza

**Componente 3. Sustentabilidade Ambiental:** com ações de Despoluição de parte da Orla de Fortaleza; e Proteção e Recuperação contra a Erosão Costeira na Beira Mar.

**Componente 4. Fortalecimento Institucional e Segurança Cidadã:** com ações de Reforma e ampliação da infraestrutura física da SETFOR; Elaboração de projetos de arquitetura e engenharia; Promoção e Marketing Operacional; e Segurança Cidadã - Infraestrutura e Prevenção Primária.

O **Componente 5** trata da Gestão do Programa e o **Componente 6** inclui a comissão de financiamento e os gastos de avaliação do Programa

### 3. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DA CAF COMO ÓRGÃO FINANCIADOR

O Município de Fortaleza elegeu o Turismo como uma das principais vertentes de desenvolvimento, pois este tem uma grande capilaridade econômica. Portanto o Turismo é uma

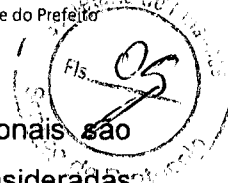






**Prefeitura de  
Fortaleza**

Gabinete do Prefeito



estratégia de Desenvolvimento Econômico para o Município de Fortaleza.

As relações de cooperação entre instituições governamentais brasileiras e internacionais são decorrentes de programas amplos e de políticas de desenvolvimento, que devem ser consideradas antes de se formular uma proposta de estabelecimento de relação de cooperação técnica e financeira.

A partir da criação do Programa intitulado “cidades com futuro” a CAF destaca a necessidade de cidades mais inclusivas, competitivas e eco eficientes. Estas diretrizes se coadunam com o interesse do Município de Fortaleza em desenvolver de forma sustentável seu território tendo como base a Cadeia Econômica do Turismo.

“CIDADES COM FUTURO” é um Programa da Corporação Andina de Fomento – CAF que promove cidades mais inclusivas, competitivas, eficientes e sustentáveis, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de todos os seus habitantes.

As ações definidas pela CAF no Programa são voltadas para o Desenvolvimento Urbano Integrado, Transformação Produtiva, Sustentabilidade Ambiental, Fortalecimento Institucional e Segurança Cidadã.

Dentro do planejamento contínuo elaborado pela Prefeitura de Fortaleza, refletido no Plano Diretor Municipal, com a delimitação de aplicação do Projeto Orla, as ações planejadas guardam total aderência com as acima descritas pelo Programa “Cidades com Futuro” desenvolvido pela CAF. Neste contexto a Secretaria de Turismo elaborou o Programa Fortaleza – Cidade com Futuro que tem a finalidade de integrar o litoral de Fortaleza, do leste ao oeste, com a cidade, melhorando a acessibilidade, promovendo o desenvolvimento integrado, melhorando as condições socioeconômicas da população residente nas áreas de intervenção, impulsionando o desenvolvimento turístico da cidade como um todo, garantindo a sua função social.

O Programa Fortaleza – Cidade com Futuro é fortalecido à medida que se coaduna com planejamentos federais para o desenvolvimento do Turismo no país, apresentados principalmente pelo Ministério do Turismo, tais como o Plano Nacional de Turismo 2013-2016 e Plano Aquarela 2020.

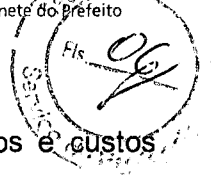
Este Programa não se dá de forma isolada, mas em paralelo a políticas nacionais de longo prazo que guardam com ela semelhanças, o que a favorece sobremaneira, na medida em que se aproveita dos investimentos já realizados (ou previstos) para o desenvolvimento do setor.

Assim, caba ressaltar que a criação pela CAF do Programa “Cidades com Futuro”, como um mecanismo multilateral de financiamento de projetos relacionados principalmente, com problemas ligados a sustentabilidade das cidades, fez com que o Município de Fortaleza escolha-se a CAF como órgão financiador para o Programa Fortaleza Cidade com Futuro.



**Prefeitura de Fortaleza**

Gabinete do Prefeito



#### 4. RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

A relação Custo-Benefício dos projetos deverá resultar de uma análise de benefícios e custos econômicos de longo prazo, atendendo ao princípio de maximização da rentabilidade social do investimento, isto é, que o valor presente dos benefícios totais gerados pelo programa seja maior que o valor presente de todos os custos necessários à sua implantação e posterior funcionamento, ambos descontados à mesma taxa.

Portanto, deve-se estimar a totalidade dos fluxos de custos e de benefícios do programa a ser avaliado e calcular, no mínimo, os seguintes indicadores:

- **Valor Presente Líquido (VPL):** um projeto será rentável do ponto de vista social se seu VPL (descontado à taxa estabelecida) for maior que zero, pois neste caso os recursos obtidos são maiores que os recursos utilizados. Se houver vários projetos excludentes para alcançar o mesmo resultado, a regra econômica correta é escolher a alternativa que tiver maior VPL.
- **Relação Benefício/Custo (RBC):** se a RBC for igual a 1 ( $VPL = 0$ ), significa que o Valor Presente dos fluxos de Benefícios e de Custos, descontados à mesma taxa são iguais. Se for maior que 1 significa que os benefícios superam os custos.
- **Taxa Interna de Retorno (T/R)** caso a TIR seja superior ao custo de oportunidade assumido no estudo, o programa é apontado como viável.
- **Retorno sobre o Investimento (ROI):** obtido a partir da relação entre o VPL e o valor presente dos investimentos, indica o potencial de geração de valor do programa.

Os indicadores do programa são calculados descontando-se o fluxo de caixa do programa projetado para 20 anos considerando-se um custo de oportunidade de 12% ao ano. Para a montagem do fluxo, considerou-se o seguinte:

- **Investimentos:** valores obtidos diretamente da matriz de investimentos do programa;
- **Custos:** consideraram-se os custos gerados de operação, manutenção e conservação gerados a partir da implantação do programa;
- **Benefícios:** efeito-renda dos investimentos públicos em construção civil; impactos sobre a renda do aumento do fluxo turístico (principal benefício do Programa Fortaleza Cidade com Futuro); e receita de desinvestimento.

O fluxo econômico global do programa foi projetado convertendo-se os valores informados em preços de mercado para preço-eficiência, seguindo as orientações de BID.BNB (2002) e resumidas na Tabela 1. Todos os itens de custo foram convertidos para preços de eficiência utilizando o fator de conversão padrão.





**Prefeitura de  
Fortaleza**

Gabinete do Prefeito

Tabela 1 - Conversão de Preços de Mercado em Preços de Eficiência – Fonte: BID, BNB (2002)

Item	Preço de Mercado	Fator de Conversão	Preço de Eficiência
Mão-de-obra não qualificada	X1	0,23	0,23 . X1
Mão-de-obra qualificada	X2	0,79	0,79 . X2
Materiais Nacionais	X3	0,94	0,94 . X3
Materiais importados	X4	1,00	1,00 . X4
Equipamentos nacionais	X5	0,94	0,94 . X5
Equipamentos importados	X6	1,00	1,00 . X6
TOTAL	X1+ X2 +...+ X6	-	0,23X1 +...+ 1,00X6
Fator de Conversão Padrão = 0,94			

Projetado o fluxo econômico e apurado os principais indicadores de atratividade do programa, na sequência foram conduzidas análises de sensibilidade com o intuito de verificar o impacto de modificações nos benefícios e custos do programa sobre o resultado da avaliação econômica.

#### 4.1. ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA

A análise de viabilidade econômica de empreendimentos públicos é realizada a partir da apuração e análise de indicadores de atratividade com base em um fluxo econômico que tem seu saldo descontado para valor presente. O primeiro passo, portanto, é montar o fluxo de caixa para em seguida calcular o Valor Presente Líquido, a Relação Benefício-Custo e o Retorno Social do Investimento.

##### 4.1.1. INVESTIMENTOS

O orçamento de investimentos diretos dos componentes " Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz", Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar", "Corredores Turísticos", "Corredores Gastronômicos", " Reforma e Melhoria dos Acessos na Praça Portugal", "Projeto de Proteção /Recuperação Contra a Erosão Costeira" e "Descontaminação da Costa de Fortaleza", do Programa Fortaleza Cidade com Futuro - foi estabelecido em R\$ 129.196.000,00, R\$ 14.051.070,00, R\$ 28.978.000,00, R\$ 10.450.000,00, R\$ 37.620.000,00, R\$ 61.749.050,00 e R\$ 5.538.500,00, respectivamente, o que corresponde à soma dos itens referentes a investimentos para o desenvolvimento urbano integrado, as ações para acessibilidade, mobilidade e logística urbana e para a sustentabilidade ambiental.

Para a montagem do Fluxo de Caixa dos componentes, considerou-se o cronograma de desembolsos exibido na Tabela 2. A Tabela 3 mostra o cronograma de investimentos transformado para preço-eficiência.





**Prefeitura de Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

Tabela 2 - Cronograma de Investimentos a Preço de Mercado (R\$)

ANO	2016
<b>Investimento (R\$)</b>	<b>287.582.620,00</b>
Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz	129.196.000,00
Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar	14.051.070,00
Corredores Turísticos	28.978.000,00
Corredores Gastronômicos	10.450.000,00
Reestruturação da Praça Portugal e Vias de acesso	37.620.000,00
Projeto de Proteção/Recuperação Contra a Erosão Costeira	61.749.050,00
Despoluição de parte da Orla de Fortaleza	5.538.500,00

Tabela 3 - Cronograma de Investimentos a preços de eficiência (R\$)

ANO	2016
<b>Investimento (R\$)</b>	<b>270.327.662,80</b>
Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz	121.444.240,00
Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar	13.208.005,80
Corredores Turísticos	27.239.320,00
Corredores Gastronômicos	9.823.000,00
Reestruturação da Praça Portugal e Vias de acesso	35.362.800,00
Projeto de Proteção/Recuperação Contra a Erosão Costeira	58.044.107,00
Despoluição de parte da Orla de Fortaleza	5.206.190,00

#### 4.2. CUSTOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Por tratar-se de obras de requalificação urbana, estabeleceu-se que o custo anual médio com operação e manutenção das obras a serem implantadas é de 1,34% do investimento realizado, incidindo a partir do ano seguinte ao da realização da obra, de acordo com o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR - FORTALEZA, previamente contratado pelo Município, a partir de análises da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA-CE) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT).

Os custos de conservação e manutenção dos componentes " Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz", Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar", "Corredores Turísticos", "Corredores Gastronômicos", " Reforma e Melhoria dos Acessos na Praça Portugal", "Projeto de Proteção /Recuperação Contra a Erosão Costeira" e "Descontaminação da Costa de Fortaleza", do Programa Fortaleza Cidade com Futuro - estão detalhados nas Tabelas 4 (preços de mercado) e 5 (preços de eficiência).





**Prefeitura de Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

Tabela 4 - Preços de Mercado dos Custos de Conservação e Manutenção

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Custos (R\$)</b>	-	3.853.607,11	3.853.607,11	3.853.607,11	3.853.607,11	3.853.607,11	3.853.607,11	3.853.607,11	3.853.607,11	3.853.607,11
Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz	-	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40
Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar	-	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34
Corredores Turísticos	-	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20
Corredores Gastronômicos	-	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00
Reestruturação da Praça Portugal e Vias de acesso	-	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00
Projeto de Proteção/Recuperação Contra a Erosão Costeira	-	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27
Despoluição de parte da Orla de Fortaleza	-	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90



**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

Ano	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
<b>Custos (R\$)</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>	<b>3.853.607,11</b>
Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40	1.731.226,40
Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34	188.284,34
Corredores Turísticos	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20	388.305,20
Corredores Gastronômicos	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00	140.030,00
Reestruturação da Praça Portugal e Vias de acesso	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00	504.108,00
Projeto de Proteção/Recuperação Contra a Erosão Costeira	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27	827.437,27
Despoluição de parte da Orla de Fortaleza	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90	74.215,90



**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

Tabela 5 - Preços de Eficiência dos Custos de Conservação e Manutenção

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Custos (R\$)</b>	-	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68
Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz	-	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82
Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar	-	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28
Corredores Turísticos	-	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89
Corredores Gastronômicos	-	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20
Reestruturação da Praça Portugal e Vias de acesso	-	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52
Projeto de Proteção/Recuperação Contra a Erosão Costeira	-	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03
Despoluição de parte da Orla de Fortaleza	-	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95



**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

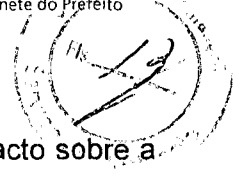
Ano	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
<b>Custos (R\$)</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>	<b>3.622.390,68</b>
Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82	1.627.352,82
Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28	176.987,28
Corredores Turísticos	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89	365.006,89
Corredores Gastronômicos	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20	131.628,20
Reestruturação da Praça Portugal e Vias de acesso	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52	473.861,52
Projeto de Proteção/Recuperação Contra a Erosão Costeira	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03	777.791,03
Despoluição de parte da Orla de Fortaleza	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95	69.762,95





**Prefeitura de  
Fortaleza**

Gabinete do Prefeito



#### 4.3. BENEFÍCIOS

Para a avaliação dos benefícios do programa, dois pontos foram analisados: (1) o impacto sobre a renda dos investimentos em infraestrutura e (2) os efeitos sobre a renda do incremento do fluxo turístico.

##### 4.3.1. IMPACTO SOBRE A RENDA DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Teixeira et al. (1998), em estudo onde se avaliou os impactos de investimentos dos gastos turísticos sobre a renda, apontou, com base em dados da matriz insumo-produto do Ceará, que cada R\$ 1,00 investido pelo setor público em construção civil gera R\$ 0,817 de renda na economia cearense no mesmo período em que os investimentos são efetivados.

A partir da matriz de investimentos do Programa Fortaleza Cidade com Futuro - verifica-se que o orçamento para investimentos nos componentes "Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz", "Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar", "Corredores Turísticos", "Corredores Gastronômicos", "Reforma e Melhoria dos Acessos na Praça Portugal", "Projeto de Proteção /Recuperação Contra a Erosão Costeira" e "Descontaminação da Costa de Fortaleza" é de R\$ 287.582.620,00. A aplicação destes recursos geral, portanto, um impacto sobre a renda no valor total de R\$ 234.955.000,54.

##### 4.3.2. IMPACTO SOBRE A RENDA DO AUMENTO DO FLUXO TURÍSTICO

Para a avaliação do efeito-renda do aumento do fluxo turístico, foram utilizadas estatísticas coletadas pela Secretaria de Turismo do Governo do Estado do Ceará (SETUR-CE). Também se empregou a mesma metodologia utilizada para elaborar o Marco de Resultados do PRODETUR NACIONAL-CEARÁ.

As estimativas foram realizadas a partir das seguintes considerações:

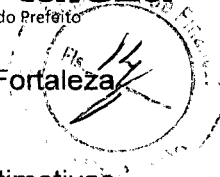
- A atividade turística tem um alto potencial de geração de renda; segundo a SETUR-CE, referência nacional na coleta e consolidação de estatísticas sobre o turismo, para cada R\$ 1,00 de gasto turístico gera-se R\$ 1,75 de renda na economia cearense;
- A partir do Banco de Dados da SETUR-CE, técnicos de organismos internacionais de fomento estimaram que um aumento de 1% no investimento privado em turismo acarreta em um incremento de 2,2% na demanda por pernoites - se o tempo médio de permanência dos turistas não se alterar, este impacto ocorre via aumento da demanda turística; por outro lado se o tempo médio de permanência do turista aumenta, o impacto disso é idêntico a um aumento na demanda turística;
- Considera-se aqui que o tempo de permanência do turista não se altera (ocorre, portanto, um aumento na demanda turística);
- A demanda turística para o Ceará via Fortaleza foi de 2,69 milhões de visitantes em 2010 -





**Prefeitura de  
Fortaleza**

Gabinete do Prefeito



segundo a SETUR-CE, a permanência média destes turistas na rede hoteleira em Fortaleza foi de 10,9 dias.

Observe-se que, embora os organismos internacionais de fomento tenham realizado estimativas dos impactos do aumento de investimentos em promoção e marketing sobre a demanda turística, esta relação não é utilizada aqui devido à ausência de um histórico desses investimentos para o Município de Fortaleza.

Então, para se estimar os impactos dos investimentos públicos sobre a demanda turística avalia-se, primeiro, esses impactos sobre os investimentos privados e destes sobre a demanda turística, ou seja, sobre o fluxo turístico via Fortaleza.

A literatura sugere que cada R\$ 1,00 aplicado no Brasil pelo setor público gera pelo menos R\$ 1,50 de investimento privado. No caso da preparação do PRODETUR NACIONAL - CEARÁ, admitiu-se - após workshop realizado entre técnicos da SETUR-CE, profissionais do setor do turismo e consultores - que cada R\$ 1,00 de investimento público gera R\$ 0,75 de investimento privado. Assim, um investimento de R\$ 287.582.620,00 provoca um investimento privado da ordem de R\$ 215.686.965,00, que por sua vez aumenta da demanda turística via Fortaleza em 59.218 visitantes/ano após a completa execução do programa.

Considerando-se esse aumento no fluxo turístico, que os turistas desembolsam, em média, R\$ 138,56 diariamente e que os turistas permanecem 10,9 dias em Fortaleza, o impacto do fluxo turístico em Fortaleza seria de R\$ 89.437.182,27.

#### 4.4. DESINVESTIMENTO

O desinvestimento - ou valor residual dos ativos - foi estimado considerando-se que as obras de infraestrutura (que totalizam um investimento de R\$ 287.582.620,00) têm uma vida útil de 25 anos e que a depreciação destes ativos ocorre linearmente no tempo. Em 2035, portanto, espera-se que o valor destes ativos seja de R\$ 57.516.524,00.

#### 4.5. RESULTADOS DA ANÁLISE DE VIABILIDADE GLOBAL: PROGRAMA FORTALEZA CIDADE COM FUTURO

A partir da montagem do Fluxo de Caixa do programa (Tabela 6), é possível realizar os estudos de viabilidade econômica do programa a partir do cálculo de indicadores de atratividade. Nesta análise foi considerado um custo de oportunidade de 12% ao ano. Os indicadores analisados aqui estão resumidos na Tabela 6.

A partir deste fluxo, foram obtidos os seguintes indicadores de atratividade do projeto:

- $VPL = R\$ 512.558.450,65$ ;  $TIR = 51,85\%$ ;  $B/C = 2,86$ .

O primeiro indicador de atratividade analisado é o Valor Presente Líquido (VPL). Observa-se, a





**Prefeitura de  
Fortaleza**

Gabinete do Prefeito

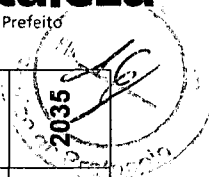
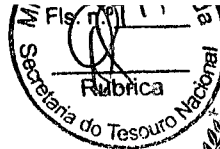
partir da Tabela 7, que este indicador é estimado em R\$ 512 milhões. Isso indica que a implantação do projeto tem excelente potencial de geração de valor econômico. —

A relação Benefício-Custo (B/C) do programa é de 2,86, ou seja, os benefícios do programa são mais de duas vezes superiores aos custos de implantação das obras e aos custos de conservação e manutenção gerados a partir de então.

A TIR foi superior em mais de quatro vezes ao custo de oportunidade (12% ao ano). Assim, a análise destes indicadores mostra que, de forma indubitável, o projeto gera "valor econômico" para a sociedade, recomendando-se, portanto, a sua execução.

Tabela 6 - Fluxo de caixa global do Programa

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Benefícios (R\$)</b>	<b>234.955.000,54</b>	<b>89.437.182,27</b>	<b>89.437.182,27</b>	<b>89.437.182,27</b>	<b>89.437.182,27</b>	<b>89.437.182,27</b>	<b>89.437.182,27</b>	<b>89.437.182,27</b>	<b>89.437.182,27</b>	<b>89.437.182,27</b>
Impactos sobre a renda (investimentos em infraestrutura)	234.955.000,54	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impactos sobre a renda (aumento da demanda turística)	-	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27
Desinvestimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Ano	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
<b>Benefícios (R\$)</b>	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	146.953.706,27
Impactos sobre a renda (investimentos em infraestrutura)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impactos sobre a renda (aumento da demanda turística)	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27	89.437.182,27
Desinvestimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57.516.524,00

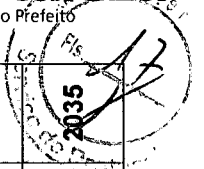
Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Custos (R\$)</b>	270.327.662,80	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68
Investimentos	270.327.662,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação e Manutenção	-	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68

*[Handwritten mark]*





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

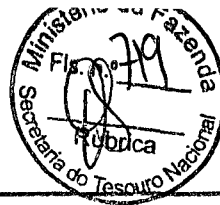


Ano	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Custos (R\$)	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação e Manutenção	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68	3.622.390,68

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado Líquido (B-C)	- 35.372.662,26	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59

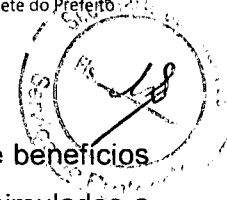
Ano	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Resultado Líquido (B-C)	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59	85.814.791,59





**Prefeitura de  
Fortaleza**

Gabinete do Prefeito



#### 4.6. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade busca verificar quais os impactos de alterações nos custos e benefícios nos indicadores de atratividade econômica do projeto. Para tanto, seis cenários foram simulados e têm seus resultados apresentados a seguir (Tabela 7).

Tabela 7 - Resultados da Análise de sensibilidade

Discriminação	B/C	VPL (R\$)	TIR (%)
Receitas e Custos Normais	2,86	512.558.450,65	51,85
Receitas -5% e Custos Normais	2,72	473.155.550,89	48,46
Receitas Normais e Custos +5%	2,72	498.783.473,42	48,62
Receitas -10% e Custos Normais	2,57	433.752.651,14	45,12
Receitas Normais e Custos +10%	2,60	485.008.496,20	45,72
Receitas Normais e Custos +20%	2,38	457.458.541,76	40,75
Receitas -10% e Custos +10%	2,34	406.202.696,69	39,77

Dentre as cinco simulações, destaca-se o cenário de "redução de 10% nas receitas e aumento de 10% nos custos", por ser a mais provável de ocorrer em face do histórico de subestimação de custos dos projetos de requalificação urbana. Mesmo assim, o projeto mostrou viabilidade econômica elevada. ✓

#### 4.7. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Um empreendimento é caracterizado como "sustentável" se as receitas geradas por este é suficiente para cobrir os custos de operação, manutenção e conservação, sendo estes custos tomados a preços de mercado. ✓

No caso dos componentes " Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz", Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar", "Corredores Turísticos", "Corredores Gastronômicos", " Reforma e Melhoria dos Acessos na Praça Portugal", "Projeto de Proteção /Recuperação Contra a Erosão Costeira" e "Descontaminação da Costa de Fortaleza", do Programa Fortaleza Cidade com Futuro, quando se confrontam os custos de operação e manutenção dos equipamentos, que serão mantidos, com os impactos sobre a economia (impactos - construção) e sobre a renda (aumento da demanda turística), observa-se que o equipamento é sustentável. Esta sustentabilidade fica demonstrada na Tabela a seguir.

X



**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Gabinete do Prefeito

Tabela 8 - Demonstrativo da sustentabilidade financeira

COMPONENTES	CUSTO COM OPERAÇÃO/ MANUTENÇÃO	RECEITA INCREMENTAL
Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz, Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar, Corredores Turísticos, Corredores Gastronômicos, Reforma e Melhoria dos Acessos na Praça Portugal, Projeto de Proteção /Recuperação Contra a Erosão Costeira e Descontaminação da Costa de Fortaleza	R\$ 3.853.607,11	R\$ 89.437.182,27

A receita incremental projetada será alcançada com os benefícios oriundos do projeto em plena execução, a seguir temos alguns destes benefícios:

- Geração de empregos (diretos e indiretos) durante a execução das obras;
- Aumento do PIB, com a compra de materiais utilizados nas obras.
- Melhoria da qualidade e da segurança dos serviços turísticos;
- Estimulo a economia voltada ao setor turístico,
- Aumento do fluxo de turistas para a região;
- Geração de empregos (diretos e indiretos);
- Geração de renda, sob a forma de impostos, salários e lucros;
- A melhora na infraestrutura do local terá um impacto positivo valorizando os imóveis da região.

Pelo exposto e considerando aceitáveis os pressupostos acima, a sustentabilidade operacional do Projeto, no longo prazo, está assegurada.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

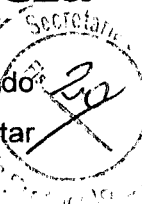
A presente análise consistiu em avaliar os custos e benefícios econômicos da execução dos componentes " Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz", Passagem Subterrânea de Cabos na Beira Mar", "Corredores Turísticos", "Corredores Gastronômicos", " Reforma e Melhoria dos Acessos na Praça Portugal", "Projeto de Proteção /Recuperação Contra a Erosão Costeira" e "Descontaminação da Costa de Fortaleza", do Programa Fortaleza Cidade com Futuro. Dentro da perspectiva aqui apresentada, observa-se que o projeto é viável do ponto de vista econômico, incluindo todos os cenários demonstrados na Tabela 7.

Esta avaliação traduz, na verdade, o grande potencial de geração de valor que os investimentos para o desenvolvimento urbano integrado e as ações para acessibilidade, mobilidade e logística urbana podem trazer para a sociedade.



**Prefeitura de  
Fortaleza**

Gabinete do Prefeito



Conforme demonstrado, entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

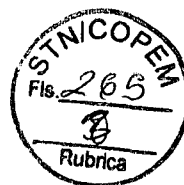
De acordo,  
Fortaleza, de

de 2016.

**Reinaldo Rigaud Salmito**  
Coordenador de Programas Integrados  
Gabinete do Prefeito

**Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra**  
Prefeito do Município de Fortaleza





**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS - C O F I E X**

**106ª REUNIÃO**

**RECOMENDAÇÃO Nº 15/0106, de 29 de agosto de 2014.**

A Comissão de Financiamentos Externos (COFIE X), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 2.º do Decreto n.º 3.502, de 12 de junho de 2000,

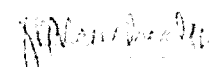
**RECOMENDA**

À Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar, com a(s) ressalva(s) estipulada(s), a preparação do Programa/Projeto, nos seguintes termos:

1. **Nome:** PROGRAMA FORTALEZA - CIDADE COM FUTURO
2. **Mutuário:** Município de Fortaleza - CE
3. **Garantidor:** República Federativa do Brasil
4. **Entidade Financiadora:** Corporação Andina de Fomento - CAF
5. **Valor do Empréstimo:** pelo equivalente a até US\$ 83.250.000,00
6. **Valor da Contrapartida:** no mínimo de US\$ 83.250.000,00

**Ressalva(s):**

- a) À época da contratação da operação de crédito externo, o Mutuário deverá atender os critérios da Portaria MF n.º 306/2012; e
- b) A contrapartida à operação de crédito externo deverá ser assegurada pelo Mutuário.

  
**João Guilherme Rocha Machado**  
Secretário-Executivo

  
**Eva Maria Cella Dal Chiavon**  
Presidenta

De acordo. Em 02 de Outubro de 2014.

  
**Miriam Belchior**  
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

realização de ligadura nas trompas gratuitamente nos hospitais públicos e conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS); XXI — tratar o pai do bebê como visita e obstar seu livre acesso para acompanhar a parturiente e o bebê a qualquer hora do dia. Art. 14 - Serão elaboradas cartilhas relativas à orientação em saúde e atendimento social às gestantes e a informações sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, visando propiciar os conhecimentos necessários às gestantes e parturientes sobre os seus direitos e os dados e esclarecimentos essenciais para um atendimento hospitalar digno e humanizado, além também de erradicar a violência obstétrica. § 1º - Nas cartilhas deverão constar textos em linguagem simples e acessível a todos os níveis de escolaridade, bem como conter minimamente informações sobre todos os itens elencados no art. 2º desta Lei. § 2º - As cartilhas referidas no caput deste artigo trarão a integralidade do texto da Portaria nº 1.067/GM, de 04 de julho de 2005, que institui a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal e dá outras providências.

CAPÍTULO III  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 - Os estabelecimentos hospitalares deverão expor cartazes informativos contendo as condutas elencadas nos incisos I a XXI do art. 13, bem como disponibilizar para as mulheres 1 (um) exemplar das cartilhas referidas no art. 14 desta Lei. § 1º - Equiparam-se aos estabelecimentos hospitalares, para os efeitos desta Lei, os postos de saúde, as unidades básicas de saúde, os hospitais, maternidades e os consultórios médicos especializados no atendimento da saúde da mulher. § 2º - Os cartazes previstos no caput deverão conter informação referente aos órgãos para a denúncia de ocorrência de violência obstétrica, além de orientações de como a mulher agredida deve proceder nestes casos. § 3º - Deverá constar, ainda, nos cartazes a seguinte frase: "Para esclarecer dúvidas: Ligue para a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (Decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010). Art. 16 - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, a partir da data de sua publicação. Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 21 de junho de 2016. Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra - PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA.

\*\*\* \*\*

LEI Nº 10.507, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de informações no parabrisa dianteiro de veículos, novos ou usados comercializados no Município de Fortaleza, e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI: Art. 1º - Fica disposto que os veículos automotores, novos ou usados comercializados no Município de Fortaleza, por empresários, deverão obrigatoriamente afixar as informações requeridas pela Lei Federal nº 13.111, de 25 de março de 2015, no parabrisa dianteiro. Parágrafo Único - Os veículos automotores que não possuem parabrisa, as informações deverão ser afixadas no próprio veículo, em local visível e de fácil acesso. Art. 2º - Os estabelecimentos que descumprirem o disposto nesta Lei ficam passíveis das seguintes sanções administrativas, de forma alternada ou cumulativamente, a serem definidas por ato do Poder Executivo: I — multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais); II — multa equivalente ao dobro do valor anterior em caso de reincidência; III — suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento até que se faça sanar a infração. § 1º - A multa de que trata este artigo será atualizada anualmente pela variação do Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será aplicado outro que venha a substituí-lo. § 2º - As sanções previstas neste artigo serão aplicadas, sem o prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e na Lei nº 13.111/2015. Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo Municipal a regulamentação desta Lei, a contar a data de sua publicação. Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 21 de junho de 2016. Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra - PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA.

\*\*\* \*\*

LEI Nº 10.509, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a manifestação de artistas da terra na abertura ou no encerramento de eventos patrocinados pelo Município de Fortaleza.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI: Art. 1º - É obrigatório que, em toda apresentação com show musical de cantores, grupos nacionais ou internacionais patrocinados pelo Município de Fortaleza, fique assegurada, na abertura ou no encerramento dos eventos, a manifestação de músicos, humoristas, cantores ou grupos musicais locais. Parágrafo Único - Não se aplicará o caput deste artigo aos shows musicais ocorridos em recinto fechado. Art. 2º - Para que o artista local possa participar dos eventos torna-se obrigatório o cadastramento atualizado junto à Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR). Art. 3º - Para o órgão competente da Prefeitura Municipal de Fortaleza conceder a autorização do evento é necessário que o promotor do evento indique, por escrito, o tempo de apresentação do artista local, e se esta apresentação será na abertura ou no encerramento. Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 21 de junho de 2016. Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra - PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA.

\*\*\* \*\*

LEI Nº 10.511, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

Altera a Lei nº 10.149, de 20 de dezembro de 2013, para incluir, como contragarantia à garantia da União, os recursos municipais a que se refere o § 3º do art. 159 da Constituição Federal, e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI: Art. 1º - O art. 2º da Lei nº 10.149, de 20 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º Para a garantia da operação de crédito, de que trata o art. 1º desta Lei, o Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", os recursos a que se referem os arts. 153 e 159, inciso I, alínea b, e § 3º, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas." (NR). Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de dezembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 30 de junho de 2016. Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra - PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA.

\*\*\* \*\*



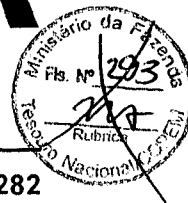
# FORTALEZA

## DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ANO LXI

FORTALEZA, 21 DE MAIO DE 2014

Nº 15.282



### PODER EXECUTIVO

#### GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 10.149, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza ao Poder Executivo Municipal contratar empréstimo com o Banco de Desenvolvimento da América Latina/Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e cinquenta mil dólares), para financiamento de obras e serviços do Programa Fortaleza – Cidade com Futuro.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:  
Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contratar, com garantia da União, empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina/Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e cinquenta mil dólares). Parágrafo Único - Os recursos do financiamento autorizado no caput deste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução do Programa Fortaleza – Cidade com Futuro. Art. 2º - Para garantia da operação de crédito de que trata o art. 1º desta Lei o Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, as cotas da repartição das receitas tributárias estabelecidas no art. 158, incisos I, II, III e IV, e no art. 159, inciso I, alínea b, complementadas pelas receitas próprias estabelecidas no art. 156, incisos I, II e III, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direitos admitidas. Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais. Art. 4º - A lei orçamentária anual do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do programa e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei. Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 20 de dezembro de 2013. Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra - PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA. (REPUBLICADA POR INCORREÇÃO).

LEI Nº 10.189, DE 14 DE MAIO DE 2014.

Regulamenta o atendimento preferencial a pessoas idosas em estabelecimentos públicos ou privados, na forma que indica.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O atendimento preferencial a idosos previsto na Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) far-se-á não somente pela disponibilização de guichês ou unidades de atendimento exclusivos, quando assim dispostos pelo estabelecimento, mas pela garantia de preferência no atendimento a qualquer dos guichês ou unidades disponíveis para o atendimento ao público em geral. Parágrafo Único - O atendimento preferencial a que se refere o caput fica garantido às pessoas com deficiência, às gestantes e às pessoas com criança de colo. Art. 2º - Ficam os estabelecimentos obrigados a disponibilizar aos clientes um formulário de reclamação para o registro de ocorrências de descumprimento do previsto nesta Lei. § 1º - As reclamações feitas deverão ser lavradas em 3 (três) vias, sendo 1 (uma) via encaminhada ao Órgão Municipal de Defesa do Consumidor, a quem cabe apurar a existência de infração, outra destinada ao reclamante, que a receberá no ato da reclamação, ficando a última de posse do estabelecimento. § 2º - Independentemente desse procedimento, é facultado ao consumidor encaminhar por conta própria a queixa ao órgão competente. § 3º - O não atendimento do previsto neste artigo não desobriga o estabelecimento de responder pela infração prevista no art. 1º desta Lei. § 4º - Compete ao estabelecimento, sem ônus para o reclamante, encaminhar a via destinada ao órgão de defesa do consumidor no prazo de até 72 (setenta e duas) horas do ato da reclamação, bem como a fixar cartazes no interior das agências informando da existência do registro de reclamação. § 5º - O poder público municipal, mediante o seu órgão competente, fica autorizado a definir modelo padrão do formulário de reclamação e dos cartazes informativos da existência do mesmo, a serem observados pelos estabelecimentos. § 6º - O descumprimento do previsto neste artigo acarretará ao infrator multa de 150 (cento e cinquenta) o valor da Unidade Fiscal de Referência do Ceará (UFIRCE) ou índice equivalente que venha a substituí-la. Art. 3º - O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará ao infrator o pagamento de multa no valor de 300 (trezentos) o valor da Unidade Fiscal de Referência do Ceará (UFIRCE) ou índice equivalente que venha a substituí-la, dobrada em caso de reincidência até o limite de 10 (dez) vezes esse valor. Parágrafo Único - Os valores arrecadados através da aplicação das penalidades previstas nesta Lei serão revertidos para o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos. Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar o estatuto desta Lei. Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 14 de maio de 2014. Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra - PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA.

LEI Nº 10.190, DE 14 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final das embalagens plásticas vazias de óleos lubrificantes e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:  
Art. 1º - Os usuários de óleos lubrificantes, seus componentes e afins deverão efetuar a devolução das embalagens plásticas vazias que acondicionam tais produtos aos estabelecimentos comerciais em que eles forem adquiridos. § 1º - Os pontos de distribuição ou comercialização de óleos lubrificantes ficarão

Autenticidade verificada no site:  
[www.fortaleza.ce.gov.br/diarios-oficiais](http://www.fortaleza.ce.gov.br/diarios-oficiais)  
em 12/02/2015

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

**Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL)**  
**Operação de Crédito Externo**



Ao Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional,

Trata o presente documento de **Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL)**, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), para a realização da OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, CNPJ 07.954.605/0001-60, com sede na Rua São José, 01, Centro, Fortaleza, estado do Ceará, CEP 60.060-170 e o Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF, com sede em SAF/Sul Quadra 02, bloco D, Edifício Esplanada, sala 404, Brasília - DF, CEP 70.070-600.

Declaro que foram realizadas consultas técnicas com o Organismo Internacional e a operação será negociada tendo por base as seguintes condições:

- Nome do projeto/programa: Aldeia da Praia – Fortaleza Cidade Com Futuro;
- Recomendações da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX): nº 1.208, de 27/08/2010, e 15/0102, de 28/06/2013;
- Fonte/Origem dos Recursos: Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF;
- Valor do crédito na moeda do empréstimo: US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e cinquenta mil dólares americanos);
- Valor equivalente do crédito em reais: R\$ 194.255.550,00 (cento e noventa e quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais);
- Taxa de câmbio: 1 US\$ = R\$ 2,3334, na data de 28/2/2014;
- Finalidade / destinação: incrementar o potencial turístico e a competitividade da cidade de Fortaleza, promovendo o desenvolvimento social e econômico da população, por meio de um conjunto de investimentos em diferentes setores.
- Encargos de inadimplência: 2% ao ano, além dos juros definidos;
- Atualização monetária: variação cambial em dólares dos Estados Unidos da América;
- Taxa de juros efetiva: Libor (6 meses) + 2,65% a.a. Por um período de 8 (oito) anos, será elegível a compensação por meio do Fundo de Financiamento Compensatório (FFC) de até 100 pontos básicos da taxa de juros;
- Prazo total: 192 (cento e noventa e dois) meses;
- Prazo de carência: 48 (quarenta e oito) meses;
- Prazo de amortização: 144 (cento e quarenta e quatro) meses, em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais;
- Comissão de Compromisso: 0,35% a.a. sobre saldos não desembolsados do empréstimo, a partir do vencimento do primeiro semestre depois da assinatura do contrato de empréstimo.
- Garantias: ~~garantia da União Federal~~, e como contragarantia à garantia da União, o Município de Fortaleza obriga-se a vincular suas receitas próprias e as cotas de repartição das receitas tributárias, de que tratam os artigos 156, 158 e 159, inciso I, letra b, previstas na Constituição Federal, e nos termos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e Resolução do Senado Federal de nº 43/2001.

Solicito, ainda, a concessão de garantia da União, nos termos da RSF 48/2007.



OFÍCIO nº 357 /2014 – GS

Fortaleza, 7 de março de 2014.

**Ilustríssima Senhora**  
**Suzana Teixeira Braga**  
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios - COPEM**  
**Secretaria do Tesouro Nacional**  
**Edifício Anexo ao Ministério da Fazenda – Ala B - Térreo**  
**70048-900 – Brasília-DF**

**Assunto:** Operação de crédito externo para financiamento do “Programa Aldeia da Praia – Fortaleza Cidade com Futuro” com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Prezada Coordenadora,

Ao cumprimentá-la, encaminhamos, anexo, o Pedido de Verificação de Limites e Condições e demais documentos do MIP, referentes à operação de crédito externo, com garantia da União, a ser contratada junto a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 83.250.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) para financiamento do **Programa Aldeia da Praia – Fortaleza Cidade com Futuro**.

Na oportunidade, informamos que contatos para solicitar informações e quaisquer outros documentos relativos ao processo ora encaminhado podem ser dirigidos à Assessoria Especial desta Secretaria de Finanças, aos Senhores: Francisco Assunção e Silva e/ou Tristão Faria Carvalho Rocha, por meio dos telefones: 85-3105.1239, 85-3131-2101, e-mail's [francisco.assuncao@sefin.fortaleza.ce.gov.br](mailto:francisco.assuncao@sefin.fortaleza.ce.gov.br) e [tristao.faria@sefin.fortaleza.ce.gov.br](mailto:tristao.faria@sefin.fortaleza.ce.gov.br).






Prefeitura de  
**Fortaleza**  
Secretaria Municipal  
de Finanças



Finalmente, informamos que se trata de Programa estratégico, com impactos sociais relevantes, que muito contribuirá para o desenvolvimento do município de Fortaleza.

Atenciosamente,

  
**JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO**  
Secretário Municipal de Finanças



Encontram-se indicados a seguir os nomes dos representantes formais para fins de contato institucional.

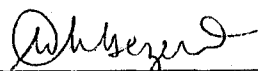
Representante do ente federativo:

- Nome: João Salmito Filho
- Cargo: Secretário Municipal de Turismo
- RG: 90002016180 SSP/CE
- Fone: (85) 3105.1514
- E-mail institucional: salmitofilho@yahoo.com.br
  
- Nome: Francisco Assunção e Silva
- Cargo: Assessor de Captação de Recursos
- RG: 2161 CORECON-CE
- Fone: (85) 3131.2101
- Fax: (85) 3452.5774
- E-mail institucional: Francisco.assuncao@sedin.fortaleza.ce.gov.br
  
- Nome: Tristão Faria Carvalho Rocha
- Cargo: Assessor de Captação de Recursos
- RG: 630226282 – CNH
- Fone: (85) 3131.2101
- Fax: (85) 3452.5774
- E-mail institucional: tristao.faria@sedin.fortaleza.ce.gov.br

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins, que os 2 (dois) Cronogramas Financeiros da Operação (anexos a este PVL, expressos em base anual, o primeiro na moeda da contratação e o segundo em reais) espelham todas as condições financeiras aqui apresentadas.

Finalmente, solicito a completa instrução do processo para fins de envio ao Senado Federal, tendo em vista sua competência privativa para autorizar operações de crédito externo, conforme inciso V do artigo 52 da Constituição Federal.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2014



\_\_\_\_\_  
Chefe do Poder Executivo  
Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra  
Prefeito